

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IPS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGSI**

RODRIGO NEJM

**Exposição de si e gerenciamento da privacidade de adolescentes nos
contextos digitais**

SALVADOR

2016

RODRIGO NEJM

**Exposição de si e gerenciamento da privacidade de adolescentes nos
contextos digitais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Ribeiro

Salvador

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte original.

Modelo de ficha catalográfica fornecido pelo Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA

Nejm, Rodrigo

Exposição de si e gerenciamento da privacidade de adolescentes nos contextos digitais / Rodrigo Nejm. -- Salvador, 2016.
275 f.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Ribeiro.
Tese (Doutorado - Programa de Pós Graduação em Psicologia) -- Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia, 2016.

1. Psicologia Social. 2. Comunicação interpessoal (Exposição de si). 3. Privacidade. 4. Cibercultura . 5. Interacao social de adolescentes. I. Ribeiro, Prof. Dr. José Carlos. II. Título.

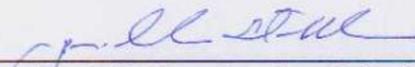


TERMO DE APROVAÇÃO

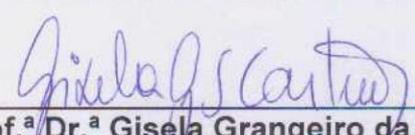
“EXPOSIÇÃO DE SI E GERENCIAMENTO DA PRIVACIDADE DE ADOLESCENTES
NOS CONTEXTOS DIGITAIS”

Rodrigo Nejm

BANCA EXAMINADORA:



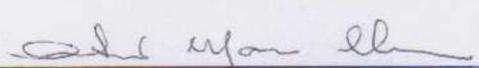
Prof. Dr. José Carlos Santos Ribeiro (Orientador)
Universidade Federal da Bahia - UFBA



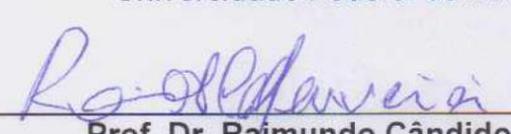
Prof.^a Dr.^a Gisela Grangeiro da Silva Castro
Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM



Prof. Dr. Edvaldo Souza Couto
Universidade Federal da Bahia - UFBA



Prof. Dr. Antônio Marcos Chaves
Universidade Federal da Bahia - UFBA



Prof. Dr. Raimundo Cândido de Gouveia
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Salvador, 24 de outubro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Como toda produção intelectual, este trabalho é fruto de um conjunto de esforços. Nestes anos de pesquisa para elaboração desta tese, tive o privilégio de contar com variadas formas de colaboração.

Agradeço a minha mãe que não poupou esforços para que, desde minha infância, eu pudesse tanto estudar quanto conhecer o prazer (e o valor) da educação como ofício. Em um país no qual ainda imperam tantas desigualdades, a simples possibilidade de desfrutar do direito de estudar não é trivial. Da mesma forma, agradeço à minha família que sempre inspirou a valorizar o pensamento crítico e o valor de conviver em harmonia com as diversidades.

Apesar da dificuldade de registrar em palavras, agradeço à minha amada esposa Analia Cunha Pupo Nejm pela indispensável companhia, apoio, compreensão e carinho diário.

Agradeço ao amigo orientador, Prof. Dr. José Carlos Ribeiro, que esteve sempre presente apoiando cada etapa, compreensivo e parceiro, inspirando reflexões, tanto nas orientações quanto no valioso espaço do Grupo de Pesquisa em Interações, Tecnologias Digitais e Sociedade (GITS/UFBA). Um sincero agradecimento aos colegas deste grupo que tanto apoiaram o trabalho, desde as primeiras ideias, contribuindo na discussão sobre os desafios de fazer pesquisa sobre e no mundo digital.

Agradeço aos adolescentes entrevistados pela generosa disponibilidade de compartilhar abertamente suas ricas experiências no mundo digital, bem como aos seus responsáveis pela confiança ao permitir esta participação.

Agradeço aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia que me acolheram e acompanharam nesta trajetória.

Agradeço ao colega Thiago Tavares e à toda equipe da SaferNet Brasil, organização tão especial na qual tenho o privilégio de atuar há quase 10 anos e que tanto contribuiu com meu desenvolvimento profissional e intelectual, bem como permitiu, compreensivamente, as ausências e afastamentos temporários para realização desta tese.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Programa de Bolsa de Estudos para Doutorado Sanduíche, pela bolsa que viabilizou o estágio

doutoral na Universidade de Paris Descartes com o professor Michel Maffesoli. Ao professor André Lemos, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFBA, agradeço pela inspiração reflexiva e pelo apoio na realização do doutorado sanduíche. Aos professores Antonio Cassili e Monique Dagnaud agradeço pela gentil acolhida em seus seminários e aulas na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) no ano de 2014.

Através do colega Alexandre Barbosa, agradeço à equipe do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC) pela oportunidade de participar dos grupos de especialistas das pesquisas TIC Kids Online Brasil e TIC Educação, valiosos espaços de aprendizado e construção coletiva. Através do Prof. Demi Getschko e do Prof. Hartmut Glaser, agradeço às equipes do NIC.br e do CGI.br pelos muitos encontros, debates e oportunidades de aprendizado sobre o complexo e inescapável processo de governança da Internet.

Agradeço a paciência de amigos e familiares pela compreensão e disponibilidade em todos os momentos.

Por fim, agradeço a todos aqueles que não estão explicitamente indicados aqui, mas que sabem o quanto ajudaram direta ou indiretamente nesta árdua e prazerosa jornada.

RESUMO

O uso da Internet por adolescentes cresce gradativamente no Brasil. Neste cenário de uso de múltiplas mídias, as relações afetivas, de trabalho, os estudos e o lazer passam a ter dispositivos tecnológicos como mediadores em situações e contextos variados. Considerando a singularidade das plataformas digitais como dispositivos complexos e híbridos que configuram práticas sociais ao mesmo tempo em que são configurados por elas, realizamos uma análise qualitativa sobre a exposição de si (*self-disclosure*) de adolescentes nos contextos digitais, atentando para as estratégias utilizadas para gerenciar a privacidade enquanto regulação dos acessos ao *self* nas interações mediadas. Realizamos entrevistas individuais sobre as exposições nos aplicativos e redes sociais Facebook, Instagram, WhatsApp e Snapchat, e observamos publicações nos perfis do Facebook e Instagram. Reconhecendo os adolescentes como protagonistas de suas experiências, destacamos as regras e limites que criam para gerenciar o fluxo das suas informações privadas nestas quatro plataformas. Verificamos que compartilhar informações privadas nos contextos digitais não significa o abandono da preocupação com a privacidade, mas sim novos limites, com regras definidas individual e coletivamente, negociadas para cada plataforma e para cada grupo de alvos das exposições. Apesar do uso diário, intenso e privativo pelos celulares, com uma grande quantidade de amigos no Facebook, seguidores no Instagram e contatos no WhatsApp e Snapchat, os relacionamentos interpessoais e as exposições ocorrem prioritariamente com as mesmas pessoas que conhecem de encontros em copresença física, uma proporção muito pequena das listas de contatos. Regular os conteúdos, as audiências e a própria copresença são formas de regular a privacidade enquanto regulação dos acessos ao *self*. Esta regulação mostrou-se associada às estratégias de apresentação de si, sendo o gerenciamento das impressões uma das formas mais explícitas de gerenciar o fluxo das informações em copropriedade com os pares sociais. A escolha de cada plataforma, a seleção dos conteúdos e dos alvos das exposições são ações realizadas com base em regras, expectativas e convenções sobre o que é considerado apropriado em cada situação social. Na tentativa de ampliar o controle sobre as situações, estas escolhas indicam estratégias criativas para descolapsar os contextos digitais e para lidar com a potencial sobreposição de audiências. Concluímos que ao gerenciar os limites e regras das exposições voluntárias, os adolescentes buscam regular os graus de envolvimento e de acesso ao *self* em cada relacionamento mediado. Por sua vez, o mesmo gerenciamento não ocorre com relação aos rastros digitais e às informações privadas expostas e registradas involuntariamente nas plataformas. Este acúmulo de tantos aspectos do *self* e o processamento pelos algoritmos traz à tona novos desafios para a regulação da privacidade, exigindo também o gerenciamento dos limites de acesso ao que chamamos de *meta-self*.

Palavras chave: Exposição de si, Privacidade, Contextos digitais, Adolescentes

ABSTRACT

Internet use by teenagers grows gradually in Brazil. With the current intense use of media, affective relationships, work, studies and leisure have technological devices as mediators in different situations and contexts. Considering the uniqueness of digital platforms as complex and hybrid devices that shape social practices at the same time that are configured by them, we conducted a qualitative analysis of adolescents self-disclosure in digital contexts as networked publics. Assuming privacy as the regulation of the access to the self, we focused on the strategies they use to manage their privacy on networked publics. We conduct individual interviews about their discloses in social network sites and social applications Facebook, Instagram, WhatsApp and Snapchat, and collected part of online publications from their Facebook and Instagram profiles. Recognizing adolescents as protagonists of their experiences, we highlight the rules and limits they designed to manage the flow of private information in this four digital platforms. We found that sharing private information in digital contexts does not mean the renunciation of privacy concerns, but new limits with rules individually and collectively defined, negotiated for each disclosure's platform and target group. Despite the daily, intense and private mobile use, with a lot of friends on Facebook, followers on Instagram and contacts on WhatsApp and Snapchat, interpersonal relationships and disclosures occur primarily with the same people they know in physical co-presence, a very small proportion of the contact lists. Manage the content, the audience and even the co-presence are ways of privacy regulation, forms of control access to the self. This regulation was associated with self presentation strategies and the impression management is one of the most explicit way to manage the flow of private information in co-ownership with social peers. The choice of platforms, the selection of content and targets for self-disclosure are actions taken on the basis of rules, expectations and conventions about what is considered appropriate in each social situation. In an attempt to extend control over situations, these choices indicate creative strategies to descollapse contexts to deal with potential overlapping audiences on networked publics. We conclude that managing boundaries and rules of voluntary self-disclosure, adolescents seek to regulate the degree of involvement and access to their selves in each digital mediated relationship. In turn, the same management does not occur with respect to digital tracks and unintentionally private information disclosed that are recorded on the platforms. The accumulation of so many aspects of the self and the treatment by algorithms brings up new challenges for privacy regulation, also requiring access boundaries management to what we call meta-self.

Keywords: Self-disclosure, Privacy, Digital context, networked publics, adolescents

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Dimensões da exposição de si em relação ao tipo de expressão, conteúdo e agência.....	42
Figura 2. Tela inicial de perfil no Facebook com campos para publicação e pesquisa.....	53
Figura 3. Exemplo de dados disponíveis nas publicações na plataforma Facebook.....	55
Figura 4. Visão geral de informações em perfil no aplicativo Instagram.....	57
Figura 5. Exemplo de informações disponíveis em uma publicação no Instagram e campos disponíveis para pesquisas dentro da plataforma.....	58
Figura 6. Visão geral de opções de publicação, edição e conversas no aplicativo Snapchat.....	59
Figura 7. Visão geral de telas com lista de contatos, conversas e informações do perfil no aplicativo WhatsApp.....	62
Figura 8. Gerenciamento da Privacidade enquanto regulação da permeabilidade dos limites de acesso ao self nas exposições.....	109
Figura 9. Média de pessoas na lista de contatos nas diferentes plataformas usadas pelos adolescentes para relacionamentos interpessoais nos contextos digitais.....	181
Figura 10. Pessoas com as quais os adolescentes interagem diretamente nas plataformas digitais mais utilizadas para relacionamentos interpessoais.....	182
Figura 11. Gerenciamento da privacidade nos contextos digitais enquanto regulação da permeabilidade dos limites de acesso ao self pelo controle dos conteúdos e audiências das exposições de si.....	185
Figura 12. Exemplo de conversa pública no campo dos comentários no Instagram.....	200
Figura 13. Exemplo de comentários sobre os conteúdos publicados no perfil do Instagram e conversa pública de negociação.....	204
Figura 14. Rastros digitais das exposições voluntárias e involuntárias e o meta-self nos contextos digitais.....	230

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Características do Facebook, Instagram, WhatsApp e Snapchat em relação às qualidades dos networked publics.....	63
Quadro 2. Elementos de referência para organização das entrevistas sobre práticas de exposição de si nos contextos digitais e estratégias de gerenciamento das informações privadas.....	153
Quadro 3. Matriz de referência para observação e coleta das publicações nas redes sociais digitais Instagram e Facebook.....	156
Quadro 4 . Resumo da análise inicial sobre as exposições no Facebook.....	169
Quadro 5. Resumo da análise inicial sobre as exposições no Instagram.....	175
Quadro 6. Resumo da análise inicial sobre os relatos de uso do WhatsApp.....	177
Quadro 7. Resumo da análise inicial sobre os relatos de uso do Snapchat.....	179
Quadro 8. Regras e estratégias no gerenciamento da exposição de si voluntária nos contextos digitais.....	184

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Resumo dos dados coletados nas entrevistas individuais e observações das publicações.....	159
Tabela 2. Perfil dos participantes e plataformas utilizadas para relacionamentos interpessoais pela Internet.....	160
Tabela 3. Publicações e interações nos perfis do Facebook observados	164
Tabela 4. Tipos de aportes recebidos nas publicações observadas nos perfis do Facebook em relação à lista de amigos.....	166
Tabela 5. Publicações e interações nos perfis do Instagram observados.....	171
Tabela 6. Média de contatos, intervalo entre publicações próprias e interações nos perfis observados.....	172
Tabela 7. Quantidade de publicações e curtidas nos perfis do Instagram observados.....	213

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CETIC	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CGI.br	Comitê Gestor da Internet no Brasil
GCP	Gerenciamento Comunicacional da Privacidade
SRS	Sites de Redes Sociais
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TPS	Teoria da Penetração Social
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 ADOLESCENTES NO MUNDO DIGITAL	17
1.1 Adolescentes e Internet no Brasil: massificação do acesso, singularidades nos usos....	17
1.2 (N)Ativos digitais?.....	23
2 EXPOSIÇÃO DE SI DOS ADOLESCENTES NOS CONTEXTOS DIGITAIS	33
2.1 O <i>self</i> na exposição de si.....	33
2.2 A exposição de si e suas dinâmicas na adolescência	41
2.3 As plataformas digitais como contextos para a exposição dos adolescentes.....	47
2.3.1 <i>Facebook</i>	53
2.3.2 <i>Instagram</i>	56
2.3.3 <i>Snapchat</i>	59
2.3.4 <i>WhatsApp</i>	60
2.3.5 <i>Singularidades dos contextos digitais enquanto networked publics</i>	62
2.4 Adolescentes e suas exposições nos <i>networked publics</i>	64
2.4.1 <i>Desafios na delimitação dos contextos e dos conteúdos</i>	73
2.4.2 <i>Desafios na delimitação das audiências</i>	79
2.5 Exposição de si e os relacionamentos interpessoais nos contextos digitais..	84
3 EXPOSIÇÃO DE SI E PRIVACIDADE NOS CONTEXTOS DIGITAIS	92
3.1 A exposição de si na multi-dimensionalidade do conceito de privacidade.....	93
3.2 Privacidade compartilhada: o manejo coletivo dos limites nos contextos digitais.....	101
3.2.1 <i>Turbulências: (re)negociando as regras de coordenação dos limites</i>	111
3.3 Gerenciamento de impressões e privacidade nos contextos digitais	117
3.3.1 <i>Entre a exposição de si e a apresentação de si</i>	120
3.3.2 <i>Expor para preservar: gerenciamento de impressões como regulação do acesso ao self nos networked publics</i>	122
3.3.3 <i>Privacidade e as convenções sobre a visibilidade do self nos contextos digitais</i>	131
3.4 Exposição de si involuntária: desafios no gerenciamento das informações privadas emitidas.....	136
4 PESQUISA DE CAMPO	148
4.1 Participantes.....	148
4.2 Procedimentos de Coleta de Dados	151

4.2.1 <i>Entrevistas individuais</i>	152
4.2.2 <i>Observação das exposições nos contextos digitais</i>	154
4.3 <i>Questões éticas</i>	157
4.4 <i>Procedimentos de análise dos dados</i>	158
5 ANÁLISE DOS DADOS	160
5.1 <i>Dinâmica dos usos, frequência e alvos das exposições</i>	162
5.1.1 <i>Facebook</i>	162
5.1.2 <i>Instagram</i>	169
5.1.3 <i>WhatsApp</i>	175
5.1.4 <i>Snapchat</i>	178
5.1.5 <i>Uso diário, exposições distribuídas e audiências limitadas</i>	180
5.2 <i>Descolapsando os contextos digitais</i>	183
5.2.1 <i>Regras de delimitação das audiências das exposições</i>	186
5.2.2 <i>Regras de delimitação dos conteúdos das exposições</i>	195
5.2.2.1 <i>Cada conteúdo no seu contexto</i>	196
5.2.2.2 <i>Minha privacidade, nossas regras: negociações sobre a copropriedade das publicações</i>	202
5.2.2.3 <i>Entre a invisibilidade e a superexposição: o gerenciamento das impressões como regulação da privacidade</i>	211
5.3 <i>Exposições involuntárias e rastros digitais: desafios no manejo das informações privadas emitidas e do meta-self</i>	223
6 CONCLUSÃO	231
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	236
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista	258
APÊNDICE B – Termo de consentimento	260
APÊNDICE C – Termo de assentimento	263
APÊNDICE D – Roteiro de procedimentos éticos	266

INTRODUÇÃO

O uso da Internet por adolescentes cresce gradativamente no Brasil. O discurso de que a Internet é uma tecnologia relevante apenas na vida de indivíduos urbanos abastados economicamente não faz mais sentido, já que tem feito parte da vida dos brasileiros nas diferentes faixas etárias e classes sociais. Em 2014, apesar de apenas 55% dos brasileiros serem considerados usuários de Internet¹, esta proporção passa para 74% na faixa entre os 10 e 15 anos, atingindo 83% entre os 16-24 anos (Comitê Gestor da Internet no Brasil [CGI.br], 2015a), disparadas as duas faixas etárias com maior proporção de usuários da rede. Esta intensa apropriação da Internet pelos adolescentes ocorre ao lado do uso de outras Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como a televisão, o rádio, os jogos eletrônicos, os celulares e os *tablets*.

Neste cenário de uso de múltiplas mídias, as interações sociais são cada vez mais mediadas, ampliando não apenas as possibilidades de comunicação, mas também as formas de auto-apresentação e de construção reflexiva das identidades (Giddens, 2002). As relações afetivas e de trabalho, os estudos e o lazer passam gradativamente a ter dispositivos tecnológicos como mediadores em situações e contextos variados. Esta participação das tecnologias nas práticas cotidianas, em diferentes momentos da história, dispara importantes transformações nos relacionamentos interpessoais e na constituição das identidades (Castells, 1999; Crary, 2012; Elias, Jungmann, & Ribeiro, 1994; Giddens, 2002; Novais & Sevcenko, 1998; Sennet, 1999). Se novos regimes de visibilidade se instauram e se cristalizam com a massificação das tecnologias de comunicação (Cardon, 2012; Crary, 2012; Gergen, 2000; Meyrowitz, 1985; Thompson, 2011; Sennett, 1999), nos interessa retomar questões conceituais sobre a exposição de si (Altman, 1975; Altman & Taylor, 1973; Altman, Vinsel, & Brown, 1981; Buhrmester & Prager, 1995; Derlega, & Grzelak, 1979; Jourard, 1966, 1971a) para indagarmos sobre as implicações dos contextos digitais nas formas como os adolescentes compartilham informações privadas e como definem os limites de acesso ao *self* nos relacionamentos interpessoais mediados por essas tecnologias.

¹ Dado da pesquisa TIC Domicílios de 2013 do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br). Nas pesquisas do CETIC.br, considera-se "usuário" aquele que utilizou a Internet há menos de três meses em relação ao momento da entrevista. Considerando os que já acessaram à Internet ao menos uma vez na vida, os dados são ainda mais expressivos: 85 % entre 10 e 15 anos e 87 % entre 16 e 24 anos de idade, comparados à média nacional de 58 % (CGI, 2014a).

Assumindo que as práticas de exposições de si não são exclusivas dos adolescentes, destacamos este público por estar entre os usuários mais intensivos das redes e aplicativos sociais digitais, justamente nesta fase do desenvolvimento na qual a ampliação das interações sociais é intensificada na busca por autonomia e reconhecimento social (Brown, 2004). As estratégias de apresentação de si também ganham força no processo de definição dos limites entre o *self* e o outro, consolidando as regras de privacidade que permitem o fortalecimento e proteção do *self* (Laufer & Wolfe, 1977) durante a adolescência. Enfatizamos essas práticas de exposição como um dos múltiplos aspectos relacionados à privacidade, destacando que as informações expostas passam a ser gerenciadas enquanto copropriedade (Petronio, 2002) nos processos individuais e coletivos de regulação do fluxo de informações privadas.

Neste momento de mudanças sociais complexas, alguns discursos sugerem o fim da privacidade e apontam as práticas de adolescentes como exemplos da atual tirania da visibilidade, supondo o desinteresse das novas gerações em preservar informações privadas nos contextos digitais. Ao mesmo tempo, muitos discursos jornalísticos e científicos supervalorizam supostas novas habilidades cognitivas e sociais dos adolescentes como nativos digitais, familiarizados e dominadores das qualidades do mundo digital em seu cotidiano. Ao invés de assumir que para os adolescentes a privacidade é uma preocupação obsoleta e secundária, buscamos ouvir e observar diretamente como eles assumem os desafios individuais e coletivos para manejar suas informações privadas nas trocas mediadas.

Algumas questões nos inspiraram a desenvolver esta tese: Quais aspectos de si os adolescentes estão expondo na Internet? O que dizem sobre suas próprias exposições? Há diferenças entre os conteúdos expostos nas diferentes plataformas? A dinâmica dos contextos digitais precipita uma ampliação da abertura e acelera a exposição de aspectos mais privados para audiências desconhecidas? Estão os adolescentes mais dispostos a uma suposta transparência do *self* nas suas expressões nas plataformas digitais? Quais regras estabelecem, individual e coletivamente, como referências para delimitar os tipos de acesso dos outros às suas informações privadas nestes contextos? Como lidam com os rastros digitais de suas práticas sociais e como administram o fluxo de suas informações privadas nas e pelas plataformas digitais?

Nesta pesquisa, temos como objetivo destacar as estratégias que os adolescentes utilizam para delimitar os limites das audiências, dos conteúdos e dos contextos quando as plataformas digitais parecem diluir algumas das fronteiras entre o público e privado. Nos

interessa, mais especificamente, analisar como os adolescentes interpretam suas práticas de exposição nestas relações e como lidam com o gerenciamento de suas informações privadas diante de algumas características singulares dos contextos digitais como a *persistência*, a *replicabilidade*, as *audiências invisíveis* e os *contextos colapsados* (Binder, Howes, & Sutcliffe, 2009; Boyd, 2011; Joinson, 2011).

Dentre a diversidade de apropriações possíveis das TICs, nosso recorte se concentra em quatro plataformas atualmente utilizadas por adolescentes como arenas para relacionamentos interpessoais. Neste recorte, enquadramos as redes sociais digitais como Facebook² e Instagram³, bem como os aplicativos de troca de mensagens WhatsApp⁴ e Snapchat⁵. Consideramos essas plataformas exemplos de contextos digitais nos quais os adolescentes, voluntária ou involuntariamente, expõem informações sobre si e manejam os limites de sua privacidade. Além da discussão teórica, realizamos uma pesquisa qualitativa contemplando entrevistas individuais e observação de exposições diretamente nas redes .

A tese está estruturada em 6 capítulos, sendo os três primeiros dedicados às reflexões teóricas que nos ajudam a compreender as dinâmicas da exposição de si e da privacidade dos adolescentes nos contextos digitais. O quarto capítulo é dedicado à apresentação das estratégias utilizadas na pesquisa de campo. O quinto traz as análises desenvolvidas a partir dos dados das entrevistas e das observações qualitativas realizadas com os adolescentes, a partir de seus usos das plataformas. O capítulo 6 encerra o trabalho com conclusões e reflexões finais, bem como aponta desdobramentos possíveis em pesquisas e em políticas públicas dedicadas ao fluxo de informações privadas dos adolescentes nos contextos digitais.

² Rede Social digital que permite a conexão e compartilhamento de informações através de um perfil interligado a uma rede de contatos que pode acompanhar as publicações dos outros usuários. Disponível em: <https://www.facebook.com/>

³ Aplicativo baseado na troca de imagens inicialmente concebido para uso através dos celulares como plataforma para capturar e compartilhar momentos. Disponível em: <https://www.instagram.com/>

⁴ WhatsApp Messenger é um aplicativo de mensagens multi-plataforma que permite trocar mensagens pelo celular sem pagar por SMS. Além das mensagens básicas, os usuários do WhatsApp podem criar grupos, enviar mensagens ilimitadas com imagens, vídeos e áudio. Disponível em: http://www.WhatsApp.com/?l=pt_br

⁵ SnapChat é um aplicativo para dispositivos móveis que permite compartilhar mensagens com imagens e vídeos mensagens em tempo real, semelhante ao WhatsApp. A singularidade deste aplicativo é que os usuários podem definir um tempo, de até 10 segundos, para que o conteúdo seja automaticamente apagado, ou optando se quer ou não registrar as mensagens em seu aparelho. Por padrão, a mensagem desaparece logo após ser vista. Disponível em: <https://support.snapchat.com/ca/snaps>

1 ADOLESCENTES NO MUNDO DIGITAL

Os adolescentes são usuários intensos da Internet, apropriando-se no cotidiano das diferentes tecnologias e estendendo suas interações sociais aos ambientes digitais. Mesmo com as significativas desigualdades socioeconômicas, podemos considerar que a Internet já faz parte da vida dos adolescentes brasileiros de maneira que não podemos considerá-la um aspecto pontual ou marginal. Antes de prosseguir com a fundamentação de nosso referencial teórico usado na discussão sobre as estratégias de exposição de si e de gerenciamento da privacidade nos contextos digitais, consideramos pertinente uma breve descrição do cenário brasileiro de uso da Internet por adolescentes no período de desenvolvimento desta tese, problematizando certo determinismo tecnológico associado aos discursos sobre os adolescentes enquanto nativos digitais.

Por mais distribuído que já seja o acesso à Internet entre os adolescentes no Brasil, enfatizamos as singularidades dos usos entre os diferentes grupos sociais e apontamos a importância de analisarmos a apropriação das tecnologias digitais ao lado de outros fatores socioculturais que catalisam transformações nas etapas do desenvolvimento dos adolescentes na atualidade. Ao invés de assumirmos uma suposta integração das qualidades potenciais das novas tecnologias no cotidiano dos adolescentes brasileiros, debatemos sobre a complexidade dos aspectos envolvidos na delimitação dos contextos nos quais ocorrem as exposições de si destas gerações que desenvolvem cada vez mais seus relacionamentos interpessoais com a mediação de plataformas digitais.

1.1 Adolescentes e Internet no Brasil: massificação do acesso, singularidades nos usos

Para ilustrar o cenário nacional de uso da Internet por adolescentes no período de desenvolvimento desta tese, selecionamos alguns indicadores produzidos pelas pesquisas do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação

(CETIC.br)⁶. A pesquisa TIC Kids Online Brasil 2014 do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI, 2015b) mapeou os principais hábitos de uso da Internet por crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos de idade através de amostra representativa da população brasileira⁷. Estes dados nos ajudam a conhecer os principais aplicativos e tipos de acesso para contextualizar nossa pesquisa em relação aos usos mais gerais no âmbito nacional. Os dados da série histórica das pesquisas TIC Kids Online (2012-2014) indicam o quanto o ambiente digital compõe o universo de experiências cotidianas dos adolescentes brasileiros, apresentando-se também como contexto para apresentação de si, estudos, lazer, desenvolvimento de relacionamentos e experimentações variadas relacionadas ao processo de constituição de suas identidades (Baym, 2010, Turkle, 1995, Livingstone, 2009).

Apesar de o acesso já ser uma realidade para a maioria dos adolescentes, não podemos desprezar as desigualdades nas apropriações, principalmente de acordo com a renda familiar e a região do país. Um dos dados mais interessantes está relacionado à mobilidade e à individualização do uso. O acesso à Internet pelo celular apresentou um aumento significativo, passando de 21% em 2012 para 53% em 2013, chegando a 82% em 2014 entre crianças e adolescentes entre 9 a 17 anos de idade (CGI, 2015b). Destaca-se uma intensificação importante do uso via celular a partir dos 13 anos, sendo que 89% dos entrevistados de 13-14 anos usam a Internet pelo celular, valor que sobe para 94% na faixa entre 15-17 anos. Apesar da proporção ser maior (89%) entre os adolescentes de famílias com renda mais alta (mais de três Salários Mínimos - SM), a diferença não é tão radical quando observamos que 77% das crianças e adolescentes de famílias com renda de até 1 SM também usam a Internet pelo celular. A diferença de gênero também não é tão expressiva, já que 81% das entrevistadas e 82 % dos entrevistados se conectam usando seus celulares (CGI, 2015b).

Reconhecendo que as pesquisas sobre usos da Internet precisam levar em consideração as formas de apropriação da tecnologia em consonância com as demais atividades cotidianas (Bakardjieva, 2011), o fato de o uso se tornar cada vez mais pessoal através dos celulares parece implicar em variações na disponibilidade para exposição de informações pessoais na rede (Goggin, 2013), como desenvolveremos adiante, principalmente em relação ao uso que

⁶ O CETIC.br compõem o Núcleo de Informação e Comunicação (NIC.br) do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e é também Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, atuando sob os auspícios da UNESCO. Mais informações sobre o CETIC.br disponível em: <http://cetic.br>

⁷ Detalhamento dos métodos de coleta dos dados e composição da amostra estão disponíveis publicamente em: <http://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-da-internet-por-criancas-e-adolescentes-no-brasil-tic-kids-online-brasil-2014/>

era feito em espaços coletivos como as *Lan Houses* e na área comum das casas – que já foram os principais locais de acesso para os adolescentes brasileiros até 2012 (CGI.br, 2012). O acesso à Internet via celular permite o uso em deslocamento e a qualquer momento, uma prática comum para 56% dos adolescentes entre 13 e 14 anos e para 69% dos adolescentes entre 15 e 17 anos (CGI.br, 2015b). Esse hábito facilita o uso sem direta interferência dos adultos e oferece maior autonomia nas interações com pares ao permitir, por exemplo, a conexão constante a partir dos aplicativos de redes sociais e comunicadores instantâneos.

O aumento na proporção geral de acesso é interessante do ponto de vista da chamada inclusão digital, mas apenas o acesso não é nem sinônimo de igualdade de direitos e tampouco de oportunidades na apropriação da Internet. Os recortes por renda familiar e região do país indicam variações relevantes na pesquisa TIC Kids Online. Um exemplo é a variação na idade do primeiro acesso à Internet, fator que tem relação com o contexto no qual as crianças começam a se apropriar dessas tecnologias e com as formas de mediação dos usos. As diferenças econômicas são expressivas quando percebemos que entre as famílias de até 1 SM, 21 % tiveram o primeiro acesso com mais de 12 anos, o que ocorre em apenas 6% dentre as famílias mais favorecidas economicamente (acima de 3 SM) (CGI.br, 2015b). As variações na idade do primeiro acesso podem indicar diferenças no processo de familiarização com as tecnologias, variações nos interesses e expectativas de cada faixa etária, bem como são diferentes os tipos de mediação dos pais e responsáveis durante os primeiros acessos. Podemos considerar que tanto a idade de início do uso quanto o contexto socioeconômico das famílias são aspectos relevantes na composição dos repertórios de informações e competências disponíveis para cada grupo de adolescentes. Esses aspectos implicam em condições de uso e apropriações diferentes, em especial quando o uso se inicia pelos dispositivos móveis que dão maior autonomia e privacidade com relação aos conteúdos e contatos que podem ser estabelecidos nas relações interpessoais mediadas por estas tecnologias digitais.

Em 2014, as redes sociais se destacavam como atividade mais frequente, sendo usadas por 83% dos adolescentes que têm entre 13 e 14 anos e por 87% dos que estão na faixa entre 15 e 17 anos, superando trabalho escolar (63% e 79% respectivamente) e pesquisas genéricas nos buscadores (76% e 73%) (CGI.br, 2015b). Nos dois anos anteriores da série histórica da pesquisa, a atividade mais realizada era o trabalho escolar. Com relação ao uso das redes sociais digitais, há uma intensificação do uso conforme aumenta a idade. Entre os

adolescentes mais velhos (15-17 anos), 95% afirmam ter perfil em redes sociais, seguidos pelos de idade entre 13-14 anos (88%) (CGI.br, 2015b). Dentre os que usam redes sociais, o Facebook destaca-se disparadamente como a rede principal para 87,5% dos adolescentes entre 13 e 14 anos e para 95,4% dos que tem entre 15 e 17 anos, seguido de longe pelo Instagram (preferido apenas por 10,2% e 3,4% respectivamente) e pelo Twitter (com 1,1% e 3,4% da preferência). Vale notar o fato de 42 % dos entrevistados entre 9-10 anos afirmarem ser usuários do Facebook, ainda que a idade mínima oficial para poder criar um perfil nesta rede seja de 13 anos⁸ (CGI.br, 2015b).

Outra atividade de destaque é o uso de aplicativos e programas para troca de mensagens, utilizados por 69% dos entrevistados entre 13 e 14 anos, sendo que é comum para 82% dos adolescentes entre 15 e 17 anos de idade. Estes programas e aplicativos, como o WhastApp, são usados com frequência diária ainda maior do que as redes sociais, especialmente na faixa entre 13 e 14 anos ao percebermos que 86% deles usam mais de uma vez por dia e 7% ao menos uma vez por dia (CGI.br, 2015b).

Mais adiante neste capítulo, apontaremos para algumas variações nas configurações de privacidade e no tipo de informações compartilhadas pelos adolescentes brasileiros com mediação das tecnologias digitais, aproximando os dados da pesquisa do CGI.br (2015b) com os interesses específicos de nossa tese. Por ora, destacamos o quanto estas redes sociais digitais e aplicativos sociais preferidos pelos adolescentes são espaços importantes para a socialização e desenvolvimento (Baym, 2010; Boyd, 2008; Lüders, 2011; Subrahmanyam & Šmahel, 2011) que, apesar das oportunidades comuns possibilitadas, também reproduzem e se interligam com as desigualdades socioeconômicas e culturais dos demais ambientes de socialização⁹ (Barbosa et al, 2013; Barbosa, O'Neill, Ponte, Simões, & Jereissati, 2013; Paus-Hasebrink, Ponte, Dürager, & Bauwens, 2012).

O fato de possuir uma conta e mesmo de acessar todos os dias as redes sociais e

⁸ Conforme disponível no item 4, tópico 5, dos Termos de Uso (Declaração de Direitos e Responsabilidades) do site oficial do Facebook: “Você não usará o Facebook se for menor de 13 anos.” Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/legal/terms/update> Acesso em 20/12/2014

⁹ Nesta tese, evitaremos o uso das expressões offline e online apenas para evitar anglicismos no texto, mesmo considerando que os termos em inglês permitem fácil diferenciação dos ambientes digitais em relação aos demais espaços de socialização não mediados pelas tecnologias digitais. Usaremos "nos ambientes digitais" para nos referirmos ao contexto online e fora dos ambientes digitais para o equivalente offline, especialmente para evitar as expressões que dicotomizam o digital com o real. Assumimos que todas as experiências nos ambientes digitais são efetivamente reais e compõem integralmente o universo de vivências significativas para as pessoas, independentemente do tipo de uso ou dispositivo, assim como é válida toda e qualquer experiência fora das redes digitais.

aplicativos sociais não permite muitas generalizações sobre as apropriações, já que estas dependem do repertório sociocultural dos usuários para além da Internet (Subrahmanyam & Smahel, 2011), aspecto complexo e variado que precisa ser explorado para além dos dados demográficos de acesso, o que nos inspira a contribuir investigando qualitativamente, a partir da descrição dada pelos próprios adolescentes. Outra questão relevante é evitar a direta associação entre adolescentes e habilidades de uso da Internet e demais TICs, supondo que a simples posse e o simples acesso seriam disparadores de oportunidades e usos qualificados ou transformadores, suposição que não é suportada nem pelos dados das pesquisas nacionais, tampouco pelas pesquisas similares na Europa (Livingstone & Haddon, 2009; Mascheroni & Cuman, 2014; Vincent, 2015) e nos Estados Unidos (Herring, 2008; Lenhart, 2015; Sonck, Kuiper, & Haan, 2012).

Os dados da pesquisa TIC Kids Online Brasil 2014 indicam semelhanças com os resultados de pesquisas na Europa, como a EU Kids Online¹⁰, ao desmistificar a supervalorização das habilidades de uso nesta faixa etária. Há desigualdades relevantes com relação às habilidades dos adolescentes para configurar os aparelhos e gerenciar suas contas. Da mesma forma, são diferentes os tipos de mediação estabelecidos pelos pais e pela escola, implicando em diferentes experimentações das oportunidades que os ambientes digitais favorecem (CGI.br, 2015b). Conforme apontam Livingstone & Haddon (2012), as pesquisas na Europa indicaram que há uma escada de oportunidades nos usos que crianças e adolescentes fazem da rede. Nos primeiros degraus estão as atividades de consumo de conteúdo e o acesso às redes e aplicativos sociais, seguidos pelas atividades que exigem maior participação e estão relacionadas à produção de conteúdos, compartilhamento de vídeos, blogs e jogos em rede. Em todas as faixas de renda, a proporção vai diminuindo gradativamente conforme as atividades exigem maior produção e engajamento (Livingstone & Haddon, 2012).

Estas limitações se refletem nas habilidades dos adolescentes para usar as configurações de privacidade, bloquear contatos indesejados e compreender a dinâmica de

¹⁰ EU Kids Online Project é um projeto de pesquisa coordenado pela psicóloga Sonia Livingstone, da London School of Economics, sobre usos da Internet por crianças e adolescentes de 25 países europeus, englobando pesquisas amostrais quantitativas e qualitativas e mais de 100 pesquisadores destes países. A pesquisa TIC Kids Online no Brasil foi desenvolvida pelo CETIC.br com o mesmo quadro de indicadores da EU Kids Online para permitir comparação entre os resultados. Detalhes sobre este projeto e os relatórios das pesquisas estão disponíveis em: <http://www.lse.ac.uk/media@lse/research/EUKidsOnline/EU%20Kids%20Online%20reports.aspx>

registro dos rastros digitais, aspectos que não podemos menosprezar. Ao mesmo tempo, reconhecemos que, mesmo nas plataformas de redes sociais ou aplicativos de troca de mensagens, são possíveis apropriações e práticas sociais bastante variadas e complexas, de consumo à produção de conteúdos, mobilização social e aprendizagem para além da proposta inicial ou das limitações técnicas, o que não exclui usos criativos e participativos nestes primeiros degraus de oportunidades dos ambientes digitais (Bakardjieva, 2011; Lüders, 2011; Papacharissi, 2012).

Os usos de cada indivíduo também não podem ser considerados em um bloco homogêneo de atividades. Assim como a própria Internet oferece um leque enorme de possibilidades de interações e experimentações, os usos são muito variados e relacionados aos contextos de cada indivíduo (Helsper, 2012; Mascheroni, Murru, & Görzig, 2012) em suas diferentes etapas de desenvolvimento (Stern & Willis, 2009; Subrahmanyam & Šmahel, 2011). As desigualdades são inúmeras, tanto no contexto socioeconômico quanto nos aspectos técnicos dos dispositivos utilizados. O tipo de aparelho para acesso, a velocidade de conexão, o pacote de dados disponível, o local de acesso e os tipos de mediação de adultos e pares são algumas das variáveis importantes na delimitação do contexto de apropriação da Internet pelos adolescentes.

No contexto brasileiro, as diferenças de renda nas famílias também parecem influenciar significativamente o uso das redes sociais, fato observado ao constatarmos que 31% dos adolescentes entrevistados das classes D e E afirma não ter nenhum perfil, realidade comum apenas para 15% nas classes A e B. Mesmo assim, no geral, 64% dos adolescentes brasileiros entre 13 e 14 anos usam este tipo de rede mais de uma vez por dia (CGI.br, 2015b), sendo que 86% usam mais de uma vez por dia os programas de troca de mensagens para conversar com os amigos (a exemplo do aplicativo WhatsApp). Nas famílias com menor renda, por exemplo, o uso é mais comum pelo celular ou pelos centros públicos de acesso, dependendo dos pacotes de dados, o que pode implicar em condições diferenciadas de uso.

No acesso pelo celular, por exemplo, o tamanho e tipo de teclado e de tela, bem como o tipo de pacote de dados contratado são fatores importantes que podem implicar em diferenças nas formas de interação mediada por esta condição técnica (Mascheroni, 2015). Além das questões técnicas, o repertório sociocultural dos usuários não pode ser homogeneizado, bem como não podemos ignorar as diferenças de classe social, etnia, gênero que amparam diferentes formas de apropriação das tecnologias (Boyd, 2008; Lüders, 2011).

No caso específico dos adolescentes, precisamos ainda reconhecer a diferença de recursos cognitivos e sociais que cada um terá para desenvolver seus relacionamentos e expressar suas identidades (Livingstone, 2009; Subrahmanyam & Šmahel, 2011; Turkle, 1995, 2011) nas diferentes etapas do desenvolvimento e de acordo com o contexto sociocultural mais amplo no qual se encontra.

As pesquisas quantitativas sobre o contexto nacional de uso da Internet pelos adolescentes nos trazem informações relevantes, sinalizando alguns dos hábitos mais comuns e também desigualdades salientes. Antes de seguirmos para a apresentação dos referenciais teóricos sobre a exposição de si e nossa compreensão sobre as singularidades dos contextos digitais nos relacionamentos interpessoais dos adolescentes, consideramos importante questionar interpretações que generalizam e supervalorizam os usos das tecnologias. Ainda que de maneira breve, pontuamos nossa discussão para nos desviarmos de abordagens deterministas que apontam para uma radical transformação da adolescência, e das interações em geral, por efeito direto e exclusivo das qualidades potenciais destas tecnologias, qualidades muitas vezes percebidas como virtudes nativas dos adolescentes contemporâneos.

1.2 (N)Ativos digitais?

Sem ignorar a enorme potencialidade das tecnologias digitais para transformar nossas práticas sociais, inclusive com processos disruptivos tanto nas sociedades quanto na vida individual, apostamos na necessária cautela quanto às formas de atualização destas potencialidades na vida cotidiana dos adolescentes, mesmo na vida daqueles que tenham nascido em época de abundância dessas tecnologias em seus contextos sociais mais imediatos. As populares noções de “nativos digitais” (Palfrey & Gasser, 2011; Tapscott, 1999) e de “geração *net*” (Prensky, 2001) ganharam muita força no início dos anos 2000, destacando radicais mudanças qualitativas na vida de crianças e adolescentes que podem desfrutar destas tecnologias em seu desenvolvimento. Nesta chamada geração de nativos digitais, teriam sido amplificadas as habilidades de comunicação, de pesquisa, de participação e colaboração em rede, representando assim uma geração com novas percepções sobre as relações hierárquicas e até com melhor desenvolvimento cognitivo favorecido pelas TICs. Disseminados globalmente tanto no âmbito acadêmico quanto na imprensa e nas políticas públicas educacionais, estes

discursos de supervalorização do contexto digital e das diferenças das novas gerações também podem ser percebidos no cenário brasileiro.

Para ajudar a desnaturalizar esta visão, que podemos considerar determinista, vale questionar sua retórica como discurso performativo-prescritivo que se reproduz como sendo descritivo das atuais gerações adolescentes (Buckingham, 2008; Bruno & Pedro, 2004). Buckingham (2008) destaca a força desta retórica e as reproduções de desigualdades que ela mascara:

Ultimamente, assim como outras formas de retórica de marketing, o discurso sobre 'geração digital' é precisamente uma tentativa de construir o objeto sobre o qual se propõe a falar. Isso representa não a descrição do que crianças e jovens são atualmente, mas um conjunto de imperativos sobre o que eles deveriam ser ou o que precisam se tornar. Em certa medida, ele descreve uma minoria de jovens que estão usando ativamente estas tecnologias para fins sociais, educacionais e criativos, ainda que muito provavelmente a maior parte destas pessoas sejam 'suspeitos de sempre', quem já é privilegiado em outras áreas da vida e que tem o uso das tecnologias amparado pelo acesso a outras formas de capital social e cultural. (p.15, tradução nossa)¹¹

Mesmo considerando que as TICs merecem destaque em nossas análises sobre a adolescência, a condição adolescente no mundo contemporâneo está relacionada também a outros fatores importantes como: as mudanças nas fases da vida que permitem a antecipação e o prolongamento da adolescência, retardando a entrada no que chamávamos de fase adulta (Deschavannes & Tavoillot, 2008); as dificuldades das sociedades atuais em facilitar o trânsito da juventude pelo circuito família-escola-emprego no mundo adulto; e a influência dos meios de comunicação (Abad, 2003; Kerbauy, 1997). Ao apontarmos o perigo do discurso prescritivo que supervaloriza as qualidades do digital como virtudes inatas das gerações que nasceram depois dos anos 2000, não pretendemos menosprezar as significativas transformações potenciais que estas tecnologias podem produzir nos diferentes aspectos do desenvolvimento social e cognitivo (Buckingham, 2008; Kroger, 2006; Moshman, 2005; Steijn, 2014; Subrahmanyam & Šmahel, 2011; Waterman, 1985).

Como reforça Livingstone (2009), não podemos centrar a reflexão nas tecnologias sem levar em conta as outras transformações no mundo do trabalho, da reestruturação das famílias, do novo estatuto jurídico da infância e da adolescência e do crescimento do universo de

¹¹ “Ultimately, like other forms of marketing rhetoric, the discourse of the “digital generation” is precisely an attempt to construct the object of which it purports to speak. It represents not a description of what children or young people actually are, but a set of imperatives about what they should be or what they need to become. To some extent, it does describe a minority of young people who are actively using this technology for social, educational and creative purposes, yet it seems very likely that most of these people are the 'usual suspects', who are already privileged in other areas of their lives and whose use of technology is supported by their access to other forms of social and cultural capital.” (Buckingham, 2008, p.15)

consumo infanto-juvenil. As tecnologias digitais potencializam a diversificação dos referenciais simbólicos e imaginários para além daqueles produzidos pelas mídias massivas como a televisão e o rádio que compuseram a chamada “cultura do quarto do adolescente” (Steele & Brown, 1995). No entanto, não podem ser responsabilizadas de maneira isolada das demais condições sócio-históricas que reconfiguram as interações sociais dos adolescentes na atualidade. Neste cenário de rápidas mudanças das próprias tecnologias, não podemos perder de vista que tanto os dispositivos quanto os serviços utilizados pelos adolescentes são produzidos a partir de certa perspectiva econômica, notadamente relacionada ao contexto dos novos formatos da economia capitalista (Beer, 2008; Beer & Burrows, 2007, 2010).

Reconhecemos que as próprias noções de infância e adolescência são construídas (Buckingham, 2000) por diferentes dispositivos que produziram (e produzem) discursos de verdade e regimes de poder sobre estas etapas da vida (Foucault, 1999; Rose, 2011), etapas que são também construções sócio-históricas (Ariés, 1981; Deschavanne & Tavoillot, 2011; Galland, 2001; Gauchet, 2004; Lerner & Steinberg, 2004) e que se manifestam de diferentes maneiras a depender das culturas (Altman & Wohlwill, 1978; Cole, Cole, & Lopes, 2004; Lerner & Steinberg, 2004). Consideramos aqui a adolescência como etapa da vida que não pode ser reduzida à faixa etária, mas tomada como etapa do desenvolvimento relacionada sempre ao contexto sociocultural (Cole, Cole, & Lopes, 2004). A adolescência envolve um conjunto de expectativas relacionadas ao desenvolvimento da identidade e aprendizado dos papéis sociais necessários para a entrada na vida adulta (Erickson, 1976; Moshman, 2005).

No complexo processo de desenvolvimento da identidade na adolescência (Kroger, 2006), entendemos que as experimentações nos ambientes digitais integram-se ao conjunto de vivências significativas para esse desenvolvimento (Buckingham, 2008; Moshman, 2005; Steijn, 2014; Subrahmanyam & Šmahel, 2011; Waterman, 1985), defendendo que a exposição de si ganha ainda mais importância no desenvolvimento individual e nas relações interpessoais (Altman & Taylor, 1973; Buhrmester & Prager 1995; Rotenberg, 1995; West & Zingle, 1969) ao se dar cada vez mais em novos contextos mediados pelas tecnologias. Neste sentido, entendemos a Internet como um exemplo atual de tecnologia de comunicação que, como outras mídias, muda a forma como os sujeitos se relacionam com os outros e consigo mesmo (Thompson, 2011; Meyrowitz, 1985), amplificando a saturação social (Gergen, 2000) ao permitir que diferentes temporalidades, discursos e referências coexistam e povoem as identidades simultaneamente, questões que desenvolveremos nesta tese ao tratar das

exposições de si e das reconfigurações dos limites da privacidade nos contextos digitais.

Além de ser reconhecida como fase de elaboração do luto da estrutura infantil, a adolescência é também um momento de experimentação de múltiplas identidades, experimentação que varia conforme as demandas específicas das situações sociais (Aberastury & Knobel, 1992; Erickson, 1976; Turkle, 1997; Waterman, 1985). No caso dos adolescentes, estas experimentações identitárias podem ser consideradas transitórias, ocasionais ou circunstanciais, alternando-se e coexistindo no esforço de constituir a nova identidade como parte do luto da perda da infância. Este caráter multifacetado das identidades dos adolescentes, que poderia ser considerado problemático na fase adulta, caracterizaria o que algumas abordagens de enfoque psicanalítico chamam de síndrome normal da adolescência (Aberastury & Knobel, 1992). No entanto, podemos considerar que o aspecto multifacetado das identidades está cada vez mais presente nas diferentes etapas da vida que contemplam uma maior pluralidade de referências identitárias e possibilidade de participação social (Gergen, 2000), com fragmentação dos relacionamentos (Lifton, 1995; Maffesoli, 1998, 2014) e reconfiguração também dos papéis sociais para cada etapa da vida, antes mais definidos e tendo a fase adulta como referência para as demais fases (Deschavannes & Tavoillot, 2008; Galland, 2001).

Um aspecto que nos parece interessante destacar é a participação das tecnologias digitais nos pequenos rituais de passagem durante o desenvolvimento dos adolescentes na atualidade. Se a adolescência nas sociedades modernas está associada com rituais de passagem cada vez mais interiorizados e individualizados de superação do luto da infância (Aberastury & Knobel, 1992; Cole & Cole, 2003; Fischer, 1996), em um momento marcado pelo prolongamento dos estudos - como transição para o mundo do trabalho - e pelo prolongamento da vida na casa dos pais, as tecnologias digitais participam de novos momentos de transição, ajudando a consolidar pequenos ritos de passagem emblemáticos nos contextos digitais. Os rituais de passagem coletivos e públicos, que caracterizavam a entrada na vida adulta nas sociedades pré-modernas, não foram eliminados, mas tornam-se cada vez mais privados ao ocorrerem no âmbito das fantasias (Aberastury & Knobel, 1992), num processo reflexivo de constituição das identidades (Giddens, 2002). No entanto, não podemos menosprezar os rituais de passagem contemporâneos que caracterizam a adolescência nas sociedades de consumo, a exemplo do uso de drogas, do ato de dirigir carros e motocicletas mesmo sem permissão, das práticas de frequentar determinadas festas, abandonar a escola,

criar novos estilos para se vestir e cometer pequenos delitos em grupo (Moreira, 2000).

As apropriações que os adolescentes fazem dos ambientes digitais nos indicam também que estes são espaços de atualização dos pequenos ritos de passagem, como as experimentações sexuais através da pornografia, a criação de grupos de interesse exóticos, a exposição pública de suas performances desafiando normas sociais familiares, o acesso a conteúdos ilegais, a experimentação da liberdade de interações supostamente anônimas, e a própria autonomia pretendida no gerenciamento de seus perfis, blogs e páginas pessoais (Baym, 2011; Caron & Caronia, 2007; Ponte, 2011). A liberação dos pais e responsáveis para possuir o primeiro celular, o primeiro pacote de dados e a autorização explícita para o acesso às redes e aplicativos sociais pretendidos são momentos importantes na gradativa conquista da autonomia, gerando ao mesmo tempo mais liberdade para a apresentação e exposição de si e mais responsabilidade sobre as escolhas e suas consequências nos relacionamentos interpessoais mediados por estas tecnologias.

Assim como há variações históricas e culturais nas convenções sociais que amparam o enquadramento das diferentes etapas da vida e as referências para o desenvolvimento dos adolescentes (Deschavannes & Tavoillot, 2008; Galland, 2001), não podemos deixar de considerar a diversidade de adolescências no contexto brasileiro. O determinismo tecnológico nos parece ainda mais perigoso quando importamos as noções de nativos digitais para a cultura plural brasileira, tentando reproduzir aqui o perfil dos adolescentes chamados de nativos digitais nas pesquisas internacionais, sujeitos que são qualificados como membros de uma geração mais criativa, disposta a colaboração e com habilidades de aprendizagem inovadoras (Palfrey & Gasser, 2011).

Em qualquer que seja a circunstância, nos parece relevante não confundir a facilidade de manuseio dos equipamentos com a capacidade de uso crítico e de discernimento que os adolescentes desenvolvem em suas interações com as TICs. Tampouco podemos considerar que o espírito colaborativo e as práticas inovadoras sejam precipitados pelas tecnologias descoladas do repertório sociocultural daqueles que convivem com estes adolescentes e que mediarão um uso mais ou menos complexo (Buckingham, 2008). As qualidades prescritas para os adolescentes considerados nativos digitais estão significativamente associadas ao contexto de relações de consumo, mesmo nos serviços considerados gratuitos que desfrutam da monetização dos usos cotidianos das plataformas e serviços (Beer, 2007; Beer & Burrows, 2010), ilustrando um modelo de negócio que depende cada vez mais do acesso, registro e

processamento de informações pessoais dos usuários. Neste sentido, as habilidades de uso das tecnologias digitais estão vinculadas aos demais contextos de interação que envolvem as famílias, as escolas, os pares e os valores da atual sociedade de consumo na qual ocorrem tanto os usos (Livingstone & Haddon, 2012; Lüders, 2011; Subrahmanyam & Šmahel, 2011) quanto a produção dos aplicativos e serviços digitais na atualidade.

Apesar de o uso destas tecnologias nos relacionamentos interpessoais ser intenso e cotidiano, exigindo o compartilhamento de diferentes tipos de informações pessoais, as habilidades de uso não são tão evidentes quanto supõem os discursos sobre os nativos digitais. Um exemplo emblemático tem relação com as habilidades para gerenciar as configurações de privacidade nas redes sociais digitais. Apenas 55% dos adolescentes brasileiros admitiram saber mudar suas configurações de privacidade na faixa entre 13 e 14 anos (CGI, 2015b). A falta de habilidade não está restrita às configurações de privacidade, já que outras habilidades básicas como bloquear mensagens e apagar o histórico de navegação também são limitadas nesta faixa etária (CGI, 2015b), dificuldades que são significativamente associadas ao grau de escolaridade e situação econômica dos pais. As habilidades para uso de ferramentas de criptografia ou comunicações anônimas que demandam conhecimentos técnicos e políticos para uma leitura crítica das regras de uso dos aplicativos são ainda menos comuns. Em um contexto de vigilância massiva do uso das tecnologias digitais, o repertório exigido para que os chamados nativos digitais possam efetivamente ganhar mais liberdade e autonomia na Internet tem crescido e se complexificado gradativamente.

Os pais e os educadores, assim como as mídias e os pares são mediadores importantes nas formas de uso da Internet pelos adolescentes, sendo atores que desempenham um papel relevante na reprodução e reconfiguração dos seus comportamentos sociais nos contextos digitais. Apontar que as desigualdades socioeconômicas se refletem também nas formas de apropriação das tecnologias digitais não significa afirmar que elas determinam diretamente experiências mais pobres e limitadas. Defendemos que as experimentações nos ambientes digitais são sim configuradas a partir das condições concretas disponíveis em cada contexto, mas essas experimentações podem inclusive catalisar a ampliação dos repertórios simbólicos, bem como favorecer a diversificação das referências para constituição das identidades, para além do círculo de relacionamentos das relações presenciais e das referências das mídias massivas (Lemos, 1999; Lüders, 2011; Subrahmanyam, Kraut, Greenfield, & Gross, 2000; Subrahmanyam & Šmahel, 2011).

As vivências nos contextos digitais precisam ser compreendidas como fruto da complexa inter-relação destes fatores, somando-se as singularidades dos usuários, as condições técnicas de cada plataforma e a pluralidade de convenções sociais que são consideradas apropriadas em cada tipo de interação mediada pelas tecnologias digitais. Consideramos ainda que os adolescentes são agentes sociais ativos e criativos que, ao mesmo tempo em que estão imersos nos parâmetros e limites impostos pelos adultos, produzem suas próprias culturas. Neste sentido, sua socialização não pode ser concebida apenas como uma questão de adaptação e internalização, mas também como um processo de apropriação, reinvenção e reprodução interpretativa (Corsaro, 2011).

Uma das virtudes dos contextos digitais, potencializada pelas condições técnicas, é que eles não são apenas massivos e unilaterais, fomentando a relação de um agente emissor para uma audiência ilimitada de consumidores das informações como as tecnologias massivas tipo a televisão e as revistas. Constituídos com e a partir dos usos, podem ser remodelados conforme as apropriações. Ao mesmo tempo em que vivenciar estes ambientes e usar as tecnologias digitais permitem aos adolescentes remodelar ou ampliar seus repertórios, estas experimentações também remodelam os próprios contextos digitais na medida em que os adolescentes se apropriam de maneira criativa, não apenas se adaptando às limitações técnicas ou aos comportamentos prescritos em cada plataforma, mas criando suas próprias regras e convenções sobre o tipo de compartilhamento e de conteúdos que são considerados apropriados em cada contexto.

A forma como os adolescentes se apropriam das TICs revela, assim, aspectos importantes sobre sua condição de sujeito, não como sujeitos pré-sociais (Buckingham, 2000) cuja ingenuidade os adultos devem proteger (Spiegel, 1993), mas como sujeitos que participam ativamente das sociedades e da construção de suas próprias histórias (Belloni, 2007). O pânico moral que inspira boa parte das abordagens jornalísticas sobre a relação dos adolescentes com a Internet é tão antigo quanto os primeiros veículos de comunicação massivos acessíveis às crianças e adolescentes, a exemplo do que ocorreu com as histórias em quadrinhos, a música popular e a televisão (Mazzarella, 2009). Os estudos sobre a relação das crianças com a televisão no Brasil também apontaram a força dos discursos deterministas e catastróficos que associavam as tecnologias à degradação de uma infância supostamente ingênua e inocente, negando a capacidade de interpretação ativa destas faixas etárias nos usos cotidianos (Pacheco, 1998).

A supervalorização dos perigos e dos casos de violência na Internet alimentam certo determinismo tecnológico na reconfiguração da sociabilidade dos adolescentes, promovendo discursos prescritivos sobre as “gerações digitais” que acabam sujeitando não apenas as novas gerações, mas também uma variedade de instituições que se ocupam da formação e do cuidado. As incertezas sobre o poder das novas tecnologias e seu potencial para causar danos geram tensões quanto a segurança e liberdade dos adolescentes (Livingstone & Haddon, 2012). Inspiradas por este pânico moral, as escolas, as famílias e as políticas públicas de proteção são chamadas para responder a esta nova realidade da adolescência supostamente diferente por ser digital. As TICs são frequentemente associadas à promoção da violência e degeneração dos valores atribuídos à infância e à adolescência, menosprezando aspectos positivos das tecnologias na configuração de novos ritos de passagem, de experimentações emocionais e sexuais, bem como para a singularização das subjetividades (Livingstone, 2009). A simples existência de situações de risco não significa obrigatoriamente a experiência de dano, sendo os riscos também associados às oportunidades vivenciadas pelos adolescentes na Internet (Livingstone & Haddon, 2012), o que exige maior cautela nas interpretações sobre as experiências digitais desta faixa etária.

Em síntese, consideramos que as populares noções de "nativos digitais" e "geração net" não descrevem a atualidade das experiências dos adolescentes brasileiros quando destacamos as diferenças de acesso e as diferenças de apropriações. Além disso, se compreendermos as questões geracionais conforme problematizadas pelo sociólogo Karl Mannheim (1952), não podemos considerar que nascer em uma mesma época seja suficiente para nomear estas gerações como digitais. Neste sentido, temos no máximo as tecnologias digitais como aspectos disponíveis ao que Mannheim (1952) chama de *posição geracional comum*¹² (Weller, 2010). Se concordamos que para ter a mesma posição geracional é preciso “ser capaz de submeter-se passivamente ou usar ativamente as limitações e privilégios inerentes a uma posição geracional” (Mannheim, 1952, p. 303, tradução nossa)¹³, podemos de alguma forma concordar que as tecnologias digitais produzem importante influência social

¹² Como nosso foco não está centrado especificamente nas questões geracionais, nos restringimos apenas a registrar as limitações dos discursos sobre as gerações digitais quando a análise visa destacar a integração dos diferentes aspectos necessários para categorizar uma geração sem ceder ao determinismo. Para mais discussões sobre gerações e juventude nesta perspectiva: Augusto (2005), Domingues (2002), Foracchi (1972), Mannheim (1952) e Weller (2010).

¹³ “(...) be able passively to undergo or actively to use the handicaps and privileges inherent in a generation location” (Mannheim, 1952, p.303)

e cultural, mesmo para aqueles adolescentes que não possuem acesso cotidiano. Assim, na concepção de Mannheim (1952), não podemos assumir que presenciamos a uma geração digital enquanto *conexão geracional*, já que uma conexão geracional precisa envolver mais do que a copresença numa mesma região histórica e cultural, exigindo uma participação no destino comum desta unidade histórica e social.

Segundo Mannheim (1952), podemos considerar uma geração como uma conexão geracional “apenas onde são criadas ligações concretas entre os membros desta geração ao serem expostos aos sintomas intelectuais e sociais do processo de uma desestabilização dinâmica” (p.303, tradução nossa)¹⁴. Neste sentido, não nos parece evidente que os adolescentes brasileiros efetivamente possuem princípios formativos e atitudes integrativas deliberadamente associadas a uma apropriação comum das virtudes do digital, criando o que seriam estes novos impulsos coletivos originais de uma dada posição geracional, para então formar o que Mannheim (1952) aponta como conexão geracional. Ainda com Mannheim (1952), acreditamos que vale questionar se as virtudes das tecnologias digitais estão sendo realizadas como potencialidades “inerentes” a esta posição geracional para além do que ocorreu no contexto específico do desenvolvimento da Internet entre as décadas de 1960 e 1980, especialmente nas unidades geracionais que participaram diretamente do desenvolvimento da Internet nos Estados Unidos da América e outros países protagonistas (Turner, 2008). Defendemos aqui especial cautela apenas para não correremos o risco de aplicar ao contexto desta pesquisa uma percepção que engloba os adolescentes em uma suposta geração digital com ligações concretas e compartilhamento de objetivos onde não há exatamente esta sintonia, tampouco rupturas comuns.

Ao lado das complexas e dinâmicas transformações técnicas que amparam os contextos digitais, também são complexas e variadas as possibilidades de apropriação que os adolescentes fazem das tecnologias para, dentre tantas atividades, compartilhar suas experiências, revelar suas opiniões, intenções, angústias e prazeres, atuando como atores sociais singulares e que merecem reconhecimento por parte dos demais atores. Acreditamos que não estamos lidando com adolescentes que possuem as qualidades do digital como virtudes inatas, mas sim com sujeitos em uma fase de desenvolvimento na qual os diferentes aspectos cognitivos, sociais, econômicos, culturais e familiares se conectam na delimitação

¹⁴ “(...) only where a concrete bond is created between members of a generation by their being exposed to the social and intellectual symptoms of a process of dynamic de-stabilization”. (Mannheim, 1952, p.303)

das condições cotidianas de existência, incluindo as associadas aos relacionamentos interpessoais nos contextos digitais.

Antes de destacar algumas singularidades dos contextos digitais como palco para compartilhamento de informações privadas, seguiremos com a apresentação do referencial teórico que ampara nossa compreensão das práticas de exposição de si como processo importante no desenvolvimento dos relacionamentos interpessoais dos adolescentes.

2 EXPOSIÇÃO DE SI DOS ADOLESCENTES NOS CONTEXTOS DIGITAIS

Apontando as concepções de *self* que amparam nossa apropriação do conceito de exposição de si (*self-disclosure*), enfatizamos as funções da exposição durante a adolescência e refletimos sobre as singularidades dos contextos digitais tanto em sua dinâmica quanto na manutenção e desenvolvimento de relacionamentos interpessoais. Assim como as concepções de *self* estão associadas às noções de individualismo que se reconfiguram ao longo da história, analisamos algumas implicações das tecnologias digitais na remodelação do ato de expor como parte do processo reflexivo de tornar o *self* visível simultaneamente a si e aos outros nas interações mediadas.

Se as exposições de si têm um papel importante na busca por autonomia e ampliação dos relacionamentos interpessoais durante a adolescência, vale refletir sobre as condições nas quais os adolescentes se apropriam dos contextos digitais para selecionar os conteúdos e as audiências respectivas quando os limites entre o público e privado não estão tão nítidos. Ao mesmo tempo em que as tecnologias de comunicação mais recentes permitem a concepção de novos espaços interacionais, as singularidades das tecnologias digitais precisam ser analisadas diante de pressões culturais e expectativas sociais mais amplas que amparam as práticas de exposição de si dos adolescentes nas variadas plataformas disponíveis na atualidade.

Neste sentido, nos parece relevante enfatizar algumas características das plataformas Facebook, Instagram, WhatsApp e Snapchat como palcos para as exposições de si dos adolescentes, para, então, debater sobre os desafios que eles enfrentam para regular os limites de abertura de seus *selves* nos relacionamentos interpessoais mediados.

2.1 O *self* na exposição de si

Reconhecendo a complexidade do termo *self*¹⁵ e a variedade de interpretações desta

¹⁵ Apesar de muitas publicações brasileiras traduzirem *self* por “si mesmo”, “eu” e usarem “auto” nas formas compostas como *self-concept* (auto-conceito), manteremos o termo em inglês em sua forma simples para tratar do conceito “*self*” (e *selves*, no plural) relacionado às complexas questões identitárias e da relação indivíduo x

noção tão fundamental no desenvolvimento da psicologia e das ciências humanas e sociais em geral, nossa pesquisa busca relacionar as exposições de si com alguns aspectos dos processos de constituição e desenvolvimento do *self* na atualidade. Abordando-o como algo que se desenvolve nas relações sociais e não como elemento dado, inato ou relacionado a uma suposta essência das pessoas, seguimos a perspectiva basilar de George Herbert Mead (1972), reconhecendo “o *self* não como algo que existe a priori e então entra em relação com os outros, mas como um redemoinho, por assim dizer, na corrente social e ainda parte desta corrente” (Mead, 1972, p. 182, tradução nossa)¹⁶. Defendemos que, ao mudarem as dinâmicas dos relacionamentos interpessoais e as convenções que delimitam as regras de privacidade em novos contextos, alteram-se também algumas das dinâmicas do próprio *self* que participa destas interações.

As complexas relações entre as noções modernas de *self* e de privacidade merecem nossa atenção para salientar qual perspectiva estamos levando em consideração na discussão sobre a exposição de si. Reconhecemos as tensões que os debates em torno do conceito de *self* geram devido às múltiplas interpretações e usos que este conceito tem na própria história da formação do conceito moderno de identidade (Taylor, 1989; Rose, 1999, 2001), antes mesmo do reconhecimento da psicologia científica. Nesta tese, nos aproximamos das discussões que destacam os aspectos sociais do *self*, discussões que balizaram o campo da psicologia social (Ashmore & Jussim, 1997; James, 1983; Mead, 1972) e das reflexões sobre o desenvolvimento do *self* social (Bakhurst, 1995; Bennet, 2004). Na análise que fazemos dos dados da pesquisa de campo, concentramos nosso foco nos limites e regras de acesso ao *self* que os adolescentes desenvolvem com mediação das tecnologias, acreditando que esta mediação está relacionada ao papel das tecnologias de comunicação na saturação social que amplia o aspecto multifacetado das identidades (Gergen, 2000; Lifton, 1995), ajudando a evidenciar elementos desta complexa relação entre as tecnologias digitais e as mudanças nas dinâmicas de desenvolvimento do *self* na contemporaneidade.

Nosso uso dos conceitos exposição de si (*self-disclosure*) e apresentação de si (*self-presentation*) tem como referência a discussão sobre a inseparabilidade dos aspectos sociais e individuais na formação do *self*, assim como fundamentado nas reflexões seminais de Mead

sociedade, tomando o *self* como algo que se desenvolve nesta relação e não como elemento dado, seguindo as considerações de Mead (1972).

¹⁶ “The self is not something that exists first and then enters into relationship with others, but it is, so to speak, an eddy in the social current and so still a part of the current.” (Mead, 1972, p.182)

(1972) e James (1983). Destacamos a importância do processo social como constituinte do *self* e a importância de evitarmos a oposição entre indivíduo e sociedade como elementos independentes. Quando pensamos nas formas de exposição de si, enquanto uma das maneiras de expressão do *self* nas relações, consideramos que estas mesmas expressões fazem parte do desenvolvimento do *self* a partir do momento em que precisam ser elaboradas e também quando se tornam objeto de reflexão da própria consciência. Neste ponto, consideramos como base os apontamentos de George Hebert Mead (1972) sobre o desenvolvimento do *self* no processo social. Para o autor,

O *self* tem características diferentes do que é próprio do organismo fisiológico. O *self* é algo que tem um desenvolvimento; não está inicialmente dado, no nascimento, mas emerge no processo da experiência e atividade social, isso é, desenvolve-se em dado indivíduo como resultado de sua relação com este processo como um todo e com outros indivíduos neste processo. (Mead, 1972, p.135, tradução nossa)¹⁷

Neste sentido, o *self* não pode ser concebido fora das relações sociais e implica outros *selves*, sendo que as fronteiras entre o interior e exterior não são tão nítidas como parecem à primeira vista.

Selves só podem existir definitivamente em relação a outros *selves*. Não há como desenhar rapidamente uma linha precisa entre nossos próprios *selves* e os *selves* dos outros, já que nossos próprios *selves* existem e entram como tal em nossa experiência apenas na medida em que os *selves* dos outros também entram como tal em nossa experiência. (Mead, 1972, p.164, tradução nossa)¹⁸

Esta concepção de *self* pressupõe que mundos interno e externo se complementam antes de se oporem. O *self* bipartido como proposto inicialmente por James é ao mesmo tempo sujeito ativo do conhecimento, o “eu” (*I*) da agência e, também, objeto passivo de ser conhecido por si mesmo e pelos outros, o “mim” (*Me*) (Macedo & Silveira, 2012). William James (1983) também enfatizou a importância dos aspectos sociais do *self* e como a imagem que os outros carregam de nós participa ativamente da imagem que nós teremos de nós mesmos. Quanto ao *self* social, James (1983) aponta que temos tantos *selves* sociais quanto há indivíduos que nos reconhecem e carregam consigo uma imagem de nós em sua mente, o que

¹⁷ “The self has a character which is different from that of the physiological organism proper. The self is something which has a development; it is not initially there, at birth, but arises in the process of social experience and activity, that is, develops in the given individual as a result of his relations to that process as a whole and to other individuals within that process.” (Mead, 1972, p.135)

¹⁸ “Selves can only exist in definite relationships to other selves. No hard-and-fast line can be drawn between our own selves and the selves of others, since our own selves exist and enter as such into our experience only in so far as the selves of others exist and enter as such into our experience also.” (Mead, 1972, p.164)

abre interessantes discussões sobre a apresentação e a exposição de si.

Devidamente falando, um homem tem tantos *selves* sociais quanto há indivíduos que o reconhecem e carregam uma imagem dele em sua mente. Ferir qualquer uma destas imagens é ferir ele. Porém como os indivíduos que carregam estas imagens são divididos naturalmente em classes, nós podemos praticamente dizer que ele tem tantos *selves* sociais diferentes quanto há distintos grupos de pessoas com opiniões relevantes para ele. (James, 1983, p. 281, tradução nossa)¹⁹

A forma como concebemos o *self* é importante para subsidiar nossas reflexões sobre a exposição de si, já que justamente as noções de interioridade e exterioridade que fundamentam as diferentes noções de privacidade são as que serão problematizadas ao longo desta tese. Longe de esgotar as reflexões sobre a constituição do *self* e seu desenvolvimento, registramos por ora apenas nossa adesão a esta perspectiva que o considera como elemento que só existe em uma rede de interlocução, com destaque para o caráter fluido destas interações, nos afastando das concepções que o tratam como centro da agência humana, idealizado como núcleo do sujeito unificado, coerente, estável e autocentrado como concebido em algumas abordagens no início da modernidade (Rose, 2011).

Reconhecemos que o conceito de *self* não é homogêneo e tampouco imune a profundas críticas. Como fruto do pensamento ocidental, está diretamente relacionado às condições sócio-históricas de seu desenvolvimento e de seus usos, repercutindo visões de mundo que precisam ser desnaturalizadas e sua gênese analisada com olhar crítico (Rose, 2011). Nesta tese, não aprofundaremos esta reflexão, mas consideramos as importantes críticas sobre o surgimento da concepção de *self* (Taylor, 1989; Ashmore & Jussim, 1997) e a diversidade de tecnologias intelectuais que operam no seu desenvolvimento em sintonia com o desenvolvimento da sociedade moderna ocidental (Rose, 2011), na qual as tecnologias de informação e comunicação têm exercido forças emblemáticas. Se só podemos ser um *self* em relação a certos interlocutores, o mesmo só existe nesta rede de interlocução. No entanto, a cultura moderna desenvolveu uma concepção do individualismo que, ao menos potencialmente, considera que a pessoa se torna independente desta rede de interlocução que lhe dá origem (Taylor, 1989).

Admitindo a impreterível dinâmica social do *self*, reconhecemos que o processo de

¹⁹ “Properly speaking, a man has as many social selves as there are individuals who recognize him and carry an image of him in their mind. To wound any one of these his images is to wound him. But as the individuals who carry the images fall naturally into classes, we may practically say that he has as many different social selves as there are distinct groups of persons about whose opinion he cares.” (James, 1983, p. 281)

exposição de si está ancorado não apenas no contexto social no qual ocorre, mas também está relacionado à percepção que as pessoas têm sobre si mesmas enquanto indivíduos e como o *self* é concebido em cada sociedade. Assim, se faz necessário reconhecer as fortes relações do uso do termo com o gradativo processo de individualização como traço importante da cultura contemporânea, relacionado também ao que Giddens (2002) aponta como modernidade reflexiva. No âmbito teórico, Elliott (2014) enfatiza que o novo individualismo moderno, ilustrado pela cultura do faça você mesmo e pela literatura de auto-ajuda,

(...) é uma explicação poderosa na teoria social contemporânea que busca interpretar a ascensão, florescência e fraturas das identidades “faça você mesmo”. Individualização, no sentido de construção de si, inovação de si, reflexividade, reflexo e experimentação, teoriza várias novas articulações do *self* na era de intensa globalização. (p. 162, tradução nossa)²⁰

O culto ao individualismo e à cultura da auto-ajuda proclama que o *self* pode ser feito, testado e negociado com vistas a um futuro aberto. Além da relação direta com a diminuição da força da tradição e dos costumes que serviam de referência para os projetos de vida, a individualização moderna contempla a experiência de livre escolha e a necessidade de escolhas personalizadas como ilustrações da sociedade de consumo. Ambivalência, incerteza e riscos são características marcantes que acompanham esta sociedade individualizada. Neste cenário, o que Elliot (2014) chama de novo individualismo está associado a uma progressiva privatização da vida, “uma privatização da vida relacionada ao coração do 'novo individualismo'. A propagação do novo individualismo é construída no apelo cultural para a contínua auto-transformação e auto-reinvenção instantânea” (pp.162-163, tradução nossa).²¹

Esta análise sobre o novo individualismo inspirada nas reflexões de Beck (2010), trata a individualização como associada à desvinculação das certezas da sociedade industrial que subsidiavam os estilos de vida, apontando que atualmente há uma compulsão pela busca de novas certezas para si e para os outros na reinvenção de si (Beck, 2010). Um processo não apenas individual, subjetivo, mas produzido socialmente, fruto de transformações nas instituições e nas relações interpessoais (Beck, 2010). Estas características nos parecem

²⁰ “(...) is one powerful account developed in contemporary social theory which seeks to interpret the rise, flourishing and faultlines of 'do-it-yourself' identities. Individualization, in the sense of self-making, self-innovation, reflexivity, reflex and experimentation, theorizes various new articulations of self in an age of intense globalization (...)” (Elliott, 2014, p. 162)

²¹ “(...) this is a privatizing of life which lies at the core of 'new individualism'. The spread of individualism anew is built upon the cultural drive for continual self-transformation and instant self-reinvention” (Elliott, 2014, pp. 162-163).

importantes na delimitação dos contextos dos relacionamentos interpessoais dentro dos quais estamos investigando as exposições de si. As apropriações das tecnologias digitais como mediadores dos relacionamentos, e os contextos digitais como arenas para a exposição e a apresentação de si dos adolescentes, precisam ser encarados neste cenário mais amplo das sociedades contemporâneas, cenário que supõe ampla liberdade de escolha dos aspectos de si que serão apresentados, expostos e atualizados nas interações.

Numa crítica ainda mais rigorosa ao individualismo contemporâneo, Rose (2011) questiona o tipo de liberdade que as atuais sociedades liberais permitem aos sujeitos na construção de suas identidades:

As formas de liberdade que adotamos hoje estão intrinsecamente ligadas a um regime de subjetivação no qual os sujeitos não são meramente “livres para escolher”, mas obrigados a serem livres, a entender e encenar suas vidas em termos de escolhas, sob condições que sistematicamente limitam, em tantas pessoas, as capacidades de modelar seus próprios destinos. (Rose, 2011, p.32)

Se desde o século XIX herdamos uma concepção romântica do *self* associada à profundidade das características pessoais, a partir do modernismo do século XX o vocabulário romântico foi abalado e gradativamente sobreposto pela racionalidade e intencionalidade, projetando uma estabilidade e unidade do *self* baseado no controle de si. A exaltação da liberdade para constituição de si ganha força nas sociedades de consumo, projetando uma liberdade para as escolhas dos bens materiais e dos referências identitários que supostamente se libertam das referências religiosas e sociais tradicionais (Rose, 2011).

Cada vez mais imersos num mundo social de diversidade de opiniões, valores e estilos de vida, assistimos a uma saturação do *self* pelo uso cotidiano do que Gergen (2000) chama de tecnologias de saturação social. As tecnologias centrais no desenvolvimento da vida moderna como os transportes por trem, navio, automóveis e aviões, assim como tecnologias de comunicação como livros, rádio, cinema, telefone, televisão e atualmente a Internet, ao lado da mecanização dos processos de trabalho industrial, geram uma nova dinâmica para conceber o *self* e a noção de identidade nas sociedades ocidentais contemporâneas. Para Gergen (2000),

Através das tecnologias do século, o número e variedade das relações nas quais estamos engajados, a frequência potencial dos contatos, a intensidade expressa dos relacionamentos, e a persistência através do tempo estão todas aumentando constantemente. Conforme este aumento torna-se extremo nós atingimos o estado de saturação social. (p. 61, tradução nossa)²²

²² “Through the technologies of the century, the number and variety of relationships in which we are engaged,

Nesta perspectiva, o *self* unificado, estável e racional como pretendido por concepções modernas estaria sendo intensamente abalado pela multiplicidade e instabilidade das possibilidades de experimentação e de relacionamentos sociais na atualidade, dando origem a uma condição *multifrênica* (Gergen, 2000). A condição multifrênica emerge nos que oscilam em constante transformação, conectando-se em uma cadeia de formas de ser contraditórias (Gergen, 2000). Reconhecendo que desde o início do século XXI estas tecnologias têm ganhado cada vez mais força na vida social, incluindo as tecnologias digitais no cotidiano, vale questionar como ocorre, e se ocorre, esta chamada saturação social nos contextos digitais e como os adolescentes lidam com este tipo de situação.

Apesar de reconhecer a noção de saturação social e a potencial sobrecarga da multiplicidade de possibilidades de contatos sociais, de consumo e das pressões culturais em torno da reinvenção de si, acreditamos que os contextos digitais não são apenas um reflexo direto destas condições, mas apostamos que as condições do novo individualismo se refletem ao mesmo tempo em que são reinventadas pelas pessoas que se apropriam das tecnologias digitais nas mais variadas formas e situações.

As definições que amparam a noção de *self* se alteram de acordo com mudanças sociais, políticas e econômicas de cada contexto histórico. As transformações das cidades, das formas de trabalho, das escolas, das tecnologias de transporte e comunicação são ao mesmo tempo promotoras e reflexos de transformações nas formas de conceber o *self*, nas formas como os seres humanos pensam e agem sobre si mesmos (Simmel, 1971) a partir da percepção que imaginam que os outros têm dele (Cooley, 1992), evidenciando a inseparabilidade dos processos sociais e cognitivos na constituição do *self* (Mead, 1972).

Em nossa discussão sobre as eventuais modificações que as singularidades sociotécnicas dos contextos digitais provocam nas formas de exposição de si de adolescentes na atualidade, acreditamos que não podemos deixar de refletir, mesmo que de maneira indireta, sobre como estas práticas geram ressonâncias sobre o próprio processo de desenvolvimento do *self* e sobre os limites entre o que consideramos público e privado nas relações sociais, limites que indicam as fronteiras entre o *self* e o outro, entre os *selves* em relação (Altman, 1977; Altman et al., 1981). Ao mesmo tempo em que as tecnologias de

potential frequency of contact, expressed intensity of relationship, and endurance through time all are steadily increasing. As this increase becomes extreme we reach a state of social saturation.” (Gergen, 2000, p. 61)

comunicação mais recentes permitem a concepção destes novos espaços interacionais, é preciso considerar o quanto outras tantas inovações tecnológicas mais remotas também estão associadas às transformações do *self* ao modificarem os espaços urbanos, os ambientes de trabalho, as residências e as relações com o corpo.

Nossa discussão teórica sobre a exposição de si admite a dinâmica reflexiva do *self*, o *self* como projeto reflexivo (Giddens, 2002) que contempla tanto a agência dos sujeitos quanto a percepção de si mesmo como objeto do pensamento que está aberto para se transformar no curso das interações sociais. Defendemos que as interações que ocorrem nos contextos digitais desfrutam também desta liberdade para transformação e construção de si, ao mesmo tempo em que reconhecemos que estas são liberdades condicionadas ao contexto sócio-histórico preciso das sociedades de consumo que, no âmbito do novo individualismo, prescrevem um conjunto de normas sociais, com expectativas rigorosas de performances e punições variadas.

Como aponta Goffman (2010), a liberdade de escolha das formas de apresentação do *self* nas interações sociais não se realiza como liberdade absoluta, mas sim dentro de um conjunto restrito de possibilidades convencionalmente assumidas como apropriadas nos diferentes contextos de interação. A imaginação sobre o julgamento dos outros em relação aos seus comportamentos faz parte da concepção de *self* daquele que se comporta diante dos outros (Cooley, 1992).

Nos relacionamentos interpessoais nos contextos digitais, há também convenções e normas sociais que amparam os limites que os adolescentes usam como referência para suas aproximações e afastamentos, para as aberturas e fechamentos do *self* em relação aos demais, sendo que a escolha das formas de exposição e apresentação de si geram ressonâncias sobre como percebem a si mesmos, além de gerar impressões nos interlocutores e nas próprias plataformas digitais. O eu (*I*) que se expõe gera impressões nos outros, impressões que são incorporadas no repertório pessoal (*me*) e que mediará as futuras exposições num complexo e dinâmico processo retroalimentado nas interações, agora com possibilidade de registro digital e maior potencial de publicização.

Se tomamos o sentimento de identidade como resultante de um conjunto de características tanto pessoais quanto sociais que se combinam numa configuração particular para cada indivíduo, compondo-se em um mosaico singular que agrega semelhanças e diferenças com seus pares (Deschamps & Moliner, 2009), a interação nos contextos digitais

parece representar um palco importante para as formações identitárias dos adolescentes. A dinâmica em rede das tecnologias digitais permite amplificar a disponibilidade de referenciais identitários e possibilidades de interação social para muito além do circuito imediato dos encontros face a face e da relação unilateral dos meios massivos como a televisão, cinema e rádio.

Ainda que as potencialidades dos contextos digitais não sejam atualizadas para todos, tampouco nas mesmas condições, vale frisar que novas dinâmicas interacionais se instauram simultaneamente à atualização das convenções e regras sociais mais antigas que amparam a concepção do *self* na atualidade.

Feitas as considerações sobre a perspectiva que utilizamos para guiar nosso uso do termo *self*, seguiremos com a fundamentação teórica que ampara precisamente nossa discussão sobre a exposição de si (*self-disclosure*) dos adolescentes e suas expressões nos contextos digitais, apostando que o estudo das exposições é um dos caminhos para compreendermos alguns aspectos importantes destas novas dinâmicas interacionais.

2.2 A exposição de si e suas dinâmicas na adolescência

Optamos por usar a tradução de *self-disclosure* como *exposição de si* e não auto-revelação, de forma semelhante como ocorre no idioma francês com a expressão *exposition de soi*²³, embora reconheçamos a dificuldade desta tradução para contemplar a complexidade dos termos *self* e *disclosure* na expressão em inglês²⁴. A exposição de si pode ser compreendida

²³ Em especial com o adotado nas pesquisas de Granjon (2012) e Cardon (2008, 2012).

²⁴ Esta opção por exposição de si se justifica para evitar tomar a noção de *self-disclosure* como revelação de algo interior “puro” para o exterior tendo o indivíduo como ponto de referência, mas justamente enfatizar a relação comunicacional que permite a interação, o compartilhamento, na exposição de si que é para (e em relação) aos outros. Apesar de haver traduções para o português brasileiro como auto-revelação (Vilarinho, 1988), optamos pela exposição de si para evitar esta interpretação demasiadamente interiorizada da auto-revelação, bem como para evitar o termo “auto” que não contempla a amplitude da noção de *self*. Reconhecemos ainda as limitações da tradução de *self* por “si”, lembrando que algumas traduções usam “si mesmo”, “eu”, “eu/mim”, optamos por manter o termo *self* em inglês quando estiver sendo usado sozinho. O conceito de *self-disclosure* será explorado em maiores detalhes ao longo deste capítulo, mas destacamos ainda a necessidade de evitar o tom pejorativo que o termo “exposição” pode ter em alguns usos no português brasileiro. Nosso entendimento aqui é de exposição como ato de explicitar, divulgar, sem julgamento de valor sobre o ato. Ao longo desta tese nos interessa justamente debater sobre algumas das normas sociais que regulam estas exposições, individual e coletivamente,

como o processo de tornar o *self* conhecido aos outros (Jourard, 1966, 1971a) e definida como aquilo que uma pessoa comunica sobre si à "pessoa-alvo", podendo variar em diferentes dimensões, dependendo do tipo de contato que se pretende manter com o outro. Considerando as exposições voluntárias, a exposição de si pode ser definida como uma interação entre ao menos duas pessoas na qual uma delas deliberadamente divulga algo sobre si para a outra (Derlega, Metts, Petronio, & Margulis, 1993), podendo ser a exposição pessoal (aspectos de si) ou exposição relacional - exposição com foco na relação com outra pessoa ou aspectos de interações (Greene, Derlega, & Mathews, 2006).

Frisamos aqui que a exposição de si pode ser tanto voluntária quanto involuntária (Jourard, 1971a), bem como pode envolver informações verbais ou não verbais sobre si, conforme resumimos na Figura 1.

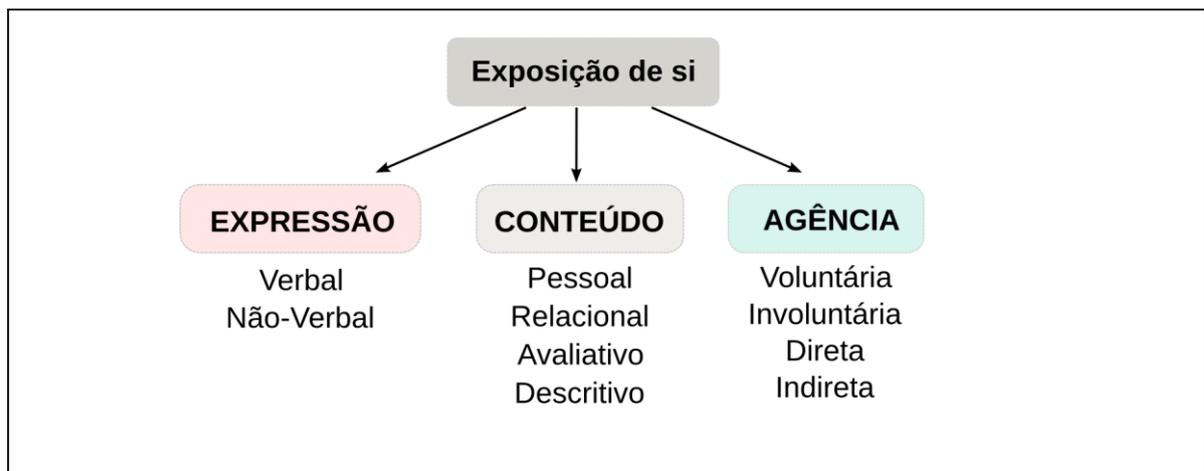


Figura 1. Dimensões da exposição de si em relação ao tipo de expressão, conteúdo e agência.

Apesar de os primeiros estudos concentrarem as reflexões nas exposições intencionais e verbais (Cozby, 1973), destacaremos a importância das revelações simbólicas e não verbais como efetivas e eficientes formas de comunicar informações de si (Greene et al., 2006), especialmente quando encaradas como parte dos processos de apresentação de si (Leary, 1996; Goffman, 2002, 2010, 2012; Schlenker, 2003) nas interações sociais.

Estamos considerando a exposição de si ao mesmo tempo como produto e processo das interações, participando no desenvolvimento de relações interpessoais (Altman, & Taylor, 1973; Buhrmester & Prager, 1995), na delimitação dos limites do *self* e da privacidade (Altman & Taylor, 1973; Derlega et al, 1993; Jourard, 1966, 1971a; Petronio, 2002),

como sendo ou não apropriadas para cada contexto no qual ocorrem.

destacando que a privacidade tem relação direta com o senso de individualidade (Cozby, 1973; Derlega, Winstead, & Greene, 2008; Greene, et al., 2006) e com o desenvolvimento da autonomia (Altman, 1975; Westin, 1967).

Nas pesquisas em psicologia social, o comportamento de exposição de si é tido como produto de duas forças opostas, uma operando para ampliar a exposição e outra para inibi-la. Nas primeiras décadas de estudo deste comportamento, a primeira força foi enfatizada, a despeito dos aspectos que inibem a exposição, a necessidade de privacidade e discrição (Cozby, 1973; Greene, et al., 2006). A necessidade de preservação e afastamento em relação aos outros e à sociedade foram destacadas nos estudos sobre a privacidade (Altman, 1975; Altman et. Al, 1981; Margulis, 2003; Westin, 1967), conforme assinalaremos no próximo capítulo, no subcapítulo 3.1.

As pesquisas empíricas iniciais desenvolvidas por Jourard (1971a, 1971b), a partir de seu instrumento de medida criado para mensurar a exposição de si, ajudaram a ampliar o campo de investigação sobre o tema através dos estudos sobre as variações entre os gêneros, variações na escolha dos destinatários das exposições e da relação com diferentes aspectos da personalidade (Derlega et al, 1993; Cozby, 1973; West & Zingle, 1969). No Brasil, o inventário de exposição de si criado por Jourard (1971b) foi traduzido e adaptado por Vilarinho (1988), mas encontramos poucos trabalhos com aplicação deste instrumento nas pesquisas brasileiras (Dias, 2003; Dias, & Teixeira, 2008) relacionadas aos contextos digitais.

Na versão inicial de seu questionário de 60 itens, Jourard (1971b) destacou seis categorias gerais de informações sobre si dentro das quais se distribuem as questões de seu instrumento, a saber: (a) Atitudes e opiniões; (b) Interesses e preferências; (c) Trabalho (estudos); (d) Dinheiro (financeiro); (e) Personalidade; (f) Corpo. Como nossa pesquisa tem enfoque qualitativo, não fizemos uso dos instrumentos de medida elaborados para mensurar as variações nas práticas de exposição de si. Porém, interessante notar o quanto as informações indicadas no instrumento base de Jourard (1971a) como mais privadas e pouco compartilhadas nas interações ordinárias são, atualmente, expostas com relativa naturalidade nos contextos digitais, indicando uma importante variação nas convenções sociais que delimitam o tipo de informações e os contextos apropriados para as exposições em diferentes momentos da história e nas diferentes etapas da vida.

Para criar o perfil em um site de rede social como o Facebook, por exemplo, geralmente é preciso, direta ou indiretamente, compartilhar informações sobre si que abarcam

as seis categorias temáticas propostas por Jourard (1971b), seja através de campos específicos nas plataformas ou através de comentários e publicações que apontam estas informações indiretamente como parte do repertório de conteúdos que são usados para a apresentação de si nestas interações mediadas. Ainda assim, a expectativa de Jourard (1971a) com relação à gradativa transparência do *self* não pode ser deduzida de imediato sem analisarmos conjuntamente as novas estratégias de preservação e manejo do fluxo destas informações privadas na atualidade.

Reconhecendo que a exposição de si está relacionada ao processo mais amplo de desenvolvimento individual e das relações interpessoais (Altman et al., 1981; Altman, & Taylor, 1975), destacamos sua importância durante a adolescência (Buhrmester & Prager, 1995; Derlega & Berg, 1987; Rotenberg, 1995; West & Zingle, 1969). Ao expor aspectos de si aos pares e familiares, os adolescentes podem ampliar sua auto-percepção e receber o suporte - ou reprovação - social que guiará a formação de seu auto-conceito e a compreensão das regras sociais e padrões morais do contexto social no qual estão inseridos (Rotenberg, 1995). A ampliação do relacionamento com os pares e as mudanças na relação com a família são transformações importantes durante o desenvolvimento da identidade dos adolescentes, evidenciando reorganizações pessoais, com novas percepções sobre si mesmo (Cooley, 1992), sobre os outros e sobre suas interações (Brown, 2004; Giordano, 1995; Youniss & Smollar, 1985; Youniss & Yates, 2000).

A elevada participação de adolescentes nos contextos digitais nos leva a destacar as singularidades destes na reconfiguração das formas de expressão, contextos e audiências das exposições de si praticadas na atualidade, o que parece implicar em novas convenções que guiam as regras de controle sobre os usos e publicização de suas informações pessoais nas relações interpessoais. A mediação das tecnologias digitais parece demandar um rearranjo das regras que atuam na regulação da privacidade enquanto regulação dos limites interpessoais que definem a dinâmica de abertura e fechamento, de aproximação e afastamento do *self* em relação aos outros (Altman et al., 1981; Petronio, 2002).

A exposição de si é vista, pois, como parte do processo mais amplo, no qual as interações sociais modelam e são modeladas durante o desenvolvimento dos adolescentes. Partindo das reflexões sobre a Teoria Interpessoal do desenvolvimento social de H.S. Sullivan (1953) e da abordagem psicossocial da teoria do desenvolvimento da personalidade e da identidade de Erik Erikson (1968), Buhrmester & Prager (1995) propuseram um esquema

analítico sobre a exposição de si na adolescência que nos é útil nesta tese. Neste, a exposição de si está associada às “*questões*”²⁵ (*issues*) e “*preocupações*” (*concerns*) individuais que demandam “*aportes*” (*input*) e “*provisões*”²⁶ (*provisions*) sociais que, por sua vez, levam à escolha dos melhores “*parceiros*” (*partners*) para a exposição de si, alvos que podem ser os pais ou os pares dos adolescentes. O esquema relaciona também a exposição de si a “*fatores determinantes*” (desenvolvimento biológico, maturidade cognitiva, pressões culturais e experiências individuais) e aos “*limites e oportunidades contextuais*” como elementos que precisam ser considerados no processo (Buhrmester & Prager, 1995)

Concebida desta forma, a exposição de si tem a função instrumental de permitir aos adolescentes ganharem “*aportes/provisões*” relativos às suas “*questões*” e “*preocupações*” mais salientes. Tanto o tipo de questões/preocupações, quanto o tipo de aportes sociais conquistados (e esperados) com a exposição de si, podem variar. Nos interessa também apontar a diferenciação entre dois tipos da exposição de si e que podem gerar aportes diferentes: (1) a exposição descritiva, compreendendo revelações de informações factuais, e (2) a avaliativa, compreendendo a exposição de sentimentos ou julgamentos (Berg & Archer, 1982; Morton, 1978; Rotenberg, 1995).

Dois outros fatores podem ainda determinar os possíveis parceiros eleitos como destinatários (*recipients*) da exposição: (1) o tipo específico de aporte/provisão que é desejado define parcialmente o tipo de parceiro que melhor será capaz de oferecer este aporte (*input*); e (2) a estrutura do ambiente social cria diferentes limites e oportunidades para revelar informações a diferentes parceiros. Ao mesmo tempo, as diversas experiências de interação com os diferentes parceiros afetam, positiva ou negativamente, a forma como as questões e preocupações são resolvidas e trabalhadas - individualmente - pelos adolescentes (Buhrmester & Prager, 1995). As pesquisas indicam ainda as diferenças culturais e de gênero como fatores importantes na escolha dos alvos das exposições (Dindia & Allen, 1992; Dolgin & Minowa, 1997; Sheldon, 2013; Stokes, Fuehrer, & Childs, 1980).

Para nossa tese, a didática do esquema da Buhrmester & Prager (1995) ajuda a guiar

²⁵ Com relação às dificuldades de tradução dos termos originais em inglês: *issues* e *concerns*, optamos por traduzir *issues* como “questões”, mas considerando que o termo agrega sinônimos como “problemáticas”, “assuntos” e “temas”. No caso de *concerns*, optamos pela ideia de “preocupações”, considerando que o termo possa englobar, também, a dimensão positiva de questões que afetam o sujeito e dispensam atenção - não apenas como problema, mas possuem relevância para o sujeito em geral.

²⁶ Diante da complexidade das traduções precisas também para os termos *input* e *provisions*, optamos por um único termo, respectivamente, e manteremos os termos originais, entre parêntese, para evitar o reducionismo dos termos de conceitos quando necessário.

nossas discussões, enfatizando a singularidade dos limites e oportunidades dos contextos digitais na dinâmica das exposições, avançando na compreensão sobre as mudanças no processo de escolha dos “destinatários” e “aportes”. Os contextos digitais parecem complexificar a delimitação das audiências e alterar o contexto da interação quando comparado com o que ocorre nos encontros face a face que serviram de base para o modelo de Buhrmester & Prager (1995) e das demais reflexões que inauguraram o campo de pesquisa sobre exposição de si na psicologia (Altman & Taylor, 1973; Cozby, 1973; Derlega et al, 1993; Jourard, 1966, 1971a).

Além dos aspectos contextuais, destacamos ainda a importância de dois dos fatores determinantes no esquema de Buhrmester & Prager (1995), as *pressões culturais* e as *experiências individuais*. Como desenvolveremos no próximo subcapítulo, o próprio desenho e os modos de funcionamento das plataformas digitais como Facebook, Instagram, Snapchat e Instagram são convites para a exposição de diferentes aspectos de si, numa dinâmica na qual participar destas redes é muitas vezes uma demanda indissociável da socialização e do sentimento de pertencimento no desenvolvimento das relações sociais na atualidade (Boyd, 2008a; Marwick & Boyd, 2011a), uma pressão cultural bastante expressiva que supervaloriza a exposição (Sibilia, 2008) e a ampla visibilidade das questões íntimas (Cardon, 2008, 2012; Tisseron, 2002; Suler, 2004).

A exposição de si não pode ser considerada apenas fruto de um encontro comunicacional, mas como produto e processo de interações, assim como um caminho para regular as interações de forma dinâmica (Christofides, Muise, & Desmarais, 2009, 2012; Joinson & Paine, 2007). Expor informações sobre si na rede de relacionamentos é tornar-se vulnerável aos outros, uma vez que há o risco de não receber aportes ou receber aportes negativos.

Consideramos que as funções da exposição de si apontadas por Derlega e Grzelak (1979) podem ser percebidas também no compartilhamento de informações pessoais realizados pelos adolescentes nos contextos digitais. Os autores elencam cinco funções principais da exposição de si, a saber: (1) receber *validação social*, (2) ganhar *controle social*, (3) promover o *auto-esclarecimento (self-clarification)*, (4) exercer a *expressão de si (self-expression)*, e (5) fortalecer o *desenvolvimento de relações* (Derlega e Grzelak, 1979).

Partindo destas cinco funções da exposição de si, o modelo de decisão sobre as exposições de Omarzu (2000) destaca que em cada situação há objetivos mais salientes, o que

definirá a amplitude e a profundidade das exposições, de acordo com a percepção dos riscos e recompensas nesta dada situação. Nesta pesquisa, analisamos como os aspectos contextuais das plataformas Facebook, Instagram, WhatsApp e Snapchat provocam uma nova disposição dos alvos das revelações e reajustam as práticas de exposição de si e do gerenciamento das informações privadas, compondo situações com pistas, benefícios e riscos que são percebidos de forma diferente em cada plataforma.

Defendemos que os adolescentes perseguem objetivos estratégicos e motivações diferentes em cada plataforma de comunicação digital (Bazarova & Choi, 2014; Choi & Bazarova, 2015), sendo que a visibilidade e a escolha dos alvos afetam os objetivos que serão prevalentes. Com menor capacidade de controlar os alvos, podem aumentar o controle da seletividade sobre os conteúdos, reduzindo a intimidade das informações pessoais expostas, por exemplo (Lampinen, 2014), ou ampliar o leque de informações sobre si em plataformas que facilitam expressões anônimas (Bargh, McKenna, & Fitzsimons, 2002; McKenna, 2010; Turkle, 1995).

Destacamos a seguir algumas das singularidades das plataformas que são alvo de nossa pesquisa de campo, para então refletirmos sobre as implicações destas nas funções das exposições de si dos adolescentes nestes novos contextos interacionais.

2.3 As plataformas digitais como contextos para a exposição dos adolescentes

A Internet é uma rede de redes, muito maior do que tudo aquilo que podemos acessar com aplicativos de celular, jogos ou mesmo através de sites de busca como o Google²⁷. A Internet possibilitou a criação de novos espaços de interação social que não podem ser qualificados apenas como opostos ao real, como mundo à parte, de isolamento e alienação para os quais fugiriam os adolescentes na atualidade. Para além dos detalhes técnicos e políticos da arquitetura das redes, sua governança e mutações na infra-estrutura²⁸, adotamos

²⁷ O Google Search é um serviço da empresa Google, exemplo de mecanismo de busca de conteúdos nas redes indexadas da Internet que permite ao usuário fazer pesquisas sobre qualquer tipo de assunto ou conteúdo indexado. É atualmente o serviço de busca mais usado no Brasil e também o primeiro serviço lançado pela empresa Google Inc. (Wikipedia, 2016). Consulta realizada em 20/02/2016 em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Search

²⁸ Apesar de ser muito importante a compreensão sobre as diferentes redes que estão ligadas entre si para compor

uma abordagem que reconhece uma importante dimensão pública de muitos dos ambientes digitais frequentados pelos adolescentes em seu uso cotidiano. Como apontamos no subcapítulo 1.1, as pesquisas indicam que no Brasil os adolescentes passam maior parte de seu tempo conectados aos aplicativos sociais de trocas de mensagens (como WhatsApp e Snapchat) e em redes sociais digitais como o Facebook e o Instagram (CGI, 2015b), redes e aplicativos eleitos para nossa pesquisa de campo como exemplos de contextos digitais nos quais ocorrem as exposições de si e se desenvolvem relacionamentos interpessoais significativos.

No caso das redes sociais digitais, podemos reconhecer nelas uma arena para importantes experimentações sociais e identitárias dos adolescentes (Livingstone, 2009; Baym, 2010). Longe de ser um mundo “irreal”, estes ambientes relacionais são bases reais para a construção de laços, para a apresentação de si, para a aprendizagem, experimentações sexuais, identificação com causas e também para o exercício da cidadania (Boyd, 2014; Ellison & Boyd, 2013; Livingstone & Haddon, 2012). O mesmo podemos dizer em relação aos aplicativos e programas que permitem a troca de mensagens que participam na mediação das relações interpessoais dos adolescentes (Haddon, 2013; Ito, Okabe, & Matsuda, 2005; Ogara, Koh, & Prybutok, 2014), exemplificados atualmente pelos usos do WhatsApp e Snapchat. Tanto as redes sociais digitais quanto os aplicativos sociais²⁹ são complexos e híbridos dispositivos que configuram práticas sociais, ao mesmo tempo em que são configurados por elas (Dutton, 1996), delimitando contextos singulares que participam na

o que chamamos Internet, não aprofundaremos aqui estas discussões sobre a arquitetura das redes e as implicações políticas e sociais que emergem da sua governança em âmbito global, mesmo reconhecendo que geram diretas e importantes consequências para os usuários, especialmente nas questões relativas à privacidade, importância ilustrada pela nomeação, em 2015, de um relator especial no conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) para debater especificamente o direito à privacidade na era digital, a pedido dos governos brasileiro e alemão na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Detalhes sobre mandato e escopo desta discussão na ONU: <http://www.ohchr.org/EN/Issues/Privacy/SR/Pages/SRPrivacyIndex.aspx>. As discussões sobre a privacidade no âmbito da governança da Internet se desdobram em múltiplas áreas e escapam de nosso escopo, apesar de este cenário global ter implicações nos usos cotidianos em qualquer parte do mundo e delimitar o próprio futuro das redes. Mais informações introdutórias podem ser encontradas em: Agre & Rotenberg (1998); Doneda & Almeida (2015); Lane, Stodden, Bender, & Nissenbaum (2014).

²⁹ Evitamos usar nesta tese o termo “mídias sociais” (*social media*) por considerarmos que as mídias, digitais ou não, são sempre sociais na medida em que permitem a comunicação e de alguma forma implicam em relações (provocando, mantendo ou evitando-as). Esta nossa posição está em consonância com as críticas que alguns pesquisadores contemporâneos têm feito sobre a crescente monetização das relações sociais mediadas pelas tecnologias digitais, o que gera implicações nos usos dos termos e das próprias tecnologias não apenas pelos usuários e imprensa, mas também pelos pesquisadores acadêmicos (Baym, 2015; Boyd, 2015; Couldry, 2015). Nosso foco está nas oportunidades e limites que estas mídias delimitam enquanto contextos para a exposição e não na pesquisa sobre cada mídia especificamente.

configuração da dinâmica das exposições de si.

Acreditamos que as interações com as diferentes tecnologias de comunicação são inter-relacionadas e uma nova tecnologia não suplanta as demais, tampouco exclui as formas possíveis de comunicação que incluem a comunicação face a face. Nossa tese ampara-se na compreensão de que o que ocorre através de uma nova tecnologia está sempre relacionado com o que ocorre face a face e via outras mídias como o telefone, a televisão e o cinema (Baym, 2009, 2010; Meyrowitz; 1985; Papacharissi, 2011), reconhecendo as diferentes potencialidades de cada uma em cada contexto de uso. Apostamos que as tecnologias digitais trazem à tona não apenas rupturas, mas também continuidades nas práticas de comunicação e nos tipos de relações interpessoais que podem ser desenvolvidas pelos adolescentes.

Dentre a diversidade de aspectos sociais e comportamentais nos quais as tecnologias digitais participam na vida dos adolescentes, e mesmo dentre a diversidade de usos que eles fazem da Internet, exploramos os contextos digitais com suas condições e dinâmicas singulares para as exposições de si, ao lado das práticas e convenções sociais sobre as quais os adolescentes se baseiam para definir os limites de uso e compartilhamento de suas informações privadas nestes novos contextos interacionais mediados.

Um exemplo que nos ajuda a ilustrar as continuidades e rupturas na utilização das tecnologias nos processos de interação social e de percepção de si é o que podemos observar na relação entre os usos dos diários pessoais do século XVIII e os usos contemporâneos de redes sociais digitais como Facebook. Além de o uso ser comum e intenso entre os adolescentes, ambos (diários pessoais e Facebook) serviram tanto para registrar experiências pessoais quanto para compartilhá-las em circuitos de relacionamento selecionados de acordo com os objetivos de cada interação (Good, 2012), muitas vezes extrapolando os fins e usos comerciais previstos inicialmente. Em sua análise comparativa entre estas duas modalidades de registro e compartilhamento das informações pessoais, Good (2012) apresenta uma sequência de continuidades que acompanham as rupturas nas inovações técnicas. Seu exemplo nos ajuda a perceber esta complexa relação entre as limitações técnicas e os usos criativos que as pessoas fazem de acordo com as demandas sociais e a conjuntura cultural de cada momento.

Na mudança do diário de papel para as telas eletrônicas, “muda precisamente aquele *eu* que narra, assina e protagoniza os relatos de si. Muda o narrador, muda o autor, muda o personagem” (Sibilia, 2008, p.50). De maneira menos explícita, podemos considerar que há

algumas continuidades entre o compartilhamento dos cartões postais no início do século XX (Novais & Sevchenko, 1998) e o compartilhamento de imagens de momentos especiais da vida no Instagram, com significativas rupturas nos usos e apropriações das imagens nos diferentes momentos da história (Braga, 2015). De toda forma, concordamos que ao mudarem os suportes para estas práticas sociais, mudam também os sujeitos que se expressam e se constituem nestes usos.

Entender as exposições de si dos adolescentes nos relacionamentos que desenvolvem nos contextos digitais - através de plataformas que permitem troca de mensagens com textos, vídeos, fotos e ícones variados – nos exige especificar como abordamos estas tecnologias, tecnologias digitais que são tão dinâmicas que mesmo as definições usadas por pesquisadores da área são desafiadas pelas transformações nos usos, nos dispositivos e nas próprias plataformas. Reconhecendo estes desafios de acompanhar as velozes mutações das práticas e dos próprios conceitos, adotamos nesta tese as discussões em torno do conceito de *networked publics*³⁰ para enfatizar as singularidades dos contextos digitais (Benkler, 2006; Varnelis, 2008; Boyd, 2011). Optamos por usar o termo num sentido mais próximo ao da apropriação feita por Danah Boyd (2008b, 2011, 2014) a partir de suas pesquisas sobre o uso dos Sites de Redes Sociais por adolescentes.

Defendemos que muitas das condições e dinâmicas que caracterizam os *networked publics* estão presentes de maneira significativa em outras plataformas, sites e aplicativos que não necessariamente se enquadram na categoria de Site de Rede Social como definido por Boyd & Ellison (2008) e Ellison & Boyd (2013), uma vez que a noção de *networked publics* remete às qualidades das variadas tecnologias em rede e às transformações que provocam nas interações e no fluxo de informações (Benkler, 2006; Ito, 2008; Varnelis, 2008). Nesta tese assumimos que, com suas peculiaridades, Facebook, Instagram, WhatsApp e Snapchat compartilham algumas características em comum enquanto contextos digitais, contextos que trazem oportunidades e limitações às exposições a partir de sua dinâmica em rede.

A noção de *networked publics* de Boyd (2008b, 2011, 2014) nos ajuda a compreender estes contextos digitais como palcos de importantes interações sociais dos adolescentes. A peculiaridade do público reestruturado pelas tecnologias digitais em rede pode ser evidenciada

³⁰ Ressaltamos a dificuldade de tradução do termo “*networked publics*”, tendo em vista que, em inglês, o uso da palavra “*publics*” remete tanto ao espaço público (esfera pública) quanto a uma potencial audiência - público de pessoas. Nesta tese, manteremos o termo em inglês e usaremos a expressão “espaço público em rede” para nos referirmos à primeira dimensão e “públicos em rede” para a segunda quando traduzidos.

em duas de suas características simultâneas: (1) trata-se de um público construído através das tecnologias digitais em rede e (2) formado a partir de uma coletividade imaginada que emerge como um resultado da interseção entre pessoas, tecnologias e práticas (Boyd, 2011). Apesar de possuir semelhanças com outros espaços públicos, a estruturação a partir das tecnologias digitais impõe aos *networked publics* condições um tanto particulares, capazes de configurar a maneira como as pessoas engajam-se nestes ambientes. Ressalta-se que não são estas condições peculiares que determinam o comportamento dos usuários, mas elas propiciam mudanças no contexto, que, por sua vez, moldam ou criam condições específicas para a participação dos adolescentes neles (Boyd, 2011).

Entender as propriedades, condições e dinâmicas comuns aos *networked publics* nos ajuda a compreender o contexto no qual ocorre parcela significativa das interações e das práticas de exposição de si de adolescentes na atualidade, considerando suas funções e padrões como apontados por Derlega & Grzelak (1979). A forma como as informações fluem e como as pessoas interagem entre si nestas condições constitui-se, a nosso ver, uma questão a ser destacada ao considerarmos que as esferas públicas e semi-públicas dos contextos digitais não são apenas locais de discursos e opiniões, mas também arenas para a formação de identidades sociais dos adolescentes (Fraser, 1992), e para expressões de si, ao mesmo tempo em que exigem uma percepção dos outros e um posicionamento nesta articulação de conversações em rede.

Na definição de Boyd & Ellison (2008), atualizada em 2013 (Ellison & Boyd, 2013), como exemplo de *networked publics*, “um Site de Rede Social (SRS) é uma plataforma de comunicação em rede na qual os participantes (1) têm um perfil de identificação único que consiste de conteúdos fornecidos pelo usuário, pelos outros usuários e/ou dados fornecidos pelo sistema; (2) podem articular publicamente suas conexões que podem ser vistas e navegadas pelos outros; (3) podem consumir, produzir, e/ou interagir com fluxos de conteúdos gerados pelos usuários que são providos a partir de suas conexões no site” (p.158, tradução nossa)³¹.

As autoras destacam o quanto as qualidades destas plataformas de comunicação têm se

³¹ “A social network site is a networked communication platform in which participants 1) have uniquely identifiable profiles that consist of user-supplied content, content provided by other users, and/or system-provided data; 2) can publicly articulate connections that can be viewed and traversed by others; and 3) can consume, produce, and/or interact with streams of user-generated content provided by their connections on the site.” (Ellison & Boyd, 2013, p.158)

tornado fluidas ao incorporarem aspectos técnicos e normas sociais que eram comuns a plataformas anteriores, ao mesmo tempo em que os SRS acabam sendo espalhados em outros serviços, sites, aplicativos e jogos que incorporam parte de suas funções e possibilitam aos usuários navegar entre diferentes plataformas simultaneamente, afetando inclusive a experiência daqueles aqueles que não usam os SRS diretamente (Lampinen, 2014). Esta relação imbricada dos SRS com outras plataformas e serviços faz com que a própria definição do que constitui um SRS torne-se incrivelmente desafiadora (Beer, 2008).

Algumas das características que inicialmente distinguiam os SRS de outras plataformas deixaram de ser específicas, enquanto algumas foram incorporadas em diversas outras mídias (Ellison & Boyd, 2013), ao mesmo tempo em que evoluem também as formas de apropriação social destas plataformas³². Esta complexidade nas definições reforça nossa escolha por centrar o olhar nas dinâmicas e qualidades dos *networked publics* que são comuns em plataformas de comunicação em rede como o Facebook, Instagram, WhatsApp e Snapchat, destacando como estas dinâmicas configuram contextos singulares para a exposição de si.

As propriedades digitais que regulam a estrutura dos *networked publics* delimitam, assim, a singularidade da arquitetura desta “esfera pública em rede” e dos “públicos em rede” que se apresentam como condições dos contextos digitais, variando em cada uma das plataformas e mídias disponíveis. Dentre as condições singulares dos *networked publics*, Boyd (2011) destaca quatro qualidades potenciais que propiciam especificidades nestes contextos: (1) *Persistência*: as expressões online são imediatamente gravadas e arquivadas; (2) *Replicabilidade*: o conteúdo produzido pode ser disseminado com facilidade; (3) *Escalabilidade*: a visibilidade potencial do conteúdo é enorme; e (4) *Buscabilidade*: o conteúdo pode ser acessado através de buscas.

Para seguir, consideramos prudente ilustrar como estas qualidades se apresentam nas plataformas analisadas nesta tese, avançando numa abordagem que permita compreender as exposições de si nestes diferentes contextos digitais, e não apenas em uma plataforma específica. Apostamos neste caminho para, então, explicitarmos o que as diferentes estratégias

³² No caso da migração dos usuários de uma plataforma para outra, o caso da migração do Orkut para o Facebook foi emblemática no Brasil. Apesar de inicialmente ter havido muita similaridade entre as plataformas em aspectos técnicos, como Sites de Redes Sociais, as apropriações sociais e a evolução das funcionalidades se combinaram numa complexa inter-relação que culminou com a extinção do Orkut, site de rede social que popularizou este tipo de plataforma no Brasil e, entre 2003 e 2011, foi o mais utilizado pelos usuários de Internet de todas as idades no país.

de exposição de si usadas pelos adolescentes nos indicam sobre a forma como gerenciam sua privacidade nestes novos contextos de relacionamentos interpessoais.

2.3.1 Facebook

Quando observamos o caso do Facebook, sua origem como SRS faz com que tenha as características indicadas na definição de Ellison & Boyd (2013), mesmo quando são acessados através de aplicativos para celular. Neste caso, o aplicativo é um programa que sistematiza o acesso ao site com customização para as condições técnicas dos dispositivos móveis que são usados, a exemplo dos diferentes modelos de celulares e *tablets*. No Facebook, no momento desta pesquisa, as publicações no perfil podem ser feitas em formato de texto, fotos, vídeos ou replicando conteúdos de outras páginas de dentro ou de fora da plataforma. Ao entrar na rede o usuário tem um campo para publicação dos conteúdos, conforme ilustrado na Figura 2.



Figura 2. Tela inicial de perfil no Facebook com campos para publicação e pesquisa.

O próprio sistema realiza uma seleção e atualização automática das publicações que são destacadas na página inicial do usuário, não em ordem cronológica, mas de acordo com um complexo cruzamento de variáveis que a empresa desenvolve em seus sistemas. A seleção

das publicações é feita com base em informações sobre as preferências dos usuários que são registradas a partir de elementos como: a lista de contatos, as páginas que são acompanhadas, as sinalizações feitas nos conteúdos admirados (a partir da opção de *Curtir* e *Compartilhar* - disponíveis na plataforma como botões para que o usuário registre suas preferências em cada publicação)³³, interações com outros usuários que são mencionados em publicações e fotos, conteúdos patrocinados, dentre outros. Uma diversidade de fatores são levados em consideração neste processo de seleção dos conteúdos disponibilizados na conta de cada usuário, mas os detalhes e critérios são preservados em grande sigilo pela empresa proprietária da plataforma³⁴.

Com relação à *persistência* dos conteúdos, os usuários do Facebook podem escolher se a publicação será encaminhada apenas para alguns destinatários eleitos previamente ou se será disponibilizada na chamada *linha do tempo*, parte do site que agrega todas as publicações do usuário. Os usuários têm ainda a opção de delimitar se seu perfil na rede, e consequentemente suas publicações na linha do tempo, será público (aberto inclusive para quem não participa da rede e não tem conexão direta com o usuário), semi-público (disponível apenas para os amigos que estão na lista de conexões e para os amigos destes amigos), ou privado (acessível apenas para os amigos diretamente conectados na lista de contatos previamente aceitos e selecionados).

Além de ter a opção de editar e apagar as suas publicações antigas, os usuários do Facebook podem compartilhar conteúdos diretamente com outros usuários através da ferramenta de comunicação direta dentro da plataforma, restringindo a troca apenas aos destinatários eleitos sem registrar os conteúdos na linha do tempo. Considerando os conteúdos

³³ No dia 24 de fevereiro de 2016 a empresa proprietária do Facebook disponibilizou também para os usuários brasileiros as novas opções de reações às publicações para além do botão Curtir. A partir desta data, há as seguintes opções: Curti, Amei, Haha, Uau, Triste e Grr. Os novos botões são ilustrados com emojis, pictogramas que simbolizam emoções, um coração no caso do Amei e pictogramas representando as expressões faciais associadas aos demais. Informações sobre a concepção destes novos botões podem ser encontradas em: <http://www.wired.com/2016/02/facebook-reactions-totally-redesigned-like-button/> Acesso em 26/02/2016.

³⁴ As discussões sobre o sigilo em relação aos critérios de funcionamento e atualização dos algoritmos que regulam as atualizações automáticas das publicações nos perfis do Facebook são extremamente complexas e importantes, mas não desenvolveremos esta discussão por escapar de nosso escopo. No entanto, não deixamos de reconhecer que estes critérios são fatores delimitadores do contexto das interações na plataforma ao determinarem indiretamente quem será o público-alvo das exposições de si realizadas pelos usuários. No subcapítulo 3.4 do capítulo 3, discutiremos alguns aspectos da configuração das audiências das exposições nos contextos digitais, assim como as exposições involuntárias, mas não aprofundaremos a discussão sobre os algoritmos por não haver informação disponível e por esta exigir uma discussão técnica e teórica que está além dos objetivos desta tese. Discussões iniciais sobre o funcionamento dos algoritmos e algumas implicações sociais deles neste tipo de rede social podem ser encontradas em: Baruh & Popescu (2015); Bucher (2012); Lessig (2006); Martin-Borregon et al. (2014); Milan (2015); Ziewitz (2016).

que são publicados pelos usuários em sua *linha do tempo*, podemos destacar a importância da *persistência*. Uma vez disponibilizados, os conteúdos em formato digital podem ser copiados, replicados, compartilhados por todos aqueles que vierem a ter acesso.

A *persistência*, neste caso, não se restringe ao próprio perfil do usuário na plataforma, mas se amplia de maneira radical quando percebemos que pode ficar disponível para uma quantidade enorme de outras pessoas com a escala geométrica da rede de amigos³⁵, amigos de amigos dentro e fora da plataforma, uma vez que o formato digital permite a realização de cópias em outros dispositivos como as fotos das telas e registro em dispositivos de memória, como ilustrado na Figura 3. Cada publicação é acompanhada de informações sobre data, hora, local da postagem e pode agregar dados sobre as reações dos demais usuários com comentários e sinalizações de *curtidas*.



Figura 3. Exemplo de dados disponíveis nas publicações na plataforma Facebook.

Estes fatores que parecem hoje uma banalidade - a facilidade de registro, compartilhamento e disseminação em larga escala de um conteúdo pessoal – ilustrando a *persistência*, *replicabilidade* e *escalabilidade* dos conteúdos nos *networked publics*, fazem desta plataforma um contexto bastante diferente para as exposições de si quando comparado

³⁵ Estamos usando o termo “amigos” conforme usado nas plataformas e adotado popularmente para se referir às pessoas conectadas nas redes digitais e aplicativos sociais, mas não deixamos de reconhecer que o uso rotineiro destas tecnologias tem alterado a compreensão socialmente compartilhada do termo “amigo” (Beer, 2008) e que a própria dinâmica das relações de amizade é condicionada pelas condições técnicas das plataformas que sugerem modalidades de relacionamento (Bucher, 2013).

ao que ocorre nas exposições face a face. Estas potencialidades nas plataformas digitais não se atualizam sempre na mesma proporção, mas, como destaca Boyd (2011), são qualidades que constituem a arquitetura destes ambientes e que geram, por padrão, condições singulares quando as relacionamos ao que ocorre em interações não mediadas por estes aparatos digitais.

Evidentemente que muito antes do Facebook e das plataformas digitais de comunicação, outras tecnologias já permitiam ampliar a *persistência*, *escalabilidade* e *replicabilidade* das informações, a exemplo da própria escrita no papel, da gravação de voz, das fotografias etc. No entanto, o que merece destaque é a facilidade e a intensidade destas qualidades nas plataformas digitais, utilizadas de forma rotineira por parcela significativa de adolescentes nos seus relacionamentos interpessoais e como arena para as exposições de si.

No caso da *buscabilidade*, além de poder pesquisar por pessoas, páginas, conteúdos temáticos, grupos e eventos através de campo específico de buscas dentro do próprio Facebook, as publicações dos perfis que são configurados como públicos ficam indexadas em sites de busca como o do Google. Um usuário que tenha um perfil privado, mas que compartilhe um conteúdo com amigos que possuem perfil aberto, pode ter suas informações disponibilizadas e “buscáveis” de forma indireta, o que ilustra a dinâmica fluida desta disseminação com delimitadores flexíveis entre as audiências nestes contextos.

2.3.2 *Instagram*

O Instagram, um aplicativo baseado no compartilhamento de imagens, surgiu inicialmente para ser usado em dispositivos móveis, sem oferecer a opção de acesso via computadores através de página na Web³⁶. O Instagram permite a criação de um perfil com lista de amigos associada, com possibilidade de comentários públicos ou privados, e atualizações automáticas das publicações dos usuários interconectados, assim como o Facebook, mas neste caso as publicações são disponibilizadas em ordem cronológica³⁷. Outra

³⁶ O Instagram foi inicialmente disponibilizado apenas como aplicativo para celulares. Posteriormente viabilizou o acesso, limitado a poucas funções, através de páginas com suporte web que podem ser acessadas de qualquer dispositivo ou aparelho conectado à Internet também através dos navegadores usados para acessar à rede Web, acesso disponível para aqueles que possuem cadastro em: www.instagram.com.

³⁷ No mês de março de 2016 a empresa anunciou que as publicações deixariam de ser visualizadas em ordem cronológica para serem filtradas de acordo com algoritmos próprios de priorização dos conteúdos, de forma

especificidade do Instagram é que a plataforma estimula as interações a partir das fotografias (e posteriormente de vídeos), sendo obrigatório o uso de imagem ou vídeo para realizar uma publicação, diferentemente do que ocorre no Facebook (que permite ao usuário escolher entre texto, fotografia, vídeo ou endereços de outras páginas web). Como ilustrado na Figura 4, o perfil agrega as diferentes publicações e explicita as conexões que são estabelecidas dentro da plataforma.

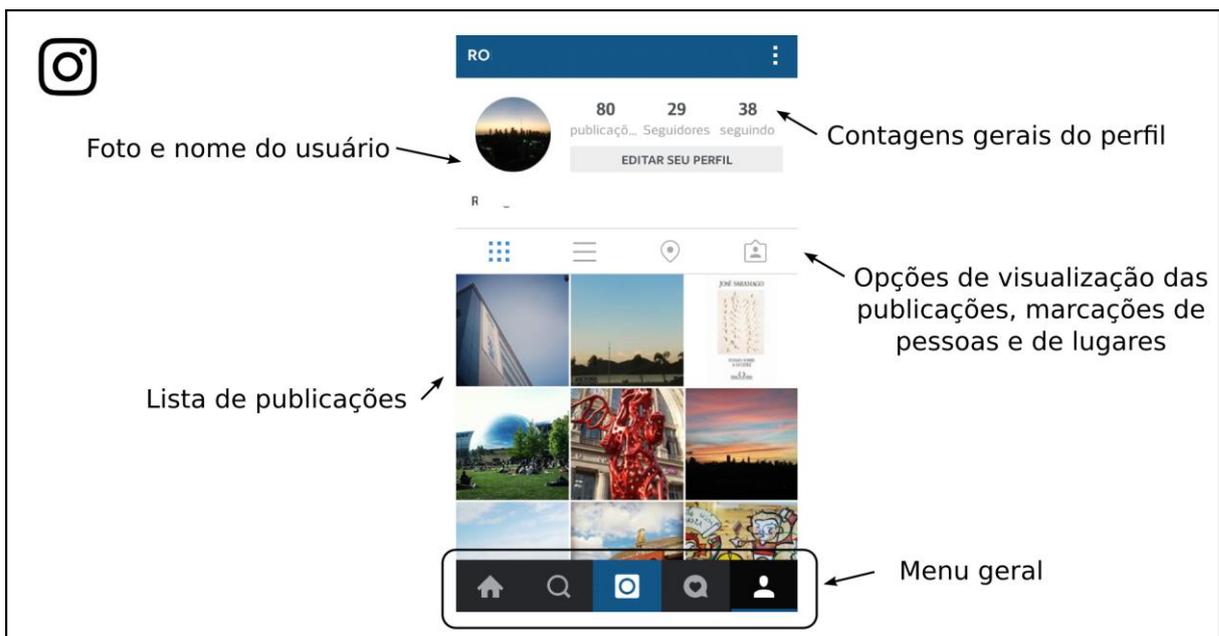


Figura 4. Visão geral de informações em perfil no aplicativo Instagram.

Após escolher uma foto ou vídeo, os usuários podem incluir legendas nas fotos, marcar contatos, usar palavras-chaves como *Hashtags*³⁸, registrar sua localização geográfica a partir do GPS, criar um mapa com a geolocalização das imagens publicadas e ainda compartilhar a mesma publicação em outras plataformas. Além de realizar suas próprias publicações, os usuários podem também comentar nas publicações da sua lista de contatos e trocar mensagens diretas com contatos específicos. Assim como no Facebook, é possível

semelhante ao que ocorre com o Facebook, uma vez que ambas plataformas são da mesma empresa Facebook Inc. Esta mudança gerou muitas reações negativas pelos usuários brasileiros e aparentemente a implementação da mudança foi adiada. Este episódio é mais um exemplo da complexa dinâmica de usos e apropriações, uma vez que tanto os usuários precisam se ajustar às plataformas quanto as plataformas precisam ajustar-se às demandas sociais dos usuários. Para mais informações sobre estas mudanças recentes no Instagram ver: <http://blog.instagram.com/post/141107034797/160315-news> e <http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2016/03/instagram-nao-vai-mudar-de-uma-hora-para-outra.html>. Acesso em 31/03/2016.

³⁸ Hashtags são compostas pela palavra-chave do assunto antecedida pelo símbolo cerquilha (#). As hashtags viram hiperlinks dentro da rede, indexáveis pelos mecanismos de busca. Sendo assim, outros usuários podem clicar nas hashtags ou buscá-las em mecanismos como o Google, para ter acesso a todos que participaram da discussão (Wikipedia, 2016). Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hashtag> Acesso em 20/02/2016.

editar ou excluir publicações, mas uma vez que os conteúdos são publicados serão disponibilizados e visualizáveis para todos aqueles que foram previamente autorizados na lista de conexões (no caso dos perfis privados) ou para todo e qualquer usuário do aplicativo (perfis públicos). Os conteúdos persistem no perfil do usuário que agrega todas as publicações feitas, assim como fica salvo na memória do aparelho utilizado.

Os mecanismos de busca no Instagram, apontados na Figura 5, limitam as pesquisas aos nomes das pessoas e às palavras-chaves como *Hashtags*, o que dificulta parcialmente a pesquisa quando consideramos o volume enorme de publicações e a dificuldade de buscar pelas imagens e vídeos que não possuem legendas, descrições ou marcações textuais buscáveis.

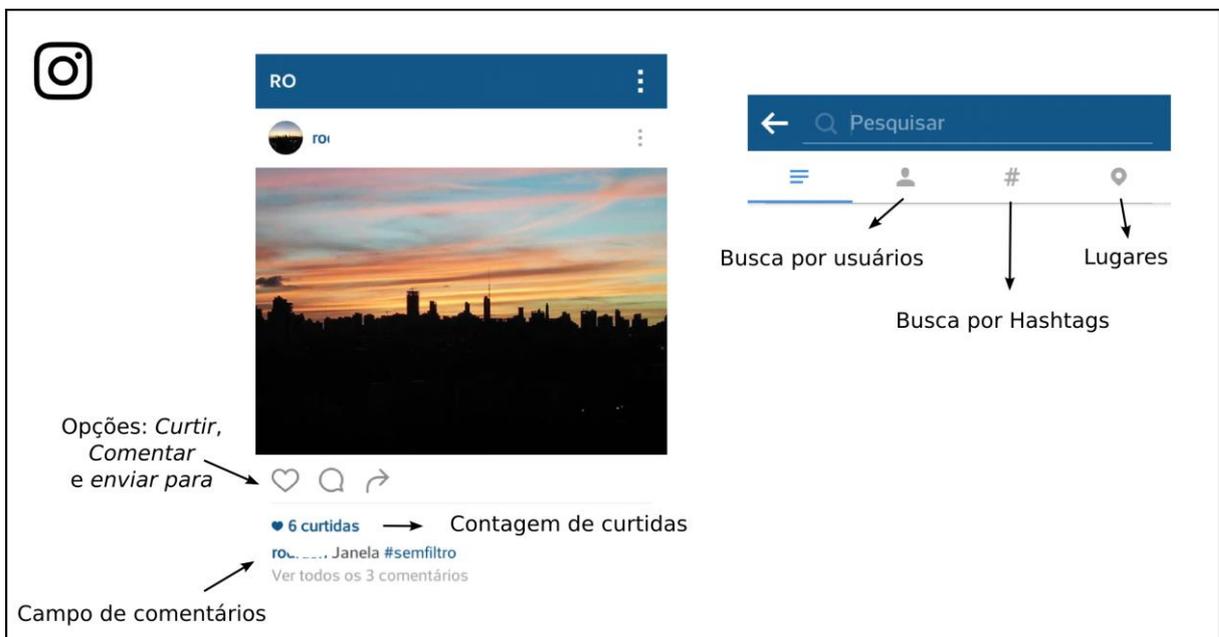


Figura 5. Exemplo de informações disponíveis em uma publicação no Instagram e campos disponíveis para pesquisas dentro da plataforma.

Apesar de não haver dentro do aplicativo uma opção direta para cópia do conteúdo, é possível marcar outras pessoas para que a publicação seja destacada em outros perfis, assim como é possível tirar fotografias das telas e registrar os conteúdos de outras pessoas, fazendo-os persistir mesmo quando o dono do conteúdo o tenha excluído. Ainda que a *escalabilidade* e *buscabilidade* no Instagram seja relativamente menor do que no Facebook, as quatro qualidades dos *networked publics* encontram-se presentes neste aplicativo enquanto contexto para as exposições de si e compartilhamento de informações privadas dos adolescentes.

2.3.3 Snapchat

No caso do Snapchat, este aplicativo também foi criado para funcionar em celulares com Internet sem permitir sequer o acesso via página web. Uma das singularidades deste serviço é o fato de as publicações serem programadas para ficarem disponíveis por tempo determinado, máximo de 10 segundos para as mensagens trocadas entre os usuários (ou grupo de usuários) diretamente ou no máximo 24 horas para os conteúdos que são disponibilizados na “*minha história*” - repositório de publicações que o usuário deixa disponível para todos de sua lista neste período de 24 horas (Figura 6). Assim como o Instagram, o Snapchat tem o estímulo inicial das interações a partir de imagens.

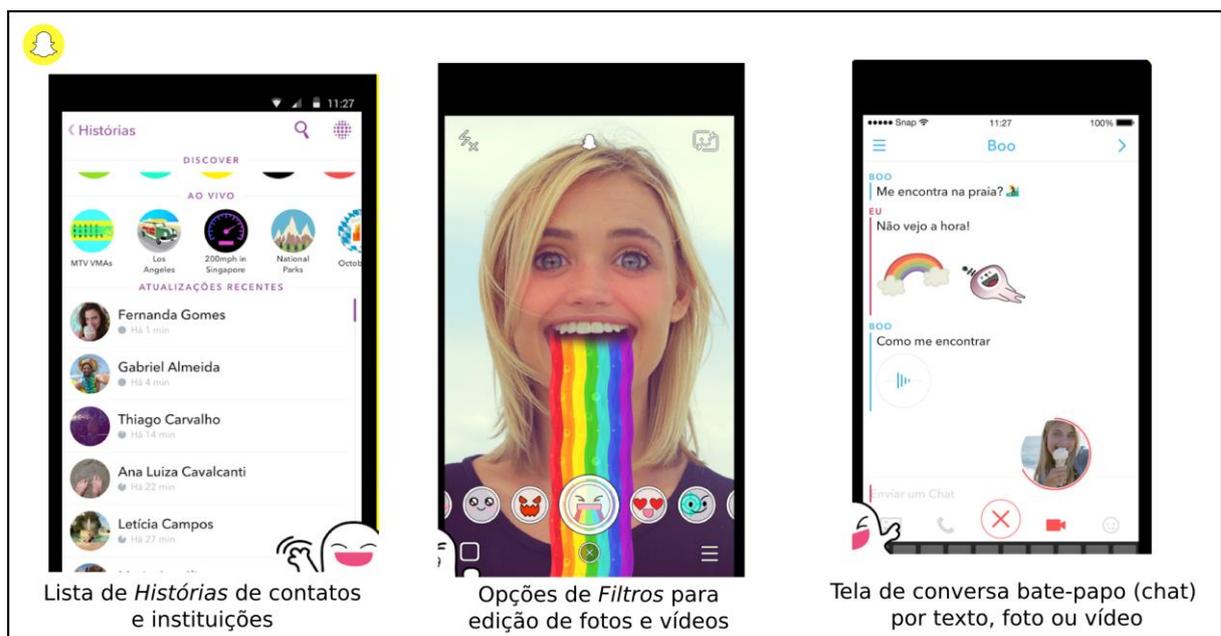


Figura 6. Visão geral de opções de publicação, edição e conversas no aplicativo Snapchat.

A empresa proprietária do aplicativo o define como um espaço para expressão de si compartilhando momentos e se divertindo, sendo necessário compartilhar fotos ou vídeos feitos diretamente pela câmera do celular ou a partir de vídeos ou fotos da galeria de imagens do celular com algumas opções de filtro e inclusão de legenda. Neste caso, a própria plataforma oferece uma opção diferente em relação à *persistência* dos conteúdos. Por padrão, as publicações têm um tempo máximo para visualização, estimulando um contexto mais

próximo à sensação de testemunhar em tempo real acontecimentos e experiências dos amigos da lista de contatos no aplicativo. O convite para compartilhar instantes e momentos é fortalecido com esta proposta de efemeridade.

Ainda que de maneira diferente do Facebook e do Instagram, também no Snapchat podemos considerar que a *persistência* está além das condições técnicas da plataforma quando reconhecemos que os usuários podem copiar os conteúdos para posterior visualização e compartilhamento em outras plataformas, permitindo apropriações sociais que podem replicar os conteúdos em escala para além do possível dentro do sistema. Porém, a configuração padrão com ênfase na auto-destruição do conteúdo e a ausência de mecanismos mais complexos de buscas fazem com que esta plataforma apresente um contexto com menor *persistência* e com exposições mais circunscritas às trocas diretas entre alvos selecionados em menor escala. Ainda assim, os conteúdos compartilhados pelos usuários em seus círculos mais pessoais e restritos podem ficar parcialmente registrados nos servidores da empresa, vulneráveis a vazamentos em grade escala das informações supostamente protegidas e efêmeras³⁹.

2.3.4 WhatsApp

A plataforma do WhatsApp, por sua vez, permite a comunicação em rede num contexto que também apresenta qualidades de *networked publics*, a exemplo da *persistência* dos conteúdos compartilhados no histórico de conversas, registrados na memória dos aparelhos utilizados e nas cópias de segurança que podem ser feitas tanto no próprio aplicativo quanto em outros aplicativos de arquivamento de conteúdos na Internet⁴⁰. Apesar

³⁹ Conforme noticiado em veículos nacionais e internacionais de imprensa e confirmado pela própria empresa em 2014. Informações sobre o vazamento em disponíveis em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/10/vazamento-de-dados-do-snapchat-expoe-milhares-de-fotos-na-web.html> e <http://www.businessinsider.com/snapchat-hacked-the-snapping-2014-10#ixzz3FkZvR9IS> Acesso em 20/02/2016.

⁴⁰ Em 06 de Julho de 2016, a empresa proprietária da plataforma anunciou uma nova funcionalidade chamada “memória”, permitindo a persistência de conteúdos selecionados por tempo indeterminado. As memórias selecionadas podem inclusive ser compartilhadas com outros contatos. Os usuários podem escolher também a opção “Só para mim” na qual o registro é feito com senha. Como nossa pesquisa de campo foi realizada antes da disponibilidade deste recurso, não podemos analisar eventuais implicações na percepção dos adolescentes. O vídeo com a explicação da nova função e o anúncio podem ser encontrados em: <http://snapchat->

de haver uma foto de perfil com possibilidade de pequeno texto descritivo, não há o equivalente a uma página, história ou perfil com acesso público e atualizações das publicações como no Facebook e no Instagram. Os usuários podem trocar vídeos, fotos, textos e ícones com contatos diretamente ou em grupos, estabelecendo um espaço social de relacionamento a partir das mensagens, em trocas que podem ser síncronas ou assíncronas.

No caso de aplicativos como o WhatsApp, o perfil é bastante limitado e não agrega conteúdos criados pelos próprios usuários ou seus contatos, permitindo apenas uma foto, curta frase descritiva e indicação de status cuja visibilidade de pode ser configurada, conforme Figura 7. Os usuários precisam estar conectados entre si a partir de seus números de telefone diretamente ou indiretamente através de grupos⁴¹ para serem considerados contatos. Um usuário pode interagir com outras pessoas em um grupo mesmo que nem todos os membros do grupo estejam em sua lista de contatos, o que configura uma rede de relacionamentos mais restrita e dependente das conversas em si para que a relação seja estabelecida e mantida. Porém, esta necessidade de estabelecer previamente um contato para que as comunicações ocorram não limita a *escalabilidade* e a *replicabilidade* dos conteúdos, já que a facilidade de compartilhar a mesma informação entre diferentes grupos interconectados faz desta plataforma um exemplo emblemático da replicação em grande escala de situações no mesmo instante em que elas ocorrem, especialmente através da opção de encaminhar mensagens de um grupo para outros grupos.

blog.com/post/146998839575/introducing-memories. Acesso em 07 de Julho de 2016.

⁴¹ No momento da realização da pesquisa de campo, o WhatsApp delimitava um número máximo de 100 pessoas por grupo. Na última atualização do aplicativo feita em 04/02/2016, o limite passou para 256 pessoas, conforme a página oficial da plataforma. Disponível em: https://www.WhatsApp.com/faq/pt_br/general/21073373 Acesso em 10/03/2016.

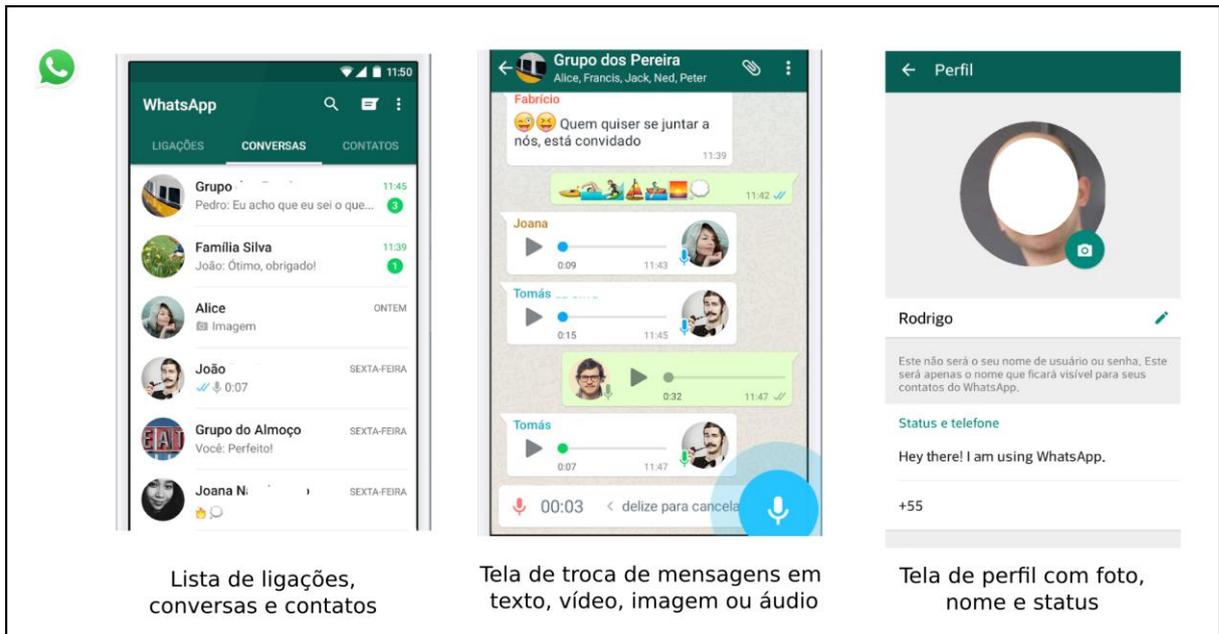


Figura 7. Visão geral de telas com lista de contatos, conversas e informações do perfil no aplicativo WhatsApp.

Mesmo que as interações possam ocorrer de forma assíncrona, a plataforma facilita a comunicação instantânea e a disseminação de conteúdos com muita velocidade, permitindo interações e trocas simultaneamente a outras interações e trocas que acontecem em outras plataformas e mesmo fora dos ambientes digitais. Com recursos de busca limitados apenas às conversas das quais o usuário participou, ainda assim é possível buscar por trechos de conversas e usuários dentro do aplicativo. Reconhecendo que o contexto dos relacionamentos no WhatsApp não possui a mesma dimensão de espaço público em rede como, por exemplo, o Facebook, por mais restrita e privativa que seja uma conversação no contexto do WhatsApp, o registro digital e a facilidade de replicação instantânea em grande escala fazem com que haja uma potencialidade de publicização em uma dimensão muito maior do que em relação a uma conversa face a face, ou mesmo do que uma conversa mediada por outras mídias como a carta ou telefones.

2.3.5 Singularidades dos contextos digitais enquanto networked publics

Como as tecnologias atuais incorporam múltiplas funções, numa mesma plataforma encontramos funcionalidades plurais e intensidades diferentes destas qualidades dos *networked publics*. Ao enfatizarmos as singularidades dos contextos digitais para as exposições de si, buscamos observar como a dinâmica destes contextos podem implicar em mudanças nas audiências e nos formatos de validação social, bem como nas convenções sobre os tipos de exposições consideradas apropriadas (Chaikin & Derlega, 1974). No Quadro 1, resumimos algumas das características das quatro plataformas digitais, tendo como referência as qualidades singulares dos *networked publics* (Boyd, 2011).

Plataforma	(1) Persistência	(2) Replicabilidade	(3) Escalabilidade	(4) Buscabilidade
Facebook	Aparelho Perfil próprio Perfil amigos Plataforma Tempo indeterminado	Compartilhar Curtir Copiar tela Enviar mensagem Marcar (@)	Amigos Amigos de Amigos Público	Pessoas Hashtag (#) Eventos
Instagram	Aparelho Perfil próprio Perfil amigos marcados Plataforma Tempo indeterminado	Marcar (@) Copiar link Enviar para Copiar tela Curtir	Seguidores Seguidores de Seguidores Público	Pessoas Hashtag (#) Publicações em Lugares
Snapchat	Minha História (24h) Mensagem (max 10s) Plataforma	Copiar tela Enviar para	Contatos Todos Chat	Pessoas Instituições
Whatsapp	Aparelho Cópia de segurança opcional Aparelho dos contatos Plataforma Tempo indeterminado	Enviar por e-mail Encaminhar Copiar da tela	Contatos Grupos Contatos dos grupos	Pessoas nos contatos Pessoas nos grupos Palavras nas Conversas Mensagem marcada

Quadro 1. Características do Facebook, Instagram, WhatsApp e Snapchat em relação às qualidades dos *networked publics*

Além da *persistência*, *replicabilidade*, *escalabilidade* e *buscabilidade* como qualidades e potencialidades dos *networked publics*, Boyd (2011) evidencia ainda três importantes dinâmicas que nos ajudam a destacar as singularidades dos contextos digitais como palcos das exposições de si, sendo elas: (1) *Audiências invisíveis*: nem todos os interlocutores são/estão visíveis quando as pessoas publicam informações online; (2) *Contextos colapsados*: a falta de clareza quanto à delimitação de fronteiras espacial, social e

temporal complexifica a percepção e a conseqüente distinção de contextos; e (3) *Fluidez entre público e privado*: sem controle sobre o contexto, o binário público e privado torna-se complexo, deixando suas fronteiras e noções cada vez mais confusas.

Acreditamos que estas dinâmicas complexificam a delimitação dos limites interpessoais e o próprio processo de escolha dos destinatários e questões da exposição de si como indicado no esquema de Buhrmester & Prager (1995)⁴² e de Derlega & Grzelak (1979). Estas alterações nos contextos, na definição das audiências e dos limites entre o que consideramos público e privado são alterações em elementos balizadores de nossas interações sociais (Goffman, 2011) e podem implicar em novas dinâmicas de relacionamentos.

2.4 Adolescentes e suas exposições nos *networked publics*

Criar um perfil em uma rede ou aplicativo social digital é uma atividade que exige sempre algum tipo de exposição de si, o que passa a ser uma das condições de participação social dos adolescentes na atualidade. Segundo Boyd, “para existir em contextos mediados, as pessoas precisam valer-se de atitudes explícitas para escrever a elas próprias. Nos SRS, por exemplo, isto significa criar um perfil e dar consistência aos campos como um ato de apresentação de si” (2008, p. 121, tradução nossa)⁴³.

No processo de criação do perfil, os adolescentes já se defrontam com a necessidade de regular os tipos de exposição que estão dispostos a realizar. Desde este primeiro momento, o grau de compreensão do usuário sobre a dimensão pública nos *networked publics* – e conseqüente sobre a noção de privacidade - é decisiva enquanto balizadora das escolhas que se sucederão, especialmente em relação aos critérios que serão usados na seleção dos conteúdos e dos alvos (audiência) para as futuras exposições. Além da dificuldade de manejo das configurações técnicas para ajustar os graus de visibilidade das informações nos perfis e aplicativos, a própria percepção sobre a dimensão pública das redes digitais pode variar entre

⁴² Esquema que descrevemos no subcapítulo 2.2 do Capítulo 2.

⁴³ “To exist in mediated contexts, people must engage in explicit acts to write themselves into being. On social network sites, this means creating a profile and fleshing out the fields as an act of self-presentation.” (Boyd, 2008, p. 121)

os usuários, o que implica em diferentes tipos de gerenciamento dos limites e objetivos das exposições.

Considerando que as plataformas Facebook, Instagram, WhatsApp e Snapchat apresentam algumas destas qualidades e dinâmicas singulares dos *networked publics*, vale desenvolver uma reflexão sobre as possíveis implicações destas singularidades tendo como base as cinco funções da exposição de si na adolescência apontadas por Derlega e Grzelak (1979): (1) receber *validação social*; (2) ganhar *controle social*, (3) promover o *auto-esclarecimento (self-clarification)*; (4) exercer a *expressão de si (self-expression)*; e (5) fortalecer o *desenvolvimento de relações*.

No âmbito da primeira função da exposição de si destacada por Derlega e Grzelak (1979), (1) a *validação social*, os autores chamam a atenção para importância dos pares na transição da infância para a adolescência. Conforme a criança avança para a adolescência, suas “preocupações” sobre a aprovação social passam a ser mais direcionadas para os pares do que para a família (Berndt & Hanna, 1995). As comparações entre pares ganham maior importância, incluindo as fofocas e comentários negativos e positivos que oferecem a oportunidade para os adolescentes explorarem os padrões e os valores de seu grupo social (Brown & Gilligan, 1992). O gradativo afastamento dos pais e da família são acompanhados pelo crescimento da importância da relação com os pares. Porém, mesmo entre os pares os adolescentes participam de diferentes grupos, nem sempre com os mesmos interesses e referências balizadoras (Brown, 2004). O universo de relacionamento com os pares é bastante complexo e "uma das tarefas da adolescência é justamente aprender como manejar estas esferas discrepantes de interação social e influência" (Brown, 2004, p.367, tradução nossa)⁴⁴.

Os recorrentes casos de perfis falsos feitos por adolescentes nos SRS, ou em grupos de WhatsApp, para agrupar as fofocas, comentários e julgamentos de valor entre os pares, parecem ressaltar esta função de validação social da exposição de si nos contextos digitais, criando uma arena para validação e reprovação social dos comportamentos ali apresentados. Nos primeiros momentos do uso social das redes digitais nos anos 1980 e 1990, a sensação de anonimato parecia minimizar os prejuízos sociais da expressão de sentimentos e impressões mais violentas que, sendo expressos nas relações face a face, poderiam ter um custo social e afetivo substancialmente maior (Joinson & Paine, 2010; Suler, 2004; Turkle, 1995; Ribeiro,

⁴⁴ "Indeed, one of the tasks of adolescence is to learn how to manage these disparate spheres of social interaction and influence." (Brown, 2004, p.367)

2003). Na atualidade, entretanto, tais fofocas e comentários, mesmo sem o anonimato, podem também exercer um papel de teste e descoberta das regras sociais dos grupos de pertencimento. Compartilhar estes comentários e avaliações sobre os pares nas plataformas digitais ajuda a tornar explícitos os critérios e limites que guiam este processo de validação social entre pares, oferecendo um reconhecimento significativo mesmo quando comparado com aqueles recebidos nas interações face a face (Rains & Brunner, 2015; Spiekermann, Krasnova, Koroleva, & Hildebrand, 2010; Trepte, Dienlin, & Reinecke, 2015).

A segunda função apontada por Derlega e Grzelak (1979), (2) o *controle social*, é uma das que parece ser mais abalada pelas qualidades dos contextos digitais enquanto *networked publics*, já que as informações reveladas passam a ser públicas por padrão (Boyd, 2008), ou ao menos potencialmente pública com a facilidade de replicação e divulgação em escala. A lógica de controle das informações e de preservação das informações sobre si presente na lógica dos diários íntimos ou das conversas em encontros presenciais face a face parece invertida. Fora dos ambientes digitais, os adolescentes podem ter maior controle sobre quais informações pretendem expor para cada tipo de destinatário, de acordo com as oportunidades e limites de cada situação social. Nos contextos digitais, além das condições potenciais de *replicabilidade* e *buscabilidade*, há uma efetiva dificuldade em controlar quem terá acesso aos conteúdos publicados. Controlar as audiências das exposições e a escolha dos destinatários, visando o controle dos efeitos da revelação, bem como alcançar os “aportes” sociais desejados, são tarefas que passam a ser mais desafiadoras. Identificar o público para o qual os adolescentes se expõem, quando espaço e públicos estão em rede, torna-se complexo diante das *audiências invisíveis* (Litt, 2012; Marwick & Boyd, 2011; Tufekci, 2008; Vitak & Kim, 2014).

No caso do Facebook e do Instagram, por exemplo, os amigos incorporados à lista de contatos compõem a audiência potencial que poderá acompanhar a exposição de si. Servindo como destinatário, então, a lista de amigos é o equivalente ao público-alvo nas exposições nas redes sociais digitais (Marwick & Boyd, 2011). Além dos amigos, amigos de amigos, familiares e potencialmente milhões de internautas desconhecidos podem passar a compor esta audiência. Neste contexto que sobrepõem grupos sociais e dá certa invisibilidade a parte das audiências, nem sempre a escolha dos alvos das exposições corresponde com os que efetivamente as recebem e reagem a elas.

No âmbito do controle social implicado nas exposições em rede, é possível manejar as

ferramentas de configuração da privacidade dos perfis como alternativa para ampliar o controle sobre as audiências potenciais (Ellison et al., 2011). Outra estratégia que pode ser usada pelos adolescentes no controle social diz respeito à forma como revelam suas informações. Os significados das informações sobre si podem ser condicionados à linguagem do grupo de destino pretendido (Boyd, 2008), ampliando o controle sobre a situação ao limitar as condições de compreensão das mensagens fora de seu contexto (Boyd, 2014; Marwick & Boyd, 2014). Da mesma forma, o crescente uso de aplicativos sociais de troca de mensagens como WhatsApp e Snapchat criam condições favoráveis ao controle social tanto sobre os alvos quanto sobre os conteúdos das exposições de si.

Além de ser possível compartilhar apenas com quem está previamente adicionado na lista de contatos no celular, estes aplicativos de mensagens via celular permitem maior controle sobre as audiências no envio direto, apesar de não permitir controle absoluto nem no caso dos grupos do WhatsApp, nem dos conteúdos disponíveis na "minha história" do Snapchat. Ao selecionar qual tipo de informação sobre si será compartilhada em cada plataforma, podemos considerar que os adolescentes estão exercendo um controle tanto sobre as audiências quanto sobre os contextos nos quais expõem suas informações privadas (Bazarova & Choi, 2014; Choi & Bazarova, 2015; Lampinen, Tamminen, & Oulasvirta, 2009; Lampinen, 2014). A delimitação dos alvos e dos conteúdos permite um controle do contexto das interações mediadas, o que nem sempre ocorre nas interações em copresença física que costumam ter a mediação dos pais e responsáveis.

A terceira função da exposição de si ressalta a ampliação do (3) *auto-esclarecimento* possível com o manejo das exposições. Na definição de Derlega e Grzelak (1979), ao menos duas “questões” e “preocupações” levam os adolescentes a usar a exposição de si com este fim, a saber: (a) preocupações sobre padrões de conduta e valores morais; e (b) preocupações relativas ao auto-conhecimento e questões identitárias. Vale questionar, assim, o quanto as condições de *persistência* e *buscabilidade* nos *networked publics* podem maximizar a capacidade de auto-esclarecimento, já que facilitam a visualização detalhada da *expressão de si* em retrospectiva, com comentários e registros audiovisuais das validações e reprovações sociais ocorridas nestas interações. Interessante notar que alguns serviços que permitiam o registro e integração das interações sociais nas diferentes plataformas, em um mesmo painel de controle, não tiveram a adesão esperada e foram descontinuados, à exemplo do aplicativo

MemoLane.⁴⁵ Ao inverso dessas funções de registro e continuidade, percebemos neste momento uma valorização das experiências mais imediatas e de plataformas que favorecem o compartilhamento instantâneo de questões situacionais, a exemplo do que ocorre no próprio Snapchat e no WhatsApp. Podemos sugerir que, especialmente na adolescência, a diversidade de questões e de posicionamentos circunstanciais possíveis são menos conflitantes quanto menor a capacidade de recuperar seus registros.

As exposições de si relacionadas a certas preocupações podem exigir contextos específicos que são ameaçados quando os contextos ficam colapsados, misturando audiências e temáticas díspares numa mesma situação. Justamente por a adolescência ser uma fase de experimentação das diferentes possibilidades de adesão ou enfrentamento das normas sociais, o registro e replicação de certos aspectos em contextos conflitantes pode gerar muitos custos e dificultar os benefícios da exposição neste cenário, o que exige um exercício criativo de manejo das exposições e dos contextos para que satisfaçam a função desejada. Por sua vez, a popularização de canais de vídeo de adolescentes que expõem semanalmente suas experimentações, visões de mundo, preocupações e questionamentos em relação às normas sociais tem crescido exponencialmente. Durante o período desta pesquisa, alguns canais brasileiros deste tipo de vídeo na plataforma Youtube somavam mais de 10 milhões de inscritos⁴⁶, indicando a ampla adesão e visibilidade para este tipo de exposição, simultaneamente íntima e massiva entre adolescentes.

Já em relação à quarta função da exposição de si, a (4) *expressão de si*, a exposição de si funciona como uma espécie de catarse para emoções positivas e negativas dos adolescentes. Boa parte da exposição dos adolescentes consiste em compartilhar “histórias positivas e bem-humoradas com seus amigos, fruto de suas experiências diárias” (Buhrmester & Prager, 1995, p.40). No mesmo sentido, Rotenberg (1995) aponta o quanto a exposição de si dos adolescentes é determinante para a socialização e o desenvolvimento. Em ambas situações, os adolescentes encontram-se sob pressão, tanto para aprender a gerenciar suas impressões

⁴⁵ O encerramento do serviço Memolane ocorreu de forma abrupta após menos de 3 anos no mercado (2010-2013), mas suas funcionalidades inspiraram mudanças em outras plataformas como a linha do tempo no Facebook. Notícia disponível em: <http://techcrunch.com/2013/02/21/memolane-the-internet-time-machine-app-for-exploring-past-social-network-content-is-shutting-down/>. Acesso em 10/03/2016

⁴⁶ Exemplos destes canais de ampla visibilidade no mês de Junho de 2016: Canal Whindersson Nunes com mais de 10 milhões de inscritos (<https://www.youtube.com/user/whinderssonnunes>); Canal 5 minutos com mais de 8 milhões de inscritos (<https://www.youtube.com/user/5incominutos>); Canal Nostalgia (<https://www.youtube.com/user/fecastanhari>); Canal Canalha com mais de 8 milhões (<https://www.youtube.com/user/CanalCanalha>); Canal Fiko Loko de Christian Figueiredo com mais de 5 milhões de inscritos (<https://www.youtube.com/user/euficoloko/>). Acesso em 10/03/2016

quanto para desenvolver relações íntimas - para além do seio familiar.

Neste momento de amadurecimento e construção gradativa de autonomia, os contextos digitais podem ser espaços importantes de aprendizado sobre a *expressão de si*, incluindo aí a exposição de si entre pares. Na escolha de músicas, vídeos, imagens e principalmente na elaboração de comentários, o processo de expressão do *self* nas plataformas digitais pode ser permeado por exposições sutis ou explícitas, mas que buscam sempre determinados aportes e provisões sociais. Considerando que há certa reciprocidade nas exposições de aspectos de si (Hendrick, 1981; Miller, 1990, apud Rotenberg, 1995), as revelações pessoais exercem um papel significativo na formação e manutenção de relações íntimas (Collins & Miller, 1994; Cozby, 1972; Derlega & Berg, 1987; Sprecher, Treger, & Wondra, 2012), estimulando que o destinatário eleito também revele aspectos de si, iniciando, ampliando ou simplesmente mantendo os relacionamentos interpessoais.

No caso dos canais de vídeo de adolescentes que se tornam celebridades muito populares, observamos o uso de várias estratégias usadas para tentar dar reciprocidade aos comentários e participações da audiência, seja através de recados diretos nos vídeos, comentários nas redes sociais ou ainda chamadas de vídeo em tempo real para que os adolescentes das audiências participem de alguma forma, evitando prejudicar o relacionamento mantido com os fãs, mesmo que seja um relacionamento entre íntimos distantes (Thompson, 2011).

Com relação à quinta função da exposição de si indicada por Derlega e Grzelak (1979), destaca-se sua participação no (5) *desenvolvimento de relações*, explicitando a importância do processo de exposição na promoção de intimidade ou distanciamento entre pares (Derlega & Berg, 1987). Tanto as revelações mais superficiais quanto aquelas mais pessoais ajudam a criar novas experiências de intimidade e a manter as relações íntimas já estabelecidas, atuando na construção da noção de interdependência, associada à autonomia e ao distanciamento dos pais (Kelley, 1979, apud Buhrmester & Prager, 1995). Reconhecendo a diferença entre os conceitos de exposição de si do conceito de intimidade (Prager, 1995), consideramos a exposição de si como um processo ou tipo de interação e a intimidade como uma qualidade (nível/grau) de uma relação (Camarena, Sarigiani, & Petersen, 1990 apud: Berndt & Hanna, 1995). Compartilhar as confidências e informações pessoais pode produzir aproximação e intimidade, enquanto contê-las pode limitar ou impedir tal construção, fomentando um possível distanciamento. O manejo desta regulação afeta o desenvolvimento

da autonomia nas relações, bem como os limites sobre a noção de privacidade (Altman et al., 1981).

Além disso, alguns tipos de exposição de si servem, ainda, para fortalecer a individuação do adolescente. As exposições avaliativas sobre preferências, rejeição ou adoração a certos tipos de músicas, celebridades, vídeos e notícias que circulam nos contextos digitais são exemplos de exposições que favorecem a individuação, a progressiva marcação de uma autonomia de pensamentos, valores e posicionamentos entre os diferentes grupos de pertencimento (Angelini & Sciandra, 2013; Bargh, McKenna, & Fitzsimons, 2002; Krämer & Haferkamp, 2011; Snyder & Smith, 1986). As variações nas formas de exposição dos eventos da vida considerados importantes, e as variações na escolha das plataformas, ocorrem de acordo com o tipo de informação privada (positiva ou negativa) que é exposta, associada aos objetivos da exposição e não obrigatoriamente às questões de privacidade (Bevan et al., 2015; Lampinen, 2014).

Nos contextos digitais que permitem esta dinâmica de audiências invisíveis, contextos sobrepostos e uma maior fluidez nos limites do público e do privado, as exposições de si ocorrem de maneira mais difusa, tendo implicações na forma como os adolescentes manejam seus alvos, suas questões e gerenciam os aportes positivos e negativos que recebem (Rains & Brunner, 2015), com maior probabilidade de receber aportes incertos ou ambíguos.

Ao enfatizarmos as oportunidades e limites contextuais no processo de exposição de si (Buhrmester & Prager, 1995), visualizar as funções da exposição de si (Derlega & Grzelak, 1979) nos contextos digitais enquanto *networked publics* (Boyd, 2011) pode nos ajudar a compreender as estratégias que os adolescentes utilizam para manejar os acessos ao *self*, bem como as normas sociais que adotam para delimitar os tipos de exposições e as regras de privacidade em seus relacionamentos interpessoais mediados (Derlega & Chaikin, 1977).

Se as pressões culturais se constituem como um dos fatores determinantes no processo de exposição de si, juntamente com a maturidade cognitiva dos adolescentes (Buhrmester & Prager, 1995), vale destacar o quanto os contextos digitais oferecem oportunidades e estímulos para a seletividade dos relacionamentos interpessoais estabelecidos com a mediação destas plataformas (Ito, Matsuda, & Okabe, 2006; Lampinen, Tamminen, & Oulasvirta, 2009; Shklovski, Barkhuus, Bornoe, & Kaye, 2015).

Uma diversidade de aspectos da sociabilidade dos adolescentes pode ser destacada nestas interações nos contextos digitais, a exemplo das regras e estilos criados entre pares

como referência para apropriação da Internet (Abeele, 2014; Haddon, 2015; Hall, Baym, & Miltner, 2014), especialmente neste cenário de uso através dos celulares e dispositivos móveis que tem implicações no capital social e bem estar (Aharony, 2015; Chan, 2015; Goggin, 2013; Ogara, Koh, & Prybutok, 2014), ampliando a intimidade nos contatos inclusive fora dos contextos digitais (Hu, Wood, Smith, & Westbrook, 2004; Ito, Okabe, & Matsuda, 2005; Piwek & Joinson, 2016), com um conjunto de expectativas e objetivos diferentes para os relacionamentos interpessoais em cada plataforma (Beer, 2012; Lim, 2013; Quan-Haase & Young, 2010).

Os adolescentes parecem se movimentar, sem problemas, entre diferentes espaços - mediados e não mediados - e sua participação mais efetiva está intrinsecamente ligada aos encontros não mediados (Boyd, 2008). Muitos dos amigos/pares com os quais os adolescentes se relacionam nos contextos digitais são os mesmos que participam dos demais relacionamentos sociais e com quem estabelecem laços de amizade mais fortes, em diferentes contextos:

As performances que acontecem online não são atos isolados, desconectados dos cenários físicos, mas sim, atos conscientes, pautados em contextos que se estendem pelos ambientes mediados e não mediados e que envolvem pessoas que se conhecem em ambos cenários. (Boyd, 2008, p.128, tradução nossa)⁴⁷

Estes novos espaços são palcos para uma participação bastante ativa dos adolescentes que aí desenvolvem relações, compartilham e formam suas visões de mundo e criam contextos próprios com relativa liberdade dos adultos responsáveis (Boyd, 2014). Especialmente quando a violência urbana nas cidades oferece cada vez menos oportunidade de participação dos adolescentes nos espaços públicos, os ambientes relacionais mediados permitem uma agência que até então era muito mais restrita para esta faixa etária nos demais espaços sociais (Casilli, 2010). Os adolescentes, enquanto ainda não têm tanta autonomia sobre seus espaços e sobre suas interações, gastam algum tempo fora de casa para ampliar suas possibilidades de manejar as interações e informações com a família e com os pares (Wolfe, 1978), o que pode ser de alguma forma equivalente ao enorme tempo que gastam atualmente nos contextos digitais (Boyd, 2010).

⁴⁷ “The performances that take place online are not isolated acts, disconnected from embodied settings, but rather conscious acts that rely on a context that spans mediated and unmediated environments and involves people who are known in both settings.” (Boyd, 2008, p. 128)

Se considerarmos que o gerenciamento informacional vem antes do poder de manejar as interações nas etapas de desenvolvimento da privacidade entre a infância e a adolescência (Wolfe, 1978), precisamos enfatizar a importância do desenvolvimento da capacidade de selecionar (a) os contextos dos relacionamentos interpessoais; (b) os alvos das exposições de si; (c) as estratégias de apresentação de si; e a (d) regulação da abertura-preservação nas interações sociais, capacidades que podem ser consideradas emblemáticas conquistas de autonomia no gradativo processo de individuação dos adolescentes.

A tomada de decisão sobre expor ou preservar as informações pessoais em uma dada situação depende de um conjunto de fatores que são avaliados pelos sujeitos envolvidos em um episódio pontual de exposição de informações privadas (Greene, et al. 2006). Para Greene et al. (2006), as questões culturais, a rede de relacionamentos, e as diferenças individuais dos envolvidos compõem o pano de fundo contextual das exposições. A partir destes fatores, as pessoas avaliam se vão ou não expor para, então, definir *o que, para quem, como, onde e quanto* estão dispostos a revelar algo sobre si.

Ao revelar as informações, tanto quem expõe quanto o destinatário são mobilizados por reações emocionais, cognitivas e comportamentais desencadeadas pela exposição (Ben-Ze'ev, 2003; Carver, 2006), implicando em diferentes tipos de relacionamentos interpessoais. Da mesma forma, a relação entre quem expõe e o destinatário é mobilizada pelas implicações da exposição em cada episódio (Greene et al., 2006; Sheldon, 2009; Xie & Kang, 2015), gerando um fluxo de trocas e expectativas que se reconfiguram conforme os aportes que foram recebidos nas experiências anteriores.

Nos contextos digitais, nem sempre é possível delimitar com precisão os próprios alvos e suas reações após a exposição de si. No caso do Facebook e Instagram, podemos supor que os aportes recebidos em forma de curtidas e comentários são manifestações explícitas de reação de alguns dos alvos, mas não podemos menosprezar a possibilidade de um número indeterminado de pessoas serem realmente mobilizadas emocionalmente pelas exposições, mesmo que não manifestem isso explicitamente com algum recurso de sinalização da plataforma.

Outro ponto interessante de se notar é como estas audiências imaginadas configuram-se como redes de relacionamentos e públicos das exposições, compondo um conjunto bastante heterogêneo de pessoas, assim como a heterogeneidade da percepção sobre o espaço no qual o relacionamento se desenvolve define o *como* e o *onde* as exposições ocorrerão. Estas

variações nos *contextos colapsados* com *audiências invisíveis* (Boyd, 2011) merecem especial atenção para compreendermos a singularidade do processo de exposição de si neste cenário. Com isso, não afirmamos que não é possível regular as exposições em diferentes graus de intimidade entre diferentes audiências, já que consideramos interessante justamente evidenciar as estratégias que os adolescentes criam para regular suas exposições numa complexa combinação de fatores que incluem as restrições e potencialidades da plataforma, as convenções que consideram válidas em cada contexto (Nissenbaum, 2010), a seleção dos aspectos de si e dos alvos em cada plataforma (Bazarova & Choi, 2014; Lampinen, 2014).

Considerando que os adolescentes costumam usar diferentes redes e aplicativos com diferentes propósitos, as exposições e os relacionamentos interpessoais podem ser configurados pela singularidade das plataformas ou a escolha das plataformas é que pode ser feita de acordo com os interesses e expectativas de cada relacionamento. O que parece comum nestes relacionamentos mediados por tecnologias digitais é que as dinâmicas e as qualidades dos *networked publics* criam um contexto singular para as interações, implicando em singularidades no processo de exposições de si, em especial no âmbito das audiências que se configuram como destinatárias das exposições (Litt, 2012; Tufekci, 2008; Vitak & Kim, 2014) e na delimitação de regras que os adolescentes usam para manejar os tipos de conteúdos sobre si que querem tornar acessível aos outros.

Assim como são diferentes os interesses no gerenciamento das exposições (Barnes, 2006; Dienlin & Trepte, 2015; Utz & Kramer, 2009), vale destacar a variedade de concepções de privacidade (Dienlin, 2014) associadas às diferentes preocupações em cada etapa da vida. A apropriação das plataformas digitais como palcos para interações sociais gera um contexto híbrido com atualizações, reproduções e reconfigurações das convenções sociais e dos critérios que os adolescentes usam para regular os acessos ao *self* nas suas relações. Neste cenário, a exposições de si é uma das formas mais diretas de colocar-se em relação, tornar-se conhecido pelos outros e receber aportes sociais que acabam servindo de guia para comportamentos futuros e para a percepção de si mesmo na formação reflexiva do *self*.

2.4.1 Desafios na delimitação dos contextos e dos conteúdos

O esforço para controlar os espaços é uma atividade humana considerada fundamental para o livre desenvolvimento e expressão das identidades (Hall, 1966; Lyman & Scott, 1967). Os padrões de interação em sistemas sociais estão de alguma forma relacionados com as maneiras de retirada dos espaços e de afastamento dos outros (Altman, 1975, 1977; Altman et al., 1981). O manejo das estratégias e das convenções que amparam esta dinâmica de afastamentos entre as pessoas nas interações face a face ilustram uma das formas mais institucionalizadas do que é privacidade (Goffman, 2011, 2014). Estes marcadores de separação dos espaços ficam sempre mais visíveis nos estabelecimentos e estruturas físicas através das portas, janelas e gestão do uso dos delimitadores considerados apropriados para cada tipo de espaço (Schwartz, 1968). Sem aprofundar as amplas discussões teóricas que debatem os conceitos de espaços, lugares, territórios e territorialidade, destacamos as singularidades de alguns contextos digitais como espaços interacionais nos quais os adolescentes manejam suas exposições, regulando os tipos de aproximação ou de afastamento de seu *self* em relação aos outros nos diferentes espaços de interação.

Considerando a territorialidade como o esforço para controlar os espaços, Lyman & Scott (1967) reconhecem ao menos quatro tipos de territórios: (a) o público; (b) o interacional; (c) a casa-lar; e (d) o corpo. Já no seu estudo sobre a percepção dos espaços e sua importância nas comunicações, Hall (1959, 1966) destacou o quanto as distâncias entre as pessoas e a organização dos espaços são delimitadores das interações e funcionam de acordo com normas sociais e culturais específicas. Em sua antropologia dos espaços humanos, Hall (1959) indica ao menos quatro zonas diferentes na organização dos espaços, com distâncias específicas para delimitar as fronteiras entre elas, sendo a distância da intimidade, a distância pessoal, a distância social, e a distância pública (Hall, 1959, p.116).

A dinâmica fluida dos *networked publics* provoca confusão em algumas destas separações quando observamos que em plataformas como o Facebook, por exemplo, há uma considerável dimensão pública nos perfis e nas publicações que podem ser vistos amplamente. O território interacional digital engloba uma arena parcialmente pública e muitas vezes permite a exposição do corpo e da própria casa nas imagens e vídeos que possibilitam conversas públicas a partir de dentro da casa, sem que haja um delimitador claro entre cada um dos territórios. Os adolescentes, que geralmente possuem acesso restrito a muitos espaços sociais, limites na gestão do território de sua casa e mesmo do uso do próprio corpo, de alguma forma encontram nos contextos digitais o que Lyman & Scott (1967) chamavam de

território livre para expressar suas identidades e desenvolver suas interações.

Na atualidade, tanto o corpo quanto as casas são territórios comumente expostos em detalhes nos contextos digitais que permitem registros e compartilhamentos destas informações em uma escala não limitada pelas separações físicas dos muros, grades e portas. Com o uso da Internet pelos celulares e com a automação dos eletro-eletrônicos domésticos, por exemplo, está se tornando cada vez mais comum a conexão das casas e dos corpos aos sensores digitais que permitem um acesso ampliado aos diferentes espaços pessoais e sociais para além das separações físicas entre os territórios. Nos contextos digitais é possível ter formas de acesso mediado aos diferentes territórios interacionais a partir do fluxo das informações (Meyrowitz, 1985) que é possibilitado pelas tecnologias com vídeo e áudio em transmissão simultânea. Presenciamos a configuração de uma dimensão híbrida de território informacional (Lemos, 2010) que não se restringe aos elementos materiais dos lugares, mas corresponde à interrelação dos espaços com o fluxo informacional que é produzido neles, e a partir deles, no contexto de ubiquidade das tecnologias móveis (Lemos, 2007).

Reconhecendo a importância destas separações entre os espaços para a configuração dos relacionamentos interpessoais, buscamos destacar como os adolescentes, em suas experiências nos contextos digitais, compreendem e desenvolvem os limites destas distâncias nas interações mediadas, já que é a partir do controle dos espaços relacionais que podem simultaneamente desenvolver um senso de si mesmos como separados e/ou inter-conectados aos outros e manejar as condições nas quais podem procurar a solidão (física ou psicológica) ou a interação (Wolfe, 1978). A capacidade de manejar os limites nas interações está associada ao processo de desenvolvimento da autonomia (Altman, 1975), autonomia condicionada às normas culturais que definem o que é tido como apropriado em cada contexto social e ao tipo de acesso que cada grupo de pessoas pode ter aos espaços e às outras pessoas.

Nas interações em contextos digitais, a exemplo dos relacionamentos mediados pelo Facebook, Instagram, Snapchat e WhatsApp, enquanto *networked publics*, evidenciamos este desafio de perceber os limites não apenas entre os diferentes grupos sociais que compõem a audiência das exposições, mas também o desafio na delimitação das bordas nos espaços das diferentes relações interpessoais quando não mais restritas às distâncias entre as pessoas em espaços físicos. A dinâmica dos *contextos colapsados* e das *audiências invisíveis* (Boyd, 2011) aponta justamente para estes limites que ficam borrados quando as interações ocorrem mediadas por estas tecnologias digitais que dificultam a percepção dos delimitadores nos

relacionamentos interpessoais, a exemplo do que ocorre quando os adolescentes conversam com seus pares via um aplicativo de rede social, como o Facebook ou o Instagram, durante um jantar de família ou na sala de sua casa com a presença física dos pais, porém com a participação apenas de amigos selecionados. Estes são pequenos exemplos de situações nas quais os adolescentes ganham maior controle sobre a seleção dos contatos com os quais pretendem expor e compartilhar suas informações privadas, uma importante forma de ganhar maior controle social nos relacionamentos que desenvolve (Collins & Miller, 1994; Cozby, 1972; Derlega & Berg, 1987; Derlega e Grzelak, 1993).

Neste contexto, as distâncias nas interações face a face, como estudadas por Hall (1959), ganham novas dimensões e as polegadas não podem mais ser as referências para mensurá-las, fazendo emergir o que alguns pesquisadores chamam de "território privado-pessoal portátil" (Hatuka & Toch, 2014). Com esta definição, os autores destacam que o uso dos celulares conectados à Internet nos espaços públicos cria uma matriz complexa de esferas sociais e interações, uma condição socioespacial na qual os comportamentos sociais e a privacidade individual estão sujeitos a normas e códigos sociais não necessariamente relacionados de forma exclusiva ao lugar concreto no qual o indivíduo se localiza (Hatuka & Toch, 2014). Esta multidimensionalidade e sobreposição dos espaços pessoais e interpessoais no *território privado-pessoal portátil* cria novos contextos também para as exposições de si, já que tanto o suporte social desejado quanto a escolha dos destinatários das exposições são baseados no contexto na qual elas ocorrem (Buhrmester & Prager, 1995; Derlega et al, 1993). Mesmo reconhecendo estas novas possibilidades de configuração dos arranjos socioespaciais, não consideramos que nos contextos digitais do Facebook e do Instagram, por exemplo, haja uma eliminação total das distâncias e dos delimitadores dos espaços pessoais nos relacionamentos.

Ao terem como base uma outra relação tempo-espaço, os contextos digitais apresentam uma diluição das separações físicas, mas não excluem os delimitadores comunicacionais e mesmo técnicos para permitir o manejo dos espaços pessoais. Se nestas redes há uma fusão de públicos que fazem com que se misturem os contextos mais íntimos com os mais públicos, mudam não apenas as distâncias, mas também as formas de interação, as regras sociais e os acordos sobre o que pode ser considerado apropriado em cada contexto e em cada tipo de relacionamento. As ferramentas de seleção dos destinatários das publicações, bem como a escolha de cada uma das redes ou aplicativos digitais, podem sinalizar para uma dinâmica de reorganização dos contextos para que as interações possam ser manejadas para atender às

expectativas dos usuários, sem deixar de considerar que as próprias expectativas podem mudar com o tempo.

Se estas condições singulares dos *contextos colapsados* nos *networked publics* (Boyd, 2011) remetem à dificuldade de estabelecer as linhas divisórias entre cada situação específica, misturando, por exemplo, o contexto familiar com o contexto de relações com amigos da escola, fundindo o contexto de interação entre amigos da Igreja com os da banda de pagode, estas diluições desafiam os adolescentes a criarem estratégias para conciliar ou então reajustar as expectativas sociais que guiam o compartilhamento de informações em cada grupo de relacionamentos interpessoais que estabelecem nos contextos digitais.

A fluidez entre os contextos remete ao que Ito & Okabe (2005), investigando as interações estabelecidas com os dispositivos móveis, chamam de espaços de conexão íntima estabelecida entre os pares como uma alternativa à geometria do poder dos espaços institucionalizados estabelecidos pelos adultos (Massey, 1994), uma vez que "a comunicação dos jovens é regulada pelos pares ou adultos dependendo do lugar e da hora do dia, sendo que o acesso às mídias móveis tem um papel central na gestão e modulação deste controle" (Ito & Okabe, 2005, p. 132, tradução nossa)⁴⁸. Esta apropriação social que os adolescentes fazem das plataformas digitais pode significar uma conquista de autonomia na seleção de seus relacionamentos (Matsuda, 2006), mas ao mesmo tempo implica em novas regras socialmente compartilhadas entre os pares, com cobranças e expectativas específicas (Ito & Okabe, 2006).

Nas trocas de mensagens pelo celular, as mensagens definem uma situação que é substancialmente diferente das interações interpessoais diretas que são características das chamadas de voz, bate papo em texto, ou interações um a um, face a face. Estas mensagens são baseadas no senso de acessibilidade ao ambiente, um espaço virtual compartilhado que geralmente está disponível entre poucos amigos ou pessoas muito próximas. Como indicam Ito & Okabe (2006), a partir de seus estudos feitos há mais de uma década, estas trocas de mensagens pelos celulares não exigem uma "abertura" deliberada do canal de comunicação, mas são baseadas na expectativa de que alguém estará "na escuta".

Apesar de os telefones celulares terem se tornado um veículo para os jovens desafiarem a geometria do poder dos lugares como a casa, a sala de aula, e a rua, eles também criaram novas disciplinas e geometria de poderes, a necessidade de estar constantemente disponíveis para amigos e amantes, e a necessidade de portar sempre um aparelho funcionando. Estas disciplinas são acompanhadas por novos

⁴⁸ "Youth communications are regulated by peers or adults depending on place and time of day, and access to mobile media takes a central role in managing and inflecting that control" (Ito & Okabe, 2005, p. 132)

tipos de expectativas sociais e maneiras. Quando impossibilitados de retornar uma mensagem imediatamente, os jovens sentem que a expectativa social foi violada”. (Ito & Okabe, 2006, p. 242, tradução nossa)⁴⁹

Além de a disponibilidade constante ser demandada pelos pares, os adolescentes também precisam lidar com as novas expectativas dos pais e demais adultos que continuam exercendo poder sobre a forma como se apropriam dos espaços, inclusive nos contextos digitais. A vigilância dos pais e familiares nas redes sociais como Facebook e Instagram, a presença dos educadores como “amigos” e a cobrança para participação em grupos familiares no WhatsApp configuram novos formatos para esta complexa batalha por autonomia e manejo dos espaços pessoais na adolescência. Se a expectativa de que as pessoas consideradas mais próximas deveriam estar sempre disponíveis já chamava a atenção das pesquisadoras em 2006, os aplicativos atuais como o WhatsApp oferecem recursos técnicos que podem amplificar o rigor das cobranças por disponibilidade. Quando a plataforma explicita o exato momento da visualização da mensagem e marca o horário preciso do último acesso ao aplicativo, aumenta significativamente a vigilância mútua sobre a reciprocidade das trocas e a cobrança pela disponibilidade constante.

Já no contexto do Facebook e do Instagram, apesar de oferecerem sinalizações precisas sobre os horários das publicações e, no caso do Facebook sinalizar se o usuário está ou não usando a plataforma naquele momento, a expectativa de disponibilidade não parece tão instantânea quanto no WhatsApp. Em contrapartida, no Instagram e no Facebook, a dinâmica da rede de contatos torna mais difícil delimitar os contextos das relações quando o público das exposições envolve todos os contatos aceitos na plataforma. Se nos contatos diretos ou grupos de WhatsApp é possível ter maior clareza sobre o contexto, reconhecendo as pessoas e as temáticas apropriadas, no Instagram e no Facebook é mais provável que certas informações pessoais sejam acessadas por pessoas que não pertençam ao contexto tido como referência por aquele que se expõe. A falta de sintonia entre a referência contextual que motiva a exposição e aquela que é usada pelas audiências pode provocar aportes sociais indesejados ou descontextualizados.

⁴⁹ 'Although mobile phones have become a vehicle for youths to challenge the power geometries of places such as the home, the classroom, and the street, they have also created new disciplines and power geometries, the need to be continuously available to friends and lovers, and the need to always carry a functioning mobile device. These disciplines are accompanied by new sets of social expectations and manners. When unable to return a message right away, young people feel that a social expectation has been violated”(Ito & Okabe, 2006, 242).

De toda forma, vale enfatizar que a intensidade do uso cotidiano destas plataformas digitais nos relacionamentos interpessoais poderia favorecer a incorporação da própria dinâmica colapsada como referência para os comportamentos de exposição de si. Se nos *networked publics* há dificuldade de identificar e estabelecer alguns delimitadores espaciais, temporais e sociais entre os diferentes contextos, isso não significa que seja impossível fazê-los ou que estes delimitadores sejam dispensáveis. Abre-se tanto a possibilidade para delimitar os conteúdos e as audiências em cada contexto quanto a possibilidade de enfrentar as implicações da fusão dos contextos com expectativas e aportes sociais heterogêneos e simultâneos.

Os adolescentes parecem permanentemente desafiados a encontrar estratégias para “descolapsar” os contextos nos quais desenvolvem seus relacionamentos para, então, poderem manejar as suas exposições e conquistar gradativamente a autonomia para regular como e quando entrar e sair das interações. Não bastasse o desafio de lidar com os contextos colapsados, os adolescentes precisam também lidar com a invisibilidade e pluralidade das audiências que se apresentam como “alvos” e “destinatários” de algumas de suas exposições nos contextos digitais.

2.4.2 Desafios na delimitação das audiências

Na dinâmica dos *networked publics*, nem todos os interlocutores são ou estão visíveis quando as pessoas publicam suas informações. No caso do Facebook e do Instagram, ao compartilhar alguma informação sobre si, os adolescentes não podem ter uma definição precisa de quem são os destinatários quando comparado às relações face a face, por telefone ou mesmo por vídeo. No entanto, mesmo não sendo visível, esta audiência não é totalmente desconhecida pelos adolescentes no momento da exposição.

Uma parcela dos contatos da lista de conexões pode ser reconhecida e identificada a partir das fotos. Ainda assim, a dinâmica das redes sociais digitais facilita que as publicações cheguem para destinatários não previstos e nem sequer imaginados da lista de amigos de amigos, podendo inclusive ganhar visibilidade em outras redes e plataformas para além daquelas imaginadas inicialmente. Ao combinar aspectos de exposição pública e de relações

interpessoais específicas, a audiência distribuída em rede cria novas oportunidades para as conexões, ao mesmo tempo em que gera novos conflitos e tensões (Marwick & Boyd, 2010), conflitos ainda mais complexos do que aqueles encontrados nas comunicações mediadas pelas mídias massivas como os livros, o rádio e a televisão (Meyrowitz, 1985).

No caso específico dos adolescentes, é interessante destacar o quanto as questões relativas às audiências para seus comportamentos sociais, e não apenas para suas exposições, geram tensões mesmo nos relacionamentos interpessoais face a face. Inspirado pelas reflexões de Piaget sobre o papel do egocentrismo nas etapas do desenvolvimento, Elkind (1967) destacou o conceito de *audiência imaginada* como processo no qual os adolescentes têm dificuldade de diferenciar o que pensam sobre si daquilo que eles acham que os outros pensam sobre eles. A noção de *audiência imaginada* (Elkind, 1967; Elkind & Bowen, 1979) evidencia o quanto, dentre e fora das situações sociais, “o adolescente se comporta como se ele/ela fosse o foco da atenção de uma audiência projetada que compartilha suas preocupações e inquietações” (Ryan & Kuczkowski, 1994, pp. 220-221, tradução nossa)⁵⁰, audiência imaginada que conta para uma variedade de comportamentos dentro dos quais podemos considerar o processo de exposição de si.

As tensões trazidas pela nova dinâmica das *audiências invisíveis* e dos *contextos colapsados* das plataformas digitais (Baym & Boyd, 2012; Boyd, 2011; Marwick & Boyd, 2010) somam-se a este conflito de perspectivas durante o desenvolvimento dos relacionamentos interpessoais na adolescência. Mesmo que os adolescentes tenham opções objetivas para manejar a composição da audiência nas plataformas, como estratégia de apresentação e exposição de si, a percepção subjetiva da audiência complexifica o processo de escolha sobre o que compartilhar e onde. Quando os adolescentes supervalorizam a atenção que supostamente receberão desta audiência imaginada, e da audiência invisível em alguns contextos digitais, aumenta a tensão relacionada ao riscos de informações sobre si gerarem aportes negativos ou reprovação social.

Além de considerarmos a noção de audiência imaginada (Elkind, 1967; Elkind & Bowen, 1979) e as singularidades dos *networked publics* (Boyd, 2011, Marwick & Boyd, 2010), vale apontarmos outro tipo de tensão evidenciada nos contextos digitais e que nos parece relevante no processo de exposição de si: a tensão provocada pelas *aglomerações*

⁵⁰ “(...) the adolescent may behave "as if" he/she is the focus of attention from a projected audience that shares his/her preoccupations and concerns.” (Ryan & Kuczkowski, 1994, pp.220-221)

digitais (Joinson, Houghton, Vasalou, & Marder, 2011, tradução nossa)⁵¹. Ao apontarem que as redes sociais digitais dão origem a um tipo específico de multidão, a *aglomeração digital* (Joinson et al., 2011), estes pesquisadores assinalam que, assim como nas multidões em encontros face a face, as aglomerações digitais diminuiriam as habilidades de controlar as interações, particularmente as fronteiras entre o *self*, os pequenos grupos íntimos e as audiências mais públicas. Este novo tipo de aglomeração seria fruto da (1) perturbação da regulação dos limites nas interações sociais; (2) permitindo múltiplas audiências com métodos restritos de controle dos limites; e (3) encorajando o compartilhamento irrestrito de informações pessoais que implica outros usuários (Joinson et al., 2011).

Partindo da definição de exposição de si usada por Jourard (1966), contemplando o processo de se fazer-se conhecer para outras pessoas, Joinson et al. (2011) agrega discussões sobre o papel das exposições na manutenção e desenvolvimento dos relacionamentos interpessoais (Altman & Taylor, 1973; Collins & Miller, 1994; Cozby, 1972) e as reflexões sobre o gerenciamento dos limites da privacidade de Petronio (2002) para fundamentar que a “aglomeração digital” (excesso de contato e de compartilhamento) pode ser prejudicial à privacidade e à qualidade dos relacionamentos ao menos de duas formas: (1) através do perigo inerente na transparência radical ou na abertura irrestrita; e (2) através da sobreposição das esferas sociais e da falta de habilidade dos usuários para manejar limites/bordas dinâmicas (Joinson et al., 2011).

Concordando que a preservação de informações privadas e o segredo são importantes no desenvolvimento dos relacionamentos, consideramos que as tensões provocadas pelos contextos digitais podem indicar uma renegociação sobre os limites, com regras para manejo da privacidade para além das referências diretas às relações presenciais face a face (Nguyen, Bin, & Campbell, 2012). Compartilhar informações nos ambientes públicos não é obrigatoriamente expor questões íntimas ou informações privadas, e as exposições dos adolescentes não são determinadas diretamente pelo contexto digital quando destacamos sua capacidade de renegociação, de reconfiguração dos limites e de adaptação das demandas a

⁵¹ O termo original “*digital crowding*” poderia ser traduzido também como “muvuca digital”, usando uma gíria comum em algumas regiões do Brasil e especialmente usada entre surfistas e praticantes de esportes radicais ao se referirem a presença de muitas pessoas em locais desejados. Interessante destacar que a “muvuca” não está relacionada apenas ao número de pessoas, mas também aos comportamentos das pessoas presentes e que podem gerar ou não conflitos de interesses. É possível que um pequeno grupo de pessoas possa gerar uma “muvuca” e uma outra situação com número maior de pessoas que estejam em sintonia nas expectativas e códigos sociais para guiar seus comportamentos não gere uma “muvuca”.

partir de uma apropriação criativa.

Para manejar suas exposições para audiências invisíveis e imaginadas nestes contextos colapsados, os adolescentes podem criar estratégias para garantir os benefícios da exposição (Christofides, Muise, & Desmarais, 2009; Spiekermann et al., 2010), sendo a exposição uma das formas de desencadear oportunidades, e não apenas riscos, ao permitir a ampliação das redes de relacionamento e o ganho de capital social (Ellison et al., 2011). Diferentemente de uma aglomeração que limita a apropriação do espaço e a própria agência dos presentes nela, os contextos digitais, mesmo trazendo complicadores e tensões emblemáticas, nos parecem mais flexíveis para serem apropriados de forma criativa, com reinvenções possíveis tanto nas plataformas quanto nas convenções sociais que balizam as interações tidas como apropriadas.

Se a negociação sobre os limites das exposições para *audiências invisíveis* é cada vez mais desafiadora (Hogan, 2010; Marwick e Boyd, 2011), manejar os limites e negociar as normas de comportamento de cada esfera social são aspectos com os quais os adolescentes lidam ao longo de seu desenvolvimento, e não apenas no cotidiano digital. Se possuem múltiplas audiências em suas redes sociais digitais, cada uma com suas normas e convenções sobre o que é considerado apropriado, os adolescentes precisam dedicar algum tempo e esforço para escolher as questões e os destinatários dos compartilhamentos, não apenas selecionando os conteúdos, mas também as plataformas (Bazarova & Choi, 2014) como uma das estratégias de regulação do fluxo de suas exposições (Nissenbaum, 2010).

Os amigos conectados em redes sociais digitais (como o Facebook e o Instagram) nem sempre estão limitados aos considerados “de confiança”, com os quais os adolescentes já possuem regras e expectativas acordadas de forma implícita ou explícita sobre as exposições, a partir das experiências anteriores ou em outros contextos (Christofides et al., 2012). Na relação com os amigos menos próximos, nem sempre há regras e expectativas claras para coordenar os limites da privacidade, ou estas regras estão baseadas apenas em normas sociais genéricas de comportamento (Joinson et al., 2011). Ainda assim, vale questionarmos até que ponto este *contexto colapsado* (Boyd, 2011), ou as esferas sociais sobrepostas - nos termos de Binder et al. (2009), também não passa a ser apropriado pelos adolescentes levando em consideração novas convenções, específicas e contextualizadas para cada plataforma digital.

Podemos dizer que os adolescentes, conhecendo este caráter múltiplo e plural, contemplando o íntimo e o distante, parecem criar estratégias para que sua exposição seja dosada a partir da negociação de regras contextuais, encontrando alternativas para gerenciar

estas diferentes esferas de interação e influência social potencialmente conflitantes (Brown, 2004).

A hipótese, relativamente pessimista, da noção de aglomeração digital (Joinson et al., 2011) é de que a falência dos mecanismos de privacidade online e o design dos sites que permitem este tipo de “muvuca” resultariam em estresse e eventual afastamento nas relações, ao facilitar com que os espaços pessoais sejam violados como na multidão em um evento presencial localizado geograficamente. Ao questionarmos o pessimismo da noção de “aglomeração digital”, não deixamos de reconhecer as situações de estresse que as violações dos espaços pessoais podem gerar, a exemplo da questão da vigilância massiva e do uso por terceiros das informações pessoais em contextos inapropriados⁵². Ainda assim, defendemos que os adolescentes podem encontrar outras saídas que não apenas o isolamento ou o estresse como resultado de suas interações nestes *contextos colapsados* dos *networked publics*, criando novos cenários e acordos entre pares para seus relacionamentos interpessoais mediados.

Ao observarmos a intensidade dos usos e as formas de publicação de conteúdos pessoais nestas redes, podemos perceber melhor como os adolescentes têm encarado estes desafios, adaptando-se às condições dos *networked publics* ao mesmo tempo em que sua apropriação pode também gerar reinvenções nas próprias plataformas (Vitak & Kim, 2014). Estas transformações nos contextos das exposições não estão restritas às tecnologias, já que envolvem mudanças socioculturais nas referências sobre o que consideramos adequado expor sobre a vida pessoal, para quem e em quais contextos.

Dentre os fatores determinantes nas exposições de si, podemos enfatizar as pressões culturais que indicam uma supervalorização da exposição das intimidades (Cardon, 2008, 2012; Tisseron, 2002; Suler, 2004) e uma busca gradativa por mais informações pessoais nos diferentes meios, espetacularizando as diversas e múltiplas intimidades (Sibilia, 2008) como parte do processo de manutenção e desenvolvimento de relacionamentos interpessoais. Reafirmando a importância de relações em esferas sociais ampliadas e da participação em discussões públicas como aspectos do desenvolvimento na adolescência (Brown, 2004; Kroger, 2006; Youniss & Yates, 2000), nos parece relevante explorar ainda mais o quanto as exposições de si nestas condições peculiares dos contextos e audiências digitais também

⁵² Dentro de nosso escopo, trataremos da questão dos rastros digitais e a importância dos algoritmos das plataformas como elementos que não apenas podem segregar, mas podem inclusive delimitar o próprio contexto e parte dos interlocutores com os quais os usuários terão condições de se relacionar ou não. Esta discussão faremos no Capítulo 3, subcapítulo 3.4.

implicam em mudanças nos relacionamentos interpessoais quando são mediados pelas tecnologias digitais.

2.5 Exposição de si e os relacionamentos interpessoais nos contextos digitais

Além da discussão sobre as funções e as dinâmicas da exposição de si na adolescência (Buhrmester & Prager, 1995; Cozby, 1973; Rotenberg, 1995; West & Zingle, 1969) e das singularidades das exposições nos *networked publics* (Baym & Boyd, 2012; Boyd, 2011; Marwick & Boyd, 2010), consideramos válido destacar as discussões sobre exposição de si no desenvolvimento dos relacionamentos interpessoais (Collins & Miller, 1994; Derlega et al., 2008; Greene, Derlega, & Mathews, 2006; Greene & Magsamen-Conrad, 2010), partindo inicialmente das reflexões desenvolvidas por Altman e Taylor (1973) em torno da Teoria da Penetração Social (TPS).

Nessa abordagem, a Penetração Social se refere aos comportamentos interpessoais que ocorrem nas interações sociais e ao processo subjetivo que precede, acompanha e se segue às trocas manifestas. A exposição de si, neste aspecto, é parte do processo de desenvolvimento das relações interpessoais, variando de níveis mais superficiais aos níveis mais íntimos conforme as relações se desenvolvem ou se degradam (Altman & Taylor, 1973).

Altman & Taylor (1973) indicam que essas exposições desempenham importante papel no desenvolvimento das relações interpessoais e variam na amplitude (*breadth*) e profundidade (*depth*) dos aspectos de si expostos na interação. Inspirados pela teoria da personalidade de Kurt Lewin, consideram a personalidade como um sistema organizado por um número indefinido de itens (ideias, sentimentos, emoções sobre si e sobre os outros), delineando o *self* em regiões (Lewin, 1935, 1936). É a partir desta organização estrutural da personalidade que definem a abrangência, tanto em relação à frequência quanto às categorias de exposição das áreas da personalidade (Greene et al., 2006). O mesmo vale para as definições que dão para a questão da profundidade dos aspectos de si expostos, usando a metáfora das camadas da cebola para ilustrar a estrutura das camadas da personalidade que se diferenciam com relação a um eixo centro – periferia.

Com a metáfora da cebola, os autores definem o que chamam de dimensões de profundidade, mais amplas e acessíveis na periferia e mais pontuais e preservadas no centro

(Altman & Taylor, 1973).

A hipótese geral relacionada à dimensão de profundidade implica que o movimento hipotético de um alfinete em uma cebola ocorre de camada a camada, sem saltar camadas. Neste sentido a interação social é geralmente prevista procedendo somente gradual e sistematicamente dos tópicos superficiais aos íntimos. (p.28, tradução nossa)⁵³

Seus argumentos defendem que há um desenvolvimento da Penetração Social, sendo gradativo o aumento da quantidade, tempo e profundidade das exposições, partindo das mais superficiais em direção às mais íntimas conforme o relacionamento avança.

Ao passo de cair em um contínuo de profundidade, devemos pensar em termos de 3 níveis de intimidade: (1) acessível-público, (2) semiprivado, (3) privado-pessoal. O nível público-acessível é o mais periférico da personalidade; o semiprivado a camada intermediária; a camada privado-pessoal representa o núcleo central do *self*. (Altman & Taylor, 1973, p. 136, tradução nossa)⁵⁴

Outro ponto decisivo nesta proposta teórica é a aplicação de um sistema de custo-benefício como base das estratégias usadas pelos indivíduos na tomada de decisão sobre os destinatários e sobre os aspectos de si a serem expostos, sendo que as avaliações feitas em cada situação quais ficam registradas e memorizadas para balizar as futuras interações (Altman & Taylor, 1973).

As exposições não se limitam à comunicação verbal e englobam tanto as trocas não verbais quanto o ambiente físico no qual as relações ocorrem. O corpo, os adereços e a face simultaneamente oferecem muitas informações sobre a pessoa e suas reações nas transações com os outros, assim como o ambiente físico também é usado para transmitir sentimentos e informações nas interações (Altman & Taylor, 1973). A Teoria da Penetração Social se inspirou nos conceitos de Hall (1956, 1966) sobre a importância da linguagem não verbal e dos espaços nas interações sociais. Como apontamos anteriormente, Hall (1966) desenvolve o conceito de *proxemia* para destacar a importância do espaço e da definição das distâncias

⁵³ “The general hypothesis regarding the depth dimension implies that the hypothetical movement of a pin into an onion occurs in a layer-by-layer fashion, without skipping layers. Thus social interaction is generally predicted to proceed only gradually and systematically from superficial to intimate topics (e.g., one does not ordinarily discuss serious personal problems immediately after meeting a stranger and after exchanging only introductory biographical information.” (Altman & Taylor, 1973, p.28)

⁵⁴ “Personality is viewed as a series of layers reflecting differential intimacy or accessibility to others. Peripheral levels are visible, common, and accessible to others; inaccessibility and uniqueness increase toward the core of personality, as do more central and influential properties. While falling on a continuum of depth, we might think in terms of three levels of intimacy: (1) public-accessible, (2) semiprivate, (3) private-personal. The public-accessible level is at the outer periphery of personality; the semiprivate layer is intermediate; the private-personal layer represents the central core of the self.” (Altman & Taylor, p.136)

interpessoais na dinâmica das relações sociais, destacando o quanto as configurações do ambiente condicionam o processo comunicacional e reproduzem regras sociais para os comportamentos.

Um aspecto importante que devemos problematizar ao analisarmos a dinâmica dos relacionamentos interpessoais nos contextos digitais é justamente a mudança na percepção sobre os espaços pessoais. As tecnologias em rede, com ligações ponto a ponto e não lineares (Levy, 1993), podem reconfigurar a percepção do espaço e a noção de presença nos relacionamentos interpessoais, implicando em diferenças na percepção sobre os limites do que consideramos espaços pessoais (Sommer, 2002; Stokols & Montero, 2002). Para além da questão geográfica e da proximidade física, importa também a percepção de proximidade sentida pelos sujeitos à distância (Wilson, O’Leary, Metiu, & Jett, 2008), e a sensação de presença (Licoppe, 2004; Ogara, Koh, & Prybutok, 2014; Soares, 2011; Zhao, 2003), fatores que não podem ser descartados na compreensão das relações mediadas nos contextos digitais.

O controle sobre os limites da exposição e a definição das regras sobre o uso das informações expostas são reajustados com as mudanças nos contextos das interações, gradativamente interconectados na sociedade em rede, algumas vezes colapsados e sem bordas claras. A própria delimitação dos limites entre os *selves*, os graus de afastamento nas relações e a diferenciação entre as dimensões públicas e privadas têm relações diretas com o processo de exposição de si nos relacionamentos interpessoais.

Altman & Taylor (1973) enfatizaram que as diferentes culturas desenvolvem técnicas para evitar a penetração potencialmente conflituosa, a exemplo das normas sobre invasão de privacidade, regras de decoro, proibições implícitas para aproximação de estranhos e respeito aos limites de espaço pessoal (Altman & Taylor, 1973). A importância desses delimitadores das interações também é destacada, em outra perspectiva, nas reflexões de Goffman (2011) sobre as regras sociais implícitas para os comportamentos em lugares públicos, enfatizando as especificidades das ocasiões sociais na delimitação do leque de comportamentos considerados apropriados. Estas delimitações, implícitas ou explícitas, de cada situação variam culturalmente e são decisivas na definição das estratégias de exposição de si nas interações sociais (Altman & Taylor, 1973).

Desde as pesquisas nos anos 1970, os autores já destacavam a importância das mudanças

sociais e culturais reforçadas pelas novas tecnologias de comunicação emergentes⁵⁵. Nas considerações de Altman & Taylor (1973), as relações estavam se tornando mais transitórias, com ganhos momentâneos e com expectativa de maior tolerância para transigências e perturbações. Enfatizando uma suposta “*tirania da abertura*” das novas gerações, apontavam que os mais jovens estariam não apenas se familiarizando com a ampla exposição, mas a tornando norma.

De acordo com um ponto de vista extremo, se alguém não extravasar tudo, não expressar todos os sentimentos momentâneos, não explorar ao máximo sua psique e revelar isso aos outros, ou, em uma palavra, não se render a todos os outros, passa por inautêntico. Nos interessaria saber se a obrigação pessoal de se entregar completamente é a referência para a integridade individual ou, ao invés disso, se ela envolve a liberdade para ser capaz de fazer isso se o indivíduo desejar, e o fazer de forma completa para uma ou mais pessoas específicas. (Altman & Taylor, 1973, p. 186, tradução nossa)⁵⁶

Podemos reconhecer que estas questões sobre as alterações nos limites das exposições de si nos relacionamentos interpessoais continuam atuais. Os discursos que fazem apologia ao fim da privacidade, e que sinalizam uma suposta impossibilidade de proteção das informações pessoais no atual cenário da Internet, são simultâneos à progressiva adesão aos serviços e aplicativos que permitem maior grau de preservação de informações pessoais e de expressões de si, a exemplo do Snapchat e do WhatsApp, e do crescimento de usuários que recorrem à *deep web*⁵⁷ para interagir e navegar na Internet de forma anônima. Ao mesmo tempo em que

⁵⁵ Interessante pontuar que é justamente neste período efervescente da contracultura norte americana que se desenvolviam as inovações técnicas e sociais que permitiram a gradativa popularização do uso dos computadores e os projetos de uma Internet aberta à sociedade civil com muitas expectativas e utopias que configuraram a chamada cibercultura (Lessig, 2006; Levy, 1993, 1999; Ribeiro, 2003; Turner, 2008; Turkle, 1995)

⁵⁶ “According to an extreme point of view, if one does not spill everything, does not express all momentary feelings, does not explore one’s psyche to its ultimate and reveal it to others, or, in a word, does not surrender oneself to everyone else, it follows that one is ingenuine. We wonder whether the personal obligation to give completely of oneself is the hallmark of individual integrity or, rather, whether it involves the freedom to be able to do so if one desires, and to do so in a complete way to a specific person or persons.” (Altman & Taylor, 1973, p. 186)

⁵⁷ O termo *deep web* se refere ao enorme conjunto de conteúdos que estão disponíveis na Web mas não estão indexados para serem encontrados em sites de busca como o Google. Popularmente o termo é usado para se referir aos conteúdos web destas redes não conectadas às redes comerciais, indevidamente associados à conteúdos ilícitos. O acesso à *deep web* e demais redes não indexadas é geralmente feito com navegadores específicos que permitem anonimizar parte dos dados de identificação dos usuários. Apesar de haver muitos conteúdos ilícitos, de músicas piratas à tráfico de armas, as redes não indexadas são também usadas por jornalistas e ativistas de direitos humanos em todo o planeta como alternativa para comunicações seguras em situações nas quais não há liberdade de expressão ou liberdade de imprensa. Do ponto de vista técnico, há críticas ao termo por supor uma dimensão mais profunda da Web, o que não corresponde à estrutura horizontal das redes que se interligam para compor a rede Internet. Para nossa discussão nesta tese, interessa apenas pontuar o quanto estes movimentos de usuários em busca de mais privacidade e anonimato revelam expectativas e interesses relacionados a um maior manejo das informações pessoais e não exatamente uma adesão passiva à

parecem ser ampliadas e aprofundadas as exposições de si nos estágios iniciais de interação nos contextos digitais mais públicos como o Facebook e Instagram, não nos parece razoável apontar que isso seja indicativo para uma suposta transparência total ou abandono dos limites nas exposições.

O uso do WhatsApp e Snapchat, por exemplo, parece indicar que o aumento das exposições não elimina a necessidade de preservação e delimitação dos contextos, mostrando o desejo por controle no manejo dos graus de abertura ou fechamento nos relacionamentos. O compartilhamento de informações pessoais consideradas mais íntimas não levaria imediatamente a um maior grau de aproximação nos relacionamentos, já que podem ser temáticas e pontuais, em um contexto especificamente delimitado e que não gera acesso amplo e público ao *self*. A questão de como definir os limites de acesso ao *self* nas interações sociais passa a ser cada vez mais importante no contexto de intensas mudanças culturais, exigindo um olhar cauteloso para perceber as relações entre as formas de exposição de si e as noções de intimidade e privacidade que se transformam também.

No atual contexto de massificação do uso dos telefones celulares com redes e aplicativos sociais digitais, defendemos que as interações que ocorrem nestes contextos ilustram novas apreciações sobre os limites de “tolerância” sobre as revelações mais íntimas e novos formatos de relacionamentos interpessoais. As referências que amparam o processo de avaliação sobre os custos e recompensas na delimitação dos graus de abertura do *self* aos outros mudam ao mudarem os contextos socioculturais. Essas mudanças implicam em novos critérios para eleger a amplitude e a profundidade das exposições de informações privadas, uma vez que a privacidade está relacionada a um processo dinâmico e não linear de regulação dos acessos ao *self* (Altman et al., 1981).

Analisando as práticas de exposição de si nos contextos digitais, podemos levantar algumas indagações sobre a dinâmica dos relacionamentos interpessoais nestes contextos mais fluidos. Diferentemente da proposta linear da Teoria da Penetração Social, a dinâmica das exposições nos relacionamentos interpessoais mediados pelas plataformas digitais parecem ocorrer com oscilações entre diferentes tipos de conteúdos e audiências, variando de forma não linear os acessos aos diferentes aspectos do *self*. Em estudos posteriores que buscavam integrar as discussões teóricas da Penetração Social com as reflexões sobre a

exposição pública de suas informações e relações nos contextos digitais. No subcapítulo 2.4.3, retomaremos este aspecto relacionando o manejo da privacidade com o contexto de hiper vigilância nas redes comerciais da Internet.

privacidade enquanto regulação dinâmica dos limites interpessoais (Altman, 1975), o próprio autor fez uma revisão crítica sobre a linearidade da proposta da TPS. Ao aprofundar a reflexão sobre a dinâmica de abertura – fechamento, mudança - estabilidade nos relacionamentos interpessoais a partir de uma visão dialética (Altman, Vinsel, & Brown, 1981), Altman et al. (1981) destacaram o quanto os relacionamentos podem variar em funções, formatos e duração, sem necessariamente pressupor linearidade ou equilíbrio indicados na TPS.

Esta revisão teórica feita pelos autores enfatizou o quanto os processos de exposição e de preservação são partes de uma mesma dinâmica de regulação tanto da privacidade quanto dos relacionamentos, não necessariamente direcionados para uma estabilidade ou progressão que levariam a exposições mais íntimas (Altman et al., 1981). Nesse sentido, as relações sociais passam a ser caracterizadas tanto pela abertura ao contato quanto pelo fechamento ou separação entre os participantes com ciclos e oscilações não lineares. Ao invés de conceber uma direção, um objetivo ou um estágio ideal, a proposição é que as relações sociais e as pessoas são flexíveis para ajustar os padrões de comportamento em consonância com as demandas pessoais, situacionais, interpessoais de cada momento (Altman et al., 1981).

Apesar de os autores não terem apresentado diretamente uma discussão sobre a concepção de *self* nesta crítica à Teoria da Penetração Social, podemos considerar que estas reflexões sobre a importância da relação dialética que integra abertura-fechamento, aproximação-afastamento, se aproximam de nossa compreensão do *self* como fruto das interações que pressupõe outros *selves* na relação complexa interior-exterior (Mead, 1971), ao invés de conceber o *self* como dado e entidade isolada. Neste sentido, consideramos que a metáfora da cebola é didática, mas ao mesmo tempo perigosa ao pressupor uma estruturação do *self* a partir de um núcleo.

A fragmentação dos relacionamentos na rede e a possibilidade de constituição identitária de forma mais plural e multifacetada (Gergen, 2000; Lifton, 1995; Maffesoli, 1998, 2014) evidenciam mais elementos para contestarmos o processo da Penetração Social como exclusivamente linear. Se a linearidade do processo de penetração social foi descrita como equivalente a uma suposta estabilidade e unidade do *self*, a dinâmica das interações em rede e a condição mais fluida das identificações possíveis na atualidade (Maffesoli, 1998, 2014) indicam um processo de interconexão de pontos difusos, descentralizados, podendo aspectos mais íntimos serem compartilhados com pessoas que não obrigatoriamente estão em um relacionamento íntimo.

Ao concordar com a existência de aspectos mais íntimos nas exposições, não consideramos que estes estão sempre associados a uma parte mais nuclear do *self*, já que podemos conceber o próprio *self* como rede complexa de aspectos de si que se entrecruzam e oscilam de forma não linear, assim como oscilam as exposições e os tipos de abertura e aproximação nos relacionamentos interpessoais (Altman et al., 1981). As exposições nos contextos digitais parecem ilustrar bem esta dinâmica fluida e variável dos fluxos de exposições não lineares.

Podemos supor oscilações entre diferentes tipos de trocas interpessoais. Algumas exposições podem ter aspectos mais íntimos em encontros novos, ao mesmo tempo em que relacionamentos podem ser mantidos por longo período com exposições pontuais e limitadas a aspectos muito gerais, uma vez que o fluxo das exposições pode estar sujeito a regras contextuais e a motivações que são mais salientes em cada situação social. Vale questionarmos também se a metáfora da cebola ainda se aplica à dinâmica descentralizada e polimorfa das redes que permitem a exposição de elementos em diferentes contextos colapsados ou sobrepostos.

Parece que não apenas as supostas camadas da cebola se cruzam, mas também a própria dinâmica das relações deixa de ser obrigatoriamente progressiva e linear nos *networked publics*. Isto não significa que não haja absolutamente nada linear no processo, mas defendemos que há indícios de que também são possíveis variações nas formas de desenvolvimento das relações, bem como no processo de exposição e Penetração Social em contextos e audiências digitais.

O fluxo de exposições de si poderia ocorrer contemplando, simultaneamente, diferentes níveis de informações privadas previstas na Teoria da Penetração Social. Porém, ao invés de as exposições seguirem as *camadas da cebola*, de tópicos mais superficiais aos tópicos mais pessoais, o fluxo de exposições nos contextos digitais poderia facilitar as exposições, recíprocas ou não, de diferentes aspectos de si em relacionamentos interpessoais que podem envolver conhecidos, amigos e estranhos de maneira fluida e não linear.

Defendemos que nos relacionamentos interpessoais nos contextos digitais, novos modos de encadeamento e progressão dos relacionamentos seriam possíveis, especialmente ao destacarmos as possibilidades de criação de novas estratégias pelos adolescentes para manejar suas exposições e encontrar as sintonias temporais e temáticas que consideram apropriadas. Além destas discussões em torno da Teoria da Penetração Social (Altman & Taylor, 1973) e

da privacidade como regulação dos limites (Altman, 1975) terem sido as bases para a Teoria do Gerenciamento Comunicacional da Privacidade (Petronio, 2002), que também utilizaremos nesta tese⁵⁸, reconhecemos a importância da TPS para algumas questões atuais relativas ao desenvolvimento, manutenção e deterioração dos relacionamentos interpessoais.

Pesquisas apontam que nem sempre as exposições são mais íntimas e frequentes nos contextos digitais (Nguyen, Bin, & Campbell, 2012; Greene, & Magsamen-Conrad, 2010), enquanto outras aplicam a TPS aliada às teorias sobre apresentação de si (Greene, & Catona, 2014; Jin, 2013; Park, Jin, & Annie Jin, 2011) numa dinâmica mais fluida, indicando sua pertinência para as pesquisas sobre os relacionamentos com as novas mediações tecnológicas. Mesmo sem a mediação tecnológica, a velocidade e a forma de aproximação nos relacionamentos entre amigos podem oscilar de acordo com os objetivos dos participantes, indicando gradações diferentes e não exclusivamente relacionadas ao grau de proximidade atual nem ao tempo de contato (Berg & Clark, 1986; Nguyen et al., 2012; Park et al., 2011).

Nesta tese, defendemos também que as mudanças socioculturais geram novos tipos de pressões e mudanças nos contextos de interação que alteram a dinâmica das exposições e dos relacionamentos interpessoais. Porém, com isso não trazemos a questão para um determinismo tecnológico com explicações de causa-efeito diretas, mas visamos justamente observar o vai e vem, a inter-relação dos diferentes aspectos sociotécnicos que configuram e reconfiguram os relacionamentos interpessoais nos contextos digitais, bem como observar como estes são reconfigurados pelas dinâmicas sociais derivadas dos relacionamentos efetivados. Se por um lado as tecnologias digitais apresentam novas possibilidades, por outro, os usos e as apropriações não podem ser deduzidos do que foi previsto tecnicamente, deslocados das dinâmicas socioculturais específicas de cada contexto.

Nos indagamos como as apropriações que os adolescentes têm feito dos contextos digitais para desenvolvimento de relações interpessoais mediadas indicam singularidades no processo de exposição de aspectos de si. Qual dinâmica das exposições nos relacionamentos interpessoais nos *networked publics*? Haveria agora uma topologia mais fluida e enredada, contemplando simultaneamente múltiplos relacionamentos, múltiplas audiências, com exposição simultânea de aspectos de si em ambientes híbridos que mesclam os relacionamentos face a face com os mediados em diferentes temporalidades das relações?

⁵⁸ Especificamente no Capítulo 3, subcapítulo 3.2.

3 EXPOSIÇÃO DE SI E PRIVACIDADE NOS CONTEXTOS DIGITAIS

As mudanças no processo de desenvolvimento dos relacionamentos interpessoais nos contextos digitais implicam transformações nas formas de exposição de si e nos limites de acesso ao que consideramos informações privadas. Nos argumentos que desenvolvem para questionar os discursos que apostam na hipótese do fim da privacidade na atualidade, Tubaro, Casilli & Sarabi (2014) indicam que não podemos menosprezar a significativa mudança de paradigma na passagem de um uso da Internet que era baseado na publicação, para um novo uso baseado na emissão de informações, incluindo as privadas, a partir do momento em que nossas interações ocorrem em ambientes saturados de captadores de informação como os aparelhos celulares, sensores nos veículos e sensores embutidos nos diferentes tipos de objetos com o crescimento da chamada Internet das coisas (Nissenbaum, 2010).

Evitando novamente o determinismo tecnológico, defendemos que, ao atentar para as reconfigurações que as tecnologias produzem nos contextos das exposições de si, podemos avançar na compreensão sobre algumas das modificações na percepção que os adolescentes têm sobre sua privacidade e sobre as estratégias que usam para regular o acesso dos outros às suas informações privadas no conjunto de relacionamentos interpessoais nos contextos digitais.

Neste capítulo, buscamos conectar as reflexões teóricas sobre a exposição de si com as discussões em torno privacidade nas interações sociais mediadas pelas tecnologias digitais. Partindo da polivalência do conceito de privacidade, delimitamos o recorte dentro do qual discutimos as exposições de si, sinalizando a utilidade da desindividualização da questão da privacidade. Inspirados pela Teoria do Gerenciamento Comunicacional da Privacidade (Petronio, 2002), avançamos na discussão sobre a copropriedade das informações privadas expostas pelos adolescentes e destacamos algumas dinâmicas possíveis neste processo de regulação dos limites de uso dessas informações.

Ainda neste capítulo, apontamos a importância das exposições na definição dos limites de acesso ao *self* nas interações sociais, destacando que estes limites estão relacionados tanto às experiências individuais dos adolescentes quanto às normas sociais de seu entorno cultural. Neste sentido, relacionamos a dinâmica das exposições às convenções e regras sociais que

amparam as estratégias de apresentações de si (Leary, 1996; Shelenker, 2003), o que nos leva a abordar o processo de gerenciamento das impressões (Goffman, 2010, 2014) como uma das estratégias possíveis de regulação da privacidade nos relacionamentos interpessoais mediados. Por fim, encerramos o capítulo com uma breve discussão sobre as exposições de si involuntárias e suas implicações na agência dos adolescentes na regulação de sua privacidade no cenário de hipervigilância e filtragem de conteúdos pelos algoritmos.

3.1 A exposição de si na multidimensionalidade do conceito de privacidade

Na atualidade, as discussões a respeito do fim da privacidade ocorrem simultaneamente aos esforços para garanti-la legalmente dentro e fora das redes digitais. A construção, desconstrução e reconstrução da própria noção de privacidade remete a questões basilares na formação das sociedades modernas (Elias, 1994; Novais & Sevcenko, 1998; Sennet, 1999) e permanecem em mutação com as transformações sociais contemporâneas. Dentre a pluralidade de aspectos da privacidade, apesar de muitas discussões teóricas, em diferentes áreas, poucos são os consensos sobre o conceito e sobre a descrição da noção de privacidade em sua polivalência (Acquisti, Brandimarte, & Loewenstein, 2015; Burgoon, 1982; Inness, 1996; Margulis, 1977; Nissenbaum, 2010; Schafer, 1980; Solove, 2002, 2005; Vedder, 2011).

A noção moderna de privacidade tem suas raízes vinculadas às primeiras definições de *self* e à delimitação das liberdades individuais, associada também aos debates iniciais sobre o direito à propriedade privada na concepção moderna (Arendt, 2014; Sennet, 1999; Mead, 1972; Cooley, 1992; Elliot, 2014; Giddens, 2002), participando na delimitação de abordagens liberais que definem o *self* em contraposição à sociedade. As complexas discussões sobre a relação indivíduo-sociedade e sobre a dinâmica social que constitui o *self* foram apropriadas por pensadores econômicos em uma concepção individualizante e segregadora, dando ênfase à noção de individualidade como unidade isolada, demarcada e impermeável a partir da qual se estabelece relação com os outros, sendo o *self* um tipo de propriedade privada fundante (Warshay e Warshay, 1986).

A concepção mais relacional do *self*, como vista em Mead (1972), já estava presente no pensamento dos moralistas escoceses, com destaque para Smith e Hume (Shot, 1976), apesar de ter sido negligenciada nas abordagens econômicas posteriores, gerando notadamente uma noção de propriedade privada e dos demais direitos individuais como unidades isoladas e independentes sobre as quais seria possível governar, regular, e legislar, fundando parte importante da separação entre vida íntima e vida pública (Shot, 1976; Warshay e Warshay, 1986). Não por acaso, “a inserção de um direito à privacidade em ordenamentos de cunho eminentemente patrimonialista fizeram dela uma prerrogativa reservada a extratos sociais bem determinados” (Doneda, 2006, p.10) e associada a um individualismo radical presente tanto no liberalismo jurídico quanto econômico.

Se na atualidade debatemos as novas faces da noção de privacidade, não podemos menosprezar a complexidade de fatores econômicos e políticos envolvidos, incluindo aí as concepções de *self* que são consideradas hegemônicas em cada discurso. Para delimitar nosso foco de análise, realizamos nossa discussão a partir da perspectiva da psicologia social, enfatizando as relações da privacidade com a exposição de si, ainda que sejam indispensáveis as reflexões de outras perspectivas.

Iniciaremos destacando a influência dos trabalhos de Warren & Brandeis (1890), Jourard (1966), Alan Westin (1967) e Irwin Altman (1975) nas discussões contemporâneas sobre privacidade, uma vez que apontam direta relação com a dinâmica de exposição de si no âmbito dos relacionamentos interpessoais. Em seguida, retomamos nosso foco na privacidade como parte de uma dinâmica social de regulação dos limites de acesso ao *self* (Altman, 1975; Altman et al., 1981; Derlega & Chaikin, 1977; Jourard, 1966) e de regulação dos fluxos de compartilhamento de informações privadas (Margulis, 2003a, 2003b; Petronio, 2002) a partir do manejo dos diferentes contextos de interação e exposição de si (Altman et al., 1981; Altman & Taylor, 1973; Boyd & Marwick 2011; Marwick & Boyd, 2014; Nissenbaum, 2010).

Para nossa discussão relacionada aos contextos digitais, tomamos aqui o conceito de privacidade a partir dos comportamentos de exposição de informações sobre si e não a partir da discussão sobre a esfera privada em oposição ao domínio público (Arendt, 2014; Calhoun, 1993; Habermas, 2014), mesmo reconhecendo a importância destas discussões para compreender as noções modernas de indivíduo e sociedade. Nosso ponto de partida é tratar da privacidade relacionada à exposição de informações privadas, como parte dos processos de

regulação dos limites interpessoais, exposição que é baseada em regras definidas individual e coletivamente nos diferentes contextos de interação (Altman & Taylor, 1973; Derlega & Chaikin, 1977; Petronio, 2002; Westin, 1967). A exposição de si, nesta perspectiva, é compreendida como processo interpessoal em uma relação dialética com a noção de privacidade (Altman, 1975; Altman et al., 1981; Derlega, Chaikin, 1977; Jourard, 1966).

Como um dos pesquisadores basilares nas discussões sobre a exposição de si na psicologia, Jourard (1966) destacou, desde o início de suas reflexões, a importância da privacidade como condição para que as pessoas tenham oportunidades para manejar as suas exposições, em uma relação dinâmica de regulação dos limites de acesso ao *self*:

O estado de privacidade está relacionado com o ato de ocultar. Privacidade é o resultado do desejo da pessoa de reter dos outros certos conhecimentos sobre suas experiências passadas, presentes ou intenções futuras. O desejo por privacidade expressa o desejo de ser um enigma para os outros, ou de modo geral, um desejo de controlar as percepções e crenças dos outros quando face a face com a pessoa que se preserva (Jourard, 1966, p. 317, tradução nossa)⁵⁹

Com ênfase nas relações face a face, as reflexões de Jourard (1966) destacavam a importância da privacidade para garantir o desenvolvimento saudável de relações interpessoais e para dar alguma liberdade às pessoas no desempenho dos diferentes papéis sociais estabelecidos em cada contexto. Considerando as funções sociais e terapêuticas da exposição de si, a privacidade seria uma necessidade para a sociedade e para a saúde das pessoas (Jourard, 1966, 1971b). Mudando de acordo com as normas sociais de cada cultura, estas funções e as dimensões de privacidade associadas seriam aspectos dinâmicos tanto no desenvolvimento individual quanto das próprias sociedades.

Por sua vez, o texto seminal *The right to privacy* de Warren & Brandeis (1890) antecipou muitas das atuais preocupações relativas às transformações provocadas pelas tecnologias nas questões de privacidade, consolidando-se como um marco especialmente nas discussões jurídicas sobre o direito à privacidade (Gavison 1980; Johnson, 1989; Solove, 2002; Leonardi, 2012). Neste artigo de 1890, a privacidade é apontada como o direito de ser deixado só. Discute-se a importância da privacidade não apenas enquanto proteção das

⁵⁹ “Privacy is an outcome of a person's wish to withhold from others certain knowledge as to his past and present experience and action and his intentions for the future. The wish for privacy expresses a desire to be an enigma to others or, more generally, a desire to control others' perceptions and beliefs vis-a'-vis the self-concealing person.” (Jourard, 1966, p. 317)

propriedades materiais, mas também dos pensamentos, dos sentimentos e emoções que os sujeitos têm direito de preservar da sociedade, destacando a questão da inviolabilidade da personalidade (Warren & Brandeis, 1890). Estes aspectos foram apontados também, por exemplo, em alguns trabalhos do sociólogo Karl Mannheim, na década de 1940, ao discutir as questões de juventude e as técnicas sociais modernas, destacando o valor da privacidade para a individualidade quando a socialização se intensificou com a ampliação das cidades

Por privacidade e intimidade entendemos o desejo do indivíduo de afastar certas experiências internas do controle do mundo exterior e reivindicá-las para si. Privacidade e intimidade são talvez os meios mais fortes de individualização e um dos grandes ativos no desenvolvimento de uma personalidade independente. (Mannheim, 1997, p.157, tradução nossa)⁶⁰

Os aspectos psicológicos da privacidade e sua direta relação com as dinâmicas interacionais, presente nas diferentes abordagens, evidenciam a relevância das discussões sobre a exposição de si na psicologia social em sintonia com os debates mais amplos sobre privacidade. No início dos anos 1970, a dimensão decisional passou a ser enfatizada nas discussões em torno da privacidade, especialmente com influência dos trabalhos de Jourard (1966), Alan Westin (1967) e Irwin Altman (1975), trazendo à tona reflexões sobre o processo dinâmico de gerenciamento de limites de acesso ao *self* que está associado à privacidade (Margulis, 2003, 2003a; Trepte & Reinecke, 2011), contribuindo e estimulando pesquisas e teorias que abordam aspectos psicológicos da privacidade.

Para Westin (1967),

Privacidade é a reivindicação de indivíduos, grupos, ou instituições para determinar por si quando, como e até que ponto informação sobre eles é comunicada para outros. Vista em termos da relação do indivíduo com a participação social, privacidade é a retirada voluntária e temporária da pessoa da sociedade em geral através de meios físicos ou psicológicos, mesmo em um estado de solidão ou pequeno grupo íntimo, ou quando em um grande grupo, em condições de anonimato e reserva. (p.07, tradução nossa)⁶¹

⁶⁰ “By privacy and inwardness we understand the desire of the individual to withdraw certain inner experiences from the control of the outer world and to claim them for himself. Privacy and inwardness are perhaps the strongest means of individualization and one of the greatest assets in the growth of an independent personality.”(Mannheim, 1997, p.157)

⁶¹ “Privacy is the claim of individuals, groups, or institutions to determine for themselves when, how, and to what extent information about them is communicated to others. Viewed in terms of the relation of the individual to social participation, privacy is the voluntary and temporary withdrawal of a person from the general society through physical or psychological means, either in a state of solitude or small group intimacy or, when among large groups, in a condition of anonymity or reserve.” (Westin, 1967, p.07)

Nesta perspectiva, a privacidade está relacionada não apenas a aspectos psicológicos, mas também aos valores sociopolíticos, tendo funções relativas à autonomia pessoal, ao alívio emocional (em relação às demandas sociais), à avaliação de si (*self-evaluation*) e aos limites e proteções na comunicação (Margulis, 2003a; Westin, 1967).

Por sua vez, as reflexões de Irwin Altman, também seminais, destacam aspectos sociais, psicológicos e ambientais quando a privacidade é definida em termos de “controle seletivo do acesso ao *self*” (Altman, 1975, p.24, tradução nossa)⁶² em um processo eminentemente relacional e não apenas centrado no indivíduo. Para uma compreensão dos aspectos psicológicos da privacidade, o autor inter-relaciona questões relativas às pessoas, a seu mundo social, ao ambiente físico e à temporalidade dos fenômenos sociais (Altman, 1975). Esta perspectiva ambiental na abordagem psicológica contribuiu muito para uma visão não exclusivamente centrada nos processos intra-psíquicos, valorizando tanto as relações sociais, quanto as configurações dos ambientes nos quais as interações ocorrem.

O contexto cultural é outro aspecto fundamental nesta compreensão da privacidade de Altman (1975), sendo esta considerada como um aspecto universal da cultura, mas com manifestações definidas pelas especificidades culturais (Altman, 1977). Entender a singularidade dos contextos digitais como palco das exposições de si nos leva a pensar nas reconfigurações dos limites destes ambientes e nas especificidades culturais contemporâneas em relação à visibilidade das intimidades (Cardon, 2008, 2012; Tisseron, 2002; Sibilia, 2008; Suler, 2004), o que gera expectativas de maior abertura e tolerância para maior aproximação e compartilhamento de aspectos de si que em outros momentos seriam limitados aos círculos mais íntimos de relacionamentos já desenvolvidos e com acúmulos de recompensas que justificariam tais exposições.

Para além da noção de invasão, enfatizamos a noção de privacidade enquanto relacionada ao controle da intensidade, tipos e quantidade de exposições que os adolescentes escolhem praticar com os outros em seus relacionamentos interpessoais nos contextos digitais. Entendemos que os níveis de privacidade dependem do grau de controle sobre as interações e sobre a divulgação de informações pessoais nas relações (Derlega & Chakin, 1977). Privacidade é, então, um processo dinâmico envolvendo o controle seletivo sobre os limites do *self*, tanto pelo indivíduo quanto pelo grupo.

⁶² “the selective control of access to the self” (Altman, 1975, p. 24)

Privacidade é tida como um processo de regulação de limites, controlando quanto contato um indivíduo mantém com outros. A exposição de si envolve a transmissão verbal de informações. Ajustes de *inputs* e *outputs* da exposição de si é regulação de limites; o grau de controle que se mantém sobre esta troca de informações contribui para determinar o grau de privacidade que se tem nas relações sociais. Regulação dos limites interpessoais afeta o tipo de relações que mantemos com outros (como na amizade e nas relações de poder). Há também implicações para o funcionamento da personalidade. Reconceituar a exposição de si como uma forma de ajuste de limites na manutenção da privacidade pode ser um marco útil para integrar a literatura sobre exposição de si. (Derlega & Chakin, 1977, p.102, tradução nossa)⁶³

Apesar do destaque dado às informações verbalmente transmitidas, abordar a privacidade em termos de regulação de limites das exposições envolve também uma diversidade de comportamentos não verbais, voluntários ou involuntários, bem como o uso dos espaços para delimitar aproximações ou afastamentos em relação aos outros e regular os limites da interação. Tanto Westin (1967) quanto Altman (1975) já apontavam a diversidade de condições e elementos envolvidos nas suas definições de privacidade para além do aspecto informacional, assim como Goffman destacou a importância da emissão de informações através dos comportamentos não verbais e a importância do ambiente na delimitação dos comportamentos nas interações sociais (Goffman, 2002, 2010, 2011).

Em sua didática análise sobre a polivalência do conceito de privacidade, Burgoon (1982) aponta as definições em torno de quatro dimensões interdependentes: (a) privacidade física; (b) privacidade social; (c) privacidade psicológica; e (d) privacidade informacional. Se podemos considerar que as discussões sobre privacidade envolvendo diretamente a exposição de si tendem a enfatizar a dimensão informacional, ainda assim a interdependência entre as dimensões não pode ser menosprezada, especialmente na perspectiva de destaque à regulação de limites que defendemos aqui. Como exploramos no Capítulo 2, a exposição de si ocorre sempre em contextos determinados, para alvos selecionados e dentro de situações sociais específicas que exigem uma análise multidimensional da prática de exposição.

⁶³ “Privacy is viewed as a process of boundary regulation, controlling how much (or how little) contact an individual maintains with others. Self-disclosure involves the verbal transmission of information. Adjustment of self-disclosure outputs and inputs is boundary regulation; the extent of control one maintains over this exchange of information contributes to the amount of privacy one has in a social relationship. Regulation of interpersonal boundaries affects the kinds of relationships we maintain with others (as in friendships and power relationships). There also are implications for personality functioning. Reconceptualizing self-disclosure as a form of boundary adjustment in the maintenance of privacy may provide a useful framework for integrating the self-disclosure literature.”(Derlega & Chakin, 1977, p.102)

As informações privadas publicadas, registradas e compartilhadas com mediação das plataformas digitais são nosso ponto de partida para a análise das exposições de si nos contextos digitais. Mesmo partindo desta dimensão informacional da privacidade, ao enfatizarmos a regulação dos limites e bordas de acesso ao *self* nos relacionamentos interpessoais (Altman, & Taylor, 1973; Derlega & Chaikin, 1977; Petronio, 2002), as demais dimensões apontadas por Burgoon (1982) são implicitamente evocadas e consideradas em nossas discussões.

Neste sentido, consideramos de grande valia alguns aspectos conceituais da teoria do Gerenciamento Comunicacional da Privacidade (GCP)⁶⁴. Desenvolvida por Sandra Petronio (2002, 2010, 2013), esta abordagem estuda como as pessoas gerenciam as informações privadas de forma individual e coletiva, revelando ou escondendo informações, oferecendo ou recusando acesso aos outros a partir de regras estabelecidas nos relacionamentos interpessoais. Nesta abordagem que se desenvolve a partir das discussões sobre a relação dialética entre exposição e privacidade, ocultação-revelação, Petronio (2010), assim como Altman (1975), Altman & Taylor (1973) e Derlega & Chaikin (1977), explora a metáfora das fronteiras e limites (*boundary*) interpessoais para ilustrar os princípios que guiam o gerenciamento da informação privada. A metáfora dos limites, das bordas, ilustra as linhas dinamicamente construídas através de um conjunto de regras para delimitar a exposição e a preservação nas interações. Na teoria GCP, a privacidade é definida como o sentimento de ter direito à propriedade sobre informações privadas, tanto pessoal quanto coletivamente.

Nesta teoria, privacidade é definida como o sentimento de ter o direito de ter informações privadas, tanto pessoalmente quanto coletivamente; conseqüentemente, limites marcam as linhas de propriedade para os indivíduos. Limites pessoais são aqueles que gerenciam informações privadas sobre o *self*, enquanto limites coletivos representam diferentes sortes de tipos de limites da privacidade. (Petronio, 2002, p.6, tradução nossa)⁶⁵

Mesmo considerando as contribuições específicas sobre exposição de si elaboradas no âmbito da psicologia social (Jourard, 1971b; Derlega & Chaikin, 1977; Derlega et al, 1993), na proposta teórica do GCP (Petronio, 2002, 2010) o foco da análise volta-se para as regras

⁶⁴ O desenvolvimento desta proposta teórica, *Communication Privacy Management Theory*, está sistematizado na obra “Boundaries of privacy: dialectics of disclosure” de Sandra Petronio (2002). Optamos por traduzir o termo desta forma e usaremos a abreviação da tradução ao longo do texto como GCP. Considerando a importância e a pertinência desta abordagem não traduzida para o português brasileiro, enfatizamos as citações literais para que parte dos conceitos possam ser explicitados junto às versões originais.

⁶⁵ “In this theory, privacy is defined as the feeling that one has the right to own private information, either personally or collectively; consequently, boundaries mark ownership lines for individuals. Personal boundaries are those that manage private information about the self, while collectively held boundaries represent many different sorts of privacy boundary types.” (Petronio, 2002, p.6)

usadas para regular as bordas, os limites e as fronteiras. Assumindo que os sujeitos têm propriedade das informações e direitos sobre a regulação dos limites de suas exposições, eles delimitarão regras para uso das informações privadas que revelam (Petronio, 2002). O ponto central da teoria é partir de uma relação dialética entre exposição e privacidade:

A tensão dialética na teoria do Gerenciamento Comunicacional da Privacidade se concentra nas forças pulsando entre e com as necessidades de ser tanto privado através da preservação quanto público através da revelação. Há uma clara simultaneidade de ações de aproximação e de afastamento entre expor e manter privado. (Petronio, 2002, p. 12, tradução nossa)⁶⁶

A GCP faz uma nova apropriação da noção de exposição, se afastando em alguns pontos das pesquisas eminentemente psicológicas sobre exposição de si, usando o termo “exposições privadas”. Para defender o uso do termo mais abrangente, Petronio (2002) indica três aspectos básicos de sua teoria que justificam usar “exposição privada” ao invés de “exposição de si”: a GPC (1) concentra no conteúdo do que é exposto, debatendo justamente o que é considerado informação privada; (2) oferece um sistema teórico baseado em regras para conceituar a forma como as pessoas expõem; e (3) considera que a exposição não é apenas sobre si, mesmo sendo um processo comunicacional, expandindo para múltiplos níveis que incluem o *self* e o grupo, oferecendo um sistema teórico que identifica como os contornos da privacidade são coordenados pelos e entre os indivíduos.

Esta perspectiva nos parece muito pertinente para nossa tese na medida em que amplia a análise sobre as exposições, contemplando a exposição de informações privadas feitas pelos outros e exposições sobre outros. Apesar de desenvolvida no âmbito da pesquisa na área de saúde e dos estudos sobre as relações familiares, a proposta da GCP se consolidou como um quadro teórico geral e vem se mostrando apropriada para pesquisas sobre o processo de exposição no contexto digital (Child et al., 2009; Child, Haridakis, & Petronio, 2012; Child & Petronio, 2011; De Wolf, Willaert, & Pierson, 2014; Lee et al, 2008; Lin, 2013; Margulis, 2011; Walther, 2011; Waters & Ackerman, 2011), ajudando a ampliar a compreensão sobre as singularidades deste processo no cenário de intensos relacionamentos interpessoais mediados pelas tecnologias digitais.

Ao destacar as regras de regulação dos limites tanto em relação aos elementos do *self*,

⁶⁶ “The dialectical tension considered in the theory of Communication Privacy Management concentrates on the forces pulling between and with the needs of being both private through concealing and public through revealing. There is a clear simultaneity of actions toward and away from disclosing and remaining private.” (Petronio, 2002, p.12)

quanto das informações privadas dos grupos e instituições, consideramos que a GCP oferece um quadro teórico pertinente para investigar as regras de gerenciamento das exposições e os limites da privacidade que adolescentes adotam em suas apropriações dos contextos digitais. Tendo as informações privadas no foco das exposições, esta abordagem favorece nossa discussão sobre os desafios contemporâneos da regulação da privacidade dos adolescentes, caminho que nos interessa mais do que outras abordagens, não menos importantes, que se dedicam às implicações jurídicas e às políticas públicas de regulação da questão da privacidade na era digital (Doneda, 2006; Leonardi, 2012; Nissenbaum, 2010; Solove, 2002, 2010). Buscamos explorar quais tipos de informações privadas são compartilhadas nos contextos digitais e quais regras subsidiam seu manejo compartilhado, enfatizando este aspecto coletivo da coordenação dos limites entre os adolescentes.

3.2 Privacidade compartilhada: o manejo coletivo dos limites nos contextos digitais .

Além da importância das exposições para o desenvolvimento e manutenção dos relacionamentos interpessoais na adolescência, consideramos válido destacar o caráter relacional da exposição de si como processo no qual é gerenciado o grau de abertura ou fechamento do *self* nas relações com os outros, manejando os riscos e as oportunidades que a revelação de informações privadas pode trazer em cada contexto interacional (Altman & Taylor, 1973; Derlega & Chaikin, 1977). Em um sentido mais amplo, concordamos que as exposições não são limitadas a informações sobre si, já que nas relações sociais lidamos com as informações privadas de outras pessoas, grupos e instituições (Petronio, 2002). Ainda que possamos concentrar a atenção nas informações sobre si, a dinâmica de regulação dos acessos ao *self* sempre implica uma relação ou regras coletivas de manejo dos limites daquilo que consideramos informação privada.

Enfatizando este caráter relacional da exposição de si e a amplitude das informações privadas, os cinco aspectos conceituais usados por Petronio (2002) na fundamentação da GPC nos ajudam a desindividualizar as discussões sobre privacidade. A primeira questão conceitual se refere ao fato de que (1) a tensão dialética na gestão das informações privadas ocorre entre

as necessidades de abertura e privacidade, entre exposição e preservação, sendo importante superar a associação da privacidade apenas com a proteção de si e com o controle, ampliando a compreensão da privacidade como negociação dos limites entre contar e esconder as informações pessoais, destacando a importância dos outros e da relação. A segunda questão conceitual de base é (2) a necessidade de entender a gestão da privacidade como ocorrendo através e entre indivíduos e coletividades e não apenas como centrada no indivíduo. Uma vez revelada uma informação, o receptor assume responsabilidades individual ou coletivamente, criando expectativas de confiança por parte de quem expõe algo privado. A terceira questão remete ao fato de que (3) as pessoas são, simultaneamente, receptoras e possuidoras de informações privadas, o que afeta as decisões sobre a gestão da privacidade. Uma quarta questão é a inter-relação entre privacidade, confidencialidade e exposição, apontando que (4) a posse compartilhada da informação privada gera múltiplos níveis de propriedade e a exposição vai além das informações sobre si. Saber de informações privadas de alguém significa que há um potencial para revelar questões relativas a outros, implicando em uma copropriedade que traz uma obrigação implícita ou explícita para o receptor em relação à disseminação a terceiros. A quinta questão conceitual que ampara a GPC está relacionada às (5) rupturas da privacidade que ocorrem quando não há coordenação do processo para estabelecer parâmetros consistentes de co-construção de regras de privacidade (Petronio, 2010).

Tornando as informações privadas o foco das exposições, esta abordagem do GCP permite explorar a privacidade e a intimidade como aspectos relacionados, mas separados, evitando equiparar os dois conceitos. A ênfase nas informações privadas permite considerar a intimidade como possível desdobramento da exposição de si ao invés de sinônimo. A exposição pode ser um dos caminhos para estabelecer intimidade, mas não pode valer por todas as dimensões de uma relação íntima, bem como nem toda exposição leva à intimidade. Neste sentido, intimidade:

é o sentimento ou estado de conhecer profundamente alguém física, psicológica, emocional e comportamentalmente por ser esta pessoa significante na sua vida. Exposição privada, por sua vez, está relacionada ao processo de contar e reflete o conteúdo das informações privadas sobre outros e sobre nós. De toda forma, além da intimidade, há muitas razões para as pessoas contarem suas informações pessoais. Indivíduos podem querer aliviar um fardo, ganhar controle, desfrutar da expressão de si, ou possivelmente desenvolver intimidade, ainda assim o objetivo não é sempre desenvolver intimidade. (Petronio, 2002, p.06, tradução nossa) ⁶⁷

⁶⁷ “is the feeling or state of knowing someone deeply in physical, psychological, emotional, and behavioral ways because that person is significant in one’s life. Private disclosure, on the other hand, concerns the process of

Ao longo das fases da vida, os limites da privacidade são alterados para acomodarem as informações privadas dos indivíduos (Steijn, 2014; Wolfe, 1978), assim como as crianças e os adolescentes vão desenvolvendo diferentes graus de intimidade em seus relacionamentos e interações (Berndt & Hanna, 1995; Prager, 1995). Há uma direta relação entre a formação do *self* e a definição da noção de privacidade, bem como dos limites da exposição, o que fica evidente no gradativo aprendizado das regras (Petronio, 2002). Neste sentido é que defendemos a importância de observarmos como o uso rotineiro das redes sociais e aplicativos digitais podem provocar mudanças na definição dos limites e nos acordos mútuos que guiam a regulação das exposições das informações privadas dos adolescentes. Abordando o gerenciamento da privacidade enquanto processo individual e coletivo, atentamos para as possíveis mudanças que os contextos digitais podem produzir na percepção sobre os limites de acesso ao *self* nos relacionamentos mediados.

Assim como outras pesquisas relacionadas ao processo de exposição de si na adolescência (Buhrmester & Prager, 1995, Derlega & Grzelak, 1979; Rotenberg, 1995), Petronio (2002) destaca que durante esta fase da vida os limites do *self* e dos outros vão se consolidando gradativamente. A complexidade cognitiva e a diversidade de normas sociais que amparam o processo de gerenciamento da privacidade são aspectos apropriados ao longo do desenvolvimento. Ainda que tenham menor rigor na definição dos limites e possuam menor preocupação com a preservação de informações, as crianças vão desenvolvendo e incorporando as regras de gerenciamento da privacidade ao longo das etapas da vida (Petronio, 2002, 2008), especialmente durante a adolescência (Kroger, 2004; Steijn & Vedder, 2015; Wolfe & Laufer, 1975; Wyness, 2014).

Assumimos que a propriedade de informações privadas não é exclusivamente individual e destacamos as implicações disso no processo de exposição, enfatizando que as pessoas são simultaneamente coproprietários de informações privadas sobre si (pensamentos, experiências e sentimentos) e de informações privadas sobre outras pessoas e grupos como a família, os colegas da escola, colegas de trabalho, sem descartar as informações privadas de celebridades enquanto íntimos distantes (Thompson, 2011) que são acessadas pela imprensa e,

telling and reflects the content of private information about others and us. However, besides intimacy, there are many reasons people tell their personal information. Individuals may wish to relieve a burden, gain control, enjoy self-expression, or possibly develop intimacy, yet, the goal is not always intimacy.” (Petronio, 2002, p.06)

atualmente, de maneira bastante expressiva pelas mídias digitais como Snapchat, Instagram e Facebook. Independentemente de como passam a ter acesso a estas informações, os adolescentes são coproprietários e suas informações também passam a ser propriedade de outros, o que parece exigir um processo de coordenação das regras e regulação dos diferentes limites. Os coproprietários precisam estabelecer e acordar regras que ajudem a gerenciar a tensão na escolha entre expor ou preservar as questões privadas.

Enfatizar a exposição e a preservação das informações privadas como processos regulados por um gerenciamento baseado em regras nos parece muito pertinente para investigar as exposições dos adolescentes nos contextos digitais. Para Petronio (2002), este sistema de gerenciamento baseado em regras é delimitado por 3 processos elementares na GCP: (1) o processo de estabelecimento das *fundações das regras* que definirão os limites das exposições pessoais e coletivas; (2) as *operações de coordenação dos limites* tanto pessoais quanto coletivos para gerenciar as informações privadas, já que estas não são exclusivamente propriedades individuais; e as (3) *turbulências nos limites*, processo elementar já que a coordenação dos limites é uma meta e há situações nas quais não há sincronia na coordenação entre os diferentes coproprietários das informações privadas (Petronio, 2002, 2010).

Nas situações de turbulência, há aspectos catalisadores de mudanças (Petronio, 2013), levando os indivíduos a negociar medidas corretivas para restabelecer algum grau de sincronia na definição e coordenação dos limites, o que podemos considerar de extrema valia para as exposições que ocorrem para audiências invisíveis e imaginadas no cenário de contextos sobrepostos (Binder et al., 2009) das plataformas digitais. Apesar de os adolescentes suporem que sua audiência imaginada terá compromisso com regras sociais que têm em mente como referência para avaliar as suas exposições (Elkind & Bowen, 1979), isso não significa que efetivamente quem acessa os conteúdos expostos possui as mesmas regras para usá-los e interpretá-los, dissonância que é amplificada nos contextos digitais e pode desencadear processos mais complexos de coordenação dos limites ou turbulências mais intensas.

Estes processos de gerenciamento das regras para as exposições possuem características e dinâmicas específicas, vinculadas ao contexto social e cultural, bem como às expectativas individuais. Investigar as regras que os adolescentes adotam para coordenar a copropriedade de suas informações privadas e gerenciar as situações turbulentas quando os contextos das exposições são colapsados pela estrutura em rede, exige também atentar para a

diversidade sociocultural dos adolescentes em questão. Com relação aos atributos das regras, Petronio (2002) destaca duas dimensões centrais: (a) a forma de aquisição das regras e (b) as propriedades destas regras. A aquisição das regras pode ocorrer por aprendizado de regras pré-existentes ou pode ser negociada conforme as pessoas formulam novos limites coletivos para as informações privadas expostas.

Como indicamos no capítulo 1, os usos e as formas de apropriação das tecnologias digitais no Brasil também variam de acordo com as classes sociais e perfis educacionais dos pais (CGI.br, 2015b). Com relação às regras de privacidade, isto não é diferente. Defendemos que tanto o desenvolvimento das regras de privacidade quanto seus atributos estão ancorados na realidade social mais ampla dos adolescentes, configurando regras de privacidade que mesclam as experiências entre pares dentro e fora dos contextos digitais, combinando múltiplas referências que são adaptadas de acordo com cada situação específica.

No caso dos contextos digitais, é interessante apontar o quanto as configurações padrão das plataformas são compulsoriamente adquiridas e delimitam alguns limites para as trocas, mesmo que os usuários negociem suas práticas para coordenar os limites nas situações que geram algum tipo de incômodo. Além disso, as propriedades das regras de privacidade dos adolescentes dizem respeito também ao repertório de referências que estes possuem nas suas experiências cotidianas nos relacionamentos interpessoais não mediados pelas tecnologias digitais. Num país como o Brasil, não são poucos os cenários nos quais não há muita expectativa de privacidade para os adolescentes em suas casas, em seus deslocamentos pelos espaços públicos ou nos espaços institucionais que frequentam, sendo os contextos digitais uma das poucas oportunidades que têm para manejar com certa autonomia os limites de suas interações e o uso de suas informações privadas (Ribeiro, Nejm & Miranda, 2011), escapando às imposições e restrições dos espaços institucionalizados estabelecidos pelos adultos (Massey, 1994; Matsuda, 2006).

Explorar as formas de consolidação das regras usadas como base para regular as exposições nos permite avançar na compreensão sobre a singularidade das exposições de si dos adolescentes nos *networked publics*, uma vez que estas regras guiam as estratégias de gerenciamento dos limites de acesso ao *self* nas interações mediadas. Para tal, nos parece pertinente destacar as quatro propriedades das regras que amparam a regulação da privacidade como indicado por Petronio (2002):

(1) *Rotinização*: as regras devem se estabilizar, tornando-se rotineiras para as pessoas;

- (2) *Regras orientadoras*: os valores das regras orientadoras são menos flexíveis, representando as regras que se estabilizaram e se cristalizaram, seja pela repetição geracional ou intensa rotinização, tornando-se valores orientadores;
- (3) *Mudanças*: em muitas situações cotidianas é preciso ajustar as regras e restabelecer sincronização na coordenação dos limites pois nem sempre as regras rotinizadas ou orientadoras são suficientes;
- (4) *Sanções*: uma vez que as regras foram negociadas, aprendidas e desenvolvidas, todos os que são considerados coproprietários da informação devem considerá-las. As sanções servem tanto para reforçar as regras existentes quanto para explicitá-las quando estão implícitas, ajudando a identificar as formas como os grupos regulam coletivamente os limites da privacidade.

Apesar de parte das referências sobre os limites da privacidade ser aprendida na família (Chen, Beaudoin, & Hong, 2015; Child & Westermann, 2013) e nas instituições formais como a escola (Livingstone, & Haddon, 2012), essas não são as únicas referências adotadas pelos adolescentes para formação de *regras orientadoras* nos relacionamentos interpessoais mediados pelas tecnologias digitais. Considerando que os adolescentes passam boa parte de seu tempo interagindo com seus pares nos contextos digitais, salientamos o potencial criativo e dinâmico das estratégias de negociação, das *mudanças* e das *sanções* que eles podem adotar quando sentem que os limites foram rompidos ou que os coproprietários das informações privadas não respeitam as expectativas de controle e uso adequado.

Para serem efetivas, as regras de privacidade precisam ser flexíveis (Petronio & Durham, 2008). Se as próprias plataformas e serviços mudam com muita frequência, defendemos que estas mutações sociotécnicas também geram um cenário complexo no qual as *regras orientadoras* que valem para os relacionamentos interpessoais face a face precisam ser adaptadas aos contextos digitais, ao mesmo tempo em que estas mudanças são gradativamente *rotinizadas* no uso diário das plataformas. A própria vivência nos contextos digitais parece provocar a flexibilização de algumas regras enquanto cristaliza outras, a exemplo do que ocorre com a naturalização das dinâmicas de *persistência* e da *replicabilidade* dos conteúdos digitais. Em diferentes escalas, dos aspectos mais individuais aos debates em torno dos novos marcos regulatórios para a proteção da privacidade (Doneda & Almeida, 2015; Leonardi, 2012; Cannataci, 2016), os contextos digitais catalizam transformações nas regras que

amparam o gerenciamento da privacidade na atualidade.

A *rotinização* das regras de privacidade, como indicada por Petronio (2002), pode ser complementada pela noção de rotinização como descrita por Giddens (2009), rotinização que garante segurança na continuidade das interações cotidianas que contam com uma previsibilidade nas normas sociais existentes. Como parte do que chama de consciência prática, Giddens (2009) aponta que a rotinização se desenvolve no dia a dia e nem sempre há clareza discursiva para expressá-la. Podemos pressupor que as apropriações feitas pelos adolescentes dos telefone celulares, por exemplo, provocam reinterpretações de regras existentes para os comportamentos cotidianos nos diferentes espaços de interação social. Ao mesmo tempo em que as interações mediadas pelas plataformas digitais nos celulares permitem a delimitação, entre pares, de regras contextuais e próprias (Boyd, 2014), os adolescentes precisam conciliá-las com as demais regras das situações sociais nas quais se encontram, seja na escola, em casa ou na rua.

A rotinização das regras que guiam as práticas cotidianas de exposição de si nos contextos digitais também ajuda a estabelecer segurança e autonomia no gerenciamento da privacidade como controle de acesso ao *self*. O caráter rotinizado de algumas interações nos contextos digitais pode oferecer certa previsibilidade para os adolescentes manejarem suas exposições e consolidarem *regras orientadoras* no âmbito dos *contextos colapsados*.

Como processo individual e coletivo, a coordenação das regras depende de formas distintas de manejar os limites (*boundaries*). Os membros dentro dos limites, os coproprietários, regulam as informações privadas a partir de regras que moderam (a) a articulação dos limites; (b) os direitos de propriedade dos limites; e (c) a permeabilidade dos limites (Petronio, 2002, 2008, 2013).

Considerando que as pessoas podem estar manejando limites diádicos (compartilhando informações privadas pertencentes a duas pessoas em um relacionamento), limites privados do grupo, limites privados familiares, e uma multiplicidade de outros tipos de limites de privacidade coletivos, questões de sincronização entre e dentro dos limites tornam-se importantes. (Petronio, 2002, p.85, tradução nossa)⁶⁸

A articulação dos limites representa as ligações e conexões entre as fronteiras dentro das quais as informações privadas são negociadas. Os tipos de articulação são variados, podendo envolver pessoas que não eram os destinatários previstos e diferentes tipos de

⁶⁸ “Given that people may be managing dyadic boundaries (sharing private information belonging to two people in a relationship), private group boundaries, private family boundaries, and a multitude of other types of collective privacy boundaries, issue of synchronization within and among boundaries becomes important.” (Petronio, 2002, p.85)

compromisso com as regras estabelecidas. Os limites podem ser transformados, como de um limite pessoal para um limite compartilhado (após a exposição de si), mas também podem ser apropriados, quando por exemplo um novo membro entra na família ou no grupo e passa a ser coproprietário das informações daquele grupo. Em geral, o pertencimento aos grupos (e organizações) pressupõem um mínimo de acesso às informações privadas (copropriedade) e a inclusão dentro dos limites estabelecidos (Petronio, 2002).

Uma das formas de esclarecer onde começam e terminam as bordas dos limites da privacidade é através dos *marcadores de privacidade*, seja através de comunicação verbal ou não verbal (Petronio, 2002).

Assim, através das definições relacionais e a partir de ações verbais e não-verbais, as pessoas marcam as linhas dos limites de sua privacidade para indicar quando os indivíduos são permitidos a entrar e quando eles devem permanecer fora. A maioria de nós entende estes marcadores suficientemente bem para julgá-los como sinais de recuo, mais do que de entrada. Estes marcadores geralmente são necessários porque os limites nem sempre perduram. Ao invés disso, eles devem ser formados e reformulados na medida em que são demandados pelos indivíduos. (Petronio, 2002, p.109, tradução nossa)⁶⁹

A coordenação coletiva das regras sobre os limites das informações privadas publicadas em blogs, por exemplo, demanda que os usuários manejem as regras relativas à permeabilidade dos limites, as regras relativas à copropriedade e as regras relacionadas às conexões entre os limites daqueles que são ou não considerados proprietários legítimos das informações expostas (Child et al., 2009). Uma vez que nos *contextos colapsados* dos *networked publics* (Boyd, 2011) as bordas entre os que participantes não são claras, há com certa facilidade o cruzamento entre os limites estabelecidos em torno das informações privadas expostas (Child & Petronio, 2011; Child et al., 2012).

Podemos considerar que a lista de amigos em uma rede social digital como o Facebook ou Instagram, assim como as configurações de privacidade do perfil, marca alguns limites de copropriedade das informações e indica expectativas sobre a regulação da permeabilidade, da propriedade e das conexões entre os diferentes coproprietários das informações privadas. O mesmo na delimitação dos contatos que podem acessar informações

⁶⁹ Thus, through relational definitions and from both verbal and non- verbal actions, people mark their privacy boundary lines to indicate when individuals are permitted inside and when they should remain outside. Most of us understand these markers well enough to judge them as signals for retreat rather than entrance. These markers are often necessary because boundaries are not always long-standing. Instead, they may be formed and reformulated, as they are needed by individuals. (Petronio, 2002, p.109)

em grupos de WhatsApp ou acessar a história de publicações no Snapchat.

Como ilustrado na Figura 8, partimos do princípio de que há diferentes graus de permeabilidade dos limites (Child & Petronio, 2011; Child et al., 2012; Child & Westermann, 2013; Petronio, 2002). Os vários graus de acesso são regulados de acordo com as regras de abertura ou proteção, definindo diferentes tipos de permeabilidade nas bordas (Petronio, 2002, p. 110). Esta variação é determinada pela amplitude, profundidade e quantidade de informações privadas comunicadas tanto na díade, quanto no coletivo associado, evidenciando diferentes tipos de desafios na coordenação dos limites relacionais (Petronio, 2002), o que se manifesta também nas exposições nos contextos digitais (Child & Petronio, 2011; Child et al., 2012).

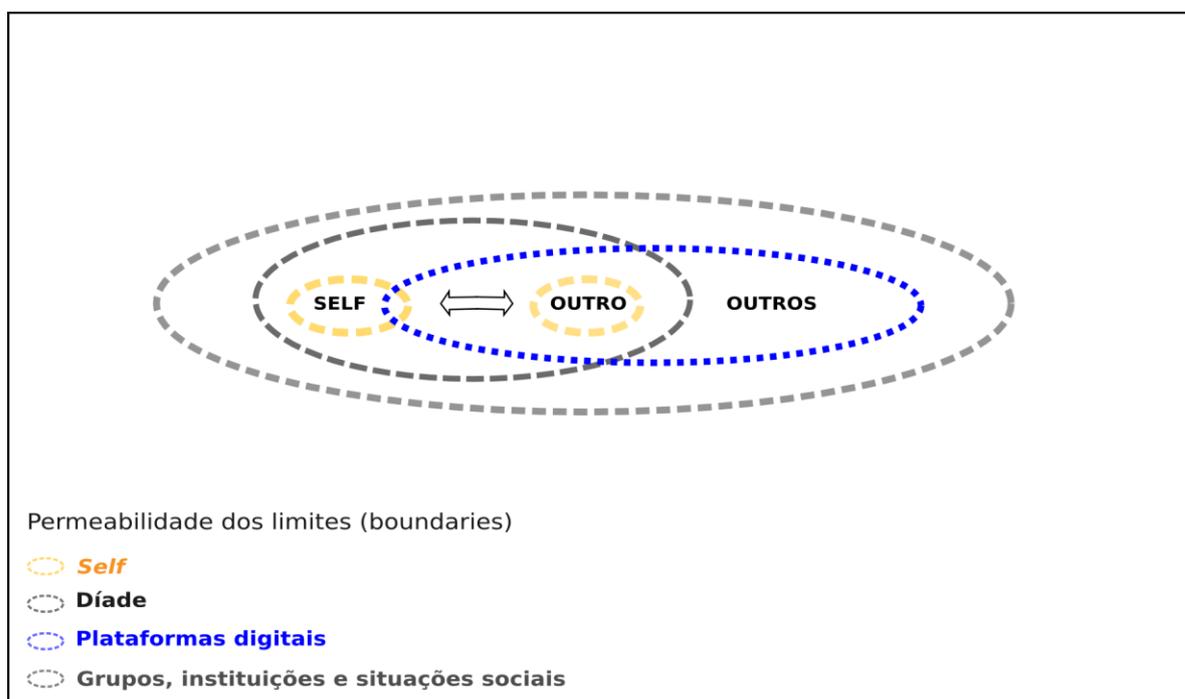


Figura 8. Gerenciamento da Privacidade enquanto regulação da permeabilidade dos limites de acesso ao *self* pelas exposições. Criado com base em Child & Petronio (2011), Derlega (1993), Derlega & Chaikin (1977), Jourard (1966) e Petronio (2002).

No âmbito das exposições nos relacionamentos interpessoais que ocorrem nos *networked publics*, a criação de grupos dentro das plataformas de redes sociais digitais, a seleção das ferramentas de comunicação direta, a escolha de qual aplicativo e os tipos de critérios adotados para compor a lista de amigos conectados são marcadores que indicam para diferentes graus de permeabilidade dos limites estabelecidos (Choi & Bazarova, 2015), apontando diferentes formas de compartilhar informações privadas com cada parcela das

audiências (Lampinen, 2014). Da mesma forma, as escolhas dos conteúdos que são expostos em cada interação marcam quais aspectos do *self* passarão a ser acessíveis às audiências selecionadas. Se cada exposição torna acessível apenas alguns aspectos do *self*, na dinâmica dos *networked publics* a *persistência* e a *replicabilidade* facilitam acesso mais amplo ao *self* quando as plataformas agregam o conjunto de aspectos expostos. De toda forma, podemos pressupor que os adolescentes têm condições tanto de regular os aspectos que expõem quanto de tentar coordenar as regras para manejar a *persistência* e a *replicabilidade* do que foi compartilhado.

Ao delimitar quem são proprietários e coproprietários das informações expostas, os adolescentes precisam pactuar as regras de coordenação dos limites dos usos de suas informações privadas dentro de cada plataforma e entre as plataformas diferentes. A percepção sobre o direito de copropriedade das informações pode variar de acordo com o tipo de relacionamento estabelecido com cada um dos contatos da lista de conexões nas plataformas digitais, ainda que os mesmos conteúdos estejam disponíveis para todos. Com ou sem acordos explícitos, a coordenação das regras, o posicionamento dos limites e a regulação dos graus de permeabilidade são aspectos que tornam o gerenciamento da privacidade, nestes termos, um processo compartilhado. Ainda que enfatizemos a privacidade como uma das formas de regulação dos acessos ao *self*, este processo é relacional e não apenas centrado no indivíduo.

Para além dos círculos de amigos e de familiares selecionados como alvos das exposições e partícipes das estratégias de gerenciamento da privacidade, não podemos desconsiderar a posição privilegiada das empresas proprietárias das plataformas neste processo. Enquanto organizações, estas empresas são também coproprietárias das informações dos usuários, participando como atores na regulação dos limites, tanto com seu poder para alterar as regras de visibilidade quanto em condições de usar e compartilhar as informações de acordo com seus interesses. Sendo ou não um ator reconhecido pelos adolescentes na coordenação dos limites da privacidade, as empresas (com suas políticas de uso dos dados pessoais), e os governos (com suas políticas de vigilância massiva), atuam na delimitação de regras que compõem o contexto mais amplo no qual ocorrem as exposições. As propriedades das regras de privacidade acabam sendo estabelecidas na sincronização, ou na disputa, das referências aplicadas pelos usuários, pelos contatos do usuário, pelas empresas e pelos governos.

Cada plataforma parece oferecer um conjunto de normas sociais para guiar as exposições de si, numa combinação de expectativas contextuais da plataforma, da audiência imaginada, da audiência especificada (marcações, menções e comentários), e da estratégia pessoal de gerenciamento de impressões. Nossa tese defende que o gerenciamento da privacidade envolve um processo compartilhado entre múltiplos atores, especialmente ao assumirmos a noção de copropriedade das informações privadas (Petronio, 2002) como basilar para a regulação dos limites das exposições. Inspirados pela teoria do GCP, nossa pesquisa de campo investiga quais são as regras usadas pelos adolescentes para regular os limites das suas exposições e a circulação destas informações privadas no uso cotidiano das plataformas digitais, especificamente no Facebook, no Instagram, no Snapchat e no WhatsApp.

3.2.1 Turbulências: (re)negociando as regras de coordenação dos limites

Como apontamos anteriormente, os aspectos culturais e contextuais são vitais tanto no desenvolvimento das regras de privacidade (Child & Petronio, 2011; Child et al., 2012; Child & Westermann, 2013; Petronio, 2002, 2010, 2013), quanto no processo de escolha dos alvos e situações consideradas apropriadas para as exposições de si (Buhrmester & Prager, 1995; Dindia & Allen, 1992; Dolgin & Minowa, 1997; Sheldon, 2013). Os adolescentes adquirem as regras através da socialização com suas famílias, pares e nas instituições que atuam como referências para seus comportamentos. Partindo da concepção da adolescência como fase de intensa reprodução interpretativa das normas sociais de determinado contexto (Cole & Cole, 2003), merecem destaque os processos de negociação que os adolescentes estabelecem com as regras apresentadas pelos adultos responsáveis, pela família, grupos de pares e meios de comunicação das sociedades nas quais vivem.

Se nos primeiros momentos da Internet as interações estavam baseadas no anonimato, favorecendo a manifestação de comportamentos até então inexplorados (Joinson & Paine, 2010; Turkle, 1997; Wellman, 2011), na atualidade os adolescentes usam intensamente os contextos digitais com seus nomes verdadeiros, expondo no cotidiano detalhes sobre suas vidas que pode incluir endereços, hábitos alimentares, pensamentos circunstanciais, vínculos

afetivos e institucionais e preferências gerais em termos de lazer e entretenimento. Além de poderem expressar suas opiniões sobre diferentes temas sociais e políticos pelos quais se interessam, as publicações dos adolescentes nas plataformas digitais podem contemplar um leque praticamente ilimitado de exposições diretas e indiretas, voluntárias ou involuntárias, pessoais ou relacionais, em formato multimídia e georreferenciado. Com poucas alternativas de uso efetivamente anônimo ou sem a exposição de informações privadas, os aplicativos que são utilizados nos celulares geralmente estão associados a uma conta de e-mail ou perfil de rede social, o que permite aglutinar um complexo banco de informações pessoais tanto no aparelho quanto nos servidores das empresas proprietárias dos serviços.

Concordando que as exposições de si (Chaikin & Derlega, 1974), o desenvolvimento dos relacionamentos interpessoais (Altman, 1977; Altman, & Taylor, 1973) e as regras para o gerenciamento individual e coletivo das informações privadas (Petronio, 2002) mudam de acordo com convenções e normas sociais, defendemos que os contextos digitais catalisam mudanças importantes na forma como os adolescentes delimitam o que é considerado apropriado expor, ao mesmo tempo em que mudam as vulnerabilidades da privacidade com as novas formas de mediação da comunicação e da interação (Nissenbaum, 2010; Schafer, 1980; Solove, 2002; Thompson, 2011; Vedder, 2010). A própria percepção sobre o que está contemplado na esfera mais pessoal tem relação com as convenções e tradições das culturas e comunidades (Hall, 1966; Johnson, 1989; Vedder, 2000).

Os membros dos grupos sociais precisam definir as regras de acesso às informações privadas e os graus de abertura que toleram nos relacionamentos interpessoais, regras que estão associadas às separações básicas entre o *self* e o outro. O próprio desenvolvimento do *self* no ciclo vital envolve esta alternância dos conflitos e consensos com a sociedade, uma vez que os indivíduos devem aprender a manejar a ampliação ou restrição dos limites físicos e sociais entre ele e os outros, alternando entre as interações e a busca por privacidade enquanto afastamento e preservação do *self* em relação aos outros e à sociedade em geral (Mannheim, 1997; Simmel, 1971; Wolfe, 1978).

Uma das formas de proteção da privacidade convencionada nas interações está relacionada à discricção, assim como com a evitação de tópicos considerados tabus (Bok, 1982) nas diferentes sociedades. Ao evitar certos tópicos, os limites coletivos são evidenciados e a identidade dos membros é reforçada em torno deste tipo de convenção. A

confidencialidade é outra forma de proteger as bordas e cada coproprietário deve assumir a responsabilidade nesta coordenação e manutenção da proteção (Bok, 1982; Petronio & Reiersen, 2009). A regulação dos espaços pessoais e as diferentes formas de violação dele também dependem das convenções e normas sociais que são assumidas pelas pessoas, díades, grupos, instituições e sociedades em cada contexto (Acarón, 2016; Beer, 2007; Burgoon & Jones, 1976; Laufer & Wolfe, 1976; Sommer, 2002).

A prática do compartilhamento de fotos sem roupa (*nudes*), vídeos de masturbação ou vídeos de relações sexuais, por exemplo, tornam-se performances compartilhadas com mediação das tecnologias digitais, mas dentro de um fluxo de comunicações e relacionamentos interpessoais com regras e expectativas híbridas, incluindo variações culturais (Yum & Hara, 2005) e de gênero importantes (Stokes, Fuehrer, & Childs, 1980; Tang, Bensman, & Hatfield, 2013).

A coordenação dos limites está sempre sujeita a situações de turbulências (Petronio, 2010), já que comportamentos ou eventos sociais podem catalisar desarranjos nos acordos, explícitos ou implícitos, que regulavam satisfatoriamente os fluxos das informações privadas em dado contexto. Como a coordenação dos limites é complexa e ocorre em múltiplos níveis, as regras de gestão da privacidade podem ser violadas e os limites perturbados quando as convenções não são claras ou quando estão em mutação e normas dissonantes atuam simultaneamente num dado contexto. As turbulências podem ocorrer por diferenças na percepção sobre os riscos, por má compreensão das regras, por articulações não acordadas ou a partir de graus de permeabilidade não coordenados entre os participantes de um determinado relacionamento interpessoal ou mesmo em situações sociais mais gerais (Petronio & Durham, 2008; Petronio & Reiersen, 2009; Petronio, 2002).

Petronio (2002) aponta que ao menos seis fatores podem precipitar turbulências na coordenação dos limites, sendo eles: (1) Violação intencional da regra: o que pode ocorrer através da traição, espionagem e dilemas da confidencialidade; (2) Enganos sobre a regra dos limites: erros no julgamento, no *timing* ou confusão de temas; (3) Limites imprecisos: ambiguidade sobre quem tem a propriedade e sobre quais são as regras para coordenar os limites; (4) Diferenças na orientação dos limites; seja por orientações familiares diferentes ou por diferenças culturais que fazem com que os indivíduos partam de regras diferentes para avaliar as situações; (5) Embaraços e problemas na definição dos limites; e 6) Dilemas de privacidade: os dilemas podem ser gerados por exposições voluntárias, acidental ou ações

ilícitas.

Nos contextos digitais, há muitas situações inusitadas que desafiam algumas convenções, como por exemplo, quando os presentes em um funeral compartilham nas redes digitais auto-retratos (*selfies*) apresentando-se de forma alegre e entusiasmada; quando casais de diferentes idades transmitem voluntariamente suas relações sexuais ao vivo; quando casais fazem fotos imediatamente após o orgasmo para serem publicadas pelos aplicativos de compartilhamento de imagens; ou quando uma das partes de um relacionamento afetivo viola o acordo de preservar imagens eróticas do(a) parceiro(a) apenas dentro dos limites da díade e divulga sem autorização para grupos de WhatsApp ou em redes como o Facebook, tornando a exposição pública uma violenta e criminosa forma de desrespeito às regras e limites de privacidade estabelecidos. Na esfera interpessoal, os casos de pornografia de vingança⁷⁰ noticiados pela imprensa também apontam situações nas quais os coproprietários das informações privadas violam as regras e geram embaraços para os membros dos grupos ou da díade em questão⁷¹.

Estes poucos exemplos evidenciam situações que podem gerar turbulências na coordenação das regras que amparam o fluxo das informações privadas, seja por conflitos em relação às expectativas de conduta apropriada quando contextos diferentes se entrecruzam (funeral x relações informais com amigos nas redes digitais), seja por disparidades entre as expectativas daqueles que são expostos em relação às expectativas dos que expõem, ou ainda por explícito descumprimento de acordos e limites estabelecidos em dado relacionamento interpessoal que se desfaz.

Quando ocorre turbulência na gestão dos limites, as pessoas se engajam para ajustar a coordenação e restabelecer as regras comuns (Petronio, 2002). As pessoas mudam as regras para se adaptarem às novas necessidades e circunstâncias em busca da manutenção de algum nível de controle sobre os limites da privacidade em suas vidas cotidianas.

Quando a coordenação torna-se assíncrona, turbulências eclodem, perturbando a harmonia do

⁷⁰ Casos nos quais, ao terminarem um relacionamento amoroso e/ou sexual, um dos pares divulga publicamente fotos, vídeos ou mensagens das suas relações sexuais com intuito de humilhar, difamar e agredir psicologicamente a(o) ex-parceira(o). O termo pornografia de vingança é usado em diferentes países, especialmente pela imprensa norte americana com o termo *revenge porn*. Vale destacar que os casos de maior repercussão estão associados à desigualdade de gênero e ao conjunto de práticas sociais que banalizam a violência contra as mulheres, tema complexo e de extrema relevância que não poderemos aprofundar aqui.

⁷¹ Uma análise que ilustra de forma resumida estes casos pode ser encontrada na reportagem de Adriana Dip e Giulia Afiune: “*Como um sonho ruim*”, 19 de dezembro de 2013, em A Pública, disponível em: <http://apublica.org/2013/12/6191/> Acesso em 10/03/2016

gerenciamento dos limites da informação privada. Quando as pessoas estão impossibilitadas de coletivamente desenvolver, executar, ou estabelecer regras que orientam a permeabilidade, propriedade, e ligações, os esforços de coordenação do gerenciamento da privacidade são perturbados e as turbulências nos limites ocorrem. (Petronio, 2002, p. 177, tradução nossa) ⁷²

Acreditamos que as situações de turbulências na coordenação dos limites da privacidade são emblemáticas para as investigações sobre os processos de negociação das regras de privacidade entre os indivíduos e também entre os indivíduos e as organizações, uma vez que explicitam aspectos centrais das convenções sociais usadas como referência para aplicar sanções ou justificativas. As mudanças nas regras de uso e termos de privacidade do próprio Facebook podem ser consideradas, por exemplo, turbulências que chamam para uma reflexão sobre as regras de coordenação dos limites estabelecidos entre usuários e as corporações. Outra situação emblemática foi a polêmica sobre a copropriedade, pela empresa dona do Instagram, das fotografias postadas pelos usuários no aplicativo⁷³, remetendo a uma discussão sobre a necessidade de coordenação das regras entre indivíduos e organizações.

Da mesma forma, os escândalos sobre a vigilância massiva praticada por agências de segurança podem gerar turbulências em âmbito diplomático e exigir a renegociação das regras para coordenação dos limites no fluxo das informações privadas entre os países e entre os cidadãos e os governos. Como a coordenação das regras remete à uma cadeia de associações com diferentes atores e marcadores de limites, as turbulências podem catalisar mudanças importantes nas convenções sociais que amparam a dinâmica das exposições e, por consequência, as noções de privacidade no cotidiano a partir das condições socioculturais de cada contexto.

Investigar as estratégias utilizadas pelos adolescentes para manejar as situações de

⁷² “When coordination becomes asynchronous, turbulence erupts, disturbing the harmony of boundary management of private information. When people are unable to collectively develop, execute, or enact rules guiding permeability, ownership, and linkages, the coordinating efforts of privacy management are confounded and boundary turbulence occurs.” (Petronio, 2002, p. 177)

⁷³ Em uma das muitas atualizações da Política de Privacidade do aplicativo, a empresa chegou a indicar que as fotos poderiam ser vendidas por ela para qualquer fim sem necessidade de aviso aos usuários. Esta alteração nos termos gerou uma repercussão global e ilustra bem como a coordenação dos limites da propriedade e copropriedade das informações privadas ocorre também entre grupos e instituições e não apenas entre pessoas diretamente. Mais informações sobre este caso em: <http://blogs.estadao.com.br/link/instagram-volta-atras-e-quer-ouvir-usuarios/> e <http://blog.instagram.com/post/38252135408/thank-you-and-were-listening> Acesso em: 01/03/2016. Interessante notar que a política de privacidade em curso, até o momento da nossa última consulta em Março de 2016, ainda apontava que a empresa Facebook, que adquiriu o Instagram em 2012, continua sendo coproprietária das publicações dos usuários uma vez que ao aceitar os termos de uso o usuário: “concede ao Instagram, por meio deste [termo], uma licença global, não exclusiva, sublicenciável, sem royalties e totalmente paga de uso do Conteúdo que você publica no Serviço ou através dele, sujeito à Política de Privacidade do Serviço, disponível em <http://instagram.com/legal/privacy/>” Disponível em: <https://help.instagram.com/478745558852511> Direitos - Parágrafo 1. Acesso em: 10/03/2016.

turbulências nos ajuda a compreender também a sua agência nos relacionamentos interpessoais nos contextos digitais, já que estes ambientes relacionais exigem o engajamento em um processo de negociação entre os membros e um manejo das condições técnicas das plataformas que estão na mediação das interações. Definir as bordas entre cada grupo e cada contexto é muito importante, já que "os limites funcionam como uma âncora relacional para as pessoas na díade, famílias, grupos e organizações"⁷⁴ (Petronio, 2002, p.87). O cuidado na gestão destes limites dá aos indivíduos uma agência com a qual podem manter diferentes tipos de relações.

Assumindo que as práticas de exposição de informações privadas envolvem este processo complexo de regulação dos limites baseados em regras, alinhadas com as convenções sociais, os contextos digitais como o Facebook, Instagram, Snapchat e WhatsApp, com as peculiaridades dos *networked publics* (Boyd, 2014), acrescentam alguns desafios no gerenciamento da privacidade ao colapsar os contextos nos quais as exposições ocorrem, dificultando a definição precisa dos destinatários ao considerarmos que não há pleno controle sobre as audiências das publicações. Ao potencializar a *persistência, replicabilidade, escalabilidade e buscabilidade* (Boyd, 2011) das informações expostas, os usuários destas plataformas interagem em um contexto mediado no qual os limites entre o que é público e privado ficam diluídos (Baym & Boyd, 2012; Marwick & Boyd, 2014), fazendo emergir novas convenções entre pares e rearranjos das convenções sobre os comportamentos apropriados em cada um destes contextos interacionais mediados.

A permeabilidade dos limites de um perfil no Facebook, mesmo quando configurado com restrição apenas aos amigos, é potencialmente maior quando as informações privadas ficam digitalizadas e passam a ser copropriedade de diferentes grupos de pessoas e organizações com algum grau de acesso. Cada plataforma tem suas singularidades na forma como permite o ajuste da permeabilidade dos limites, assim como viabiliza formas variadas de conexão entre as bordas estabelecidas pelos usuários para segmentar quem poderá ou não ter acesso às exposições realizadas. No WhatsApp, por exemplo, a inclusão ou exclusão de pessoas em um grupo é uma forma de manejar quem está explicitamente autorizado a acessar as informações, o que não impede a replicação do conteúdo para terceiros e ligações com limites ampliados de outros grupos quando um dos membros se sente no direito de expandir

⁷⁴ "The boundaries function as a relational anchor for people in dyads, families, groups, and organizations." (Petronio, 2002, p.87)

as bordas de copropriedade segundo seus próprios critérios.

Ao mesmo tempo em que os contextos digitais trazem novos desafios para o gerenciamento da privacidade, não podemos menosprezar o potencial fortalecimento da agência dos próprios adolescentes quando passam a ter o direito de expandir suas relações sociais e gerenciar suas exposições para além dos limites geográficos impostos pelas rotinas mediadas pelos pais e responsáveis. Os adolescentes podem ser muito criativos na renegociação dos limites e no uso de estratégias de proteção de suas informações privadas, a exemplo do que ocorre com o uso de linguagens cifradas cuja interpretação e compreensão ficam condicionadas à posse de outras informações que somente aqueles que interagem com os adolescentes em contextos fora da Internet possuem (Boyd, 2014; Marwick & Boyd, 2014), um exemplo de estratégia para prevenir turbulências.

Com o poder para desenvolver seus relacionamentos nos contextos digitais através dos próprios celulares, em qualquer lugar e a qualquer momento, os adolescentes conquistam certa autonomia na seletividade de suas interações. No entanto, esta autonomia vem acompanhada também de novas, e rigorosas, expectativas sobre a disponibilidade para a interação e sobre a definição de papéis nas relações com os pares (Ito & Okabe, 2005; Shklovski et al., 2015). A escolha dos alvos e conteúdos das exposições, o posicionamento dos limites, a articulação das regras, os graus de permeabilidade e as situações de turbulência passam a ser fatores que precisam ser gerenciados pelos adolescentes nos usos cotidianos das diferentes plataformas. Neste sentido, a questão da privacidade dos adolescentes não parece remeter a estados absolutos de isolamento ou de controle, mas sim ao tipo de protagonismos no processo de gerenciamento destes fatores encadeados e sobrepostos nas plataformas digitais, negociando ou reinterpretando as convenções sociais de seu contexto, buscando alternativas para prevenir, enfrentar e remediar as situações de turbulências.

3.3 Gerenciamento de impressões e privacidade nos contextos digitais

As convenções sociais têm um papel decisivo nas definições do que pode ser

considerado ofensivo ou danoso nas dimensões da privacidade (Vedder, 2010), definindo o tipo de reação a cada situação de turbulência. As formas como as pessoas se expõem ou se protegem do julgamento dos outros variam conforme os momentos históricos e explicitam diferentes noções de privacidade (Sennet, 1999). Se na adolescência a exposição de si tem importante função de validação social (Buhrmester & Prager, 1995), esta validação ocorrerá em sintonia com as convenções sociais disponíveis. A aprovação, ou reprovação, social dos aspectos de si expostos guia tanto a dinâmica das exposições futuras quanto a consolidação de referenciais identitários dos adolescentes. “As pessoas tentam projetar imagens de si que sejam consistentes com as normas e com os papéis que elas ocupam em um cenário social particular” (Leary, 1996, p.67)⁷⁵, bem como buscam se apresentar de acordo com seus objetivos e motivações (Rosenberg & Egbert, 2011).

A busca por reconhecimento social na adolescência torna mais nítida a relação das exposições com estas estratégias mais amplas de apresentação de si. Assim como os adolescentes precisam gerenciar coletivamente as regras de coordenação dos limites de suas exposições, os aportes sociais recebidos dos pares e das demais audiências exigem um manejo das impressões que as publicações podem desencadear. Ainda que nem todos os conteúdos publicados sejam sobre si, as publicações envolvem uma performance expressiva para conseguir a validação social desejada. Acreditamos que regular estas performances e as impressões que são produzidas sobre si também remete a um conjunto de regras sociais que ampara este trabalho expressivo enquanto parte do processo de gerenciamento da privacidade.

A exposição de si em contextos digitais, com audiências imaginadas e sobreposição de esferas sociais distintas (Binder et al., 2009), requer que os adolescentes manejem as convenções a partir das quais criam suas regras para coordenar os limites e eleger os conteúdos de suas publicações. No entanto, a exposição das informações privadas evidentemente não é a única forma de compartilhar informações nos contextos digitais. Dentre os muitos comportamentos possíveis nestas relações mediadas, vale destacar a importância da dinâmica de apresentação de si e do gerenciamento de impressões associados ao conjunto de publicações que os adolescentes praticam em seu uso cotidiano nas diferentes plataformas digitais como Facebook, Instagram, WhatsApp e Snapchat. Da mesma forma

⁷⁵ “people try to project images of themselves that are consistent with the norms in a particular social settings and with the roles they occupy.” (Leary, 1996, p.67)

como as convenções e normas sociais amparam as referências sobre as quais são criadas e coordenadas as regras relativas às informações privadas, nas relações sociais também seguimos um conjunto de convenções sobre as maneiras consideradas apropriadas para apresentar-se aos outros nas diferentes situações.

Se as práticas de exposições de si, dentro e fora dos contextos digitais, estão relacionadas a uma estratégia mais ampla de gerenciamento dos limites de aproximação e afastamento, de abertura e fechamento do *self* aos outros (Altman, 1975; Derlega & Chakin, 1977), não podemos deixar de observar que nas interações sociais há outras estratégias em curso para gerenciar a forma como as pessoas se apresentam aos outros e não obrigatoriamente através da exposição de elementos de si. Neste sentido, nos parece vital uma rápida consideração para diferenciar as exposições de si de outras práticas de gerenciamento das formas como as pessoas se tornam acessíveis aos outros, enfatizando a relação da exposição de si com a apresentação de si na dinâmica de gerenciamento das impressões produzidas nos relacionamentos interpessoais mediados pelas plataformas digitais.

O gerenciamento da privacidade, enquanto regulação dos limites das exposições e da coordenação coletiva das regras (Petronio, 2002), inclui a dinâmica de preservação e proteção de informações privadas. Se as oscilações entre expor e preservar informações sobre si ocorrem a partir das avaliações circunstâncias de custo e benefício (Altman & Taylor, 1973), a seleção sobre o que será exposto e publicado parece diretamente relacionado às impressões que os indivíduos pretendem gerar nos seus interlocutores. Na adolescência, a busca por validação social, autonomia e fortalecimento das relações para além do círculo familiar (Derlega & Grzelak, 1979) parece reforçar a necessidade de gerenciamento das impressões nos relacionamentos interpessoais.

Nas plataformas digitais, o potencial de *persistência* e *replicabilidade* das publicações pode ampliar o risco associado às escolhas sobre o que expor e o que preservar, demandando que as exposições de si estejam em sintonia com as demais estratégias de apresentação de si para evitar aportes negativos ou reprovação social. Ao mesmo tempo, as interações mediadas nos *networked publics* evidenciam outras possibilidades de presença dos interlocutores, podendo implicar em reconfigurações das normas sociais que amparam as performances de apresentação de si. A forma como os adolescentes manejam as impressões que os outros formam a partir do que publicam nas plataformas digitais pode ser associada ao processo reflexivo de formação do *self*, na medida em que estas impressões balizam a construção das

imagens de si, agregando aspectos dos múltiplos *selves* sociais (James, 1986) constituídos nas interações rotineiras nos contextos digitais. Neste cenário complexificado, nos parece importante refletir sobre o gerenciamento das impressões como uma das estratégias de regulação da privacidade também nos contextos digitais.

3.3.1 Entre a exposição de si e a apresentação de si

Apesar de concentrados nas discussões teóricas sobre as funções e estratégias de exposição de si, compreendida como processo interpessoal importante para o desenvolvimento da identidade pessoal e social (Derlega & Chaikin, 1977), consideramos que as práticas de exposição de si podem ser abordadas também como uma das formas específicas de apresentação do *self* nas interações sociais. Desta maneira, as convenções sociais que regulam a exposição de si e as regras de privacidade nos parecem também relacionadas com as convenções que guiam as diferentes estratégias de apresentação de si (*self-presentation*)⁷⁶ (Leary, 1996; Shelenker, 2003).

Se a atividade do indivíduo precisa tornar-se significativa para os outros, ele deve mobilizar-se de tal modo que expresse, durante a interação, o que ela precisa transmitir (Goffman, 2014). Nos encontros com outras pessoas, o indivíduo precisa selecionar quais aspectos de si quer apresentar em dado contexto para interlocutores selecionados, efetuando uma performance que gerará certas impressões nos demais, gerando expectativas e compromissos a partir destas impressões formadas pelos participantes do encontro (Goffman, 2014).

Acreditamos que a apresentação de si é um processo mais abrangente do que a exposição de si, uma vez que a primeira envolve (1) como as pessoas, como agentes, tentam modelar as atitudes e comportamentos das audiências através da apresentação de informações

⁷⁶ No caso de *self-presentation*, optamos pela forma traduzida “apresentação de si”, reconhecendo os limites do termo “si” para englobar a complexidade da noção de *self*, como apontado nas notas 15 e 24 desta tese. Como desenvolveremos ao longo do capítulo, usaremos também como referência a obra de Erwing Goffman (2014) sobre as estratégias de apresentação de si nas interações sociais e, apesar de a tradução brasileira de sua obra “*The Presentation of the self in everyday life*” usar “Representação do eu na vida cotidiana”, defenderemos o uso de “apresentação de si” como mais apropriado para este trabalho, ainda que reconhecendo as diferenças entre *self-presentation* e *presentation of the self* usada por Goffman em uma abordagem mais sociológica do que psicológica destes processos.

relevantes sobre si; e (2) como as pessoas, enquanto alvos, respondem à atividade de apresentação de si dos outros (Shelenker, 2003, p.494). A exposição de si, por sua vez, pode fazer parte das estratégias de apresentação, mas as diferentes estratégias de apresentação de si não se reduzem à apresentação de aspectos do *self*. Ao mesmo tempo, nem sempre a exposição dos aspectos de si é praticada com intuito de modelar a impressão que os outros farão daquele que se expõe, podendo ocorrer exposição como forma de alívio emocional, busca de acolhimento ou mesmo para gerar constrangimentos em determinada situação, a partir das questões e objetivos que são mais salientes em dado contexto (Omarzu, 2000).

Nem toda exposição de si é baseada no interesse de regular a conduta dos outros ou a maneira como os outros tratam quem se expõe, apesar de podermos admitir que toda exposição de si gerará impressões que passarão a influenciar o fluxo de comunicação e o relacionamento em questão. Para Goffman (2014), independentemente do objetivo particular que o indivíduo tenha em mente, terá interesse em regular a conduta dos outros e como o tratam, agindo de tal modo que, com ou sem intenção, expresse a si mesmo, fazendo com que os outros sejam de algum modo impressionados por ele.

Assim como nas interações de copresença física (Goffman, 2014, 2011; Leary, 1996; Shelenker, 2003), defendemos que nos diferentes contextos de interação social mediados também precisamos selecionar e organizar aquilo que queremos comunicar aos interlocutores (Meyrowitz, 1985; Thompson, 2011). As formas como modelamos nossos comportamentos e nos apresentamos estão relacionadas ao repertório de referências identitárias que servem de subsídio para nossas expressões, bem como às normas sociais de cada situação vivenciada (Goffman, 2014, 2010), em sintonia com as condições técnicas de cada plataforma usada no contexto (Uski & Lampinen, 2016; Ribeiro, 2003a, 2003b). Pensar a exposição de si como uma das formas de apresentação nas interações sociais ajuda a ampliar nossa reflexão sobre as maneiras como os indivíduos percebem a si mesmos e se tomam como objeto para, então, estabelecer um relacionamento com os outros (Schlenker, 2003), definindo os limites de aproximação e afastamento nestes relacionamentos (Altman & Taylor, 1973; Derlega, Chaikin, 1977) enquanto regulação da privacidade.

Mesmo defendendo que nem toda exposição de si é fruto de uma voluntária estratégia de gerenciar as impressões que os outros farão de quem se expõe, podemos concordar que muitas vezes os indivíduos realizam a exposição de aspectos de si como parte da sua estratégia para se apresentar nas situações nas quais deseja criar impressões nos outros. Ao

querer se tornar conhecido pelos outros, o indivíduo precisa selecionar quais aspectos vai expor, se estes aspectos são apropriados na situação e se os alvos de suas exposições estão compreendendo o que está sendo apresentado e se esta compreensão está de acordo com o que gostaria que os demais realmente recebessem.

Uma vez que as exposições expressam alguns aspectos de si em detrimentos de outros, questões específicas de acordo com o contexto e com as preocupações do indivíduo em determinada situação (Buhrmester & Prager, 1995), os aspectos de si selecionados para serem mostrados geram certas impressões em detrimento de tantas outras possíveis. Independentemente do conteúdo exposto, a exposição sempre irá, simultaneamente, representar o ato de ocultação das informações que permanecessem inacessíveis, regulando o tipo de acesso que os interlocutores terão ao *self* e às informações privadas naquela interação. Neste sentido, a exposição deliberada de certos aspectos pode ser considerada como uma das estratégias de preservação, protegendo outras informações relevantes sobre si. Compreendendo a privacidade nesta dinâmica de exposição-preservação, podemos evitar associações precipitadas sobre o desinteresse dos adolescentes sobre o gerenciamento de sua privacidade na Internet.

Nos parece pertinente relacionar o gerenciamento das impressões como uma das formas de controlar as regras orientadoras das exposições e os tipos de permeabilidade dos limites relativos ao compartilhamento de informações privadas nos relacionamentos interpessoais dos adolescentes nos contextos digitais. Assim, não é apenas o volume de exposições praticadas nem o tipo de conteúdo publicado pelos adolescentes que nos permitirá conhecer melhor as estratégias que usam para gerenciar sua privacidade estabelecendo os limites que determinam os graus de acesso e aproximação dos outros ao seu *self*.

3.3.2 Expor para preservar: gerenciamento de impressões como regulação do acesso ao self nos networked publics

Como vimos, o uso das redes sociais digitais e aplicativos sociais está condicionado ao fornecimento de um conjunto de informações pessoais (Baym, 2011; Baym & Boyd, 2012; Boyd & Ellison, 2007; Ellison & Boyd, 2013). Para criar um perfil, é preciso selecionar as

informações a partir das quais o usuário quer se apresentar aos demais membros da rede, antes mesmo de iniciar suas conexões e relacionamentos. Tomando como referência os estudos de Goffman (2011, 2014) sobre a apresentação de si, sobre os rituais de interação e sobre as diferentes estratégias que as pessoas usam para se apresentar nos relacionamentos interpessoais (Leary, 1996; Leary & Kowalski, 1990; Schlenker, 2003), podemos considerar que o processo de elaboração dos perfis nas redes como Facebook e Instagram e a seleção de informações a serem expostas nos aplicativos como WhatsApp e Snapchat envolvem também um complexo processo de gerenciamento das impressões.

Desde o cadastro nos sites, os usuários precisam adotar critérios e estratégias para definir as formas de apresentação, pois cada escolha implica em impressões diferentes que serão geradas nos demais usuários da rede e servirão de referência para as próximas interações. Nos contextos digitais, assim como as informações privadas são reguladas enquanto copropriedade entre os indivíduos (Petronio, 2002), também as apresentações de si ocorrem de maneira coletiva e com estratégias distribuídas entre os pares (Litt & Hargittai, 2014; Litt et al., 2014)

Considerando o caráter multifacetado do *self* (James, 1986), as pessoas podem selecionar diferentes aspectos a serem expressos, gerando diferentes impressões não como falseamento, mas como diferentes imagens de si que são possíveis (Leary, 1996) nos diferentes contextos de interação. No entanto, esta liberdade de seleção dos aspectos de si a serem compartilhados estão sempre dentro do leque de possibilidades dado em cada situação, variando nas diferentes culturas. De acordo com Goffman, “a liberdade de escolha dentro de uma classe de conduta requerida pode cegar o indivíduo para as restrições a respeito da classe como um todo” (2010, p. 17).

Se as primeiras pesquisas sobre a apresentação de si nas plataformas digitais indicavam o anonimato como fator de facilitação das experiências exploratórias do *self* e de múltiplas identidades não obrigatoriamente vinculadas às relações face a face (Chester & Bretherton, 2007; Ribeiro, 2005; Turkle, 1995; Stone, 1995), as plataformas atuais que investigamos aqui parecem convidar os usuários para formas de apresentação mais sintonizadas com as interações presenciais (Bazarova, Taft, Choi, & Cosley, 2013; Boyd, 2014; Ellison, 2010; Ellison, Heino, & Gibbs, 2006; Ellison et al., 2011; Lampe, Ellison, & Steinfield, 2006; Nguyen et al., 2012; Subrahmanyam & Smahel, 2011), com predomínio de regimes de visibilidade que valorizam a exposição pública de muitos aspectos de si (Ben-

Ze'ev, 2003; Couto, 2015b; Marwick, 2010; Marwick, 2013; O'hara, 2010; Trepte & Reinecke, 2013), aspectos que até poucas décadas atrás eram restritos às interações em relacionamentos mais íntimos e em locais específicos considerados mais privados (Couto, 2015a; Derlega et al., 1987; Joinson & Paine, 2010; Jourard, 1971a).

Mesmo havendo certa liberdade para falsear informações e controlar as apresentações na criação dos perfis e nas publicações nas plataformas digitais, as pesquisas indicam que gradativamente as relações estabelecidas através do Facebook, Instagram e aplicativos de trocas de mensagens são avaliadas e monitoradas também em sintonia com os diferentes contextos de interação presencial (Bakardjieva, 2011; Hogan, 2010; Lüders, 2011; Trepte & Reinecke, 2011), estimulando apresentações de aspectos atuais de si e não apenas idealizações abstratas que ocorriam no contexto de uso anônimo (Back et al., 2010; McKenna, 2010).

Podemos considerar que a apresentação de si praticada nas redes sociais digitais como o Facebook e o Instagram está também sob o crivo dos demais relacionamentos interpessoais fora dos contextos digitais. Assim como as interações em copresença física geram avaliações, positivas ou negativas, e possíveis inconsistências (Goffman, 2010), nos contextos digitais as apresentações de si podem ser questionadas e julgadas entre as diferentes audiências (Chua & Chang, 2016), avaliações condicionadas também ao tipo do relacionamento interpessoal fora dos contextos digitais (DeAndrea & Walther, 2011) e relacionadas às motivações pessoais que amparam cada tipo de exposição (Sorokowski et al., 2015).

Apesar de parecer haver relativa sintonia das interações, ao tratarmos o Facebook, o Instagram, o WhatsApp e o Snapchat como contextos digitais, enquanto *networked publics*, trazemos à tona a singularidade da dinâmica de *contextos colapsados* e de *audiências invisíveis* (Boyd, 2010) que delimitam linhas mais tênues entre o público e o privado em cada uma destas plataformas interacionais. Nestes contextos, novas variáveis participam do exercício de apresentação de si e na forma como os usuários gerenciam os graus de revelação de suas informações pessoais (Ribeiro & Silva, 2013).

A apresentação de si também pode ter como objetivo produzir o afastamento e o distanciamento em um dado relacionamento ou papel social (Leary, 1996), a exemplo do que fazem alguns adolescentes ao representarem de forma debochada ou irônica em situações nas quais são tratados como crianças e este tratamento conflita com as impressões que gostariam de produzir na situação, especialmente na presença de seus pares. Este tipo de conflito de papéis e de inconsistências nas impressões associadas (Goffman, 2010) pode ser amplificado

pela dinâmica das audiências invisíveis nos contextos digitais mais públicos como o Facebook e Instagram, o que exige um gerenciamento das apresentações nas diferentes plataformas. Em condições de ajustar as apresentações de acordo com a audiência imaginada e selecionada em cada plataforma, os adolescentes podem aproveitar os recursos das redes e aplicativos para filtrar a seleção dos alvos das exposições, das platéias para as apresentações de si e para regular a *persistência* das publicações de acordo com as convenções sobre o que é que eles consideram apropriado expor em cada situação.

As pesquisas seminais sobre as estratégias de apresentação do *self*, sobre os rituais de interação e as formas de comportamentos em lugares públicos de Goffman (2010, 2011, 2014) inspiram a pensar nas reconfigurações destas estratégias quando uma parcela cada vez mais significativa das relações sociais de adolescentes se desenvolve nos contextos digitais (Bazarova et al., 2013; Boyd, 2008b; DeAndrea & Walther, 2011; Hogan, 2010; Houda Sassi & Gharbi, 2015; Ito & Okabe, 2006; Krämer & Haferkamp, 2011; Papacharissi, 2002, 2011).

A questão da presença é um dos principais desafios para considerarmos na aplicação da valiosa metáfora dramática de Goffman nas interações mediadas. Se para Goffman (2011) as condições de copresença envolvem o sentimento das pessoas que estão perto o bastante para serem percebidas no que estão fazendo, incluindo sua experimentação dos outros, e perto o bastante para que sua sensação de serem percebidas seja percebida, podemos admitir que a presença mediada nos contextos digitais gera ambos tipos de percepções, ainda que não de forma imediata (Licoppe, 2004).

A taxionomia da copresença de Zhao (2003) oferece uma possibilidade de conciliação ao indicar, no caso das comunicações mediadas eletronicamente, um modo de telecopresença, uma presença que não está ancorada na referência de um mesmo espaço físico, mas na copresença a partir de representações digitais das pessoas. Este modo de copresença mediado também produz um senso de presença, uma percepção de que os outros também percebem esta presença mediada (Zhao, 2003, 2005). O senso de copresença nos contextos digitais pode variar em cada plataforma, de acordo com condições técnicas e critérios socialmente compartilhados, mas ampara a possibilidade de relacionamentos interpessoais com significativo grau de envolvimento.

No Facebook, Instagram e WhatsApp, por exemplo, há um esforço das empresas proprietárias das plataformas para que os usuários usem os nomes verdadeiros e fotos de identificação, sendo possível ter, pelas condições técnicas, sinalizações da presença e da

ausência em tempo real, sinalizações muito importantes para a manutenção dos relacionamentos (Ellison, Vitak, Gray, & Lampe, 2014). Além destas sinalizações de presença nas interações mediadas, a própria dinâmica das comunicações, síncronas ou assíncronas, ajuda a fortalecer ou não a sensação de presença dos interlocutores, sensação que não é definida apenas pelas condições técnicas de cada plataforma, mas principalmente pelas normas interacionais estabelecidas (Rettie, 2009). No caso das trocas de mensagens realizadas pelo Snapchat, os adolescentes parecem dispostos a se apresentarem em situações mais espontâneas para amigos próximos, sem terem a possibilidade de receber, pela plataforma, retornos e sinalizações diretas sobre sua performance, mas valorizando o compartilhamento do momento para que este possa ser “testemunhado” pelos amigos conectados (Bayer, Ellison, Schoenebeck, & Falk, 2015; Piwek & Joinson, 2016).

Ainda que Goffman (2010) estivesse concentrado na conduta das interações imediatas, face a face, na qual as pessoas estão mutuamente disponíveis umas às outras diretamente trocando informações incorporadas, sua análise sobre a regulamentação “que governa como uma pessoa lida com si mesma e com os outros durante (e por causa de) sua presença física imediata entre eles” (p. 18) também nos parece muito pertinente para pensar nas condutas em (e por causa da) copresença mediada pelas plataformas digitais. Os contextos digitais oferecem um tipo de arranjo comunicativo especial e as atuais plataformas de comunicação pela Internet já nos permitem muito mais do que o especulado por Goffman (2010) em relação à mediação possível na fusão do telefone com a televisão:

Quando a televisão de mão dupla for adicionada aos telefones, as contingências únicas da interação direta finalmente estarão disponíveis para aqueles que estão separados por longas distancias. De qualquer forma, estas formas de comunicação mediadas ponto a ponto podem ser caracterizadas pelo grau em que restringem ou atenuam as possibilidades comunicativas discutidas aqui (p.26, nota 19).

Nosso entendimento é de que os contextos digitais oferecem não apenas restrições mas também oportunidades de possibilidades comunicativas, complexificando dois importantes conceitos usados por Goffman para analisar os comportamentos em lugares públicos: a noção de ajuntamento enquanto “conjunto de dois ou mais indivíduos cujos membros incluem todos e apenas aqueles que estão na presença imediata um dos outros num dado momento”; e a noção de situação enquanto “ambiente espacial completo em que ao adentrar uma pessoa se torna um membro do ajuntamento que está presente, ou que então se constitui” (Goffman, 2010, p. 28).

Se as plataformas digitais permitem a sensação e registro da presença, além de possibilitar a persistência do fluxo comunicativo nas interações mediadas mesmo sem a presença física imediata, os *networked publics* podem abrigar ambientes interacionais com novos tipos de ajuntamentos e de situações, com novos equipamentos expressivos que possibilitam ocasiões sociais variadas, criando, reproduzindo e reconfigurando *ethos* distintos que guiarão os padrões de comportamento que são considerados apropriados. Nesta tese, apostamos que o termo *contexto digital* serve para ilustrar este tipo singular de ambiente interacional, fruto da combinação da singularidade: dos dispositivos utilizados; da plataforma digital que está mediando a interação; do ambiente no qual a pessoa está geograficamente presente com seu corpo; das pessoas envolvidas na interação; e do tipo de relacionamento que está em curso. A multiplicidade de combinações possíveis será tão ampla quanto forem diferentes os atores envolvidos e as transformações sociotécnicas em curso.

Mesmo que os contextos colapsados e a presença mediada intensifiquem a desorganização normativa das situações, ao sobrepor ambientes de comportamento e dificultar a delimitação do foco das interações, em cada contexto digital parece haver uma linguagem do envolvimento e regras de alocação deste envolvimento em formato híbrido, integrando aspectos comuns das interações face a face com novos elementos singulares da dinâmica digital. Se no caso do engajamento mútuo de face (encontro), Goffman indicava os *ajuntamentos multifocados* (2010) como exemplo de múltiplos encontros em uma mesma situação, as plataformas digitais amplificam a multiplicidade de encontros e trocas simultâneas possíveis. Manejar esta multiplicidade de encontros no cotidiano requer a coordenação dos engajamentos para atender às expectativas dos diferentes interlocutores.

Para Goffman (2010), “os engajamentos de face compreendem todas as instâncias de dois ou mais participantes numa situação juntando-se abertamente para manter um único foco de atenção visual e cognitiva – o que é sentido como uma única *atividade mútua*, implicando direitos de comunicação preferenciais” (p. 101). No entanto, o próprio autor admite que os engajamentos não dependem exclusivamente da atenção visual nem das trocas verbais. Os engajamentos se iniciam e se dissolvem a partir de regras que regulam o jogo de abertura e as respostas a estas aberturas comunicacionais, uma vez que são percebidas pelos interlocutores.

Desta forma, podemos considerar que em cada contexto digital no qual ocorrem encontros mediados há convenções que irão regular os engajamentos, os graus de abertura e acesso ao *self* nos relacionamentos. Partimos do pressuposto de que há contratos, implícitos

ou explícitos, sobre a regulação destes limites de acessibilidade, uma vez que há uma obrigação mútua, um comprometimento de confiança na manutenção, ainda que temporária, da relação estabelecida entre os adolescentes em suas interações nas plataformas digitais como Facebook, Instagram, Snapchat e WhatsApp, cada uma com suas especificidades.

Em cada uma das plataformas, parece haver uma ordem coletivamente definida para regular o fluxo comunicacional e os graus de abertura que cada participante terá com relação aos outros, definindo regiões abertas para certas audiências e restritas para outras. Assim como nos encontros face a face, o contexto interacional mediado também parece envolver o que Goffman chama de “dialética constante entre rituais de apresentação e de evitação” (2011, p.77), o que tem direta relação com nossa discussão sobre os limites da privacidade nas interações.

O controle sobre as performances de apresentação de si pode ser considerado uma das formas de regular este fluxo comunicacional, estabelecendo os limites de apresentação e evitação de cada participante em sintonia com as audiências. Tomando o conceito de fachada como equipamento expressivo padronizado, intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante suas performances (Goffman, 2014), podemos considerar que nos contextos digitais os adolescentes também estão envolvidos em uma complexa dinâmica de controle e manutenção de sua fachada, precisando gerenciar suas exposições em sintonia com o gerenciamento das impressões que pretendem projetar nas audiências. Este tipo de manejo da fachada nos parece uma importante estratégia de marcação de limites da privacidade enquanto regulação de acesso ao *self* nas interações.

Assim como não existem ocasiões de fala em que impressões inapropriadas não possam surgir, intencionalmente ou não, também não existem ocasiões de fala tão triviais a ponto de não exigirem que cada participante demonstre uma preocupação séria de como ele lida consigo próprio e com os outros presentes. Fatores rituais presentes em contatos mediados aparecem aqui numa forma extrema. (Goffman, 2011, p. 39)

Para demonstrar que está situacionalmente presente nos encontros mediados, os adolescentes precisam realizar o gerenciamento disciplinado de suas apresentações e exposições, equivalente ao que faz com seu porte e aparência pessoal nas interações face a face (Goffman, 2010), manejando as aproximações e afastamentos como forma de reconhecimento mútuo da presença dos interlocutores em dada interação. No caso de redes como Facebook e Instagram, parece haver uma situação social na qual as interações podem oscilar entre focadas e desfocadas com diferentes tipos de envolvimento que são

considerados apropriados. A dinâmica dos contextos colapsados e das audiências imaginadas criam uma situação social na qual se incorporam normas de conduta híbridas (Vitak et al., 2015).

Nos contextos digitais, o aspecto cênico da fachada parece acompanhar as pessoas, mesmo as profanas e não apenas as figuras reais que tinham este privilégio, como ilustrado por Goffman (2014) no caso das cerimônias públicas envolvendo famílias reais. A *persistência* dos perfis, somada à constante conexão pelos aplicativos sociais, de alguma forma geram um espaço pessoal e relacional que acompanha o indivíduo em seus deslocamentos pelos diferentes espaços públicos ou privados, compondo um cenário móvel para suas performances nos relacionamentos nestes contextos digitais. Além dos perfis serem uma espécie de cenário que dispõe elementos que amparam as performances, os usos a partir de dispositivos móveis geram também esta espécie de "território pessoal-privado portátil" (Hatuka & Toch, 2014), no qual as fachadas desenvolvidas nos contextos digitais acompanham os adolescentes nas mais variadas situações sociais nas quais se encontram, inclusive nas interações face a face.

Ao reconhecermos que é possível, também nos contextos digitais, manter diferentes fachadas apropriadas a cada plataforma ou a cada grupo de audiências, a pluralidade dos *selves* sociais (James, 1983) se distribuí nos múltiplos perfis que persistem digitalmente e podem ser buscados e acessados por platéias muito diferentes e discrepantes. A *persistência* e *buscabilidade* dos conteúdos digitais permite ainda que eles sejam apropriados pelas mesmas platéias em um futuro próximo, a partir de outras convenções e acordos sociais, o que pode gerar conflitos com as apresentações correntes (Litt, 2012; Schoenebeck, Ellison, Blackwell, Bayer, & Falk, 2016; Tufekci, 2008; Vitak et al., 2015).

Para Goffman (2014), as expressões de si podem ocorrer tanto através da linguagem verbal e intencional (expressões *transmitidas*) quanto através da linguagem não verbal, englobando uma diversidade de formas de comunicação através do corpo, gestos e expressões faciais (expressões *emitidas*). Os contextos digitais dão aos indivíduos a oportunidade de ter algum governo tanto sobre seu comportamento expressivo *emitido* quanto *transmitido*, uma vez que as imagens e vídeos compartilhados podem ser previamente selecionadas num longo processo de eleição dos melhores aspectos de si, com filtros e opções de edição ou exclusão mesmo depois da publicação. Esta capacidade de manejo das informações digitais parece minimizar alguns aspectos da assimetria no processo de comunicação se comparado ao que

ocorre em situações de copresença física.

As plataformas digitais podem ainda ser usadas de maneiras muito diferentes pelos adolescentes para suas apresentações, sendo que cada tipo de uso pode estar associado a diferentes estratégias de gerenciamento das impressões, estratégias que podem estar relacionadas ao cuidado na seleção das audiências (Tufekci, 2008; Vitak, Blasiola, Patil, & Litt, 2015), à escolha dos formatos (fotos, vídeos, textos próprios, textos de outros etc.) e frequência das publicações (Bazarova et al., 2013; Van Der Heide, D'Angelo, & Schumaker, 2012), bem como podem remeter às diferenças nos estilos de linguagem utilizada (Angelini & Sciandra, 2013; Pavalanathan & Eisenstein, 2015; Rui & Stefanone, 2013; Vitak, 2015) e estabelecer diferentes tipos de relação com as apresentações realizadas nos demais relacionamentos em copresença física sem mediação digital (Błachnio, Przepiorka, Boruch, & Bałakier, 2016).

Se nos encontros em copresença imediata o observador possui significativa vantagem por poder ter acesso direto às informações emitidas e não apenas àquelas transmitidas durante o encontro (Goffman, 2014), nos contextos digitais esta vantagem parece diminuída, uma vez que o indivíduo pode observar o seu próprio comportamento antes de publicar, filtrando as fotos e vídeos de situações que não quer expor. Este exercício de assistir às suas próprias exposições merece ser destacado, principalmente ao considerarmos que toda a projeção que o indivíduo faz de si para os outros acaba participando da forma como percebe a si mesmo (Goffman, 2014). Esta reflexividade, emblemática no caso do auto-retrato (*selfies*) e das fotos diante do espelho que se tornam rotineiras na vida dos adolescentes, é uma construção social complexa (Cardon, 2012; Uski & Lampinen, 2016; Wan, Wu, & Lu, 2015). A ginástica do braço no auto-retrato indica uma dimensão própria, um afastamento de si mesmo para que o indivíduo possa expor sua exposição (Cardon, 2012). O expositor avalia o espetáculo que ele mesmo produz antes de expor em sua rede de relacionamentos (Cardon, 2008), rede que também fará suas avaliações e julgamentos (Chua & Chang, 2016) para compor o repertório de impressões, positivas ou negativas, recebidas pela exposição e que servem de termômetro para as futuras exposições.

Inspirado pela abordagem dramatúrgica de Goffman, Snyder (1987) aponta que as pessoas tendem a monitorar (observar, controlar e regular) sua aparência pública nas situações sociais e nas relações interpessoais. Este monitoramento não é aleatório e envolve um exercício de controle sistemático sobre as apresentações, o monitoramento de si (*self-*

monitoring). As pessoas com alto monitoramento ajustariam seus comportamentos de acordo com as circunstâncias sociais enquanto as de baixo monitoramento atuariam de acordo com suas atitudes, sentimentos e disposição (Snyder, 1987). Os indivíduos não apenas apresentam diferentes *selves* relacionados a diferentes situações sociais nas quais interagem, mas também desenvolvem estratégias de monitoramento das impressões que pretendem produzir para os outros.

Leary (1996) também aponta o quanto as pessoas precisam monitorar suas apresentações para avaliar como estão sendo percebidas pelos outros (Leary & Kowalski, 1990), realizando um monitoramento das impressões (*Impression-Monitoring*) que pode ocorrer em diferentes níveis, de um nível de esquecimento e não percepção das impressões que estão sendo geradas a um nível no qual o foco é justamente o monitoramento das impressões, passando pelos estados de “escaneamento” e conscientização sobre as impressões que estão sendo produzidas em dada situação (Leary, 1996, p.49).

Apesar de inspiradoras, consideramos que estas proposições sobre o monitoramento das impressões tendem a uma abordagem individualizante e não destacam suficientemente a força das convenções e regras sociais que amparam as exposições e apresentações de si nos relacionamentos interpessoais. Assim como ocorre com o estabelecimento das regras orientadoras que definem os limites na exposição de informações privadas (Child & Petronio, 2011; Petronio, 2002), nos parece que o monitoramento das impressões também está intimamente ligado à natureza convencionalizada dos encontros.

3.3.3 Privacidade e as convenções sobre a visibilidade do self nos contextos digitais

A situação mediada precisa ser definida e acreditada dentro de alguns limites consentidos, algo em torno do que Goffman (2014) chama de consenso operacional para criar o entendimento básico para que as pessoas consigam desenvolver a interação, confiando no que os demais expressam para então formar suas impressões. Nos relacionamentos interpessoais nos contextos digitais, defendemos que os adolescentes também possuem, implícita ou explicitamente, acordos para definir o leque de temáticas e tipos de performances que consideram apropriadas expor. Estes acordos entre pares podem indicar elementos das

convenções que amparam as atuais dinâmicas de regulação das performances que dão visibilidade aos aspectos de si nas interações. A regulação dos acessos ao *self* através do manejo dos estilos das performances e dos tipos de visibilidade convencionalizadas nos parecem aspectos vitais no gerenciamento da privacidade nos contextos digitais.

As exposições e apresentações de si nos contextos digitais podem ser consideradas como atividades situadas sob um decoro próprio que mescla normas convencionalizadas para as interações face a face ao mesmo tempo em que flexibilizam estas regras enquanto interações mediadas (Meyrowitz, 1985; Thompson, 2011). O controle dos delimitadores do que Goffman chama de *regiões de frente e bastidores* (Goffman, 2014)⁷⁷ parece continuar bastante significativo, especialmente quando associamos o manejo destas regiões com as estratégias de gerenciamento dos limites das exposições (Petronio, 2002).

A questão da privacidade, nestes termos, tem relação com o controle sobre as *regiões de bastidor* e de *fachada* (Goffman, 2014), mas não significa que a privacidade seja relacionada apenas à região de bastidores (Hogan, 2010). No contexto das interações de copresença face a face, Goffman (2014) apontava que “permanecer no próprio quarto distante do lugar onde a festa se realiza, ou longe do local onde o profissional atende ao cliente, é permanecer longe do lugar onde a realidade está acontecendo. O mundo, na verdade, é uma reunião” (p.48). Porém, no cotidiano dos adolescentes contemporâneos que estão intensamente conectados às plataformas digitais, o mundo pode acontecer também de dentro do quarto, no banheiro, andando pelas ruas da cidade, e até nos momentos mais patéticos de uma viagem de elevador. Nos encontros mediados, a posição geográfica deixa de ser imprescindível na composição de reuniões e na delimitação dos graus de visibilidade do *self* nos encontros.

Interessante observar, por exemplo, os casos de personalidades adolescentes que possuem canais de vídeo famosos nos quais há uma grande expectativa de intimidade e espontaneidade nas produções. Gravadas do próprio quarto, em cenário aparentemente informal e espontâneo, este tipo de vídeo sem dúvida exige exposições que estão associadas a

⁷⁷ Para Goffman (2014), a *região de frente* ou *região de fachada* refere-se ao lugar onde ocorre uma dada representação. Já a *região de bastidores* ou *região de fundo*, contempla os fatos suprimidos da fachada e pode ser definida “como o lugar, relativo a uma dada apresentação, onde a impressão incoerente pela encenação é sabidamente contradita como coisa natural. (...) É aqui onde se fabrica laboriosamente a capacidade de uma representação expressar algo além de si mesma. Aqui é onde as ilusões e impressões são abertamente construídas. Aqui os apoios do palco e os elementos da fachada pessoal podem ser guardados, numa espécie de aglomerado de repertórios inteiros de ações e personagens (Goffman, 2014, p. 126).

um árduo trabalho expressivo. Em situações como estas, ou no caso dos vídeos do aplicativo Snapchat, mostrar-se com muito pudor e reservas na região de fachada é o que pode ser considerado problemático e inapropriado (Bayer et al., 2015), o mesmo para uma apresentação formal no caso das celebridades reconhecidas pela sua informalidade.

No mundo das redes digitais e dos aplicativos sociais, os delimitadores das regiões não são tão nítidos, nem fisicamente determinados pelas paredes, véus e janelas, sendo possível uma pluralidade de regiões de bastidor e de fachada, dependendo da perspectiva que usamos para considerar qual das realidades (ou reuniões) é a referência, uma vez que múltiplas regiões de interação são possíveis simultaneamente nos contextos digitais (Ribeiro, 2003). Ainda assim, a metáfora dramatúrgica nos parece útil para investigar as exposições de si e os limites de acesso ao *self* nos contextos digitais, uma vez que nestes contextos é preciso manejar múltiplas regiões de bastidor e fachada simultaneamente, criando diferentes delimitadores e regras de privacidade que sejam apropriadas para cada região, com sistemas de registro e regimes de visibilidade próprios.

Assumimos que as formas de controle das regiões de fachada e bastidor mudam ao longo do tempo, mudando as referências e convenções sobre o que é considerado apropriado expor ou ocultar. Atualmente, a gestão das fronteiras entre as diferentes facetas identitárias se dá de forma mais flexível, sendo que justamente este jogo com as diferentes imagens de si parece ser valorizado no mundo em rede da Internet (Cardon, 2008). Longe de ser um distanciamento de si, este jogo marca sobretudo o desafio de confeccionar a si mesmo segundo estratégias que são próprias e buscam uma espécie de emancipação dos formatos convencionais que estavam mais relacionados à uma tirania da intimidade (Sennet, 1999) no contexto da modernidade no início do século XX.

O design das interfaces relacionais exerce um efeito performativo sobre a maneira de vestir as identidades. Cada plataforma propõe sistemas de registro, de descrição para reconhecimento e convocação identitária muito diferentes. Esta ligação de co-dependência entre imagens de si e a estruturação da interface do serviço mostra, se necessário, a imbricação cada vez mais significativa das tecnologias de comunicação na produção das subjetividades digitais. (...) as plataformas estruturam expressões identitárias ao desenhar espaços de visibilidade com perímetros bem diferentes, o que convida aos usuários a ajustar suas exposições ao público ao qual eles se fazem visíveis. (Cardon, 2008, p. 11, tradução nossa)⁷⁸

⁷⁸ “Le design des interfaces relationnelles exerce un effet performatif sur la manière d’habiller ses identités. Chaque plateforme propose des systèmes d’enregistrement, des descriptions signalétiques et des assignations identitaires très différentes. Ce lien de co-dépendance entre image de soi et . Ce lien de co-dépendance entre image de soi et structuration de l’interface du service montre, si besoin était, l’encastrement de plus en plus significatif des technologies de communication dans la production des subjectivités numériques. (...) les plateformes structurent les expressions identitaires en dessinant des espaces de visibilité aux périmètres différents, ce qui invite les utilisateurs à ajuster leur exposition au public à qui ils se rendent visibles.” (Cardon,

O desafio de ajustar as exposições aos públicos e dividir as platéias nas diferentes plataformas não é simples. A publicação de elementos que seriam do cenário de bastidor em regiões de fachada, por exemplo, configura o que Goffman (2014, p. 156) chamava de "informação destrutiva". O potencial destrutivo desta exposição sempre vai depender do contexto no qual a informação destrutiva vai circular. Boyd (2008) aponta, de forma interessante, o quanto o problema do uso deste tipo de informação destruidora, que perturba a performance, pode ser de responsabilidade de quem a usa fora de contexto e não obrigatoriamente de quem a expõem nos contextos digitais. Além disso, é sempre importante frisar que para os adolescentes há também uma enorme diferença entre estar em público e ser público (Marwick & Boyd, 2014). O fato de exporem em plataformas que têm a *persistência* e a *replicabilidade* como qualidades não significa que querem que todas suas exposições se tornem visíveis indiscriminadamente para todo e qualquer público, ou em qualquer ambiente público. Dentre as convenções sociais construídas e adaptadas pelos adolescentes em seus relacionamentos nos contextos digitais, há uma expectativa de audiência digna e creditada para cada tipo de exposição, uma das formas possíveis de regularem sua participação em público.

Cardon (2008) aponta que na atualidade há uma inversão das responsabilidades na regulação da visibilidade dos aspectos de si expostos nas redes digitais. A proteção da privacidade está cada vez menos relacionada a um controle a priori feito por quem se expõe do que a uma auto-limitação a posteriori da atitude de quem olha. Ao se expor, os que se mostram transferem a necessidade de justificativa aos que olham e esta transformação da arquitetura da visibilidade supõem uma nova ética do observador (Cardon, 2008).

Para Cardon (2012), trata-se de “controlar o descontrole” das representações de si, num cenário em que a exibição nas telas é cada vez mais parte integrante da fabricação de si e não apenas exposição de um eu confeccionado privadamente nos recantos da intimidade (Sibilia, 2008). No âmbito da chamada “tirania da visibilidade” (Sibilia, 2008), o exercício de tornar-se visível através das exposições e apresentações de si pode ser considerado não como produto de um eu que quer se mostrar, mas justamente o exercício de produção reflexiva de um eu que se constitui a partir do que mostra e dos aportes que recebe desta exibição (Bruno & Pedro, 2004; Sibilia, 2008), buscando escapar a todo custo do risco da invisibilidade

(Bucher, 2012).

Na expressão de Goffman (2014), o *self* pode ser visto como fruto do exercício colaborativo estabelecido a partir dos arranjos das condições do ambiente, do cenário e da platéia, arranjos que permitem às pessoas serem atores e ao mesmo tempo platéia de suas encenações (Goffman, 2014). As performances nos contextos digitais se agregam ao conjunto de performances que dão corpo ao repertório expressivo e que constituem o *self* enquanto efeito dramático. Além da singularidade das qualidades e dinâmicas dos *networked publics* enquanto mediadores das interações, não podemos deixar de considerar que vivenciamos mudanças nas convenções sobre a visibilidade de aspectos de si e novos estilos performáticos que inspiram o gerenciamento das impressões dos adolescentes na atualidade, especialmente quando os contextos digitais dificultam a delimitação de ambientes públicos e privados.

Os atuais regimes de visibilidade parecem estimular a espetacularização da vida cotidiana em uma dinâmica de consumo da intimidade alheia a partir da “tirania da visibilidade” (Bucher, 2012; Sibilia, 2008). Se retomamos a noção de *self* como um redemoinho na corrente social e, ainda assim, parte desta corrente (Mead, 1972), o vai e vem entre as exposições de si, o gerenciamento das impressões e os rearranjos das performances nestes novos cenários mediados têm implicações no processo de constituição dos *selves* nas interações. A restrição das possibilidades expressivas do *self* aos recantos da interioridade, com delimitadores físicos e sociais que bloqueiam a visibilidade e o acesso ao *self*, assim como a exigência de abertura e exposição da intimidade sem reconhecimento da agência dos sujeitos no manejo dos graus de permeabilidade nas trocas com os outros e com a sociedade, são ambas formas opressivas de conceber o desenvolvimento reflexivo do *self*. Neste sentido, nos parece importante compreender como os adolescentes lidam com as atuais convenções sobre as formas de manejar a visibilidade de seu *self* nas interações mediadas, investigando as regras e acordos que estabelecem no cotidiano.

Assim como processo de gerenciamento da privacidade exige a definição coletiva de regras orientadoras para o manejo dos limites (Child, Duck, Andrews, Butauski, & Petronio, 2015; Litt & Hargittai, 2014), enfatizamos que o manejo das performances e o gerenciamento das impressões são parte de uma disciplina dramaturgica (Barash et al., 2010; Bazarova et al., 2013; DeAndrea & Walther, 2011; Chua & Chang, 2016; Goffman, 2011; Rosenberg & Egbert, 2011) que pode resultar em estratégias criativas e críticas para regulação da privacidade a partir das oportunidades e limites de cada plataforma digital (Georgalou, 2015;

Vitak, 2015; Vitak et al., 2015), afirmando ou reconfigurando as convenções que amparam os regimes de visibilidade do *self* nas interações.

Não são poucos os exemplos de violências cometidas, e protegidas, em nome da proteção à intimidade e da privacidade (Elias, 1994; Sennet, 1999), assim como são numerosos os exemplos de violação dos corpos e da privacidade em nome da segurança de alguns, inclusive no âmbito da Internet (Assange, Appelbaum, Müller-Maguhn, & Zimmermann, 2012; Lessig, 2006; Levy, 2015). As convenções sociais sobre os regimes de visibilidade hegemônicos em cada contexto social estão sempre em articulação com as referências e motivações individuais que orientam o comportamento das pessoas. No caso dos adolescentes, apostamos que estão imersos em um cenário no qual precisam se adaptar ao mesmo tempo em que podem realizar uma reprodução interpretativa (Corsaro, 2011), e também crítica e criativa, destas mesmas convenções que delimitam seu campo existencial.

3.4 Exposição de si involuntária: desafios no gerenciamento das informações privadas emitidas

Não bastasse a complexidade do gerenciamento das exposições de si feitas voluntariamente nos relacionamentos interpessoais desenvolvidos nos contextos digitais, os adolescentes estão ainda diante do desafio de manejar suas exposições involuntárias que são registradas pelas plataformas digitais que agregam, por padrão, um volume importante de informações privadas. Uma nova espécie de “emissão” de informações ocorre nestas plataformas, não exatamente a partir da comunicação não verbal como ocorre nas interações face a face. Os sites e aplicativos digitais como o Facebook, Instagram, WhatsApp e Snapchat podem realizar tanto a coleta e registro do que é intencionalmente compartilhado e enviado através das publicações, quanto podem registrar um conjunto de informações expostas indiretamente como os dados sobre os dispositivos utilizados, localização geográfica, tempo de uso, preferências e tantos outros registros que permitem aos algoritmos⁷⁹ das próprias

⁷⁹ Tecnicamente “um algoritmo é uma sequência finita de instruções bem definidas e não ambíguas, cada uma das quais devendo ser executadas mecânica ou eletronicamente em um intervalo de tempo finito e com uma

plataformas “definir a situação” e gerar “impressões” sobre cada usuário.

O registro destas informações emitidas agrega um conjunto amplo de elementos expressivos usados nas interações mediadas, possibilitando uma análise em perspectiva e combinada das exposições voluntárias e involuntárias praticadas pelos usuários dentro de cada plataforma digital. Para Goffman (2014), os elementos do cenário, as informações emitidas e as transmitidas, bem como as impressões produzidas nos encontros face a face ficam registrados na memória dos participantes dos encontros e influenciam as demais interações, de acordo com sua saliência em cada situação. Nas interações mediadas pelas plataformas digitais, o registro detalhado deste repertório passa a ser o padrão, com cópias nas memórias digitais dos aparelhos, das plataformas e não apenas na memória dos participantes. Acreditamos que este registro coloca mais um desafio no manejo das informações privadas, quando as impressões que os adolescentes geram nas próprias plataformas, numa relação usuário-algoritmos, têm implicações significativas na delimitação dos contextos de suas relações voluntariamente desenvolvidas.

A questão relativa às configurações dos contextos nos quais ocorrem as relações interpessoais é fundamental para compreendermos as exposições de si, a apresentação de si e a própria regulação da privacidade que se estabelece na apropriação individual e coletiva dos espaços de interação, bem como para compreender as formas de manejo do fluxo das informações privadas. Na metáfora dramática de Goffman (2014), o cenário é elemento importante na definição das situações e no desenvolvimento das performances em andamento. As propriedades dos ambientes e os artefatos que o compõem podem ser tanto elementos usados pelas pessoas nas suas performances ou elementos que de alguma forma limitam as suas atuações (Leary, 1996) quando permitem agência muito limitada sobre eles. Para Leary (1996), as associações que fazemos e as pessoas que nos acompanham publicamente também fazem parte das táticas de apresentação de si ao lado do uso dos ambientes nos quais se

quantidade de esforço finita. O conceito de algoritmo é frequentemente ilustrado pelo exemplo de uma receita culinária, embora muitos algoritmos sejam mais complexos. (...) A maioria dos algoritmos é desenvolvida para ser implementada em um programa de computador. Apesar disso eles também podem ser implementados por outros modos tais como uma rede neural biológica (tal como no cérebro quando efetuamos operações aritméticas), em circuitos elétricos ou até mesmo em dispositivos mecânicos (“Algoritmo”, 2016). Para o contexto desta pesquisa, queremos salientar que os algoritmos atuam nos contextos digitais como mediadores na interação usuário-plataforma e usuários-usuários, bem como entre plataformas-plataformas. No caso do Facebook, por exemplo, são combinações de instruções que fazem com que os programas delimitem o tipo de conteúdo que será disponibilizado para cada usuário, sendo que os algoritmos nestes contextos são atualizados e “aprendem” a partir das ações dos usuários dentro da plataforma. Nos interessa refletir pontualmente sobre algumas implicações dos algoritmos no processo de exposição de si nos contextos digitais, apontando como estes são agentes na delimitação das audiências, conteúdos e contextos nas interações que mediam.

desenrolam as interações.

Da mesma forma, o conhecimento sobre as interações passadas é usado estrategicamente para modelar dinamicamente a apresentação de si e o gerenciamento das impressões que os outros geram, tendo implicações diretas nas interações e respectivas impressões que serão construídas no futuro (Goffman, 2014; Schlenker, 2003; Schoenebeck et al., 2016). Neste sentido, a dinâmica de funcionamento dos algoritmos acaba sendo mais uma das singularidades dos *networked publics* na definição dos contextos (Diakopoulos, 2015; Gillespie, 2014), o que não pode ser descartado em nossa discussão sobre as exposições de si em relações mediadas pelas tecnologias digitais (Taddicken, 2012).

Ainda que as discussões sobre os algoritmos sejam repletas de obscuridades devido a sua invisibilidade e inacessibilidade, o seu poder como dispositivo que atua na delimitação dos regimes de visibilidade e na organização do que é visível e dizível nas plataformas não pode ser ignorado em nossa pesquisa sobre comportamentos nos contextos digitais. A linguagem computacional não é apenas uma expressão técnica, mas carrega um conjunto complexo de normas sociais e valores morais, desde a sua concepção à constante atualização através dos próprios usos das plataformas nas quais operam (Ziewitz, 2016). Por mais que possam variar as formas como são imaginados pelos adolescentes e demais públicos no uso cotidiano das plataformas (Bucher, 2016), os algoritmos impõem aos contextos digitais um conjunto de regras sobre a configuração dos ambientes interacionais, sobre a definição dos destinatários das exposições e sobre o fluxo das informações privadas expostas.

Os algoritmos que selecionam os conteúdos que serão apresentados nas atualizações dos perfis e a indicação de possíveis amigos a serem incluídos na lista de contatos no Facebook e Instagram, por exemplo, funcionam baseados em um conjunto de regras que na maior parte dos casos escapam da compreensão dos usuários e não são negociadas, apesar de sua relevância (Diakopoulos, 2015; Gillespie, 2014) e participação decisiva na delimitação das amizades e audiências nas redes digitais (Bucher, 2013). Podemos considerar que algumas regras de seleção de conteúdos e de audiências para as exposições praticadas no Facebook, por exemplo, são adquiridas de forma compulsória ao serem aceitos os termos de uso do serviço na ocasião do cadastro, ampliando os limites de copropriedade das informações privadas (Child & Petronio, 2011; Petronio, 2002) ao incluir a empresa dona da plataforma e não apenas aquelas pessoas que o usuário elegeu para compor sua lista de contatos.

Neste cenário, a agência na regulação dos limites de acesso ao *self* e no manejo do

fluxo das informações privadas não é apenas humana e individual, mas sim plural e composta pela articulação das agências dos usuários, de seus pares, grupos e organizações, somada à agência dos próprios dispositivos e dos algoritmos. Esta articulação plural é que definirá a fundação das regras de privacidade nas práticas cotidianas nos contextos digitais, gerando novas rotinas que provocam negociações entre as diferentes regras orientadoras disponíveis, exigindo uma coordenação híbrida e novas formas de sanção às violações, não apenas restritas à vontade explícita dos adolescentes de expor ou preservar informações (Georgalou, 2015; Krämer & Haferkamp, 2011).

No caso das exposições intencionais, podemos dizer que há uma antecipação, uma oferta sob risco, de conteúdos mais íntimos como tentativa de ampliar os laços e as trocas, mesmo antes de haver o retorno positivo na relação. Mesmo sabendo de eventuais riscos e conhecendo os potenciais de *replicação*, de *persistência* e de *escalabilidade* daquilo que é exposto nos contextos digitais, os adolescentes parecem mais inspirados pelos aportes imediatos que podem receber, evitando o risco da invisibilidade (Bucher, 2012), do que pelas consequências futuras, não explícitas, dos seus rastros digitais no contexto de hiper vigilância (Lee & Cook, 2015).

Ao destacarmos a multidimensionalidade da privacidade, as aparentes contradições entre as preocupações com a privacidade e o comportamento de exposição de informações privadas (Barnes, 2006; Trepte, Dienlin, & Reinecke, 2014) se apresentam em uma dinâmica complexa para além do “paradoxo da privacidade” (Dienlin & Trepte, 2015). Justamente a relação dialética entre exposição e preservação é que precisa ser evidenciada, salientando a necessidade de exposição de aspectos relevantes de si como disparadores dos relacionamentos interpessoais (Altman et al., 1981; Altman & Taylor, 1973; Baumeister, 1986; Boyd & Marwick 2011) e como parte da estratégia de gerenciamentos das impressões nos contextos digitais (Donath & Boyd, 2004; Ellison et al., 2014; Vitak, 2015). As exposições de si voluntárias, inclusive nos contextos digitais, permitem ao adolescente não apenas tornar-se conhecido e disponível aos outros, mas também são uma forma de, a partir dos aportes e reações dos outros, desenvolver o conhecimento sobre o próprio *self* já que as exposições se tornam objeto de reflexão da própria consciência (Cooley, 1992; Mead, 1972; Rotenberg, 1995), uma vez que as mídias digitais espelham tanto as exposições quanto as reações dos outros nas relações mediadas (Jones, 2015; McKenna, 2010).

Quando criam um perfil em uma rede social digital ou fazem o cadastro em um

aplicativo social que favorece trocas e encontros interpessoais, os usuários precisam selecionar as informações pessoais que querem compartilhar e o fazem voluntariamente. O mesmo quando realizam uma compra em uma loja digital, pesquisam em um site de buscas, usam um aplicativo de transporte particular ou selecionam suas preferências em aplicativos de filmes e músicas. Precisamos publicizar nossas questões e informações para que tenhamos os retornos esperados nestas diferentes práticas nos contextos digitais, disparando as respostas desejadas tanto de outros usuários quanto das plataformas. Dos usuários mais interessados em registrar e compartilhar o máximo de detalhes sobre suas vidas, como os adeptos do *quantified self*⁸⁰ (Bruno & Nascimento, 2013; Ruckenstein & Pantzar, 2015), ao usuário esporádico que conversa apenas com amigos e familiares nas plataformas digitais, um volume considerável de informações pessoais é compartilhado para que se iniciem e se mantenham estas interações mediadas.

Porém, para além das exposições voluntárias que os adolescentes praticam nos contextos digitais, precisamos observar que há um leque enorme de informações pessoais coletadas pelos próprios sites e aplicativos, enquanto exposições involuntárias. Nestas exposições involuntárias, podemos questionar sobre o grau de controle que os indivíduos efetivamente detêm sobre suas informações privadas e quais regras utilizam para avaliar os custos destas exposições na relação com as empresas proprietárias das plataformas digitais que eles utilizam “gratuitamente”. Se as expressões de si emitidas pelo corpo, pelas roupas, expressões faciais involuntárias e adereços ganham alguma governabilidade por parte de quem está transmitindo informações em uma interação mediada pelas plataformas digitais em comparação ao que ocorre nas interações face a face como descritas por Goffman (2010, 2014), não podemos deixar de destacar a importância deste novo conjunto de expressões que são emitidas pelos usuários quando se relacionam através das plataformas digitais como Facebook, Instagram, Snapchat e WhatsApp.

Os rastros digitais ampliam o leque de agentes que passam a ter alguma incidência na regulação dos limites de acesso ao *self* e de manejo das informações privadas. O volume de

⁸⁰ Pessoas que aderem ao uso e desenvolvimento de dispositivos sensorizados, softwares, plataformas colaborativas online, aplicativos para celular e outras ferramentas para registrar e monitorar suas ações cotidianas e descobrir tendências e correlações sobre seu comportamento e sua saúde a partir do armazenamento, a longo prazo, de diversos conjuntos de indicadores que permitem monitorar uma infinidade de condições: doenças crônicas, atividade sexual, qualidade do sono, humor, produtividade, uso do tempo, performance cognitiva, atividade física e etc. Um panorama geral sobre o termo e o movimento pode ser encontrada no artigo de Ruckenstein & Pantzar (2015), bem como uma boa visão sobre a incidência no Brasil pode ser vista no artigo de Nascimento & Bruno (2013).

dados e metadados⁸¹ que as empresas proprietárias dos serviços coletam sobre as interações dos usuários através da plataforma, muitas vezes agregando detalhes da vida do usuário que ele próprio desconhece ou não possui condições de perceber, nem memória para registrar, não pode escapar de nossa reflexão sobre o gerenciamento da privacidade. Neste caso, estamos lidando com um conjunto de exposições involuntárias ou não esclarecidas, já que, apesar de esta coleta estar prevista nos Termos de Uso dos sites e aplicativos, dificilmente é considerada como um custo ou risco suficientemente altos para minimizarem as exposições de si quando são comparados aos retornos positivos imediatos (Lee & Cook, 2015) que as exposições podem produzir nos relacionamentos interpessoais (Ellison et al, 2014; Pasquale, 2015; Quan-Haase & Young, 2010; Schoenebeck et al., 2016).

Ao aceitar as regras de uso do Facebook, por exemplo, o usuário concorda em compartilhar com a empresa cerca de 70 tipos de dados e metadados sobre seus usos como: a descrição detalhada sobre as conversas realizadas na ferramenta de bate-papo privado; todas as informações sobre o tipo de navegador, local de conexão, modelo do aparelho; a lista de todos os cliques em anúncios; a lista detalhada de todas as ações de *curtir* e *compartilhar*; textos dos comentários realizados no próprio perfil e nos demais, incluindo até parte dos conteúdos que o usuário começou a escrever e desistiu antes de publicar.⁸² O conjunto de informações expostas involuntariamente ou indiretamente geram um tipo singular de relacionamento entre os usuários e a empresa proprietária dos serviços na qual não parece haver reciprocidade no fornecimento de informações mais íntimas, já que o fornecimento de boa parte destes dados e metadados é compulsório da parte do usuário.

Por hora, podemos especular que os adolescentes avaliam que os eventuais custos destas exposições involuntárias de informações sobre sua vida são menores do que as recompensas que podem obter com o uso destas redes e aplicativos. Outra possibilidade é o desconhecimento sobre o registro destas informações. De toda forma, o volume de

⁸¹ Metadados podem ser basicamente definidos como "dados que descrevem os dados", ou seja, são informações úteis para identificar, localizar, compreender e gerenciar os dados (IBGE). Consultado em: <http://www.metadados.ibge.gov.br/consulta/glossario.aspx?letra=M> No caso do Instagram, por exemplo, os metadados são normalmente dados técnicos associados ao Conteúdo do Usuário, podendo descrever como, quando e por quem o conteúdo do foi coletado e como este conteúdo está formatado.

⁸² Para conferir a lista completa de dados e metadados coletados pelo Facebook, basta acessar a página explicativa sobre as formas de usos dos dados. A empresa disponibiliza atualmente uma opção para o usuário baixar uma cópia de parte destes dados e metadados que estão registrados nos servidores da empresa, fruto de complexas batalhas judiciais relacionadas à lei de proteção aos dados pessoais principalmente na Europa. Mais detalhes sobre a lista de dados e as regras de uso do site estão no próprio Facebook: <https://www.facebook.com/help/405183566203254> Para mais informações sobre o registro de conteúdos não publicados ver Das & Kramer (2013) e Sleeper et al. (2013).

informações privadas emitidas nesta relação é muito maior do que aquelas emitidas em um encontro face a face, implicando em novas variáveis no gerenciamento das impressões e na coordenação das regras sobre o fluxo de informações privadas. A emissão de dados e metadados nos relacionamentos interpessoais que ocorrem nos contextos digitais evidencia um novo conjunto de informações que podem direcionar as futuras interações, uma vez que, no caso do Facebook e do Instagram, os algoritmos são dinâmicos e se reorganizam a partir dos comportamentos dos usuários.

O que Altman e Taylor (1973) chamavam de memória central que funciona como repositório da relação de custo versus benefício das exposições nos relacionamentos interpessoais, regulando a probabilidade de ampliação dos temas e profundidade das exposições, passa a ser feito também pelos algoritmos mediadores das relações e não apenas pelas pessoas envolvidas. Mesmo as oscilações nos ciclos de aproximação-afastamento, abertura-fechamento que ocorrem de forma não linear (Altman et al., 1981) no desenvolvimento dos relacionamentos, podem agora ser detalhadamente mapeadas pelos algoritmos que não apenas registram as informações emitidas e transmitidas em uma memória digital, mas também analisam as informações e as condutas dos usuários para prever e prescrever comportamentos dentro da plataforma. No caso do Facebook, o ambiente interacional é reajustado a partir desta memória digital que aglutina o histórico de relacionamentos e comportamentos desde o primeiro dia de uso, permitindo ainda o cruzamento com as informações dos usos em outras plataformas digitais que são da mesma empresa, como o Instagram e o WhatsApp⁸³, e com informações de outras plataformas que podem ser utilizadas a partir do cadastro com a conta do Facebook⁸⁴.

O acúmulo destas exposições e apresentações de si que são apropriadas pelos algoritmos permite aglutinar um repertório de linhas de atuação dos usuários nos diferentes relacionamentos interpessoais mediados, bem como as linhas de atuação no relacionamento dos usuários com os conteúdos e outras plataformas ao longo dos anos. Este repertório possibilita a definição, pelos algoritmos, de um conjunto de impressões sobre cada usuário de maneira bastante sofisticada e personalizada, ajustando a seleção de conteúdos e de contatos a

⁸³ No momento da escrita desta tese a empresa Facebook Inc. é oficialmente a proprietária dos aplicativos Instagram e do WhatsApp, este último comprado em uma das maiores transações econômicas de serviços digitais da história, por mais de 21 bilhões de dólares em 2014.

⁸⁴ Isto ocorre uma vez que os usuários podem acessar outras plataformas e aplicativos usando a conta do Facebook como identificação, agrupando os dados e metadados gerados a partir do uso destas outras plataformas na base de dados do Facebook, compondo o repositório de informações privadas nesta memória digital.

partir deste perfil traçado e atualizado a cada novo uso. A criação de perfis detalhados sobre cada usuário passa a ser cada vez mais sistemática e com capacidade de agregar comportamentos nas mais diversas plataformas digitais. Neste cenário, nos parece emblemática a agência dos algoritmos nos relacionamentos interpessoais mediados pelas plataformas digitais como o Facebook, já que há ampla permeabilidade nos limites de acesso às informações privadas (Petronio, 2002) na relação do usuário com a plataforma, com consequências importantes para a coordenação das regras sobre a propriedade e copropriedade das informações que os adolescentes expõem.

Se acrescentamos ainda o fato de que a dinâmica de registro e acúmulo de rastros digitais ocorre em praticamente todas as plataformas e serviços digitais, de compras à gestão da saúde, passando pelas pesquisas nos sites de busca e de notícias que geram resultados customizados a partir do histórico de busca e navegação anteriores, instaurando a dinâmica do que ficou conhecido como filtro bolha (Pariser, 2011), o ponto que nos interessa destacar é o grau de agência dos algoritmos no fluxo de informações privadas dos adolescentes e as implicações dos rastros digitais na delimitação do tipo de visibilidade e de acesso ao *self* que passa a ser possível nestes contextos digitais.

Se a privacidade está aqui relacionada à regulação de limites de abertura-fechamento, aproximação-afastamento nos relacionamentos e nas interações sociais em geral (Altman, 1975; Altman et al., 1981; Petronio, 2002), os algoritmos das plataformas digitais operam parte importante desta regulação e passam a ser importantes coproprietários das informações privadas dos usuários, atores decisivos na delimitação das regras orientadoras sobre o uso destas informações, configurando ainda uma memória dinâmica sobre os aportes negativos e positivos que foram gerados no histórico de interações mediadas.

A criação dos perfis dos usuários nas diferentes plataformas digitais, conhecida como técnica de *profiling*, é uma realidade cada vez mais nítida e que traz implicações muito sérias sobre a agência das pessoas na regulação dos limites de acesso ao *self*, não apenas pelos outros nos relacionamentos interpessoais, mas também no relacionamento dos usuários com as empresas, expandindo-se para a relação do cidadão com seus governos e das pessoas com a sociedade de maneira mais ampla. As exposições de informações privadas nos contextos digitais passam a se tornar gradativamente parte das rotinas interacionais difusas, a exemplo da participação e manutenção de vínculos sociais com amigos e familiares, das relações comerciais na Internet (mas também nos cadastros bancários e financeiros), das relações com

os governos no registro de impostos e regulação de serviços públicos. O registro digital de informações privadas e de dados pessoais passa a contemplar também os posicionamentos políticos em conversas mediadas, o histórico de exames de saúde, os caminhos percorridos no trânsito e nas estradas, as preferências de filmes e músicas. Os novos recursos técnicos permitem ainda a progressiva conexão dos objetos domésticos e vestimentas às redes digitais com mediação dos algoritmos, criando um cenário complexo para pensarmos nas estratégias de regulação dos limites da privacidade e de manejo do fluxo das informações privadas nos contextos digitais.

Com esta memória digital aglutinando as exposições e apresentações de si nas diferentes interações mediadas pelas tecnologias, poucos aspectos da vida contemporânea não geram esses rastros digitais. A seleção de amigos ou notícias, as sugestões de compras, as indicações de caminhos nos deslocamentos pelas cidades, as sugestões de alimentação, as indicações de alternativas de lazer, a orientação vocacional, a avaliação de risco de crédito ou a tendência a participação em um protesto social são aspectos do comportamento que podem ser prescritos a partir da análise do conjunto de rastros digitais quando são somadas as exposições voluntárias e involuntárias.

Os mais variados comportamentos nos contextos digitais estão sendo registrados e compilados com identificadores únicos que permitem a identificação direta das pessoas e análises refinadas com base em inteligência artificial. Neste cenário, os relacionamentos interpessoais passam a incorporar esta agência dos medidores de forma mais intensa do que em contextos face a face ou com mediação de tecnologias menos dinâmicas.

Se estamos concentrados no manejo das exposições de si como parte da regulação da privacidade dos adolescentes em seus relacionamentos interpessoais mediados, não deixamos de considerar a importância destes rastros digitais que estão sendo compilados a partir dos usos cotidianos. Este acúmulo de dados sobre as pessoas, e sobre suas interações nos diferentes contextos, permite análises refinadas sobre a trajetória dos comportamentos das pessoas em uma escala jamais imaginada, possibilitando formas de customização dos próprios contextos e dos serviços digitais a partir da leitura que os algoritmos fazem dos comportamentos anteriores registrados para, então, prescrever o cenário e os comportamentos que são considerados apropriados para cada indivíduo em cada contexto digital específico.

A leitura dos algoritmos apontando o que é mais apropriado e adequado aos usuários, a chamada customização de serviços e ambientes, gera também novas formas de discriminação,

o que muitas vezes implica em um conforto proporcional à cessão dos direitos de propriedade sobre às informações privadas, diluindo a capacidade de agência dos indivíduos no gerenciamento tanto dos limites de abertura-fechamento quanto das impressões que são geradas pelos sistemas informatizados. De variadas formas, as impressões registradas nas plataformas digitais passam a definir a situação das interações mediadas, registrando padrões nas linhas de atuação dos usuários que abrem certas possibilidades de interação social ao mesmo tempo em que podem excluir outras tantas do repertório possível. Longe de serem imparciais ou neutros, estes padrões são feitos com base em valores e convenções registradas nos códigos de programação (Pasquale, 2015).

Destacamos a importância dos dados e dos metadados como informações emitidas nas interações mediadas nos contextos digitais, enquanto informações que geram impressões nos próprios sistemas e que acabam delimitando alguns aspectos do cenário no qual ocorrem os relacionamentos interpessoais nestes contextos. Para além da capacidade que os adolescentes têm de editar, filtrar, apagar e selecionar os conteúdos que são expostos, não podemos deixar de considerar que há um conjunto de informações privadas emitidas para as quais a agência dos usuários é muito mais restrita, limitando a possibilidade de ajustar o cenário das performances e de gerenciar as impressões que os algoritmos produzem a partir do registro das exposições voluntárias e involuntárias, transmitidas e emitidas. Em seus usos cotidianos da Internet, os adolescentes podem perceber ou não seus rastros digitais como relevantes em suas interações, incorporando ou não mudanças nas estratégias de manejo de suas exposições ao reconhecer, para além dos amigos e familiares que voluntariamente elegem, estes outros destinatários e coproprietários de suas informações privadas.

Se defendemos que o manejo das exposições de si nos contextos digitais pode fortalecer a agência dos adolescentes no controle sobre suas informações e espaços pessoais na gradativa conquista da autonomia e ampliação dos relacionamentos interpessoais, para além dos limites impostos pelos pais e responsáveis, não menosprezamos a complexidade da noção de agência nas interações que ocorrem nestes novos lugares públicos digitais. Os comportamentos que se manifestam nestas condições sociais e técnicas, com mudanças sobre o que é considerado apropriado expor e preservar nas interações, geram um contexto no qual a percepção de si mesmo é afetada a partir daquilo que ficará ou não explícito para a própria pessoa a partir de seus rastros digitais, somados aos rastros sobre si feitos por outros e pelas plataformas.

Parece cada vez mais possível uma forma de reflexividade que não está mais condicionada apenas ao que o indivíduo percebe sobre si mesmo, a partir de sua própria reflexão e daquela feita pelos outros significativos para ele nas suas interações. Uma nova forma de reflexividade parece incorporar agora as expressões do *self* refletidas nos e pelos algoritmos que oferecem ao próprio sujeito um conceito possível de si, a partir do qual podem ser prescritos projetos de vida e comportamentos considerados propícios nos contextos digitais. Se os dados e metadados dos rastros digitais podem ser considerados informações privadas que indicam os hábitos e relacionamentos dos usuários nas plataformas digitais, podemos considerar que o acúmulo destes dados a longo prazo permite a formação de uma espécie de “meta-*self*”⁸⁵.

O conjunto de informações memorizadas sobre as interações e comportamentos mediados são informações sobre o *self* transmitidas e emitidas pelos usuários e pelos outros com os quais interagem. A agregação destas informações sobre o *self* em sistemas inteligentes torna possível uma dimensão de agência dos algoritmos com base neste reflexo do *self* nos dados e metadados para além da memória das pessoas e do simples registro na escrita ou imagem. Além de ser apenas um repositório de informações sobre o *self*, os algoritmos que atuam nos bancos de dados customizados podem gerar impressões sobre as pessoas, produzir novas informações, remodelar o contexto digital e redefinir seu próprio funcionamento (suas linhas de atuação) a partir deste fluxo de informações sobre o *self* no meta-*self*, o que não se confunde com o *self* dos usuários nem com seus *selves* sociais.

Com o termo meta-*self*, queremos enfatizar algumas das implicações possíveis deste acúmulo gradativo de informações, pensamentos, hábitos e dados sobre os corpos com a progressiva conexão dos objetos e pessoas às redes digitais. Esta espécie de meta-*self* traz à tona uma dimensão de agência dos algoritmos na produção reflexiva do *self* nas interações, enfatizando uma agência na delimitação dos contextos, das audiências e dos conteúdos com os quais as pessoas passam a interagir nas plataformas digitais. Desta forma, a coordenação dos limites das exposições de si como forma de gerenciamento da privacidade nos contextos

⁸⁵ Usamos aqui o prefixo *meta* com significado semelhante ao que tem em metadados e não como uma dimensão abstrata de elementos que estariam “além” do *self* ou relacionados à uma meta-psicologia. O termo pode provocar ruídos de interpretação, mas queremos enfatizar sua possível utilidade em termos de análise destes aspectos do *self* que são compilados nos rastros digitais enquanto repositório de comportamentos e de expressões (*me*), ao mesmo tempo em que a agência dos algoritmos na análise e processamento destas informações representaria um (*I*) híbrido. O meta-*self* enquanto ente digital que não é mero registro de reflexos dos *self* dos usuários, mas composição da agência dos indivíduos e das máquinas que entra em relação tanto com os *selves* quanto com as máquinas.

digitais passa a incluir também esta dimensão híbrida que não pode ser reduzida nem ao usuário, nem aos algoritmos, nem às corporações donas das plataformas.

Tornar-se um enigma para os outros, isolar-se ou preservar alguns aspectos de si nestes contextos digitais exige cada vez mais um mínimo de letramento digital e uma consciência crítica sobre a conjuntura social que não nos parece nativa nos adolescentes. A regulação da privacidade como parte condicionante da capacidade de autonomia e agência sobre as formas de tornar-se acessível aos outros e à sociedade não nos parece um exercício trivial, o que desafia os adolescentes a encontrarem suas alternativas, de forma mais ou menos criativa, de acordo com seu repertório sociocultural mais amplo. Entre o desejo de abertura para escapar da invisibilidade social e o desejo de gerenciar a exposição de aspectos de si para controlar os contextos e audiências, as tecnologias digitais oferecem restrições e oportunidades para combinações múltiplas que merecem ser observadas qualitativamente nas formas como se manifestam na realidade dos próprios adolescentes.

4 PESQUISA DE CAMPO

Para atender aos nossos objetivos de pesquisa, optamos pelo desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa exploratória (Miles & Huberman, 1994), que nos permite observar e analisar o gerenciamento da privacidade de adolescentes a partir das exposições de si feitas em redes sociais e aplicativos digitais, mais precisamente no Facebook, Instagram, WhatsApp e Snapchat. Pesquisar aspectos das interações em contextos digitais coloca-nos diante do desafio de pesquisar transformações sociais da atualidade, transformações que ocorrem de maneira cada vez mais acelerada e complexa nas sociedades globalizadas, exigindo aproximações multidisciplinares na pesquisa (Ess & Consalo, 2011; Hargittai & Sandvig, 2015; Markham & Baym, 2009).

Partimos das considerações que superam a divisão extrema entre os ambientes *on* e *offline*, tomando a Internet como uma das tecnologias digitais que tem sido incorporada à vida cotidiana das pessoas (Boyd, 2008b; Jensen, 2011; Orgad, 2009). Os contextos digitais, e mais especificamente as próprias plataformas digitais, mudam de forma acelerada suas variáveis técnicas, ao mesmo tempo em que a apropriação social destas variáveis também provoca mudanças na dinâmica dos contextos (Donath, 1999; Ribeiro, 2003). Não desprezando as singularidades das tecnologias digitais, buscamos compreender seus usos e apropriações no contínuo das interações ordinárias e não como um evento desconectado das demais contingências da vida social dos adolescentes (Bakardjieva, 2011). Realizamos assim um estudo qualitativo por considerar que esta é uma abordagem que permite a construção de novos conceitos e teorias a partir de situações sociais ainda emergentes e que se configuram ao mesmo tempo em que as pesquisas são feitas (Shah & Corley, 2006; Gunther, 2006).

4.1 Participantes

Para nossa pesquisa de campo, priorizamos a escuta direta de adolescentes para então realizar uma análise qualitativa, a partir do quadro teórico explorado nos capítulos iniciais desta tese. Elegemos os adolescentes com idades entre 13 e 16 anos de idade, usuários de Internet e que utilizassem ao menos uma das redes ou aplicativos sociais digitais (Facebook, Instagram, Snapchat e WhatsApp) indicados nesta pesquisa como mediadores significativos

dos relacionamentos interpessoais. A escolha destes aplicativos se deu com base na relevância deles como plataformas usadas nas práticas de exposição de si, bem como por estarem entre os usos mais utilizados pelos adolescentes no Brasil (CGI.br, 2015a). Restringimos a pesquisa a esta faixa etária considerando as limitações de escopo e para manter alguma homogeneidade no perfil dos participantes, reconhecendo que as diferenças entre adolescentes de 13 e 16 anos já são simbólica e socialmente muito amplas (Corsaro, 2011; Cole & Cole, 2003).

Sabendo que o Estatuto da Criança e do Adolescente define legalmente como adolescentes os brasileiros entre 12 e 18 anos⁸⁶, na seleção dos participantes consideramos que o Facebook⁸⁷, assim como o Instagram⁸⁸ e Snapchat⁸⁹, definem em seus termos de uso que 13 anos é a idade mínima para usar os serviços. Mesmo reconhecendo que estas restrições estão baseadas em uma legislação⁹⁰ do país que hospeda a matriz das empresas, os Estados Unidos, consideramos pertinente não incluir na pesquisa os adolescentes que não tinham a idade mínima permitida, especialmente para não gerar potenciais conflitos éticos ou constrangimentos no momento de garantir a autorização dos pais, mesmo tendo ciência de que parcela significativa de crianças e adolescentes entre 9 e 12 anos são usuários ativos nestas redes (CGI.br, 2015b). A única exceção feita foi com relação ao WhatsApp⁹¹, uma vez que os

⁸⁶ Lei Federal Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, Art. 2º: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm Acesso em 20/01/2016.

⁸⁷ Conforme disponível no item 4, tópico 5, dos Termos de Uso (Declaração de Direitos e Responsabilidades) do site oficial do Facebook: “Você não usará o Facebook se for menor de 13 anos.” Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/legal/terms/update> Acesso em 20/12/2015

⁸⁸ Conforme Termos Básicos dos Termos de Uso do Instagram: “Você precisa ter pelo menos 13 anos de idade para usar o Serviço.” Disponível em: <https://help.instagram.com/478745558852511> Acesso em 20/12/2015

⁸⁹ Termos de Uso do Snapchat, Item 1: “Quem pode utilizar os Serviços”: Menores de 13 anos de idade não têm permissão para criar uma conta ou utilizar os Serviços. Pode ser que ofereçamos Serviços adicionais, sujeitos a termos adicionais, que podem exigir que você seja ainda mais velho para utilizá-los. Disponível em: <https://www.snapchat.com/l/pt-br/terms> Acesso em 30/03/2016.

⁹⁰ COPPA - Children's Online Privacy Protection Act (Proteção da Privacidade de crianças online – tradução nossa). COPPA é uma regra que impõem certos requisitos para operadores de *websites* ou serviços online direcionados a crianças menores de 13 anos de idade, e aos operadores de outros sites ou serviços online que tem conhecimento sobre o fato de estarem coletando informações pessoais online de crianças menores de 13 anos de idade. Tradução nossa: “Rule imposes certain requirements on operators of websites or online services directed to children under 13 years of age, and on operators of other websites or online services that have actual knowledge that they are collecting personal information online from a child under 13 years of age”. Texto original disponível em: <http://www.ftc.gov/policy/federal-register-notices/childrens-online-privacy-protection-rule-final-rule-amendments> Acesso em 30/03/2016.

⁹¹ Conforme termos do serviço (*Terms of service*), item “*Our Commitment To Childrens' Privacy*”: “If you are under 16 years of age, then please do not use the WhatsApp Service or access the WhatsApp Site at any time or in any manner. If WhatsApp learns that Personally Identifiable Information of persons under 16 years of age has been collected on the WhatsApp Site or WhatsApp Service, then WhatsApp may deactivate the account and/or make the status submissions inaccessible. And always, think of the children!” disponível apenas em inglês em:

termos de uso indicam que a idade mínima para poder usar o aplicativo é de 16 anos, apesar de ser intensamente usado por muitas crianças e adolescentes, com ou sem a autorização dos pais.

A escolha de adolescentes como público se justifica pela intensidade com que este grupo social se relaciona nos contextos digitais no Brasil, bem como pela importância da exposição de si nesta fase da vida (Baym, 2011; Buhrmester & Prager, 1995; Derlega & Grzelak, 1979; Petronio 2002; Rotenberg, 1995), conforme apresentamos e discutimos nos capítulos 1 e 2. Como apontamos ao longo das discussões teóricas, os contextos digitais se apresentam como relevantes para o desenvolvimento de relacionamentos sociais e para o exercício da apresentação de si, sendo espaços importantes de exposições precipitadores de aportes e validação social, ao mesmo tempo em que podem precipitar situações de conflito e perturbações da privacidade.

A seleção dos participantes foi feita de acordo com a conveniência e a acessibilidade, sendo que não participaram da pesquisa adolescentes que não usam a Internet ou que não usam as plataformas digitais selecionadas para a análise das exposições de si mediadas. Mesmo reconhecendo a importância das pesquisas com os adolescentes não usuários de Internet, inclusive para compreender as implicações que o não uso destas tecnologias pode produzir no desenvolvimento dos relacionamentos interpessoais e na produção de novas formas de exclusão social⁹², nossa pesquisa concentra-se nos adolescentes que usam as tecnologias digitais em seus relacionamentos cotidianos.

Selecionamos 14 adolescentes de perfis socioeconômicos que se enquadram como membros de famílias com rendimento familiar acima de 3 salários mínimos, de ambos os sexos, contemplando as cidades de Salvador – BA (10) e Cativeiro- SP (04). Todos os participantes são habitantes das áreas urbanas destas cidades, usuários ativos de Internet e que possuem perfil próprio em ao menos uma das quatro plataformas digitais selecionadas, com frequência de uso de redes sociais digitais ou aplicativos sociais de ao menos 3 vezes por semana. Dentre os participantes, 07 eram do sexo feminino e 07 do sexo masculino. Durante o processo de seleção dos participantes, não tivemos contato com nenhum possível participante

<https://www.WhatsApp.com/legal/#TOS> Acesso em 30/03/2016

⁹² Conforme apontado em pesquisa da Unicef Brasil sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes brasileiros, as mesmas exclusões de etnias, regiões do país e classe social se reproduzem na Internet, limitando a possibilidade de desfrutar das oportunidades da Internet aqueles que já são excluídos de outros recursos sociais e culturais previstos como direitos básicos. (Unicef, 2013)

que não atendesse aos critérios de seleção. Apesar de alguns participantes serem conhecidos uns dos outros, não há membros da mesma família.

4.2 Procedimentos de Coleta de Dados

Considerando os desafios para a consolidação de métodos de pesquisa para internet (Fragoso, Recuero & Amaral, 2011), realizamos uma combinação de métodos qualitativos (Frost, 2011), combinando entrevistas individuais e observação dos perfis nas redes sociais digitais. Esta combinação nos permitiu uma análise das singularidades das exposições de si e do gerenciamento da privacidade dos adolescentes, tanto a partir das revelações efetivamente realizadas nas redes, quanto dos relatos, interpretações e reinterpretações sobre estas exposições a partir da entrevista semi-estruturada. Esta combinação não apenas fortaleceu a compreensão das práticas, mas também permitiu analisar alguns aspectos da sintonia entre os relatos e as práticas registradas.

Os usos do Snapchat e do WhatsApp, como contextos para as exposições de si dos adolescentes, foram acessados apenas a partir dos relatos e das considerações feitas por eles mesmos nas entrevistas. Já no caso do Facebook e do Instagram, enquanto redes sociais digitais que possuem uma dimensão mais pública e acessível, solicitamos autorização dos adolescentes e dos seus responsáveis para observar as exposições e relacionamentos desenvolvidos nos perfis dentro destas redes, de forma complementar às considerações que eles fizeram sobre estes usos nas entrevistas individuais. As questões que guiaram as entrevistas foram elaboradas para contemplar as exposições de si nas quatro plataformas, enquanto o roteiro de observação das práticas de exposições nos próprios contextos digitais foi elaborado considerando apenas o Facebook e o Instagram.

As entrevistas foram realizadas individualmente e em local com a presença apenas do entrevistador e do entrevistado. As observações dos conteúdos expostos nas plataformas digitais foram realizadas pelo pesquisador logo após às entrevistas, porém em outro local, sem a presença do entrevistado.

4.2.1 Entrevistas individuais

Numa primeira etapa, realizamos a coleta dos dados através de entrevistas qualitativas individuais (Flick, 2012) com os participantes selecionados. Nas entrevistas, buscamos ouvir dos próprios sujeitos seus relatos sobre como manejam os limites e as regras para suas exposições, bem como os comentários sobre situações que consideram de turbulência na regulação dos limites de sua privacidade (Petronio, 2002), estimulando que descrevessem sua percepção sobre as regras que adotam para orientar a exposição de informações pessoais nestes contextos digitais. Através de um roteiro semi-estruturado com questões abertas (Apêndice A), indagamos os adolescentes sobre as audiências das exposições, as diferenciações que fazem entre as informações privadas publicadas nas diferentes plataformas (Facebook, Instagram, Snapchat e WhatsApp) e sobre os tipos de aportes sociais que recebem de seus pares nos relacionamentos interpessoais mediados. Por fim, buscamos conhecer quais são os fundamentos das regras que eles criam para gerenciar suas exposições e quais estratégias utilizam para navegar entre as diferentes audiências, levando em consideração a dinâmica de embaralhamento dos contextos digitais.

O roteiro das entrevistas foi elaborado com base na matriz de referência (Quadro 2), inspirada nas perspectivas teóricas debatidas nos capítulos 1 e 2 desta tese, agregando aspectos conceituais das pesquisas sobre exposição de si na adolescência (Buhrmester & Prager, 1995; Derlega et al, 1993; Jourard, 1966; Rotenberg, 1995) e sobre as regras de privacidade no contexto do Gerenciamento Comunicacional da Privacidade (Child et al, 2011; Child & Petronio, 2011; Lee et al, 2008; Petronio, 2002, 2008).

Tópicos	Sub-tópicos	Nº da pergunta
Usos	Plataformas	1
	Frequência	2
	Dispositivo	3
Exposições	Informações sobre si Informações sobre outros Marcadores de limites de conteúdos Escolha das plataformas	4
Audiências	Percepção sobre públicos Escolha dos alvos da exposição Marcadores dos limites entre públicos Escolha das plataformas	5; 9; 12;
Aportes	Avaliação dos aportes Reciprocidade	10
Motivações	Manter contato Receber aportes Buscar informação	6; 10
Regras	Regras orientadoras Negociações Mudanças nas regras Sanções Disparadores da turbulência	6; 7; 8; 9; 11

Quadro 2. Elementos de referência para organização das entrevistas sobre práticas de exposição de si nos contextos digitais e estratégias de gerenciamento das informações privadas

Com relação aos aportes recebidos, as questões disparadoras solicitavam exemplos de situações para que fosse possível identificar como avaliam as audiências que dão retorno às suas exposições. Nas entrevistas, exploramos ainda situações que pudessem evidenciar turbulências e quais os marcadores de privacidade os adolescentes apontam como discriminadores das audiências e dos contextos de suas exposições. Como veremos na análise dos dados, esta matriz que inspirou a coleta de dados inspirou também a pré-definição de categorias analíticas, mas durante a análise incorporamos as informações e novos elementos relevantes trazidos pelos adolescentes que não estavam previamente discriminados e apresentam direta relação com o eixo central de nossa pesquisa.

4.2.2 Observação das exposições nos contextos digitais

Além das entrevistas qualitativas individuais, observamos as práticas de exposição de si no próprio contexto digital, registrando os conteúdos expostos nos perfis do Facebook e do Instagram dos adolescentes que foram entrevistados e que possuíam perfil ativo nestas redes. Nesta etapa de coleta de dados, criamos um perfil específico e exclusivo com breve identificação da pesquisa e do pesquisador, em conformidade ao previsto nos Termos de Assentimento e Consentimento. Ao final das entrevistas, foi solicitada a autorização para que este perfil do pesquisador entrasse na lista de conexões dos perfis dos adolescentes entrevistados.

Uma vez aceita a solicitação, fizemos o registro de cópia digital das publicações na “linha do tempo” dos perfis. No caso do Facebook, registramos também uma cópia da página “Sobre” que descreve algumas informações sobre os usuários dentro da plataforma, com elementos inseridos diretamente pelos adolescentes e com informações coletadas pela própria plataforma sobre os usos realizados. Para delimitar o escopo dos dados, coletamos o histórico de até 10 publicações anteriores à data do aceite da solicitação de amizade do perfil do pesquisador dentro da rede. A cópia digital foi feita em dois formatos diferentes para contemplar a integridade tanto dos elementos textuais quanto visuais.

Com este procedimento, buscamos observar a dinâmica atual de compartilhamento de informações pessoais destes adolescentes no Facebook e Instagram, acessando diretamente alguns exemplos de conteúdos revelados, de aportes recebidos e reações dos destinatários das exposições nos relacionamentos sociais mediados por estas redes. Observando as interações no próprio Facebook e Instagram, potencializamos uma análise em conjunto com os elementos discursivos das entrevistas para identificar a dinâmica das exposições de si (Altman & Taylor, 1973; Derlega & Chakin, 1977; Jourard, 1971a), considerando as singularidades das plataformas digitais (Boyd, 2011; Lee et al, 2008; Waters & Ackerman, 2011).

As características singulares do Facebook e Instagram como *networked publics* (Boyd, 2011) puderam ser melhor apreendidas com base na direta observação de alguns comportamentos expressos e registrados nas plataformas, mesmo reconhecendo que conteúdos podem ter sido excluídos e editados antes do momento do registro. Como a coleta dos dados nestes contextos digitais foi feita apenas a partir do que foi publicado no perfil, as

trocas de mensagens através das ferramentas de mensagem e de bate-papo (*Chat*) privados não foram coletadas para análise direta.

Ao restringir a observação aos conteúdos das atualizações dos perfis, tivemos acesso apenas às informações que os participantes deliberadamente expuseram (exposições voluntárias) ou que foram expostas por pessoas com as quais se relacionam nestas redes e que não foram excluídas. Neste sentido, tivemos acesso às exposições e apresentações de si que ocorreram nas interações públicas ou semi-públicas nos perfis, com prévio consentimento e autorização expressa, evitando desconforto sobre potencial invasão ou questionamentos éticos sobre os limites deste tipo de acesso às publicações digitais (Consalvo & Ess, 2011; Ess, 2010; Hargittai & Sandvig, 2015; Wilkinson & Thelwall, 2011).

Para guiar a coleta dos conteúdos das observações das exposições nos perfis, elaboramos uma segunda matriz de referência (Quadro 3), também amparada nas perspectivas teóricas debatidas nesta pesquisa, agregando aspectos conceituais das pesquisas sobre a Penetração Social nas análises sobre os contextos digitais (Altman & Taylor, 1973; Lee et al, 2008; Waters & Ackerman, 2011; Greene, & Catona, 2014; Greene, & Magsamen-Conrad, 2010; Nguyen et al, 2012), bem como das discussões sobre os tipos de exposição de si (Buhrmester & Prager, 1995; Derlega et al, 1993; Jourard, 1966) e sobre o Gerenciamento Comunicacional da Privacidade (Child et al, 2011; Child & Petronio, 2011; Lee et al, 2008; ; Lin, 2013; Petronio, 2002; Waters & Ackerman, 2011).

Tópicos	Sub-tópicos
Exposições	Avaliativa Descritiva Informação privada sobre si Informação privada sobre outros
Alvos / Audiências	Amigos do mesmo sexo Amigos do sexo oposto Familiares Pais Indefinido
Questões / Preocupações	Atitudes e opiniões Gostos e interesses Estudos Dinheiro Personalidade Corpo
Tipo de Aportes	Positivos Negativos Ambíguos
Formato dos Aportes	Opção Curtir Opção Compartilhar Marcação em comentário Marcação em foto Texto Pictogramas e ícones

Quadro 3. Matriz de referência para observação e coleta das publicações nas redes sociais digitais Instagram e Facebook

Partindo destas referências, as publicações feitas através dos perfis dos adolescentes foram coletadas e associadas aos elementos das entrevistas individuais respectivas. Após a coleta dos conteúdos digitais, não realizamos mais interações com os entrevistados através destas redes, não gerando novos dados que pudessem contribuir com o entendimento sobre os materiais coletados.

4.3 Questões éticas

A consolidação dos instrumentos para a coleta de dados foi realizada de acordo com as diretrizes da Associação de Pesquisadores de Internet (Markham & Buchanan, 2012). Os responsáveis dos adolescentes foram consultados para prévia autorização através de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B). Os próprios adolescentes também assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C) junto com os pais para garantir que tinham compreensão sobre os procedimentos adotados nesta pesquisa. Mesmo com o consentimento livre e esclarecido dos pais e dos adolescentes, os dados nas análises foram anonimizados tanto nas transcrições quanto nas telas ilustrativas para evitar identificação dos entrevistados e possíveis constrangimentos futuros, conforme previsto nos termos aprovados pelo conselho de ética.

Seguindo as obrigações previstas na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, os procedimentos da pesquisa e os Termos foram submetidos ao comitê de ética em pesquisa com seres humanos através da Plataforma Brasil, sendo aprovado e autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, sob o CAAE 47747015.4.0000.5531.

Outra preocupação ética que tivemos, durante a coleta de dados, foi com relação ao encontro de conteúdos violentos, conteúdos ilegais ou relatos de situações de risco iminente, a exemplo de mensagens suicidas, encontros para práticas ilegais ou brigas, intimidação ou chantagem, fossem os participantes da pesquisa vítimas ou perpetradores. Conforme diretrizes apontadas pela Associação Internacional de Pesquisas na Internet⁹³ (Ess & Jones, 2002; Ess, 2010), previmos estas situações potenciais e criamos estratégias para lidar com elas ao longo do desenvolvimento da pesquisa de campo. Seguindo as recomendações de Stern (2003), criamos um roteiro prévio (Apêndice D) para orientar um protocolo de reações do pesquisador caso tivéssemos algumas destas situações violentas durante as entrevistas ou observações. Vale frisar que durante a pesquisa não tivemos nenhuma situação deste tipo que exigisse seguir os procedimentos previstos.

⁹³ Disponível em <http://aoir.org/ethics/> Acesso em 21/03/2016.

4.4 Procedimentos de análise dos dados

Os dados qualitativos coletados através das entrevistas individuais e da observação das publicações nas plataformas digitais dos 14 participantes foram agregados para que a análise contemplasse ambos tipos de documentos. As entrevistas foram transcritas literalmente com ajuda do programa *Transcribe*⁹⁴. Durante o procedimento de análise, exploramos os dados a partir das matrizes (Quadros 2 e 3), abertos aos novos aspectos que emergiram nas sucessivas leituras dos dados. Inicialmente fizemos a análise de cada transcrição separadamente, em seguida analisamos individualmente os dados coletados na observação, para então agregar os dois tipos de dados relativos a cada um dos participantes, análise que foi sucedida por uma re-análise de todos os casos como um conjunto.

As análises, bem como a codificação e categorização dos dados coletados foram realizadas com a ajuda do programa *Atlas Ti*⁹⁵, que permite a elaboração de cruzamentos e buscas tanto dentro de cada documento quanto entre os documentos agregados como dados de interesse desta pesquisa. Os áudios originais, as transcrições das entrevistas e os conteúdos das observações de cada participante foram agrupados em blocos de documentos primários em uma unidade hermenêutica no *Atlas Ti*. Adquirimos o programa com recursos próprios para garantir a licença de uso conforme as regras estabelecidas pela empresa proprietária do programa. A Tabela 1 indica o volume dos dados coletados nas duas etapas e que serviram de base para as análises desta pesquisa.

⁹⁴ Disponível para uso com ou sem conexão à Internet, foi acessado a partir do endereço: <https://transcribe.wreally.com/>. Usamos inicialmente a versão gratuita e em seguida pagamos a taxa de US\$20,00 para desfrutar dos serviços do programa por maior prazo e por apreciarmos a proposta simples, útil e não comercial dos desenvolvedores.

⁹⁵ Disponível em: <http://atlasti.com/students/>, acesso em 10/07/2016.

Tabela 1

Resumo dos dados coletados nas entrevistas individuais e observações das publicações

Participante	Sexo	Idade	Entrevista	Observação (Publicações)	
			Duração (min.)	Facebook	Instagram
Una	FEM	13	31:40	10	10
Keven	MAS	13	27:58	10	10
Samanta	FEM	13	38:20	10	10
Nina	FEM	13	49:38	10	10
Denize	FEM	13	43:44	-	-
Enzo	MAS	13	42:08	10	3
Tatiana	FEM	14	26:47	10	4
Dora	FEM	15	38:11	10	10
Sergio	MAS	15	43:14	10	1
Otávio	MAS	15	58:39	10	10
Davi	MAS	15	49:20	10	10
Ciro	MAS	16	47:27	10	10
Tereza	FEM	16	32:07	10	10
Luciano	MAS	16	34:13	10	-

5 ANÁLISE DOS DADOS

Os adolescentes entrevistados sinalizaram o celular como principal dispositivo de acesso à Internet. Dentre as plataformas mais utilizadas para relacionamentos interpessoais, os participantes indicaram efetivamente o Facebook, WhatsApp, Instagram e Snapchat como principais redes e aplicativos, sendo que todos usavam WhatsApp. Apenas uma adolescente não possuía, no momento da entrevista, contas individuais nem no Facebook nem no Instagram, um adolescente nunca teve conta no Instagram e cinco não utilizavam o Snapchat no período da realização da pesquisa. Do total de 14 adolescentes entrevistados, observamos as publicações no Facebook de 13 participantes e as publicações de 12 participantes no Instagram.

Tabela 2

Perfil dos participantes e plataformas utilizadas para relacionamentos interpessoais pela Internet

Participantes	Sexo	Idade	Dispositivo	Facebook	Instagram	WhatsApp	SnapChat
Una	FEM	13	Celular	Sim	Sim	Sim	Sim
Keven	MAS	13	Celular	Sim	Sim	Sim	Não
Samanta	FEM	13	Celular	Sim	Sim	Sim	Sim
Nina	FEM	13	Celular	Sim	Sim	Sim	Sim
Denize	FEM	13	Celular	Não	Não	Sim	Sim
Enzo	MAS	13	Celular	Sim	Sim	Sim	Sim
Tatiana	FEM	14	Celular	Sim	Sim	Sim	Não
Dora	FEM	15	Celular	Sim	Sim	Sim	Não
Sergio	MAS	15	Celular	Sim	Sim	Sim	Não
Otávio	MAS	15	Celular	Sim	Sim	Sim	Sim
Davi	MAS	15	Celular	Sim	Sim	Sim	Sim
Ciro	MAS	16	Celular	Sim	Sim	Sim	Sim
Tereza	FEM	16	Celular	Sim	Sim	Sim	Sim
Luciano	MAS	16	Celular	Sim	Não	Sim	Não

As transcrições das falas dos entrevistados serão citadas em itálico, seguidas da idade e nomes fictícios dados pelo pesquisador, mantendo o sexo correspondente. Os nomes fictícios foram usados para preservar a identidade dos participantes, conforme acordado nos Termos de Consentimento e Assentimento. Optamos por não incluir a menção direta ao ano

nas citações de falas dos entrevistados para tornar a leitura mais leve, considerando que todas as entrevistas foram realizadas no ano de 2015, entre os meses de Julho e Dezembro. Os nomes fictícios atribuídos, a distribuição das idades, as plataformas utilizadas e o principal dispositivo podem ser visualizados na Tabela 2.

Interessante observar que a participante que não usa mais o Facebook indicou que possuía uma conta coletiva no Instagram com dinâmica específica de desafios e jogos. Como este perfil coletivo não equivale aos perfis pessoais utilizados pelos demais como mediador dos relacionamentos interpessoais, não usamos estas publicações como dados da observação das exposições de si no perfil do Instagram, apesar de termos considerado integralmente as falas desta adolescente sobre suas estratégias de manejo das exposições nestes perfis coletivos e em outros perfis que já possuiu no passado.

Neste capítulo, nossas análises são feitas integrando os dados obtidos nas entrevistas com as observações dos perfis nas redes sociais digitais a partir das temáticas de interesse. Na primeira parte (subcapítulo 5.1), enfatizamos os usos das quatro plataformas digitais no cotidiano, apontando algumas particularidades de cada uma de acordo com as falas e publicações dos adolescentes com relação às exposições e aos tipos de relacionamento interpessoal desenvolvidos. Na segunda parte do capítulo (subcapítulo 5.2), avançamos na análise com foco nas regras utilizadas pelos adolescentes para manejar suas exposições nos relacionamentos interpessoais nos contextos digitais, enfatizando quais estratégias utilizam para lidar com as singularidades dos *networked publics* e quais acordos ou convenções amparam suas escolhas sobre a delimitação dos conteúdos e das audiências. Finalizamos o capítulo (subcapítulo 5.3) com a análise sobre a percepção dos adolescentes em relação aos rastros digitais de suas exposições involuntárias e discussão sobre as estratégias que adotam para gerenciar as informações privadas emitidas a partir das interações mediadas pelas plataformas digitais.

5.1 Dinâmica dos usos, frequência e alvos das exposições

Nossa análise sobre as exposições praticadas pelos adolescentes nos contextos digitais inicia com uma apresentação geral dos relatos nos quais eles descrevem as experiências cotidianas em cada uma das plataformas digitais enfatizadas nesta pesquisa. Com base nas respostas às questões iniciais previstas no roteiro da entrevista e nas observações dos perfis no Facebook e Instagram, resumimos alguns aspectos comuns nos usos das plataformas como palco para as exposições e manutenção de relacionamentos interpessoais, bem como indicamos algumas das motivações para uso. Da mesma forma, enfatizamos alguns dos argumentos que os adolescentes apontaram na tentativa de diferenciar cada plataforma como um contexto singular, sinalizando que os usos são amparados por um conjunto de convenções estabelecidas entre os pares.

5.1.1 Facebook

Nas entrevistas, os adolescentes indicaram que o uso do Facebook ocorre de forma cada vez menos intensa quando comparada ao que faziam há alguns anos. Apesar de sinalizarem um uso menos intenso, continuam tendo perfil nesta rede e a usam seja para consultar informações sobre outros ou para expor informações sobre si mesmos. Dos 14 entrevistados, 10 afirmam usar o Facebook todos os dias e outros 04 indicam usar poucas vezes por semana, entre 1 e 2 vezes. Com relação à frequência de uso do Facebook podemos observar um gradativo desengajamento:

Ah, de vez em quando eu entro tipo pra ver o que tão postando, só. (Tatiana, 14)

(...) o Facebook eu tenho, mas eu tô parando. (Ciro, 16)

(...) bem antigamente usava muito mais. (Luciano, 16)

Logo quando foi criado, que era tipo febre, eu usava muito, eu postava tudo que eu fazia, tudo. (Tereza, 16)

Tem uma ou duas pessoas que ainda usam muito o Facebook, mas o resto todo usa o WhatsApp e o Instagram. (Samanta, 13)

Quando indagados sobre os motivos para a mudança na dinâmica dos usos do Facebook, os adolescentes apontam elementos que se referem tanto às qualidades de novas plataformas, quanto à dinâmica de seu uso, e de seus pares, ao longo do tempo:

Por exemplo, no Facebook tem gente que agora usa muito pouco, tipo eu, eu não publico mais tanta coisa como publicava antes. (Samanta, 13)

Eu usava muito mais, aí todo mundo começou a sair pro Instagram, o Instagram teve o Direct também, e aí meio que a maioria do pessoal parou de usar o Facebook, tem alguns ainda que usam mais. (...) antes a gente usava o Facebook como a gente usa o Instagram hoje. (Enzo, 13)

Tem um amigo, vários amigos, que não tem Facebook ou acha que tá ultrapassado, ou acha que é perda de tempo, ou usô e não gostô, ou usô e foi comprometido ou usô e deu alguma confusão. (Dora, 15)

É porque, assim, tem DJ que eu gosto, assim, e tem o Facebook lá de piada sobre isso, então às vezes uma vez na vida, eu vou lá, vejo, rio e depois saio. (Denize, 13)

Os argumentos utilizados para explicar esta mudança nos usos do Facebook indicam a importância dos pares mais próximos não apenas na escolha das plataformas, mas também o uso com foco nos relacionamentos interpessoais com pessoas que já conhecem de outros contextos. Os que apontam continuar usando o Facebook com maior intensidade indicam os conteúdos de celebridades ou jogos como motivos para permanecer na plataforma, em uma dinâmica de consumo de conteúdos de instituições e não tanto de exposições de si ou exposição de informações de seus pares como faziam no passado.

A partir dos dados das observações nos próprios perfis dos entrevistados, podemos perceber que os intervalos entre as publicações, feitas por si ou por outros na *linha do tempo* do Facebook, variam bastante e confirmam o desengajamento. Podemos considerar que apesar de terem sinalizado o uso diário ou semanal do Facebook, as publicações não ocorrem todas as vezes em que entram na plataforma, dinâmica explicitamente comentada nas entrevistas. A frequência de publicação é relativamente pequena quando comparada aos acessos aos conteúdos dos outros, inclusive celebridades. As exposições de si ocorrem de maneira não sistemática e em intervalos não lineares nestes contextos mais públicos como o Facebook.

Considerando que na *Linha do tempo* do Facebook é possível ter publicações feitas por outros usuários que tenham marcado ou mencionado os adolescentes participantes, observamos que apenas uma participante tinha publicações semanais feitas por ela mesma no seu perfil. Dentre os outros 12 participantes com perfil nesta rede, as publicações, incluindo as publicações feitas por outros em sua página, tinham em média mais de uma semana de

intervalo entre elas no perfil de 07 adolescentes e uma média de mais de duas semanas de intervalo no perfil dos demais.

Como indicamos na Tabela 3, com relação à frequência das exposições de aspectos de si no Facebook, dentre as 10 publicações observadas nos perfis, em apenas 5 casos mais da metade destas publicações foram feitas pelos próprios adolescentes em suas páginas, no que podemos chamar de publicações voluntárias diretas. Em 05 casos havia apenas duas ou menos publicações realizadas pelos próprios adolescentes em seus perfis, o que enfatiza uma dinâmica de uso com poucas publicações diretas em frequência não proporcional à frequência de acesso para consumo de informações de outros e de instituições.

Tabela 3

Publicações e interações nos perfis do Facebook observados

Participantes	Sexo	Idade	Perfil		Publicações		
			Privacidade	Amigos	Intervalos*	Próprias (/10)	Imagens de si
Una	F	13	Privado	702	15,2	6	3
Dora	F	15	Privado	685	12,5	8	5
Tatiana	F	14	Privado	1462	11,2	1	6
Keven	M	13	Privado	1114	10,1	1	3
Ciro	M	16	Privado	1138	18,4	2	3
Sergio	M	15	Privado	148	32,7	10	2
Samanta	F	13	Privado	226	9,9	2	1
Otávio	M	15	Privado	799	13,2	10	3
Nina	F	13	Privado	302	9,3	0	0
Enzo	M	13	Privado	700	11,9	2	0
Davi	M	15	Privado	1237	26,2	4	1
Tereza	F	16	Público	1244	2,3	10	3
Luciano	M	16	Privado	300	28,1	3	1

* Média de dias de intervalo entre cada uma das publicações observadas

Uma vez que as publicações podem ser sobre os mais variados aspectos, envolvendo conteúdos sobre si, sobre outros e de páginas, nem todas publicações feitas por si mesmo podem ser consideradas exposições de aspectos de si ou exposição de informações privadas, ainda que toda publicação possa ser de alguma maneira encarada como parte das estratégias de apresentação de si nos contextos digitais.

Dentre as publicações observadas, é notável que, além de poucas serem feitas pelos próprios usuários, uma quantidade ainda menor possui efetivamente informações sobre eles. As publicações observadas no Facebook envolviam com maior frequência conteúdos de páginas de instituições ou celebridades de interesse dos adolescentes, informações sobre

esportes ou humor. Nas publicações nas quais há exposição de si a partir das fotos, os chamados *selfies* se destacaram tanto nas fotos nas quais os adolescentes aparecem sozinhos quanto nas que aparecem com amigos.

As publicações feitas por outros na página dos adolescentes indicam um uso relevante desta possibilidade oferecida pela plataforma e que amplia a chance de compartilhar informações privadas sobre outros ou informações para outros. Esta dinâmica de publicação de amigos na *linha do tempo* dos usuários indica não apenas a questão da copropriedade das informações, mas também uma copropriedade do próprio *perfil* para que outros possam incluir conteúdos nas páginas, o que geralmente ocorre com o uso da ferramenta de marcação.

Além de poder ser marcado na publicação de outros, o usuário passa a ter esta publicação na qual foi marcado como um conteúdo compartilhado em sua *linha do tempo* que fica disponível para todos os amigos no caso dos perfis privados, e para todo e qualquer usuário de Internet no caso dos perfis públicos. Dentre os participantes, apenas uma possuía o perfil do Facebook na configuração pública, disponível para qualquer usuário, e esta é justamente a participante com todas as últimas 10 publicações observadas feitas por ela mesma e nenhuma feita por outras pessoas em sua página.

As publicações feitas por outros nas páginas dos adolescentes nem sempre são relacionadas a informações sobre si, tendo com frequência conteúdos com temas de interesse geral que algum amigo ou familiar compartilha diretamente com a ferramenta de marcação. Das publicações observadas nos perfis do Facebook, menos de um terço continha imagens dos participantes, mas interessante notar que mesmo aqueles que praticamente não publicam conteúdos em sua própria linha do tempo possuem imagens de si registradas na plataforma a partir da publicação feita por outros.

Os outros podem não apenas publicar conteúdos e marcar os adolescentes, como podem comentar e registrar informações sobre a situação na qual a foto foi tirada. Observamos que estas publicações de imagens dos participantes ocorrem tanto pelos familiares quanto pelos amigos, e os aportes para este tipo de exposição de si, mesmo que indireta, gera o maior número de interações através das curtidas e comentários.

Ainda com relação às publicações no Facebook, quando observamos apenas aquelas feitas diretamente pelos adolescentes em suas páginas, percebemos que as reações e interações desencadeadas envolvem uma parcela bastante restrita do universo de contatos na lista de amigos.

O que nos interessa destacar é que mesmo com um volume significativo de contatos para potenciais relacionamentos interpessoais mediados pela plataforma, a média de aportes recebidos nas publicações próprias através de *curtidas* e *comentários* é bastante reduzida, especialmente quando lembramos do potencial de *replicabilidade* das publicações dentro da rede entre os amigos dos amigos que poderiam também registrar suas reações às publicações.

Na Tabela 4, podemos perceber o volume de aportes recebidos nas publicações e as proporções em relação ao total de amigos conectados pela plataforma.

Tabela 4

Tipos de aportes recebidos nas publicações observadas nos perfis do Facebook em relação à lista de amigos

Participante	Aportes *			Interações		
	Curtidas (M)	Comentários (M)	Pessoas	Curtida / Amigos	Comentário/ Amigos	Pessoas/ Amigos
Una	17,16	2	7	0,02	0,00	0,01
Dora	36,12	5,25	16	0,05	0,01	0,02
Tatiana	13	2	1	0,01	0,00	0,00
Keven	3	6	4	0,00	0,01	0,00
Ciro	48	8	8	0,04	0,01	0,01
Sergio	1,7	0,4	2	0,01	0,00	0,01
Samanta	2,5	0	0	0,01	-	-
Otávio	23,7	4,7	16	0,03	0,01	0,02
Nina	0	0	0	-	-	-
Enzo	1,5	0	0	0,00	-	-
Davi	14,25	1,25	4	0,01	0,00	0,00
Tereza	71,8	9,5	27	0,06	0,01	0,02
Luciano	16,6	3	5	0,06	0,01	0,02

* Valores médios em relações às publicações próprias no Facebook

No perfil com maior volume de curtidas registradas nas publicações próprias no Facebook, a proporção entre o número de curtidas e o número de amigos da lista de contatos não supera 06%. A discrepância entre o total de amigos na lista de contatos e o volume de aportes sociais diretos registrados na área pública dos perfis (*Linha do tempo*) é ainda mais notável quando observamos o volume de *Comentários* nas publicações próprias, uma vez que a média de comentários observados foi de cerca de 3 por publicação e o máximo de comentários em uma publicação foi de 39. O *comentário* como modalidade de aporte social nas exposições realizadas no Facebook não compreendem muitas pessoas e as interações via *comentários* e *curtidas* parecem ocorrer entre um público mais restrito de amigos.

Considerando que uma mesma pessoa pode registrar mais de um comentário na publicação, podemos enfatizar esta restrição nos relacionamentos interpessoais mediados pelo

Facebook ao observar que o máximo de pessoas diferentes com os quais os participantes interagiram não superou 27 pessoas, justamente neste perfil que teve o maior número de curtidas. No perfil dos demais participantes, encontramos um número ainda menor de pessoas diferentes que registram comentários nas publicações no Facebook, sendo que em 03 casos não há nenhuma pessoa comentando as publicações.

Apesar de não haver tantas informações sobre si nas publicações diretas na *Linha do tempo*, ao observarmos as informações registradas na área *Sobre* do perfil dos adolescentes, notamos um conjunto importante de informações que contemplam parte das categorias indicadas por Jourard (1971a) sobre os conteúdos das exposições de si. Na área *Sobre*, o Facebook registra as informações publicadas pelos usuários, como as instituições de Estudos/Trabalho, a data de aniversário, os perfis dos familiares conectados na plataforma, o local de residência, a lista de amigos aceitos dentro da plataforma e os álbuns de fotos publicadas. Além destas informações expostas pelos usuários no cadastro ou ao longo do tempo, a plataforma também registra informações que são geradas a partir do usos e interações, a exemplo da lista de *curtidas* realizadas em páginas e em conteúdos variados. Essas *curtidas* são automaticamente listadas na área *Sobre* dos perfis e apontam quais foram as sinalizações de *curtidas* em Músicas, Filmes, Livros lidos, Esportes, Lugares, programas de TV, aplicativos/jogos, bem como registra a participação em grupos dentro do Facebook.

No âmbito das categorias de conteúdos da exposição de si de Jourard (1971a), a área *Sobre* dos perfis no Facebook expõe informações disponíveis sobre os gostos e interesses; estudo/trabalho; e sobre o corpo se considerarmos as fotos de si. Mesmo que estas exposições não sejam acompanhadas de comentários e descrições dos próprios usuários, não podemos deixar de considerar estes conteúdos como uma forma de exposição de aspectos de si disponível para todos os amigos conectados.

Apesar de não termos indagado aos adolescentes sobre as formas de manejo especificamente desta área *Sobre* no Facebook, podemos considerar que há aí um conjunto de informações relativas ao estilo de vida e interesses de alguns anos atrás, mais associadas à segunda infância, e que podem gerar ruídos frente ao atual estilo de apresentação de si na adolescência. A área *Sobre* parece agregar um tipo de exposição indireta que compõe o repertório de apresentação de si ao subsidiar a produção de impressões, tanto para outros usuários quanto para a própria plataforma.

Ainda assim, acreditamos que as categorias de Jourard (1971a), inspiradas em

situações de exposição em encontros face a face, não se mostraram efetivas na análise das publicações diretas de fotos e comentários na *linha do tempo*. O mesmo podemos registrar em relação à diferenciação teórica entre as exposições avaliativas e as exposições descritivas (Berg & Archer, 1982; Morton, 1978; Rotenberg, 1995) que apontamos no capítulo 2. Estas diferenças nos tipos de exposição de si não puderam ser destacadas, uma vez que nem os comentários nem as publicações continham informações suficientes para podermos delimitar estas categorias. O uso de pictogramas e *emoticons*, a prevalência de comentários textuais muito curtos, o uso de fotografias e o volume reduzido de fotos de si nas publicações observadas no Facebook tornaram estas categorias menos relevantes do que previsto inicialmente na matriz de análise das observações.

Numa primeira análise mais geral sobre os usos do Facebook pelos adolescentes participantes da pesquisa, podemos considerar que apesar de sinalizarem uma diminuição no uso desta plataforma, o Facebook continua sendo utilizado, porém com pouca intensidade de publicação direta, com grandes intervalos entre as publicações, com prevalência de conteúdos de páginas de instituições e baixa frequência de compartilhamento de informações sobre si e sobre seus pares. As publicações próprias que não são feitas com conteúdos de outras pessoas ou de páginas são principalmente fotos de si, *selfies* sozinhos ou com amigos.

Apesar de o número de amigos listados nos contatos do Facebook ainda ser razoavelmente alto, os relacionamentos interpessoais mediados pelo Facebook parecem ocorrer com um número pequeno de interlocutores, os mesmos interlocutores de relacionamentos fora da Internet, com destaque para os amigos da escola e familiares circunscritos em média a não mais do que uma dezena de pessoas. Este tipo de uso está em sintonia com algumas das pesquisas que consideramos, nos capítulos 1 e 2, sobre os relacionamentos mediados que refletem as conexões sociais fora da rede.

Como resumimos no Quadro 4, na análise inicial sobre as exposições dos adolescentes no Facebook, podemos considerar que os adolescentes participantes desta pesquisa não o usam, no momento, como palco para exposições de muitos aspectos de si, tampouco com foco em novos relacionamentos interpessoais, uma vez que tanto o volume de exposições de si quanto de alvos que oferecem aportes às exposições se mostram limitados a uma proporção muito pequena do total de contatos disponíveis e potenciais.

Aspectos	Considerações gerais
Usos	Acesso diário ou semanal Poucas publicações com grande intervalo entre elas Uso pelo celular Desengajamento progressivo
Conteúdos Exposições	Muitos conteúdos de instituições Poucas imagens de si nas publicações próprias Poucas publicações próprias e muitas feitas por outros Maior concentração de Informações sobre si na área <i>Sobre</i>
Audiências	01 perfil público e 12 privados Proporção muito pequena em relação aos amigos conectados Poucas pessoas reagem às publicações Marcação de amigos mais próximos e familiares Sem indícios de interações com pessoas desconhecidas
Aportes	Volume reduzido de Curtidas e Comentários Aumento da intensidade em Aniversários e comemorações Proporção muito pequena em relação aos amigos conectados Prevalência de aportes positivos Uso intenso de <i>emoticons</i>
Motivações	Maior interesse em informações dos outros e de instituições Manter contato com amigos que não usam outras plataformas Participação em jogos e desafios dentro da plataforma

Quadro 4. Resumo da análise inicial sobre as exposições no Facebook

5.1.2 Instagram

Os adolescentes participantes sinalizaram relativo desengajamento em relação ao Facebook e maior participação no Instagram, usado diariamente com frequências variadas, de uma vez à 30 vezes por dia. Dentre os 14 entrevistados, 01 não possuía perfil no Instagram, 01 indicou que no momento usa apenas a partir de uma conta coletiva e 01 tem perfil, mas nunca publicou nenhuma foto nem recebeu nenhum aporte por esta conta. Assim, pudemos observar diretamente as exposições e relacionamentos interpessoais no perfil do Instagram de 11 adolescentes. Nas entrevistas, ao perguntarmos sobre a frequência de uso desta plataforma percebemos um uso mais intenso do que relacionado ao Facebook e maior periodicidade, com

uso diário e mais de uma vez ao dia.

Instagram acho que é todo dia também, dê uma checada, não é tanto assim mas eu checo todo dia.
(Ciro, 16)

Uma vez por dia...uma passada rápida.(Keven, 13)

Sempre que eu tô em casa a noite, a noite toda eu fico entrando e saindo umas 5 vezes no dia, 4.
(Davi, 15)

Tem uma ou duas pessoas que ainda usam muito o Facebook, mas o resto todo usa o WhatsApp e o Instagram. (Samanta, 13)

Apesar de o Instagram ser apontado como contexto no qual os pares estão mais presentes e ativos, as publicações não parecem ocorrer com frequência tão maior do que a que ocorre no Facebook. O uso para conferir as publicações de outros, incluindo amigos, celebridades e instituições, é intenso, mas não se traduz em exposições tão mais amplas do que ocorria no tempo em que usavam o Facebook para publicar “tudo”.

Ah eu uso, mais pouco, tipo postar eu não posto muito, eu só vejo o que as pessoas postam. (Tatiana, 14)

Eu ponho uma foto e espero uma semana e aí posto outra. A última foto que eu postei tem 3 semanas.
(Una, 13)

Esta sinalização de intervalos entre as publicações pode ser percebida na observação direta dos perfis. No caso do Instagram, todas as publicações podem ser consideradas publicações próprias uma vez que não é possível fazer publicação no perfil de outros usuários, como ocorre no Facebook. Além de um uso mais frequente, percebemos que a frequência de publicações é relativamente maior nesta plataforma, ainda que os intervalos possam ser considerados amplos, com uma média de publicação a cada 23 dias, conforme resumido na Tabela 5. Apenas 03 adolescentes realizaram publicações com intervalos menores do que 10 dias no material observado, sendo o menor intervalo médio de cerca de 2 dias entre cada publicação. Estes intervalos ilustram que apesar de o acesso ocorrer com frequência diária, as exposições de si e o compartilhamento de informações não ocorrem na mesma intensidade, sendo o Instagram também uma plataforma de manutenção e explicitação de relacionamentos interpessoais e de consumo de informação sobre outros e sobre instituições.

Tabela 5

Publicações e interações nos perfis do Instagram observados

Participantes	Sexo	Idade	Privacidade	Seguidores	Publicações	
					Intervalos	Imagens de si
Una	F	13	Privado	1101	30	5
Dora	M	15	Público	189	21,9	8
Tatiana	F	14	Público	392	22,5	4
Keven	M	13	Privado	393	40,8	9
Ciro	M	16	Público	275	20,4	7
Sergio	M	15	Público	1	0	1
Samanta	F	13	Privado	246	36,8	10
Otávio	M	15	Privado	401	5,5	8
Nina	F	13	Privado	125	23	9
Enzo	M	13	Privado	318	43	3
Davi	M	15	Privado	1229	8	10
Tereza	F	16	Público	744	1,9	3
Luciano	M	16	-	-	-	-

Além de os intervalos entre as publicações serem menores no Instagram em relação ao Facebook, dentre as publicações observadas, as fotos de si sozinho ou com amigos são também mais frequentes no Instagram. Dos 11 perfis ativos observados, em 08 deles mais da metade das publicações observadas continham imagens de si e nos demais entre 03 e 04 imagens deste tipo, proporção bem mais ampla do que o observado nos perfis do Facebook.

Outra diferença notável foi a pequena quantidade de conteúdos institucionais replicados nas publicações do Instagram, uma vez que praticamente todas as imagens foram feitas pelos próprios usuários. Nas publicações que não continham imagens de si ou fotos de paisagens feitas pelos próprios adolescentes, encontramos imagens de charges ou murais com mensagens poéticas ou piadas. Apesar da restrição técnica para compartilhar conteúdos de perfis institucionais quando comparado com o fluxo de compartilhamentos no Facebook, é tecnicamente possível compartilhar qualquer imagem de qualquer fonte, uma vez que elas estejam salvas no dispositivo em uso. Podemos considerar que os tipos de conteúdos publicados são fruto não apenas das ferramentas da plataforma, mas também das motivações, dinâmicas e acordos entre os próprios adolescentes sobre os conteúdos, como veremos no próximo subcapítulo (5.2).

No que diz respeito às reações e interações realizadas no perfil a partir das publicações, podemos observar que também no Instagram o número de curtidas, comentários e de pessoas diretamente relacionadas correspondem a uma parte muito pequena dos amigos indicados na lista de contatos, os *Seguidores*. Em geral, o número de amigos no Instagram é menor do que o observado nos perfis do Facebook, salvo em apenas dois casos. Em um dos perfis, havia apenas uma foto de perfil e um único seguidor, sem qualquer interação com outros usuários. Ainda assim, as publicações no Instagram trazem mais aspectos de si e geram maior volume de aportes com reações das audiências nas curtidas e comentários sobre as fotos, conforme visualizamos na Tabela 6.

Tabela 6

Média de contatos, intervalo entre publicações próprias e interações nos perfis observados

Plataforma	Amigos	Publicações		Interações		
		Intervalo (dias)	Imagens de si	Curtidas	Comentários	Pessoas
Facebook ^a	773,6	47,4 *	2,4	19,2	3,2	6,9
Instagram ^b	451,2	23,1	6,4	75,9	12,5	12,8

^a n = 12 dos perfis observados

^b n= 11 perfis observados

* Considerando as publicações feitas por outros na *linha do tempo* o intervalo médio é de 15,5 dias

Quando observamos as curtidas e comentários nas publicações realizadas no Instagram, percebemos novamente que as interações diretas no perfil são restritas a uma parcela bem pequena do total de seguidores, ainda que cinco perfis estivessem configurados como públicos, visíveis para todos usuários da plataforma. Com relação ao registro de curtidas e comentários nas publicações, as médias são mais volumosas no Instagram. Interessante observar que, mesmo considerando a menor escala da audiência de amigos conectados pelo Instagram, o volume de comentários e curtidas é maior do que no Facebook, o que provavelmente está associado a intensidade atual de uso desta plataforma para manter e desenvolver os relacionamentos interpessoais.

Assim como ocorre nos perfis do Facebook, as pessoas que realizam interações diretas através dos comentários são uma parte muito restrita do universo de seguidores, sendo que o perfil com maior diversidade de interlocutores diferentes somou 44 pessoas. Apesar de o universo de amigos ser menor no Instagram, a média de pessoas diferentes com as quais os

adolescentes mantiveram relacionamentos na parte aberta do perfil é maior do que a observada nos perfis do Facebook.

Ao analisarmos os conteúdos dos comentários e os tipos de aportes recebidos nas publicações no contexto do Instagram, fica evidente que estas interações ocorrem também com as pessoas que já fazem parte da rede de relacionamentos interpessoais fora da Internet. Há muitos comentários que explicitamente remetem aos encontros em outros contextos ou indicam saudades dos encontros, a exemplo de comentários sobre quem tirou a foto e do registro, pelo comentário, de que gostou muito de estar junto no momento retratado pela foto da publicação.

Além de não encontrarmos publicações com conteúdos institucionais, como ocorreu no Facebook, não há aportes negativos com críticas nos comentários dos perfis observados. Chama a atenção a quantidade de comentários que os próprios adolescentes registram em suas publicações em resposta aos comentários dos pares. Estas conversações nos comentários evidenciam uma dinâmica de reciprocidade quando os comentários trazem aportes positivos de elogios e de marcadores dos vínculos de amizade. No caso dos perfis dos meninos, os aportes positivos aparecem geralmente em formato de zoeira e a reciprocidade que registra o vínculo é também com comentários em tom de zoeira. Há situações em que a conversa se estende por mais de 5 comentários intercalados com brincadeiras e respostas com marcação dos usuários que são destinatários diretos da réplica.

Podemos considerar que estas conversações públicas através dos comentários são uma das formas de registrar publicamente os vínculos e uma forma de intimidade em público que serve de marcador da importância destes relacionamentos. Algumas destas conversações que explicitam vínculos através das marcações geram comentários de ciúmes que, por sua vez, provocam a necessidade de novas intervenções para, também em conversações públicas, registrar a importância dos demais vínculos. Estes aspectos das conversações públicas nos comentários são interessantes, especialmente quando lembramos que o Instagram oferece o recurso de comunicação direta e de bate-papo, mas voluntariamente os adolescentes optam por manter estas conversações na área mais pública. Esta forma de expor os vínculos pode ser associada às estratégias de apresentação de si, o que ocorre também através da exposição de quem são os amigos mais próximos e quais são os graus de intimidade com eles, parte do complexo processo de gerenciamento das impressões neste contexto digital.

Numa primeira análise mais geral sobre os usos do Instagram pelos participantes da

pesquisa, podemos considerar que apesar de sinalizarem um uso mais intenso em relação ao Facebook, a intensidade de publicação não é diária como é o uso. Ainda que, em média, menores do que no Facebook, aqui também observamos grandes intervalos entre as publicações, apesar de no Instagram as publicações serem muito mais pessoais e com menos conteúdos de instituições. O compartilhamento de informações sobre si e sobre seus pares é mais recorrente nas próprias fotos e também nos comentários que incluem conversações e marcadores de vínculos.

As publicações trazem fotos de si, sozinhos ou com amigos de maneira bem mais direta do que observado no Facebook. Apesar de o número de amigos listados nos contatos do Instagram ser razoavelmente menor do que no Facebook, os relacionamentos interpessoais mediados neste contexto digital ocorrem em média com um leque um pouco maior de interlocutores diferentes, mas ainda assim dentro de pequeno universo de pessoas com relação ao total de seguidores e ainda restrito aos grupos de pessoas com as quais possuem relacionamentos fora da Internet.

Como apresentado no resumo do Quadro 5, podemos considerar que os adolescentes participantes desta pesquisa usam, no momento, o Instagram com foco em manter e desenvolver os relacionamentos interpessoais tidos nos demais contextos fora da rede, porém, diferentemente do que ocorre no Facebook, expõem um maior volume de informações sobre si e publicizam conversações que marcam a existência de certos vínculos e diferentes graus de intimidade com os interlocutores alvos das exposições.

Aspectos	Considerações gerais
Usos	Acesso diário e mais de uma vez ao dia Poucas publicações, com grande intervalo entre elas Uso pelo celular Engajamento estável
Conteúdos Expostos	Publicações próprias e pouco conteúdo de instituições Muitas imagens de si e com amigos Paisagens e ilustrações Respostas públicas aos comentários
Audiências	05 perfis públicos e 07 privados Volume de amigos conectados é menor do que Facebook Poucas pessoas da lista de amigos reagem às publicações Maior diversidade de interlocutores em relação ao Facebook Marcações de amigos próximos Sem interação com familiares e desconhecidas
Aportes	Volume reduzido de Curtidas e Comentários Proporção de aportes maior do que no Facebook Proporção pequena em relação aos amigos conectados Prevalência de aportes positivos Reciprocidade e reações públicas aos aportes nos comentários Uso intenso de <i>emoticons</i>
Motivações	Maior engajamento na apresentação e exposição de si Manter contato com amigos Compartilhar momentos Marcar vínculos com amigos mais próximos

Quadro 5. Resumo da análise inicial sobre as exposições no Instagram

5.1.3 WhatsApp

Em todas as entrevistas, o uso do WhatsApp foi destacado como uma das principais plataformas usadas para os relacionamentos interpessoais e comunicação. Apesar de não termos tido acesso diretamente ao aplicativo nos dispositivos dos adolescentes, todos destacaram a importância desta plataforma no cotidiano e sinalizaram o uso diário. A utilização do WhatsApp ao longo do dia é tão intensa que todos sentiram dificuldade ao

tentarem relatar, com alguma exatidão, a frequência de uso. Ao serem solicitados a indicar uma estimativa de quantas vezes por dia costumam usar o aplicativo, a tentativa de resposta começava com risos.

[risos] *não tem nem como contar.* (Otávio, 15)

Ah... o WhatsApp eu uso bastante né [risos]. É o que eu mais uso mesmo. (Kevin, 13)

O que eu mais uso do WhatsApp eu acho que eu não sei, sei lá, eu olho umas 50 vezes por dia não sei [risos]. (Nina, 13)

A utilização desta plataforma evidencia algumas singularidades da dinâmica de uso da Internet pelos celulares, enfatizando a constante disponibilidade e criando uma dinâmica na qual o uso está associado às solicitações e reações instantâneas nos relacionamentos interpessoais e não depende da consulta aos perfis com publicações, como ocorre no caso do Facebook e Instagram. Ao mesmo tempo em que os adolescentes podem usar esta plataforma para iniciar a conversação com algum dos seus pares ou grupos de pares a qualquer momento e em qualquer lugar, os pares também podem os solicitar, o que gera uma dinâmica fundada na própria reciprocidade e na potencial disponibilidade permanente para os relacionamentos interpessoais. Alguns adolescentes compararam a utilização do WhatsApp com o uso que faziam antes da ferramenta de comunicação direta do Facebook, mas consideram o WhatsApp mais prático e associam um menor uso do Facebook devido ao atual uso do WhatsApp.

Ah, eu não sei falar porque, tipo, quando eu to falando com alguém, eu entro tipo quando respondem, né, daí eu entro pra responder. (Tatiana, 14)

De noite também sem contar, no dia assim ou quando eu preciso falar com alguém, ou quando tô sem nada pra fazer... (Davi, 15)

É porque, pra falar com as pessoas eu usava o Facebook, mas depois teve o WhatsApp eu não falei mais pelo Facebook, Whats é mais prático. (Tatiana, 14)

Quando indagados sobre a quantidade de pessoas com as quais estabelecem algum contato pelo WhatsApp os adolescentes também tiveram dificuldade para sinalizar, no entanto informaram que seria praticamente o mesmo número de contatos telefônicos que possuíam na lista de contatos do celular, o que seria em torno de 100 a 200 pessoas. Reconhecendo que não conversam com todos estes potenciais contatos, indicaram que o WhatsApp contempla os amigos próximos, a turma de colegas da escola, familiares e amigos de amigos com os quais compartilham algum grupo. Neste caso, fica ainda mais evidente a apropriação deste contexto digital como plataforma para manter o contato e a comunicação com pessoas que já fazem

parte de outros contextos de relacionamento interpessoal fora da Internet.

Apenas um dos 14 adolescentes entrevistados informou que usa pouco, mesmo que diariamente. Este mesmo adolescente usa pouco também as demais redes, não tem Snapchat e, apesar de ter perfil no Instagram, não usa e tem apenas uma foto que é a do perfil e nenhuma interação no momento da observação realizada durante a pesquisa. Neste caso, o uso do WhatsApp está relacionado a demandas da escola para poder acompanhar as discussões sobre trabalhos, grupos de estudo, informações gerais sobre a rotina escolar e não tanto para conversas com amigos ou outras formas de relacionamento interpessoais não vinculadas às obrigações escolares.

WhatsApp é mais raramente acho que uma vez por dia, as vezes para mandar umas coisas no grupo do colégio, só isso. (Sérgio, 15)

Nesta primeira análise geral sobre o uso do WhatsApp, resumida no Quadro 6, podemos destacar a intensidade de uso no cotidiano e sua importância como contexto de mediação dos relacionamentos interpessoais também vinculado aos amigos e familiares com os quais os adolescentes já interagem fora da Internet, em número que não passa de 30 pessoas diferentes diretamente envolvidas nas trocas interpessoais.

Aspectos	Considerações gerais
Usos	Acesso muitas vezes ao dia, mais de 10 vezes A qualquer momento em qualquer lugar Uso pelo celular Principal plataforma em uso
Conteúdos Exposições	Possibilidade de compartilhar qualquer coisa Facilidade para compartilhar fotos e comentários privados
Audiências	Amigos Familiares Grupos da escola Contatos do telefone Contato frequente com máximo de 30 pessoas
Aportes	Possibilidade de aportes instantâneos Maior demanda por reciprocidade nos aportes
Motivações	Maior engajamento na apresentação e exposição de si Manter contato com amigos Comunicação Informações

Quadro 6. Resumo da análise inicial sobre os relatos de uso do WhatsApp

5.1.4 Snapchat

Dentre os 14 entrevistados, cinco informaram que não usam o Snapchat, mas os demais nove indicam usar com alta frequência, de forma um pouco menos intensa do que ocorre com relação ao WhatsApp, mas também com dificuldade de indicar com alguma exatidão quantas vezes usam em um dia.

Uso toda hora. Snapchat e WhatsApp, mais de 10 vezes por dia. (Samanta, 13)

E agora? Acho que é dia sim, dia não, é, com um pouco menos de frequência. (Ciro, 16)

Depende muito das pessoas me mandarem as fotos, mas acho que umas dez [vezes por dia] também. (Nina, 13)

O Snapchat eu entro pra ver as publicações dos meus amigos e pra postar só também, eu até uso menos desses 3, só que só de noite, de noite e quando eu chego da escola. (Davi, 15)

Ainda que intenso, o uso do Snapchat não se apresentou tão frequente como o do WhatsApp, apesar de dois dos adolescentes entrevistados terem sinalizado um uso bastante intenso e constante, inclusive com alguma dificuldade em não conferir todas as publicações dos pares.

No Snapchat eu não consigo mais dormir sem olhar todos os Snapchat das pessoas e zerar o negócio lá, a atualização das pessoas, eu não consigo [risos]. (Otávio, 15)

Este mesmo adolescente, durante a entrevista, consultou seu próprio celular para nos informar o volume de publicações enviadas e recebidas, recorrendo à ferramenta da plataforma que registra o histórico acumulado de mensagens trocadas:

No Snapchat eu já recebi 18.882 e já mandei 9.650. (Otávio, 15)

Assim como no caso do WhatsApp, não tivemos acesso direto aos perfis para observar a lista de contatos e os tipos de publicações realizadas, mas a partir das entrevistas pudemos receber informações valiosas sobre os critérios utilizados para escolher os conteúdos a serem publicados nesta plataforma em relação às demais, bem como sobre as regras para delimitar quem são os amigos com os quais interagem nesta plataforma. O Snapchat é apontado como

plataforma mais usada entre amigos próximos, sem familiares, e para compartilhar conteúdos de zoeiras espontâneas e do momento, como veremos em detalhes na próxima parte deste capítulo.

Mesmo com dificuldade para mensurar o número de pessoas com as quais se relacionam pelo Snapchat, os adolescentes usuários desta plataforma indicaram que, apesar de a lista de contatos com acesso à plataforma ser semelhante à do WhatsApp, e um pouco menor do que a lista de contatos da agenda do celular, a média de pessoas com as quais efetivamente trocam mensagens é menor do que a do WhatsApp e não maior do que 20.

Por ora, vale enfatizar que o Snapchat não é usado por todos, mas os que utilizam fazem um uso semelhante ao do WhatsApp na frequência, também com amigos comuns aos relacionamentos interpessoais fora da Internet, sendo que o grupo de amigos considerados como alvos da exposição nesta plataforma parece ser um pouco mais restrito aos mais próximos em relação às demais plataformas. As formas de aporte direto às exposições são mais restritas, sendo possível apenas o registro das pessoas que visualizaram os conteúdos e quem registrou uma cópia. Eventuais aportes diretos em reação às publicações só podem ser feitos pela ferramenta de bate papo ou por outras plataformas.

O Quadro 7 resume as considerações sobre os usos do Snapchat pelos adolescentes entrevistados.

Aspectos	Considerações gerais
Usos	05 não usam e 9 usam Acesso diário, várias vezes ao dia Uso menos frequente do que WhatsApp
Conteúdos Exposições	Fotos e vídeos de momentos Possibilidade de incluir filtros em fotos e vídeos
Audiências	Amigos Contatos do telefone Contato frequente com máximo de 20 pessoas
Aportes	Registro de visualização Aportes via chat
Motivações	Manter contato com amigos Compartilhar momentos Acompanhar celebridades

Quadro 7. Resumo da análise inicial sobre os relatos de uso do Snapchat

5.1.5 Uso diário, exposições distribuídas e audiências limitadas

Neste primeiro panorama geral, podemos observar a frequência de uso das plataformas, o universo potencial de alvos das exposições e os contatos com os quais estabelecem relacionamentos interpessoais nestes contextos digitais. Apesar de sinalizarem um gradativo abandono do Facebook, os adolescentes continuam com perfis ativos nesta plataforma e realizam publicações esporádicas, consumindo mais conteúdos do que publicando informações sobre si.

Apesar de o Instagram apresentar-se como plataforma pública com maior intensidade de publicações de aspectos de si e palco para conversações públicas com amigos que compartilham outros ambientes de interação não mediados, as exposições de informações sobre si não são tão frequentes quanto o acesso à plataforma. Os aplicativos como WhatsApp e Snapchat destacam-se com maior frequência de uso e com um grupo de contatos menor e mais próximo.

Todas as plataformas são usadas prioritariamente através dos celulares dos próprios adolescentes, permitindo maior autonomia na regulação dos usos. Vale notar que muitos adolescentes relatam que já ficaram alguns períodos sem poder usar os celulares como forma de castigo impostos pelos pais. A partir das entrevistas, podemos considerar que, além destas restrições absolutas de acesso ao aparelho, os adolescentes não recebem muitas restrições dos pais no uso cotidiano e podem o fazer nos diferentes momentos do dia com liberdade na escolha das plataformas. Em todas as plataformas pesquisadas, os adolescentes indicam que as pessoas com as quais se relacionam nestes contextos digitais são as mesmas da escola e outros ambientes fora da Internet, sendo efetivamente uma pequena parte dos contatos quando consideramos a dimensão pública e a escala potencial exploração de novos contatos. Na Figura 9 podemos observar o volume de pessoas na lista de contato de cada plataforma, visualizando as audiências potenciais para as exposições e compartilhamentos realizados.

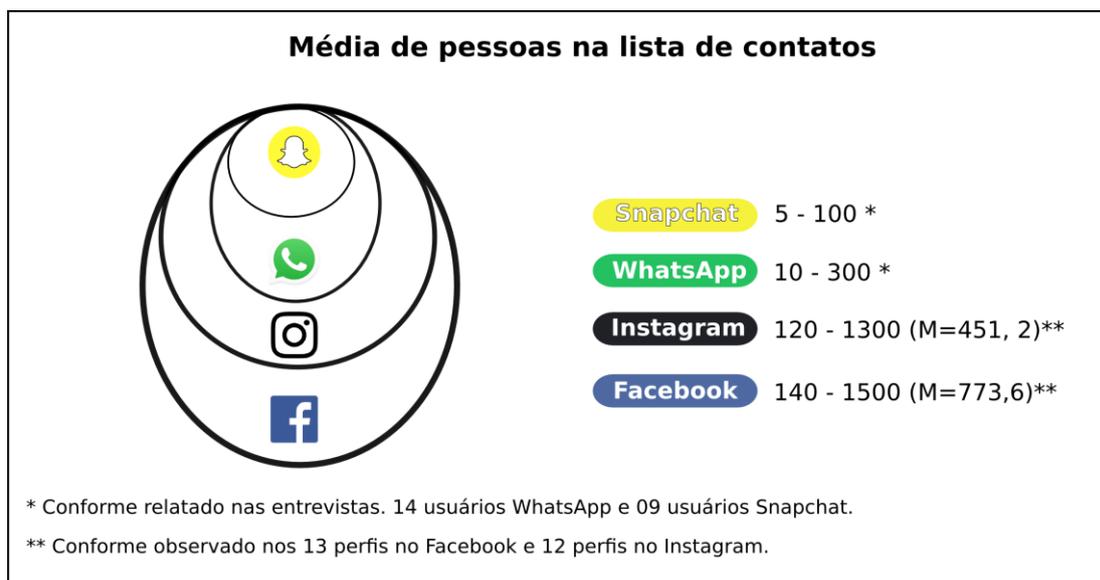


Figura 9. Média de pessoas na lista de contatos nas diferentes plataformas usadas pelos adolescentes para relacionamentos interpessoais nos contextos digitais

Apesar de os *networked publics* serem potencialmente ambientes para ampliação dos contatos sociais e desenvolvimento de relacionamentos interpessoais para além do círculo familiar, de amigos da escola ou dos entornos nos quais vivem, os adolescentes entrevistados parecem se apropriar das qualidades dos *networked publics* mais para exercerem a autonomia nas trocas e encontros, mediados, nos relacionamentos interpessoais já existentes do que para criar novos.

Na Figura 10, podemos visualizar como apenas uma pequena parcela da audiência potencial registra aportes como reação às exposições e apresentações de si a partir de interações diretas com os adolescentes nas plataformas digitais que analisamos.

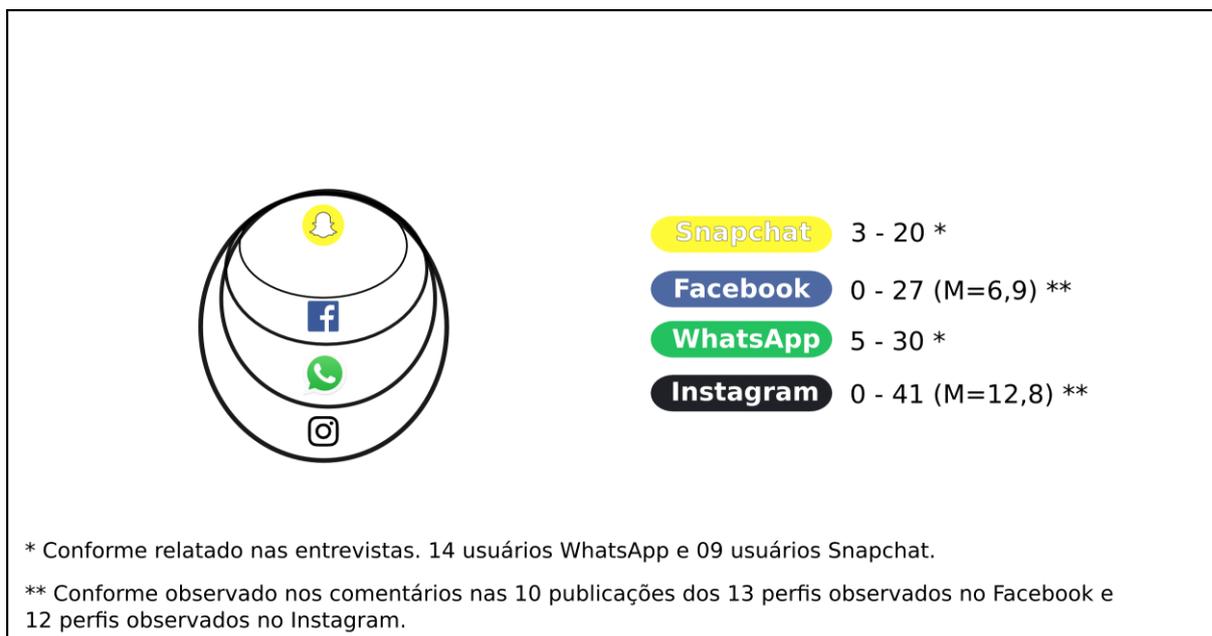


Figura 10. Pessoas com as quais os adolescentes interagem diretamente nas plataformas digitais mais utilizadas para relacionamentos interpessoais

Neste universo de participantes da pesquisa, adolescentes de um grupo socioeconômico específico, podemos observar um tipo de apropriação dos contextos digitais para exposição de si com base em delimitações de uma audiência restrita diante do potencial das plataformas. Apesar de possível, não se destacaram publicações que ilustrassem a *replicabilidade* e *escalabilidade* dos conteúdos das exposições para múltiplas audiências, gerando aportes e interações com outros interlocutores para além da lista de amigos. As publicações no Instagram e no Facebook, realizadas de forma intermitente e com grandes intervalos, persistem nas plataformas e podem ser buscadas pelos próprios adolescentes e demais usuários conectados. Apesar de reconhecerem estas possibilidades, os adolescentes entrevistados não parecem deixar de expor aspectos de si por conta destas qualidades, na medida em que as incorporam como fatores na definição dos critérios que adotam para delimitar suas exposições e as expectativas relacionadas ao fluxo de suas informações privadas nestas plataformas.

Feitas as considerações iniciais sobre os usos que os adolescentes entrevistados fazem das quatro plataformas, seguiremos para a análise propriamente das regras que adotam, individual e coletivamente, para delimitar a escolha dos públicos que são considerados alvos e dos conteúdos tidos como apropriados para as exposições em cada circunstância. Nossa análise indica haver um conjunto de estratégias de manejo das informações privadas na

dinâmica de exposição de si nos contextos digitais, o que implica também em regras para os fluxos das informações como parte do gerenciamento de impressões nos relacionamentos interpessoais mediados, conforme analisaremos no próximo subcapítulo.

5.2 Descolapsando os contextos digitais

As qualidades e dinâmicas do Facebook, Instagram, Snapchat e WhatsApp, como contextos digitais para as exposições de si, são apropriadas de formas diferentes pelos adolescentes, com variações na seleção dos conteúdos e dos alvos nos relacionamentos em cada plataforma. Mesmo que as condições de *persistência*, *replicabilidade*, *buscabilidade* e *escalabilidade* destas plataformas, enquanto *networked publics*, sejam percebidas pelos adolescentes, podemos observar que o uso de múltiplas plataformas aponta para diferentes estratégias de regulação das exposições como forma de lidar com as condições de *contextos colapsados*, invisibilidade de audiências e fluidez nos limites entre público e privado. Se a falta de clareza quanto à delimitação de fronteiras espacial, social e temporal complexifica a percepção e a consequente distinção de contextos nos *networked publics* (Boyd, 2011), a análise dos relatos dos adolescentes nos ajuda a perceber como eles fazem estas distinções no uso cotidiano a partir de regras e acordos entre pares.

Os debates teóricos que indicamos sobre o sistema de regras no Gerenciamento Comunicacional da Privacidade (Petronio, 2002), bem como as reflexões sobre a privacidade como parte da dinâmica de delimitação dos acessos ao *self* nos relacionamentos interpessoais (Altman et al., 1981), nos permitem explorar os dados na tentativa de compreender como os adolescentes entrevistados manejam suas exposições. Nossa análise evidencia um processo dinâmico, com base em regras definidas individual e coletivamente, que ampara a distinção que os adolescentes fazem dos contextos para lidar com a complexidade da potencial sobreposição de audiências nas redes digitais.

Ao indagarmos sobre as diferenciações que fazem sobre os conteúdos compartilhados, os adolescentes também apresentam um conjunto de justificativas que sinalizam haver regras implícitas para delimitar estas exposições, regras relacionadas não apenas aos alvos presentes

em cada contexto, mas também às convenções implícitas sobre o estilo de conteúdos em cada plataforma. Inclusive nas ocasiões nas quais os mesmos interlocutores estão em diferentes plataformas, os tipos de informações compartilhadas e os formatos dos aportes recebidos variam em cada plataforma, assim como ocorre em diferentes contextos de interação fora da rede, seguindo critérios e regras orientadoras para cada situação.

As estratégias que os adolescentes usam para manejar suas exposições voluntárias nestes contextos digitais, regulando os compartilhamentos de suas informações privadas como parte dos processos de aproximação-afastamento, de abertura e preservação do *self* nestas relações mediadas, parecem relacionadas a dois grandes conjuntos de regras: *a) regras relacionadas à seleção das audiências; b) regras sobre a seleção dos conteúdos*, conforme apontamos na síntese do Quadro 8. O manejo das regras ocorre tanto individual quanto coletivamente, sendo negociado previamente nos grupos ou ajustadas posteriormente a partir de eventuais conflitos ou turbulências que podem gerar aportes negativos e provocar mudanças nos acordos.

Exposições	Conteúdos	Audiências
Aspectos gerais	Informações sobre si Informações sobre outros Informações pelos outros Conteúdos de outros Conteúdos de famosos e instituições	Amigos Familiares Amigos de amigos
Regras delimitadoras	Assumir co-propriedade Gerar Impressões positivas Evitar risco da invisibilidade Evitar risco da superexposição Assumir regras coletivas	Conhecer em co-presença física Conquistar visibilidade entre pares Ter disponibilidade para interação Respeitar expectativa de confiança
Estratégias	Selecionar plataforma Selecionar alvos Monitorar os aportes Editar e excluir conteúdos Negociar coletivamente as escolhas	Selecionar plataformas Excluir e bloquear contatos Segregar tipos de audiências Monitorar o respeito às regras

Quadro 8. Regras e estratégias no gerenciamento da exposição de si voluntária nos contextos digitais

Ainda que não seja tão clara a separação entre estes dois conjuntos de regras, inter-relacionadas nas práticas cotidianas, seguiremos com a análise de cada um deles para explicitar as suas especificidades nas falas dos próprios adolescentes. Esta separação entre os conjuntos de regras é muito delicada e provisória, pois, como discutido no capítulo 2, reconhecemos que a escolha dos alvos das exposições está sempre de alguma forma relacionada com as questões e preocupações que serão expostas e com os tipos de aportes desejados (Buhrmester & Prager, 1995; Derlega et al, 1993; Jourard, 1971a), compondo um fluxo dinâmico sob influência das experiências prévias e de condições socioculturais.

Como ilustrado na Figura 11, em cada plataforma pudemos notar a existência de diferentes graus de permeabilidade nos limites de acesso ao *self* através das regras sobre os conteúdos e audiências das exposições.

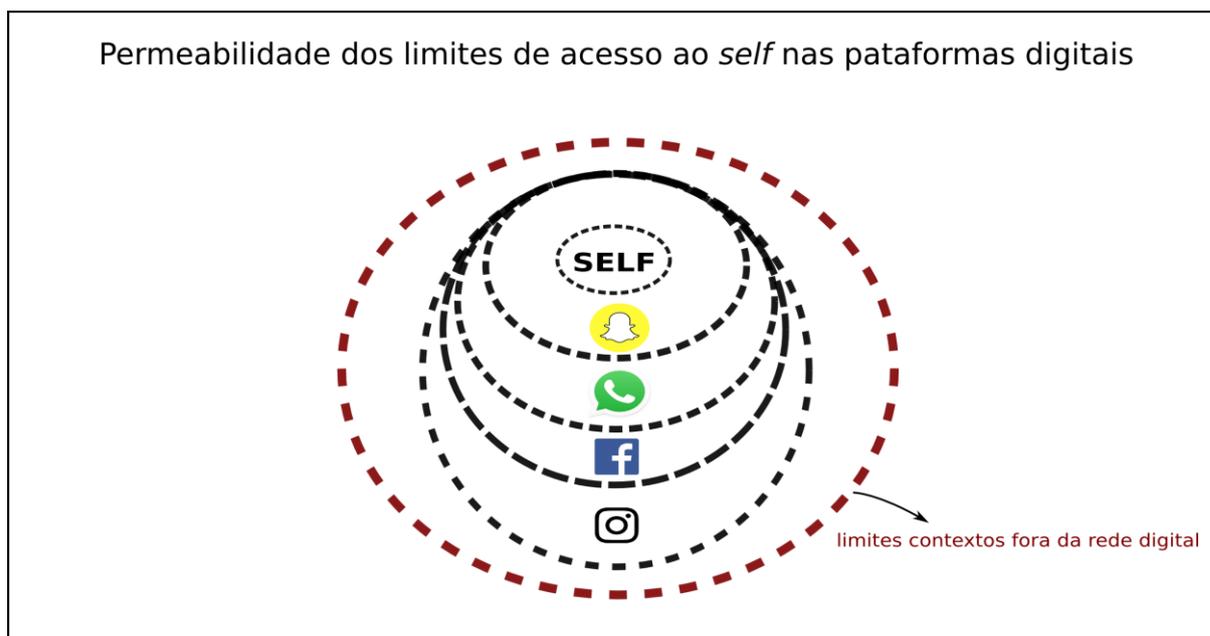


Figura 11. Gerenciamento da privacidade nos contextos digitais enquanto regulação da permeabilidade dos limites de acesso ao *self* pelo controle dos conteúdos e audiências das exposições de si.

Ao centrar na análise das regras utilizadas para delimitar os conteúdos e as audiências, nos interessa também destacar algumas diferenciações que os próprios adolescentes fazem entre cada plataforma de maneira mais geral, sinalizando como gerenciam sua privacidade nestes *networked publics*.

5.2.1 Regras de delimitação das audiências das exposições

Como apontamos na análise mais geral sobre os usos das plataformas, os adolescentes parecem delimitar os alvos de suas exposições nos contextos digitais às mesmas pessoas com as quais já mantém relacionamentos em outros contextos fora da rede. Se pudemos observar diretamente esta delimitação pelo volume de comentários e curtidas nos perfis do Instagram e do Facebook, nas entrevistas, os adolescentes reforçaram estas restrições também com relação ao que fazem nos aplicativos Snapchat e WhatsApp.

Essa delimitação das audiências em aplicativos e redes sociais indica um esforço para controlar os contatos potenciais, delimitando com maior precisão os alvos e as expectativas de uso das exposições a partir do momento que reconhecem a dimensão pública de redes como Facebook e Instagram.

Para o Facebook, a regra para aceitar os pedidos de amizade é baseada no fato de conhecer pessoalmente os interlocutores de outros contextos:

Normalmente eu aceito as pessoas que eu conheço ou que, por exemplo, eu vejo lá no colégio, eu vi que é uma pessoa do colégio, eu vi ela antes, aí eu aceito pra gente iniciar uma conversa. (Sérgio, 15)

Eu aceito só quem eu gosto. (Una, 13)

Se eu conheço eu aceito, se eu não conheço não aceito não. Conhecer é de ver na escola, falar todo dia, e não uma pessoa que eu vi uma vez na rua e ela pede pra eu aceitar. (Samanta, 13)

Ah, pelo menos você tem que conhecer, ah, conheço a pessoa, eu aceito, mas se não conheço é estranho. (Keven, 13)

No caso do Facebook, muitos indicam reconhecer que suas publicações nesta plataforma podem ficar disponíveis para muitas pessoas não desejadas, mesmo que tenham restrições no perfil, o que leva a implementação de algumas estratégias para regular o acesso destes que não são diretamente conhecidos:

Eu vou olhando os amigos em comum, tipo, tem uns que aparecem lá que só tem 3 amigos em comum, se eu tenho mil amigos e só três são em comum, aí eu não adiciono entendeu? Aí quando tem, tipo, 200, 300, aí eu adiciono, mas as pessoas também nunca vêm falar comigo, aí eu também não vou e quando falam eu ignoro. (Tereza, 16)

Facebook eu tenho 190 [pessoas], mas eu converso com no máximo umas 10, 15. (Sérgio, 15)

Mesmo quando há disposição de abertura para contato com novas pessoas, o início de

relacionamentos fora dos círculos de amizade já existentes não parece ser o foco na delimitação dos contatos. Há ainda uma desconfiança quanto ao possível excesso de abertura no Facebook com relação a outras plataformas:

É diferente porque eu não confio no Facebook tanto assim, o Facebook sempre tem um jeito de cê ver alguma coisa que a pessoa tá tentando esconder, porque por mais que você exclua a foto do seu perfil, do seu álbum de fotos, por exemplo, alguém, as outras pessoas podem vê o que você excluiu. (Dora, 15)

Porque é...no Facebook por exemplo, muitas pessoas podem ver sem ser dos meus amigos, e aí eu não quero que pessoas fiquem vendo minha vida sem nem me conhecer ou nem falar comigo. (Samanta, 13)

No Facebook quando eu não sei quem é a pessoa eu nem aceito a solicitação de amizade, porque por mais que eu tente bloquear essa pessoa no Facebook ela sempre vai conseguir me ver, já no Instagram não, se eu colocar pra bloquear meu perfil essa pessoa não vai ver. (Dora, 15)

As regras de escolha dos contatos que podem ter acesso aos perfis, e que podem vir a compartilhar informações, começam com o critério de conhecer pessoalmente e seguem com a observação sobre o grau de proximidade com outros amigos para saber se é possível ou não confiar nas pessoas que se aproximam. Há uma expectativa de que o Instagram seja um pouco mais reservado, disparando estratégias mais cuidadosas de delimitação das audiências:

Primeiro eu vejo a foto do perfil da pessoa, porque as vezes aparece só a foto e fulano começou a seguir você, aí eu entro no perfil da pessoa e eu vejo o que a pessoa anda postando, aí se é alguma coisa estranha, tipo, se a pessoa só coloca só coisas de carro [risos], que já aconteceu, aí eu penso, o que essa pessoa pensa da vida? Aí eu bloqueei essa pessoa porque eu não conhecia ela, num sabia quem era ela, aí eu deixei ela me seguir mas eu bloqueei ela pra ela não me ver. (Dora, 15)

Porque no Facebook qualquer um pode ir lá e te adicionar e ver, tipo, sua vida. E no Instagram não é bem assim, tipo, a pessoa entra no seu perfil e só tem tipo seu nome e as fotos que você posta. (Tereza, 16)

Estes relatos apontam para uma percepção sobre o perfil no Instagram como mais reservado e com melhores condições de filtrar o acesso de audiências indesejadas quando os perfis privados exibem apenas informações muito básicas quando comparadas às que poderiam ser vistas no Facebook. Ao mesmo tempo, os comentários indicam a importância de algum grau de visibilidade para que se possa ter acesso ao perfil dos contatos potenciais.

Assim como Tereza, 16 anos, consulta as publicações de alguém que solicitou permissão para acompanhar seu perfil, outros podem fazer o mesmo com o seu. Estas análises dos perfis dos contatos potenciais nos trazem evidências de como são importantes algumas

regras de delimitação dos alvos a partir da capacidade de ver quem é esta audiência que será legitimada e autorizada a ter acesso às publicações.

Curioso observar que a adolescente Tereza foi a única participante que possuía tanto o perfil do Instagram quanto o do Facebook em modo público, visível para todos os usuários das plataformas. Sua percepção, neste caso, é de que as fotos que estão expostas no Instagram não são informações consideradas tão privadas quanto às que estão no Facebook. O fato de seu perfil no Facebook também ser público nos dá um exemplo do chamado paradoxo da privacidade, no qual o discurso aponta certa preocupação com uma abertura muito ampla, mas esta preocupação que não chega a provocar uma mudança direta na configuração da privacidade dos perfis. Ainda que assuma esta dimensão mais pública como ponto de partida, podemos considerar que há uma regulação dos acessos a partir dos conteúdos expostos e de eventuais bloqueios de usuários que ofereçam aportes indesejados.

Estar visível e poder ver os perfis dos outros não é apenas um dos critérios para conhecer e filtrar as audiências, mas também um aspecto importante para que o próprio perfil possa ser percebido pelos pares e funcionar como palco para apresentação de si nos contextos digitais. Quando indagados sobre as diferenças entre as pessoas que estão em cada uma das plataformas, os adolescentes indicam variações importantes:

Eu acho que tem sim. No Facebook tem uma galera que eu não conheço, que eu adicionei e que eu nem sei como foi pará lá, os meus amigos falam, nossa de onde que apareceu? No WhatsApp são os que eu converso mesmo, é, são os mais próximos, e Instagram tá alí no intermediário, é a galera que eu conheço também, só que um pouco mais de gente. (Ciro, 16)

Ó, primeiro eu tenho que saber que a pessoa existe, depois, sei lá, se eu converso com ela, dependendo, por exemplo, no Snapchat você tem uma solicitação pra pessoa te seguir, é aí eu vejo, tipo se eu conheço a pessoa e se eu falo com a pessoas, se eu falar com a pessoa beleza, se eu não falar com a pessoa, não. Mas por exemplo no Instagram, no Instagram tudo bem, só as pessoas que eu conheço mesmo. (Nina, 13)

Os critérios para selecionar os contatos que terão acesso às publicações parece mudar também ao longo das fases da vida, sendo que os graus de abertura variam ao longo do tempo e variam de acordo com as plataformas.

Tipo, eu criei meu Facebook há bastante tempo, aí eu ia aceitando todo mundo, adicionando todo mundo e na hora que eu vi que não precisava ter tanta gente, aí eu fui tirando todo mundo. Tinha umas 50 a mais do que tem hoje. (...) tirei porque nunca tinha visto elas. [por qual motivo tirou?] acho que foi só uma questão de privacidade. (Sérgio, 15)

(...) quando eu não sabia do WhatsApp, do Instagram e do Snapchat, eu usava só o Facebook, na

quarta, quinta série, eu usava mais o Facebook. Hoje eu compartilho no WhatsApp mas quando eu tava só no Facebook eu conversava com todo mundo a mesma coisa que eu faço no WhatsApp agora. (Nina, 13)

Sim, sim, sim, usava mais o Facebook quando tipo não existia muito o WhatsApp, quando não existia o Instagram, que o Instagram era só tipo pra editar a foto e o povo nem usava muito a rede, só nessa época também. (Otávio, 15)

Podemos ariscar na afirmação de que antes de terem várias plataformas à disposição para manter relacionamentos interpessoais mediados nos contextos digitais, a sobreposição de esferas sociais diferentes (Binder et al., 2009) e o colapso dos contextos (Boyd, 2011) eram aspectos mais difíceis de serem contornados. Quando uma única rede digital predominava como plataforma de mediação destas interações, a exemplo do que ocorreu com o Facebook há poucos anos na vida destes adolescentes, havia um leque menor de alternativas para reconhecer os interlocutores e diferenciar alvos das exposições.

Atualmente, ao tentarem especificar a diferença entre as audiências em cada plataforma, os adolescentes sabem precisar seus interesses, mesmo que efetivamente o número de pessoas com acesso aos perfis seja maior do que o de interlocutores diretos. Em alguns momentos, buscam formas de ampliar os alvos, mas não de maneira ilimitada e igual em todas as plataformas:

Minha conta no Instagram é privada, meu Facebook é privado, então eu tipo, não é tudo o que eu boto no Snap pra só os meus amigos, e o que eu coloco no WhatsApp, que eu vou colocar no Facebook que todo mundo pode ver entendeu? (Otávio, 15)

No Whatsapp, tipo, os amigos da gente em geral não são todos da mesma turma, aí quando você posta no Insta de íntimos você tá postando pra todos eles sabe, não só pra um grupinho que seria o grupo do Whatsapp. No Facebook a galera mudou, mas o Snapchat tem a galera um pouco diferenciada. Whatsapp e Instagram são mais ou menos as mesmas pessoas, mas o Snapchat às vezes também, pra algumas pessoas que vai adicionando gente conhecida, mas eu não, eu só adiciono amigo mesmo, gente que eu falo constantemente. (Enzo, 13)

A ampliação da abertura ocorre entre o grupo pessoas desejadas e que de alguma forma pertencem aos grupos de relacionamento fora da Internet, ou para contemplar famosos e celebridades de interesse. Se há uma delimitação dos mais íntimos no WhatsApp e no Snapchat, o Instagram pode ser usado para que as informações sejam compartilhadas com o grupo ampliado de conhecidos que estariam em grupos diferentes do WhatsApp, num manejo da visibilidade desejada em cada uma das plataformas de acordo com as audiências preferidas.

Snapchat é uma coisa mais fechada tipo essa galera da escola, os amigos assim, mais o Instagram é

bem aberto, mas eu uso fechado, todo mundo usa a página privada que tem que pedir solicitação pra seguir, mas é tipo os amigos dos amigos vão seguindo agente, os amigos das amigas, amigas das amigas, gente que a gente conheceu na festa, ou que foi pro shopping com eles num aniversário assim. (Enzo, 13)

Tenho uma pessoa no Snapchat que na verdade ela é amiga de uma amiga minha, e aí ela sem querer me adicionou e tipo eu não sabia que ela era amiga de uma amiga minha, ela botou era outro Otávio e ela acabou me adicionando, assim sem querer e depois eu descobri que ela era a melhor amiga de uma colega minha [risos], depois normal. (Otávio, 15)

Mesmo que a prioridade de relacionamentos nos contextos digitais seja direcionada aos amigos, estas plataformas permitem também separar os grupos de amigos de acordo com os diferentes interesses e ajudam a manter (ou ampliar) a intimidade com os mais próximos, dentro e fora das redes.

Nos contextos digitais, é possível ampliar o espaço relacional para além da copresença física. Na fala dos próprios adolescentes, podemos observar a disponibilidade constante característica dos dispositivos móveis e que vem sendo potencializada com os aplicativos conectados à Internet. A delimitação de alguns amigos como membros de certos grupos de WhatsApp, ou como alvos de compartilhamentos pelo Snapchat, são marcadores de intimidade importantes, reforçando o vínculo existente fora da rede e que pode passar a persistir e a se replicar, movendo-se juntamente com os dispositivos, constituindo este espaço relacional ampliado dos contextos digitais. Para alguns, a disponibilidade constante de interação com os amigos e a imbricação com a rede de relacionamentos fora da Internet são qualidades evidentes:

Ah, você tá ali com seu celular no bolso... Ah, vou mandar uma mensagem pra ele, ah, vou falar pra ele vir em casa. Dois minutos, pá, já mandou, ele já viu, não precisa nem responder. Já veio. Facebook não, tem trabalho de entrar até. Entra, loguin, o cara, às vezes, né... Quem tinha Facebook, não tinha celular, era quase todo mundo. Quem tinha Facebook usava no computador, deitado na cama, conversando com todo mundo. Aí, agora, mudou, né. Chegando a mensagem pro cara, o cara já vem na hora, já, num tem mais essa. (Keven, 13)

A diferença do uso das redes digitais via celular, em relação ao uso que anteriormente era feito via computadores, aponta a ampliação desta disponibilidade para os relacionamentos, com uma ampliação da expectativa de reciprocidade que vai além da situação de copresença mediada e se estende para encontros fora das redes. Permanecer conectado pelos celulares

oferece esta possibilidade de permanecer disponível, ao mesmo tempo em que possibilita ter os amigos disponíveis nos diferentes momentos do dia.

Quando indagados sobre se há diferença entre os grupos de amigos com os quais se relaciona pelo WhatsApp, os adolescentes indicam a fluidez deste espaço relacional e a diversidade de conexões possíveis. A fala do adolescente Keven ilustra este aspecto:

Porque quando você tem aquele grupo do seu amigo, seus melhores amigos, você vai criando outros e chamando outra galera, mas você tem aquele grupo que é tipo fixo, sabe. Aquele grupo lá vai ser aquele grupo, aí cria outro, você sempre acaba convidando aquele grupo, entendeu? Ele é um grupo fixo seu, então em qualquer lugar que você vai ele tá lá, o grupinho de amigo seu. (Keven, 13)

Esta disponibilidade, não mais restrita aos encontros presenciais, facilita com que os adolescentes possam dar mobilidade a este espaço relacional sem tantas restrições geográficas ou delimitações impostas pelos adultos. O espaço relacional móvel permitido pela copresença mediada nas plataformas digitais como o WhatsApp e Snapchat, por exemplo, facilita a criação de diferentes ajuntamentos privados nos quais é possível tanto segregar as audiências quanto conectá-las de acordo com os tipos de relacionamentos desejados. Por sua vez, utilizando a metáfora dramaturgica de Goffman (2010), podemos considerar que estes ajuntamentos privados em lugares públicos digitais trazem à tona novos arranjos possíveis para a regulação dos graus de envolvimento nas interações, sendo possível participar simultaneamente de várias situações nas plataformas digitais em complemento às que ocorrem face a face em dado momento.

A recorrente argumentação sobre a preferência de uso do WhatsApp em relação ao Facebook deixa clara a importância da instantaneidade, da maior sensação de presença e o tipo de disponibilidade para os relacionamentos que são favorecidos pelas modificações nas condições técnicas das plataformas de uso pelo celular. A possibilidade de relacionamentos nos contextos digitais antes do acesso móvel era uma realidade mais trabalhosa, especialmente se considerarmos que adolescentes menos favorecidos economicamente tinham que recorrer aos centros de acesso públicos ou Lan Houses para acessar ao computador com Internet, com restrições no tempo de uso, na privacidade possível e na liberdade para acessar conteúdos.

Quando o assunto é delimitar o tipo de conexão com os familiares nos contextos digitais, a atual diversidade de plataformas é uma aliada para conseguir separar as audiências sem ter que excluir diretamente a família.

[Familiares?] *Tem, acho que em todas, mas por exemplo, no Facebook tá lá tal pessoa querendo te adicionar como tio, como primo, como pai, eu num gosto mais dessas coisas porque ninguém precisa saber né, tá muito exposto ali, tá na cara de quem quiser, vai vê, vai pegá onde você trabalha, onde você mora, sua família, se um dia alguém quiser sei lá assalta você, tá toda a sua família ali, a pessoa tá sabendo sua vida inteira, então eu procuro evitá esse tipo de coisa, ficá marcando quem é quem.* (Ciro, 16)

Menos no Snapchat que meus familiares não tem [risos]. (Samanta, 13)

A minha mãe e meu pai não tem Snapchat nem Instagram, eles só tem WhatsApp e Facebook e aí no Facebook eu não posto quase nada. No Whats não tem como postar e aí eu posto mais foto no Instagram e eles não vem, não tem acesso, então não falam nada. (Nina, 13)

Esses relatos acima reforçam esta percepção de que a própria escolha da plataforma é uma das estratégias de segregar as audiências que terão acesso às exposições e delimitar o contexto da interação, o que era menos evidente quando as interações estavam concentradas em uma única rede ou aplicativo. Nos casos em que a participação nos grupos de família no WhatsApp gera algum incômodo, os adolescentes recorrem ao recurso de silenciar o grupo ou de efetivamente sair dos grupos, convictos de que esta é a melhor opção.

A família eu não tenho muita gente da família no Instagram, acho que porque o Instagram é só para o celular e nem todo mundo tem aquele celular, um celular que de pra baixar um Instagram. Mas quando tem, não tem diferença, normalmente, assim tem um grupo da família no Whatsapp aí vc acorda as cinco e meia da manha e tem gente falando bom dia aí aquilo enche o saco, o dia inteiro, bom dia, boa tarde, boa noite, bom almoço, boa janta, bom café da tarde, aí é um saco, aí vc sai desse grupo, mas no Facebook também tem o grupo da família, mas não é tão movimentado quanto o do Whatsapp. (...) [sair do grupo?] Ah, é tranquilo, porque a família, esse grupo da família foi feito para que eu conhecesse as pessoas que moram longe de mim, só que eu não conheço ninguém, eu nunca falo ali, e só tem as tias mandando um monte de coisa que eu não sei o que é, desnecessário, aí só faz o celular gasta bateria piscando luzinha de notificação. (Dora, 15)

Interessante observar os argumentos que enfatizam o fato de não ser interessante, ou mesmo possível, “conhecer” os familiares distantes pelo WhatsApp. Se este contexto é apropriado pelos adolescentes como plataforma para conversar com quem já possuem algum relacionamento, pessoas que são diretamente eleitas para se tornarem alvos de compartilhamentos, estar copresente com um familiar desconhecido não é suficiente quando não há preocupações e questões de interesse comuns que possam disparar e manter um relacionamento interpessoal com exposições e apresentações de si.

Em uma situação de copresença física imediata, provavelmente os adolescentes não teriam tanta autonomia para não participar deste tipo de encontro com os mesmos familiares, o que reforça nossa indicação de que os contextos digitais oferecem uma maior autonomia relativa aos movimentos de aproximação e afastamento nos relacionamentos interpessoais, além de permitir também regular os conteúdos compartilhados que definirão os graus de abertura ou preservação nestes encontros.

De toda forma, esta autonomia relativa nos contextos digitais não isentam os adolescentes de interferências indesejadas dos familiares. Mesmo estas interferências sendo exemplos de turbulências no gerenciamento dos limites das audiências, os adolescentes apontam que o incômodo pode ser manejado sem maiores problemas quando são pontuais.

Só uma vez que eu posteí uma foto, com um cantor que foi lá no colégio, e meus familiares todos começaram a comentar, que...onde estava meu pai, porque ele deixou tirar foto com o menino e aí deu um incômodo. (Samanta, 13)

Eu acho que já teve algum comentário de família, sabe, aquele tipo de comentário, tipo, ah, lindo da tia, ou alguma coisa assim, que cê fala, cê fica meio constrangido assim mas não tem o que fazer, é família, né?[risos]. (Ciro, 16)

Uma vez ou outra a mãe de um amigo meu, ou minhas tias mesmo, que moram em São Paulo, falam que viram uma foto assim com uma menina e ficam brincando comigo, mas nada de mais nada que eu me importe. (Davi, 15)

Já aconteceu, normalmente quando você coloca assim é, um meme, ou alguma imagem e aí você marca diretamente sua amiga pra ela saber, aí vem aquela tia falar. Uma vez eu coloquei um negócio de leitura, que eu gostava muito de ler, aí veio aquela tia falar, muito bem, muito bom pelo seu aprendizado, muito bom aí você fica lá com aquele seu comentário da sua tia, assim, beijos para a família toda [risos], mas é só isso. (Dora, 15)

Se no cotidiano os adolescentes têm poucas alternativas para manejar os espaços e mesmo sua presença nas situações mais gerais como na escola, na casa e nos locais que frequentam, limitados em termos de recursos para se deslocar e escolher efetivamente onde estudar, onde morar e onde frequentar, os contextos digitais apresentam-se como opção mais livre para manejar estes espaços de interação e selecionar os alvos, o que é um passo importante na conquista de liberdade em seus relacionamentos.

Estar muito próximo dos pares na escola, por exemplo, pode ser um dificultador para seleção dos alvos da exposição de certos aspectos de si, sendo que a conversa pelo WhatsApp é uma possibilidade de se afastar dos pares em geral para, então, se aproximar dos

selecionados como alvos específicos para exposição de aspectos mais íntimos, sempre numa expectativa de confiança no novo coproprietário da informação privada, apesar de reconhecerem o risco de *persistência e replicabilidade* no contexto digital.

Porque normalmente os lugares que a gente mais se encontra são na escola, e na escola tá todo mundo lá, e não tem horas em que você fique sozinha pra falar: ó eu gosto dessa pessoa. Aí é mais no chat do WhatsApp, no pessoal, e aí que tipo cê não garante que a pessoa não tire print e tal, mas acho que se for sua amiga acho não vai tirar print. (Nina, 13)

No âmbito das regras para delimitação das audiências que são selecionadas para ter acesso às exposições realizadas nos contextos digitais, podemos observar que os adolescentes entrevistados indicam critérios que marcam uma segregação dos alvos potenciais entre as plataformas e dentro das próprias plataformas. A visibilidade das audiências e alguma relação pré-existente, direta ou indiretamente através de amigos, são aspectos considerados na delimitação dos alvos das exposições. Além da mudança dos usos ao longo do tempo, podemos apontar que, apesar de todos sinalizarem estas regras para todas as plataformas, há diferenças que não podem ser menosprezadas.

O Facebook, plataforma usada há mais tempo, contempla os amigos conhecidos diretamente, os amigos de amigos e os familiares. Os famosos e celebridades são considerados bem-vindos tanto no Facebook quanto no Instagram, mas como produtores de conteúdos e não exatamente como alvos das exposições. No Instagram, os amigos e amigos de amigos estão presentes, há menor presença e participação dos familiares, mas parece haver aqui uma maior abertura para conhecer novas pessoas a partir dos amigos de amigos. Já o WhatsApp e o Snapchat são consideradas plataformas direcionadas aos mais íntimos e aos grupos de pessoas com os quais efetivamente compartilham informações que consideram mais privadas e com quem se relacionam no cotidiano fora da rede.

Ainda que o universo de pessoas com as quais se relacionam nestes contextos digitais seja restrito, há regras de delimitação dos alvos potenciais para as exposições específicas em cada contexto, indicando que a abertura e as aproximações nestes relacionamentos mediados não são aleatórias nem indiscriminadas. O manejo dos alvos para as exposições não está relacionado apenas às especificidades das plataformas, mas tem relação também com os tipos de informações e aspectos de si que os adolescentes voluntariamente decidem compartilhar e expor, evidenciando uma apropriação destes contextos de forma a evitar os constrangimentos dos *contextos colapsados* (Boyd, 2011) e da possível *aglomeração digital* (Joinson et al.,

2011).

A variedade de plataformas disponíveis e a migração entre os serviços pode exigir que os adolescentes consolidem suas próprias regras de delimitação das audiências com base no uso rotineiro, mudando as regras para se adaptar quando, por exemplo, os familiares geram incômodo. Se os adolescentes têm limites de poder para estabelecer sanções diretas aos familiares que interferem em seus compartilhamentos, ajustar o tipo de conteúdos em cada plataforma e mudar a rotina de uso são algumas alternativas que observamos e que dão dinâmica ao que Petronio chama de ajustes nas regras de gerenciamento comunicacional da privacidade (2002) quando há turbulências.

Se a delimitação dos alvos é parte da delimitação dos coproprietários potenciais das informações privadas expostas, podemos considerar que os limites das audiências são feitos com bordas mais permeáveis na lista de contatos e bordas mais restritivas no âmbito das interações diretas pelas plataformas digitais observadas. Os bloqueios e exclusões daqueles que comentam ou tentam interagir sem ser considerados coproprietários legítimos nos comentários, ainda que aceitos dentro da lista de contatos, são exemplos da diferença na regulação dos limites da exposição e dos relacionamentos interpessoais mediados. Assim como pudemos observar estas regras de delimitação das audiências, os adolescentes nos apontam também um conjunto de regras que adotam para definir quais tipos de conteúdos são considerados mais apropriados para cada uma destas audiências, em cada uma das plataformas utilizadas em seu cotidiano.

5.2.2 Regras de delimitação dos conteúdos das exposições

Assim como os adolescentes apontam critérios para gerenciar suas listas de contatos e a permeabilidade das bordas que delimitam as audiências, podemos observar que há também um conjunto de regras que utilizam para escolher os tipos de conteúdos que compartilham em cada plataforma na tentativa de descolapsar os contextos digitais. Além das variações quanto aos recursos técnicos para delimitar audiências e conteúdos, notamos que há expectativas sociais diferentes em cada plataforma, criando contextos de interação que favorecem exposições associadas a tipos diferentes de aporte e validação social.

Além de haver regras para as escolhas individuais sobre os conteúdos a serem publicados, a dimensão de *copropriedade das informações privadas* é notável, especialmente quando analisamos os muitos relatos de *negociação coletiva* sobre as escolhas sobre o que deve ou não ser publicado. As negociações ocorrem não apenas para delimitar as exposições de informações dos outros, mas os amigos e amigas são consultados previamente para ajudar na escolha dos conteúdos que podem produzir os melhores aportes através das melhores formas de apresentação de si. Parte importante do gerenciamento da privacidade está relacionada ao engajamento no *gerenciamento das impressões* nestes espaços relacionais dos contextos digitais, ainda que os alvos das exposições dos adolescentes sejam os amigos com os quais compartilham outros espaços de relacionamento fora da Internet, e não uma audiência invisível de potenciais novos contatos.

5.2.2.1 Cada conteúdo no seu contexto

Quando os adolescentes concentravam suas interações mediadas em uma única plataforma de rede social digital⁹⁶, as audiências, os conteúdos e as expectativas sociais das exposições poderiam se sobrepor com mais facilidade. Após o surgimento e adesão à novas plataformas, especialmente dos aplicativos sociais usados prioritariamente pelos celulares, as exposições podem ocorrer em diferentes cenários mediados ou não mediados, simultaneamente. Apesar de ser possível a exposição potencialmente ilimitada de tipos de conteúdos e aspectos de si, percebemos que os adolescentes aderem às plataformas com certas expectativas sobre os conteúdos que consideram mais apropriados em cada uma.

Dentre os participantes de nossa pesquisa, percebemos que o Facebook está sendo usado com menor frequência e de forma diferente do que ocorria quando era a principal. Atualmente, os adolescentes descrevem que os conteúdos expostos são diferentes em cada rede e aplicativo, com destaque para o Instagram como ambiente que exige maior cuidado nas escolhas sobre o que publicar.

Porque no Insta a galera leva o perfil mais a sério, a galera cuida do perfil, só posta foto bonita e tal.

⁹⁶ Como aconteceu inicialmente com o Orkut no Brasil e, posteriormente, com a migração para o Facebook, antes da massificação do uso da Internet através de celulares e dispositivos móveis.

No Face era mesmo que aquele negócio de todo mundo compartilhar qualquer besteira, essas coisas. (Enzo, 13)

Acho que o Instagram é mais reservado que o Facebook, eu acho, tipo o Facebook tem mais opções, você pode publicar outras coisas, você pode falar com as pessoas, o Instagram é mais pra quem quer postar foto, no máximo comentá, assim, eu acho mais reservado. (Tereza, 16)

O Facebook parece estar atualmente mais associado ao consumo de conteúdos de páginas de instituições, páginas de humor, notícias ou conteúdos de celebridades. Com relação às informações pessoais, o Facebook permite que outras pessoas publiquem mais informações sobre eles, mas o Instagram surge como plataforma mais reservada no controle das publicações pessoais, ainda que os conteúdos possam ser replicados no Facebook.

No Facebook você entra praticamente só pra ver o que as pessoas postam [risos], pra curtir, ou se você acha alguma coisa interessante, você compartilha na sua linha do tempo e aí você vai as vezes coloca foto, por exemplo, se você sai, você tira uma foto legal com suas amigas, você coloca, mas aí normalmente eu coloco no Instagram e compartilho do Instagram para o Facebook. (Dora, 15)

Mesmo conhecendo estas funções de *replicabilidade* e possível sintonia entre as plataformas, nem todas as publicações do Instagram são consideradas apropriadas para serem compartilhadas no Facebook. Os adolescentes percebem a potencial sobreposição dos contextos, mas delimitam as regras que preferem usar, seja individualmente em cada publicação ou de maneira geral dentro de cada plataforma, assim como fazem na delimitação das audiências.

No Facebook e Instagram, se eu quiser tipo publicar uma coisa do Instagram pode ir direto para o Facebook, só que eu botei pra não fazer isso porque nem tudo que eu posto no Instagram eu me interesse em postar no Facebook. (Tereza, 16)

A diferenciação entre o contexto de cada plataforma também parece ser clara com relação ao Snapchat e ao WhatsApp. O Snapchat é apontado como contexto apropriado para zoeiras e coisas do momento que efetivamente não precisam persistir por terem seu sentido vinculado à situação específica do compartilhamento, sendo que as opções de delimitação do tempo da exposição e dos alvos são oportunidades da plataforma que ajudam a delimitar os tipos de abertura nas trocas com os pares, favorecendo a exposição pontual de informações consideradas mais íntimas e privadas.

Porque no Snapchat, as coisas que eu publico são minhas, são as coisas que eu escrevi ou tirei fotos, são minhas, não de outras pessoas. (Samanta, 13)

Tipo quando é o momento, a coisa que tá acontecendo agora, assim, é uma coisa legal que tiver acontecendo agora, eu ponho no Snapchat, mas quando a coisa já passou assim, eu mando no WhatsApp, assim, só pros meus amigos mesmo. (Enzo, 13)

Porque Snap você manda uma foto pra alguém no particular e normalmente é uma queimação e tal, e às vezes você bota no histórico a queimação de outra pessoa que, no Instagram não, é mais foto bonita. (Nina, 13)

O WhatsApp, apesar de também ser útil para delimitação mais precisa dos alvos e das audiências, é considerado propício para compartilhamento de conteúdos genéricos, mais relacionados às conversações específicas do que ao compartilhamento instantâneo de um momento. Diferentemente do que ocorre no Instagram e no Snapchat, os conteúdos compartilhados no WhatsApp não seguem um critério específico ao contexto da plataforma, mas parecem seguir critérios associados ao tipo de interlocutor e ao tipo de situação na qual a conversa ocorre. Esta diferença no WhatsApp pode ser associada a algumas condições técnicas ao considerarmos que não há um equivalente ao *perfil* do Instagram, à *linha do tempo* do Facebook ou à *História* do Snapchat, condições que permitem o acúmulo e *persistência* das exposições em conjunto com audiências menos precisas.

Os conteúdos compartilhados nas conversas do WhatsApp envolvem desde informações mais privadas às zoeiras e piadas, além dos conteúdos informativos genéricos como nos grupos da escola para organização de trabalhos e nos grupos de família.

No Instagram, aquela coisa de manter o perfil legal, as fotos bonitas com meus amigos, fotos de festa, fotos da galera e até mesmo uma foto minha que tenha saído bonita eu posto no Insta. O Snapchat é aquela coisa de mais zoeira, coisa do momento e o Whatsapp é qualquer coisa.

(...)

Whatsapp a gente se comunica, a gente manda uma piada, qualquer coisa lá que a gente queira conversar. O Insta já tem mais aquela coisa de perfil e tipo, a gente conhece as pessoas pelo Instagram, e fala, ah, aquele cara da escola tal, vai e olha o perfil dele no Instagram. (Enzo, 13)

[Diferença entre WhatsApp e Instagram] *Ah, tem, tem bastante, tem muita mesmo. Porque, ah, no WhatsApp, é grupo de seu amigo, só pro seu amigo, então você põem umas coisas mais íntimas, porque são os amigos né, não tem muita importância. No Instagram, tipo, todo mundo vê, boto coisa mais normal, uma foto com os amigos, uma foto só você né, um vídeo, ah, você fez alguma coisa, ganhou alguma coisa, tudo, aí você posta. Mas no Whats, dependendo da galera ainda, põem coisa bem íntima né. (Keven, 13)*

O Instagram parece ser considerado mais sério e os conteúdos precisam ser manejados com maior atenção devido à visibilidade diante das audiências mais amplas que foram selecionadas. Ao mesmo tempo em que o Instagram agrega fotos e postagens com informações sobre si, a escolha dos conteúdos que podem ser publicados não é tão aleatória

quanto pode ocorrer no WhatsApp e no Snapchat. Justamente por saber da dimensão mais pública do Instagram e por adotarem este contexto como parte importante das estratégias de apresentação de si e gerenciamento das impressões no círculo de relacionamentos sociais ampliado, as informações sobre si que são publicadas exigem mais cautela.

Vale destacar que, apesar das diferenças explícitas entre o que é considerado mais apropriado em cada plataforma, há uma importante interconexão entre as exposições em cada um destes contextos mediados. Assim como a delimitação das audiências parece uma tentativa de tornar mais visíveis os interlocutores e descolapsar os diferentes contextos, potencialmente sobrepostos nas plataformas mais públicas como Facebook e Instagram, a delimitação dos conteúdos considerados apropriados em cada plataforma é bem articulada para não sobrepor contextos relacionais que têm expectativas de aportes diferentes.

Tipo, você quer falar uma coisa pra pessoa, você fala no WhatsApp, as vezes você chega na foto de um cara no Insta e você comenta, ah men, vá no WhatsApp que preciso te falar um negócio, aí entra no WhatsApp. No Snapchat também, ahh... WhatsApp, entra lá que preciso falar um negócio com você, ou a pessoa põe Insta pra dizer que pôs foto no Instagram ou no Snapchat, ou no Whatsapp também tem muito isso, no grupo da escola, a galera fica pondo Insta, Insta. (Enzo, 13)

Outro exemplo interessante sobre os limites das publicações em cada plataforma é a necessidade de recorrer ao WhatsApp para evitar que os comentários nas fotos do Instagram ou do Facebook gerem um excesso de mensagens que podem ser consideradas inadequadas para ficarem públicas. As adolescentes justificam a necessidade de recorrer ao WhatsApp ao invés de comentar muitas vezes no perfil, mesmo que tenhamos notado conversas públicas no Instagram e Facebook que parecem ser fruto de reações instantâneas sobre as publicações:

Quando não é para ficar aquela lista de comentários enormes, pra não ficar parecendo uma conversa, aí você vai lá no WhatsApp e conversa, dá pra conversar direito. (Dora, 15)

Tem isso também, que tipo, no WhatsApp você pode ter um diálogo com uma pessoa, no Instagram geralmente não usam ele para isso. (Tereza, 16)

Esta sinalização pode ser conferida nas observações dos perfis no Instagram e no Facebook. Apesar de termos encontrado muitos exemplos de conversas públicas no campo dos comentários das publicações, com respostas aos elogios, agradecimentos e sinalizações de saudade dos amigos que estão nas fotos, os comentários são geralmente curtos, mesmo que a plataforma permita textos maiores. Como podemos observar na Figura 12, nos aportes registrados nos comentários do Instagram há um predomínio de *emoticons* e sinalizações

diretas de vínculo com o dono do perfil, com quem eventualmente aparece na foto, ou ainda sinalização de identificação com gostos e interesses expostos na publicação.

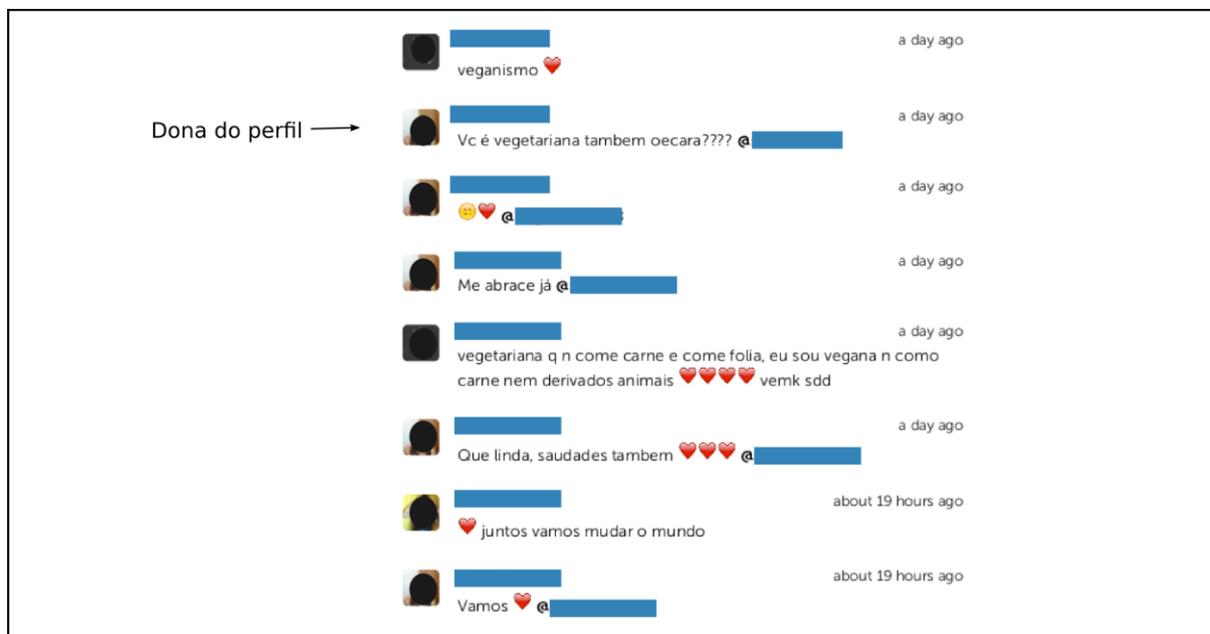


Figura 12. Exemplo de conversa pública no campo dos comentários no Instagram. Perfil de Tereza, 13.

Algumas conversas são voluntariamente feitas na área pública dos comentários no perfil do Instagram e ilustram não apenas o interesse em dar visibilidade a alguns aspectos de si, mas também tornar visível as afinidades e identificações possíveis com os pares a partir destes aspectos que são comuns. A validação social e o desenvolvimento de relacionamentos são funções das exposições de si (Derlega & Grzelak, 1979) que podem variar na amplitude de acordo com as variações na regulação dos conteúdos, das audiências e dos tipos de visibilidade que os aspectos de si expostos terão nas diferentes plataformas digitais.

Com relação à delimitação dos conteúdos das exposições em cada plataforma, o Facebook apresenta-se como palco para consumo de conteúdos de páginas de instituições, de amigos, familiares e celebridades, mas com poucas publicações sobre si feitas diretamente pelos adolescentes e muitas replicações de conteúdos de outros. No Instagram, os conteúdos publicados pelos próprios adolescentes com fotos de si, de viagens, de temas de interesse e o registro das interações com amigos nos comentários são mais frequentes, com indicação de que o perfil do Instagram precisa ser levado mais a sério como forma de apresentação de si diante dos pares e de potenciais novos amigos de amigos que recorrem ao perfil nesta plataforma para conhecer novas pessoas.

Por sua vez, os conteúdos publicados no Snapchat parecem baseados em uma premissa de que nesta plataforma há liberdade para publicar zoeiras, brincadeiras e registros de situações dos momentos pontuais nos quais estão, seja selecionando diretamente amigos mais próximos como alvos ou registrando as publicações por 24h na opção *história* do aplicativo. O WhatsApp, por permitir conversas entre apenas duas pessoas ou grupos mais amplos, é palco para conversas variadas e publicação de conteúdos diferentes de acordo com os alvos. Nos grupos de família não há muito interesse em publicar, mas o WhatsApp apresenta-se como a plataforma preferida para manter relacionamento com os amigos mais próximos, trocando conteúdos mais íntimos e negociando sobre os conteúdos que devem ou não ser publicados nas demais plataformas.

O WhatsApp também é apontado como plataforma que permite a continuação de comentários e diálogos que são iniciados no Facebook ou no Instagram, uma vez que os adolescentes não consideram apropriado discussões muito amplas nos comentários destas plataformas mais públicas. Nestes fluxos de publicações e conversações com os pares nos contextos digitais, podemos observar considerável agência nos processos de manejo dos graus de acessibilidade e de inacessibilidade, de abertura e fechamentos em relação aos outros, delimitando assim os limites entre o *self* e o outro (Altman, 1977; Altman et al., 1981; Jourard, 1966) também a partir da delimitação dos conteúdos.

Se os contextos digitais são aqui entendidos como fruto da combinação das condições técnicas de cada plataforma, das audiências delimitadas e das expectativas individuais e coletivas sobre as interações que estão ocorrendo (ou podem vir a ocorrer), a seleção dos conteúdos das exposições depende de cada contexto. Neste sentido, podemos enfatizar o contexto digital não como retrato do conjunto de ambientes relacionais possíveis com mediação das tecnologias digitais, mas como encadeamento de variáveis que influenciam os comportamentos nas interações mediadas específicas. Certamente podemos falar de múltiplos contextos digitais e de contextos diferentes que se sobrepõem quando, por exemplo, diferentes interações ocorrem simultaneamente no Snapchat, no WhatsApp e no ambiente físico no qual os participantes se encontram. Ainda que esta sobreposição de contextos diferentes seja possível, percebemos que os adolescentes delimitam regras e expectativas para os conteúdos em cada contexto, como uma estratégia para evitar uma possível desorganização normativa nas situações (Goffman, 2010), a sobreposição das esferas sociais (Binder et al., 2009) e o colapso dos contextos quando não há diferenciação clara dos limites e regras entre

eles.

A forma como os adolescentes definem os critérios para a escolha dos conteúdos considerados mais apropriados para cada plataforma nos indica mais um exemplo de gerenciamento da privacidade. Ao fazer essas escolhas com base em regras, os adolescentes estão de alguma maneira gerindo os graus de abertura e preservação do *self* nestes relacionamentos interpessoais mediados. Assim como a delimitação dos alvos é um exemplo de conquista de autonomia, o manejo dos critérios para os conteúdos implica em um processo reflexivo de seleção dos aspectos de si mais relevantes dentre as muitas possibilidades de expressão do *self* nas interações. No entanto, essas escolhas não parecem limitadas a deliberações exclusivamente individuais. Assim como os adolescentes publicam informações sobre si, muitas publicações são feitas em conjunto com outros ou com informações sobre outros, o que exige um processo de negociação coletiva sobre as regras e estratégias de manejo dos limites de acesso aos *selves*.

5.2.2.2 Minha privacidade, nossas regras: negociações sobre a copropriedade das publicações

As negociações que ocorrem sobre os conteúdos antes da publicação nas plataformas mais públicas como o Instagram evidenciam a importância da noção de *copropriedade* das informações privadas. Os exemplos de negociação que os adolescentes fazem pelo WhatsApp, sobre os conteúdos que serão ou não publicados, mostram que esta copropriedade efetivamente gera um compromisso mútuo sobre a definição das regras de exposição das informações sobre si e das informações sobre os outros. Admitida a copropriedade, os adolescentes disparam conversações para que possam acordar sobre a qualidade dos conteúdos e coordenar os limites que devem ser mutuamente respeitados, especialmente no que diz respeito às fotos.

No momento da realização da pesquisa, o WhatsApp foi apontado como a plataforma preferida para estas negociações sobre as informações em copropriedade. A negociação ocorre não apenas sobre qual foto, mas também sobre qual a plataforma e quais legendas são

consideradas mais adequadas.

Ah, tipo, as vezes quando eu tiro foto com as minhas amigas, se elas mandam a foto num grupo, por exemplo no Whatsapp, daí elas perguntam se alguém posta, daí às vezes falam pra mim postar, daí se eu pego pra postar, daí eu pergunto onde quer que eu poste. É, tipo, daí elas falam, normalmente é Instagram, é difícil eu postar coisa no Facebook, aí eu pergunto a legenda, elas falam e aí eu posto. (Tatiana, 14)

A gente, por exemplo, às vezes a gente pega várias fotos nossa, por exemplo, pra publicar no Instagram, a gente pega várias fotos nossas que a gente acha que tá legal, aí a gente faz uma colagem em todas as fotos, aí a gente manda "qual dessas fotos eu posto? e que legenda eu boto?" aí a gente fala "a 1 tá feia, ah não, a 2, acho que a 2 tá melhor, a 2 e a 3", a gente sempre faz isso o tempo todo. E aí a gente vê qual foto a gente vai postar e com legenda, às vezes ela sonda, aí a gente posta. (Nina, 13)

Principalmente nas fotos nas quais há mais de uma pessoa, estas negociações ocorrem não apenas pela noção de copropriedade, mas também pelo respeito às expectativas de controle coletivo sobre os conteúdos. A legitimidade de uso das informações dos outros ou de publicações de informações sobre si pelos outros é equilibrada por esta expectativa de que os outros irão fazer esta consulta antes de expor sem autorização.

Manda no WhatsApp antes de, tipo, se eu tirar uma foto com você eu tenho que mandar primeiro pra ver se você deixa eu postar. (Tereza, 16)

Porque normalmente quem posta foto minha são minhas amigas, mas a gente combina. A gente fala Ah essa tá bonita, e combina e todo mundo posta essa foto. A gente tira foto e aí a gente manda pro WhatsApp backup, aí todo mundo escolhe pra postar, aí tipo todo mundo tá de acordo e posta. (Una, 13)

As meninas indicam com maior objetividade estas regras de coordenação, mas os meninos também a praticam mesmo que não assumam tão deliberadamente. Pelos relatos dos entrevistados, percebemos que as regras entre os meninos não parecem ser mais flexíveis e, apesar de tentarem minimizar a assunção destes acordos mútuos, explicitam restrições que podem gerar incômodos e ruídos quando não são respeitadas pelos pares.

Não a gente meio que se dane, mas as meninas eu vejo que elas tem umas regras tipo não postar foto uma da outra feia. Porque tem gente que tem um mau hábito de sair no Snapchat tirando foto das pessoas e botando sem autorização. (Enzo, 13)

E agora hein? Entre os meninos a gente não tem muito essa, a gente faz tipo tudo, zoa um o outro, brinca, acho que num tem muito esse negócio de regra não, só quando acho que é num grupo por exemplo, o da escola, que aí não fala, não ficá criando intriga, lá no meio, ficá brigando lá no meio, a gente não faz muito, tenta evitá esse tipo de coisa. (Ciro, 16)

Só, por exemplo, só não pode tipo eu publicar uma foto do outro, da pessoa sem que ela saiba. Eu pergunto se eu posso publicar tal foto dela porque é a imagem dela né? Caso ela autorize eu publico. Pergunto pessoalmente ou pela conversa mesmo. (Luciano, 16)

Ah, não. Ah, depende, se o cara, tipo, não quiser que publique, "ah, não gostei dessa foto", aí a galera não publica, aí porque chato, né? O cara não gostou, o cara, sei lá. (Keven, 13)

Na observação das publicações nos perfis, podemos notar que parte das negociações ocorre diretamente nos comentários das fotos com alertas, sugestões e críticas. Apesar de serem feitos em tom de brincadeira e como uma forma de explicitar publicamente o vínculo e a intimidade com o dono do perfil, estes comentários indicam uma abertura para coparticipação na gestão dos conteúdos que atendam às expectativas dos pares. Além de os amigos terem esta liberdade para registrar os alertas nos comentários, os donos dos perfis assumem como legítima a necessidade de justificar as escolhas e sustentar as motivações sobre algumas fotos, como ilustrado na Figura 13.

O tom de brincadeira, inclusive entre os meninos, não exclui a existência destas expectativas sobre a coordenação das regras sobre o que vai ser compartilhado nestes contextos digitais mais públicos, regras que vão sendo ajustadas conforme estes aportes são feitos e que podem influenciar na remodelagem das estratégias de gerenciamento das exposições ao longo do tempo.

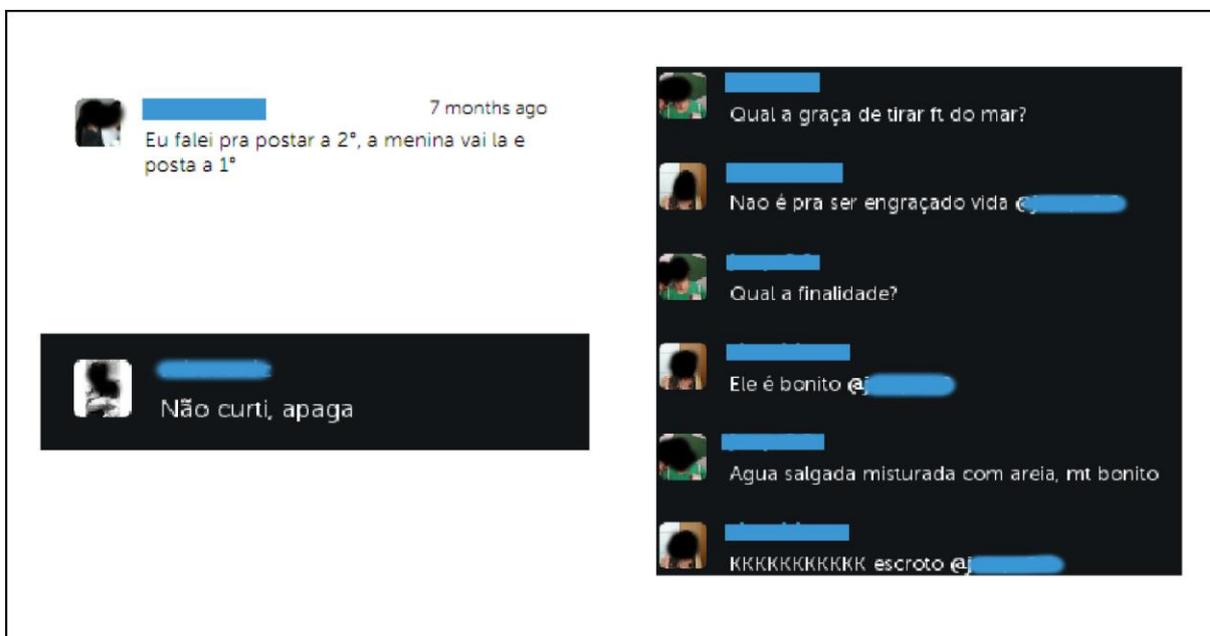


Figura 13. Exemplo de comentários sobre os conteúdos publicados no perfil do Instagram e conversa pública de negociação.

Interessante observar que, apesar de o WhatsApp ser o mais usado para este tipo de controle sobre os conteúdos que serão publicados, uma das adolescentes entrevistadas indicou

usar as ferramentas de controle e filtragem prévia disponíveis no Facebook como exemplo de estratégia para regulação individual, em sintonia com a copropriedade com as amigas.

No Facebook é, antes eu não sabia o que fazer quando as pessoas colocavam alguma coisa que eu não queria na minha linha do tempo. Aí eu fui trás de ver no Facebook o que fazer pra tentar proibir, barrar e tem a análise da linha do tempo que toda vez que alguma pessoa te marca em alguma coisa, vai primeiro pra você escolher se isso vai pra sua linha do tempo, se vai ou não. Aí tem ocultar e adicionar, aí eu posso escolher. Assim, quando é publicação de aniversário, que minhas amigas querem colocar uma foto bem estranha minha, que fizeram aniversário, aí se a foto é muito estranha, se eu não gostei, aí eu deixo oculta e falo, mando uma mensagem pelo WhatsApp falando que não vai sair, que ninguém vai ver [risos], se ela quiser ela coloca outra foto menos estranha. (Dora, 15)

As aberturas para publicação de fotos e comentários sobre os outros parece ser bastante flexibilizada nas ocasiões dos aniversários. Em todos os perfis observados, assim como nos relatos das entrevistas, percebemos que há um conjunto de regras específicas na data do aniversário e um volume acima da média de publicações e comentários, principalmente no Facebook, incluindo os perfis com pouquíssimo uso. Nos aniversários, há uma espécie de acordo coletivo em torno de brincadeiras que incluem a publicação de fotos “zoadas”, comentários e vídeos com conteúdos que os próprios donos dos perfis não quiseram compartilhar em outros momentos, justamente por serem situações mais constrangedoras.

Os relatos indicam um tipo de moratória nas regras de delimitação dos conteúdos considerados apropriados, com ampliação dos direitos associados à copropriedade destes conteúdos que propositalmente gerarão algum tipo de desconforto. Especificamente nestas ocasiões, o que poderia ser uma turbulência e gerar muitos ruídos nas relações, apresenta-se como uma forma de demonstrar publicamente o carinho, a amizade e a proximidade, explicitando que existe um vínculo forte nestes relacionamentos interpessoais inclusive fora da rede. De alguma forma, esta peculiaridade dos aniversários indica uma nova faceta possível para os rituais de passagem nesta fase do desenvolvimento, o que antes ocorria com “ovadas” e zoeiras que marcavam este momento de transição nos outros ambientes relacionais não mediados.

Como podemos observar no relato de *Dora*, 15 anos, a única adolescente que sinalizou o uso das ferramentas de filtragem das publicações no Facebook, ela aparentemente foi motivada por alguma surpresa na ocasião de seu aniversário, buscando regular inclusive a moratória desta situação.

Ah, com as outras pessoas eu não sei porque normalmente você vê uma foto assim que essa pessoa não ia deixar colocar, sabe, que é aquela foto que a pessoa tá com o celular aqui aí a câmera sem querer tá frontal e ela vira e sai assim sabe [risos], ou normalmente quando é de aniversário a gente

deixa a câmera posicionada assim e chama aí a pessoa olha no susto e você tirou a foto, aí vai essa foto assim. Assim, quando chega o aniversário tem essa brincadeira de postar uma foto bem estranha. Aí essa pessoa pode postar, mas normalmente assim, quando é de surpresa, a gente pergunta, quando a gente acaba tirando uma foto dele, dela, estranha, a gente pergunta se pode colocar no aniversário dela, dessa pessoa, ou quando, no meu caso, o meu aniversário é nas férias, então elas me mandam as fotos que elas tem, aí eu escolho [risos] e também não é pra.... ficar colocando, tipo invadir a conta da outra pessoa e ficar colocando coisas lá, que não é necessário, mas fora isso, não tem outra regra assim. (Dora, 15)

Nos relatos dos demais adolescentes também notamos o quanto estas publicações de zoeira e exposição pelos outros nos aniversários fazem parte de um jogo que marca publicamente a existência dos vínculos e que são encarados como formas de reconhecimento social contabilizado nas plataformas pelos comentários e curtidas recebidas.

No aniversário das pessoas, as meninas pegam um monte de queimações da pessoa e fazem um mix ou um vídeozinho ou alguma coisa assim, e botam e fazem um textinho aí, às vezes são fotos muito feias, muito bizarras, e a gente bota: tira isso, por favor, tá muito feio, da outra pessoa que fez aniversário e aí várias publicações assim só que eu acho que depois as pessoas tiram. (Nina, 13)

Apesar de haver esta maior abertura nas ocasiões dos aniversários, a regulação dos comentários também é feita com algum cuidado, pois nem todo comentário é bem-vindo, assim como não são todos da lista de amigos que possuem o mesmo tipo de liberdade para participar desta coordenação. A copropriedade das informações privadas é estabelecida em diferentes níveis de confiança, sendo que as regras sobre os acessos e usos variam entre os diferentes amigos que têm acesso aos perfis.

Além das permissões para as publicações de conteúdos na ocasião dos aniversários, os amigos mais próximos podem gozar ainda de outros direitos de copropriedade que incluem acessos mais amplos como até o cadastro da digital para desbloquear acesso ao aparelho celular do amigo(a)⁹⁷. Um outro exemplo de copropriedade, e que ilustra uma grande permeabilidade nos limites de acesso às informações e espaços privados entre amigos mais próximos, pode ser observado no caso da brincadeira que consiste em entrar na conta do Snapchat de um amigo ou de uma amiga para publicar uma foto de si pela conta do outro. Nos relatos, estas brincadeiras de “invadir” são percebidas como mais um marcador de intimidade, uma outra forma de publicizar o vínculo existente e ainda se tornar visível para vinculação com amigos dos amigos nesta plataforma.

⁹⁷ Em alguns modelos de aparelhos de celular, a impressão digital é usada como senha de acesso e existe a possibilidade de cadastro de mais de uma digital. Este tipo de cadastro pode ser considerado atualmente uma prova de extrema confiança nos pares autorizados.

Minha colega, as vezes pega meu celular pra ficar mandando foto ou coisas tipo no Snapchat, tem muito uma coisa assim de invadir entendeu? As pessoas pegam, tira foto e bota o seu Snap e bota: "invadindo". Aí geralmente é isso, e hoje teve. É uma brincadeira, às vezes, assim, você ver uma pessoa no outro Snapchat que você conhece, mas não sabia que aquela pessoa tem Snapchat, entendeu? Aí você acaba adicionando ela. (Otávio, 15)

Os critérios para exposição de conteúdos nas ocasiões dos aniversários, a tolerância para acessos aos perfis pessoais e os graus de abertura com os amigos mais próximos são todos contextuais, pois as permissões são limitadas de acordo com situações e pessoas específicas em determinados períodos de tempo. Os mesmos conteúdos e comportamentos podem ser considerados perturbadores e gerar turbulências quando há discrepância entre as expectativas de manutenção dos critérios, seja por não estarem claras as regras ou quando elas são deliberadamente rompidas. Mesmo os que participam das brincadeiras de invasão do Snapchat dos amigos, como forma de explicitar os vínculos, se sentem incomodados quando a invasão é feita para outros tipos de finalidades não acordadas previamente.

Acho que pegar meu celular e mexer e botar as coisas na Internet que eu não quero, entendeu? Às vezes meus colegas, eles pegam o meu celular, aí tão no Instagram, aí pega e ficam comentando coisas doidas na foto de outra pessoa aí cê fica tipo "Não faça isso!" entendeu? Mais isso. (Nina, 13)

Quando os limites são rompidos ou quando há discrepância nas expectativas de copropriedade entre os que comentam e os donos das publicações, algumas sanções podem ser aplicadas, a exemplo da exclusão dos comentários, bloqueio dos conteúdos ou outros tipos de respostas às turbulências que exijam renegociação das regras.

As vezes que eu comento uma coisa, se eu comentar uma coisa e a pessoa não gostar eu posso apagar. Sim, sim, se eu, se a pessoa comentar alguma coisa é, que eu não goste muito, eu apago o comentário e, se tipo for muito sério, alguma coisa que eu não gostei realmente, eu bloqueio ela ou eu chamo e falo com ela. Converso com ela e peço pra ela nunca mais fazer isso, que eu não gostei mesmo. As vezes é até brincadeira e que a gente interpreta mal, tem brincadeiras que pode ser brincadeira, mas a pessoa pode levar muito a sério. (Otávio, 15)

Conforme aumenta a distância entre as pessoas em termos de contatos diretos nos relacionamentos interpessoais fora da rede, a reciprocidade nos acordos sobre as regras parece ser diluída, ou seja, quanto mais próxima for a pessoa, mais liberdade para participar na coordenação dos limites enquanto coproprietária.

Depende, se for com a minha mãe eu pergunto tipo se pode postar [risos]. Se ela está em ordem a foto, daí eu posto. Se for com a família, ah, eu vejo se eu gostei da foto, porque aí é mais difícil de

perguntar, daí eu posto. (Tatiana, 14)

Quanto mais distante, ainda que familiares, o poder de participar desta coordenação diminui. A participação de alguns familiares mais próximos pode ser legitimada quando entra na dinâmica de negociação com os critérios e regras estabelecida pelos próprios adolescentes, uma forma de marcar o espaço de autonomia nos próprios perfis. Esta diferenciação entre os graus de compromisso na gestão das informações em copropriedade é sinalizada por alguns dos entrevistados.

Tenho uma tia que é aquela mais rigorosa, que as vezes me passa uma mensagem: “olha, aquilo que você postou eu não gostei muito, vai lá e exclui”. Eu acho assim, se, tipo, tiver um sentido, for realmente uma coisa tipo assim que eu goste e que eu compartilhei porque eu gostei daquilo, aí eu tento convencer ela de que aquilo ali não foi uma postagem ruim, entendeu? (Otávio, 15)

Assim como precisam manejar as regras de seleção dos conteúdos e os tipos de acesso de acordo com os diferentes tipos de relacionamentos interpessoais, os adolescentes também ajustam os conteúdos de acordo com as qualidades de cada plataforma. Os adolescentes percebem especialmente a possibilidade de *persistência* e *replicabilidade* dos conteúdos nos *networked publics* (Boyd, 2011), o que exige atenção para que as regras do gerenciamento das exposições sejam mantidas nas diferentes plataformas. Os entrevistados reconhecem que algumas informações privadas compartilhadas momentaneamente podem voltar à tona em situações não acordadas e que podem gerar turbulências e conflitos.

Sabendo que os conteúdos expostos no Snapchat e no WhatsApp, por exemplo, podem persistir com as fotos das telas e replicações para outros alvos, esta persistência é manejada com acordos mútuos de confiança reforçados nos encontros presenciais. A *replicabilidade* não é apenas reconhecida, mas apropriada no fluxo de trocas, saudável quando ocorre de acordo com as expectativas de confiança e temas considerados apropriados.

Porque normalmente os lugares que a gente mais se encontra são na escola, e na escola tá todo mundo lá, e não tem horas em que você fique sozinha pra falar: “ó eu gosto dessa pessoa”. Aí é mais no chat do WhatsApp, no pessoal, e aí que tipo você não garante que a pessoa não tire print e tal, mas acho que se for sua amiga acho não vai tirar print. (Nina, 13)

[já tirou print de conversas?] *Tipo, não é de segredo, por exemplo, eu contei um segredo e a pessoa tira print. As vezes é: “ah, eu briguei com uma pessoa e aí olha aqui minha conversa com ela, aí eu tirei o print”, entendeu?* (Nina, 13)

Whatsapp eu não gosto de mandar nada só assim print, print da tela quando eu quero mostrar alguma coisa pra alguém de conversa. (Davi, 15)

Mostrar conteúdos de conversas privadas para amigos é normal, faz parte dos relacionamentos em confiança. Este aspecto mostra a copropriedade como elemento marcador de intimidade e não obrigatoriamente como um problema, dependendo do tipo de conteúdo ser mais ou menos valorizado como privado e sigiloso. Mostrar as coisas para estranhos é estranho, mas para os melhores amigos é normal.

Mas tem coisa que você não mostra, né, tipo o WhatsApp. Tem aqueles vídeos que a galera mostra. Tipo o vídeo: o filho tá dormindo e a mãe encosta no celular e ele tira uma arma para ela, assim, ela foi encostar no celular dele, porque tocou o WhatsApp, porque né [risos]. Chega o ponto que você não quer mostrar mais nada, chega um ponto que tipo, ah, não vou mostrar isso pra ninguém. Só que você acaba mostrando pra um amigo seu, ah, não vou mostrar isso pra ninguém, não vou mostrar pra ninguém, chega seu amigo, e chega e mostra pra ele, não tem como, parece que é instantâneo, você quer mostrar pra ele. (Keven, 13)

A instantaneidade do desejo de compartilhar com os próximos é respaldada tanto pela condição técnica das tecnologias digitais quanto pela ampla disponibilidade da copresença mediada nos contextos digitais. A velocidade e espontaneidade dos compartilhamentos são cada vez mais incorporadas como condições destes ambientes relacionais, mas não parecem eliminar as preocupações e comportamentos dedicados à regulação do fluxo de conteúdos sobre si e sobre os outros. A regulação dos conteúdos em cada plataforma, bem como a autocensura, são exemplos de estratégias para evitar situações desagradáveis. Na dificuldade de controlar a replicação para audiências não previstas, limita-se o tipo de conteúdo nas exposições para manejar o risco em caso de acesso por alvos não legítimos.

Bom, eu já penso assim, é, se eu tô colocando para o público, qualquer pessoa do mundo em algum momento pode vê, então, tento nunca colocar uma informação muito íntima ali, então, eu falo, se é público é público, então o mundo inteiro pode vê isso, é perigoso, dependendo do tipo de informação que você coloca. (Ciro, 16)

[a replicação dos conteúdos] não, isso daí não tem como controlar, acho que você tem que controlar o que você vai colocar ali. (Sérgio, 15)

A escolha da plataforma na qual será realizada a exposição também está associada à tentativa de minimizar as chances de que informações mais privadas sejam usadas por outros fora de contexto e gerem problemas.

Eu mando foto zoada no Snapchat porque aí não tem como a pessoa salvar. (Tereza, 16)

No Instagram você tem que seguir a página, mas não dá pra você pegar uma foto de alguma página pra eu poder usar depois, por exemplo, uma página de curiosidades. Se eu precisar usar uma foto

dessa página não dá pra copiar e usar depois. (Dora, 15)

Porque quando você quer mandar alguma foto que você não quer que a pessoa tire print screen, você põe rápido, mas apesar de que no Snapchat dá pra ver quando a pessoa tira um print da foto. [mas tem como copiar?] Tem, mais a galera não usa muito isso não, a galera tenta printar mas aí não deu tempo quando bota um segundo. (Enzo, 13)

As oportunidades e restrições de cada plataforma são usadas para que possam ter gradativamente maior capacidade de gerenciamento do fluxo de suas informações, ao menos no que diz respeito às exposições voluntárias e aos acordos que fazem questão de estabelecer com os pares.

Interessante destacar como diferenças pontuais de funcionalidades nas plataformas são apropriadas de maneira criativa pelos adolescentes para que possam atender às demandas específicas de dada situação, gerando usos e acordos também pontuais. Um exemplo disso é o relato que comenta como a ausência de notificação de status no aplicativo Snapchat faz com que esta plataforma possa ser utilizada quando há motivos que impedem o uso do WhatsApp. Quando não querem expor a presença on-line que fica registrada no WhatsApp, ou quando não podem responder às demandas por disponibilidade geradas por esta presença, o Snapchat pode ser usado como alternativa provisória para conversas que eles mesmo consideram que seriam “mais apropriadas” para o WhatsApp.

As vezes a gente usa o Snapchat pra comunicar, assim, muita gente quando tá sem poder usar o WhatsApp, vai pro Snapchat porque não tem como ver se está online e aí manda o Snapchat, a gente fica conversando pelo Snapchat, mas no Snapchat é diferente do Whatsapp, a gente tipo tá acontecendo alguma coisa na aula a gente tira uma foto e põe lá no My History. (Enzo, 13)

Estes exemplos de reajustes das regras, com moratórias e critérios contextualizados, nos indicam não apenas um interesse em regular os conteúdos e alvos das exposições, mas também a criatividade na dinâmica de delimitação dos tipos de acesso ao *self* pelo manejo do fluxo da copresença nos contextos digitais. Se, em tempos de uso móvel, os aplicativos sociais ampliam a potencial disponibilidade para relacionamentos interpessoais, esta disponibilidade precisa ser gerenciada para que ela mesma não seja uma forma de invasão da privacidade ao ampliar demasiadamente a permeabilidade dos limites, com aberturas além do desejado, o que permitiria aproximações prejudiciais ao *self* e aos próprios relacionamentos interpessoais.

A regulação da disponibilidade para interações e das formas de explicitar (ou preservar) a copresença mediada são exemplos de estratégias de gerenciamento da privacidade, estratégias que também precisam estar pactuadas com os pares como forma de manter a autonomia nestes relacionamentos nos contextos digitais. As noções de ausência e presença mediadas, não mais dependentes exclusivamente da presença imediata do corpo na situação na qual ocorre a interação, são complexificadas pois cada plataforma permite um tipo de copresença com diferentes graus de visibilidade, ao mesmo tempo em que podem ocorrer, simultaneamente, múltiplas interações em copresença mediada.

Ainda que tenhamos percebido um peso importante das negociações coletivas na delimitação das regras que amparam as exposições, podemos observar que há também estratégias mais individuais de regulação dos conteúdos motivadas pelas preocupações com as impressões que as exposições geram, tanto para os amigos mais próximos quanto para os potenciais novos amigos apenas parcialmente conhecidos. Neste sentido, as dinâmicas e qualidades dos *networked publics* oferecem, ao mesmo tempo, oportunidades e desafios que exigem dos adolescentes atenção na regulação da visibilidade dos aspectos do *self* nas diferentes plataformas. O imperativo por estar visível e disponível aos pares nas interações mediadas não dispensa uma regulação rigorosa dos conteúdos e das audiências para que as impressões produzidas possam estar de acordo com a imagem de si que os adolescentes pretendem projetar.

5.2.2.3 Entre a invisibilidade e a superexposição: o gerenciamento das impressões como regulação da privacidade

Assim como a *persistência* e a *replicabilidade* são qualidades dos contextos digitais que os adolescentes manejam em suas negociações coletivas sobre os conteúdos expostos, percebemos que há uma importante preocupação individual com o monitoramento dos aportes sociais que podem ser recebidos. Apesar da ampliação da disponibilidade para interação, da ampliação das audiências potenciais e de outras oportunidades em termos de registro público

do reconhecimento social, a copresença mediada oferece também restrições ao ocultar parte das informações emitidas nas interações sociais.

A emissão de informações que ocorre de maneira não verbal e muitas vezes involuntária através do corpo, postura, vestimentas e adereços, nos encontros em copresença física, ajudam os envolvidos a perceberem como estão sendo percebido pelos interlocutores (Goffman, 2014). Mesmo que estejam disponíveis ferramentas de vídeo para exposições em tempo real no Snapchat, nas demais plataformas aqui investigadas as apresentações de si são feitas principalmente através de textos e fotos. Na análise dos perfis e dos relatos dos adolescentes, assim como nas discussões teóricas que indicamos no capítulo 2, nem sempre é fácil delimitar a diferença entre as exposições de si e as apresentações de si. Mesmo quando não há conteúdos de si nas publicações, as informações expostas através dos outros e de conteúdos de instituições compõem um leque de informações que indicam aspectos do *self* e geram impressões socialmente compartilhadas que guiam parte da dinâmica dos relacionamentos interpessoais.

As negociações para escolha das melhores fotos e conteúdos a serem publicados são simultaneamente parte do processo de gerenciamento das impressões e de regulação dos limites sobre o uso das informações privadas. As negociações coletivas com os mais próximos no WhatsApp produzem, elas mesmas, aportes sobre os conteúdos que são expostos nesta escala menor antes de ganharem os contextos mais públicos, como o perfil do Instagram. Se muitas publicações passam por este crivo prévio no grupo de íntimos no WhatsApp com a dinâmica de copropriedade, o fato de que nem todas publicações podem ser validadas desta maneira exige que os adolescentes tenham seus próprios critérios para decidir sobre o que publicar e o que manter publicado em seus perfis com dimensão mais pública, como o Instagram e o Facebook.

Neste cenário, cada adolescente precisa assumir seus próprios critérios e definir seus limites de abertura e preservação para que consigam o reconhecimento e validação social esperados com as publicações, monitorando as impressões produzidas. Nos chama a atenção o fato de que há um volume relativamente pequeno de publicações nos perfis do Instagram, especialmente por este ter sido sinalizado como o perfil que os adolescentes usam todos os dias, como o “mais sério” e o que exige fotos “mais bonitas e menos aleatórias”, conforme podemos observar na Tabela 7.

Tabela 7

Quantidade de publicações e curtidas nos perfis do Instagram observados

Participantes	Idade	Total de publicações	Intervalos*	Curtidas**	Privacidade
Una	13	10	30	196,5	Privado
Dora	15	12	21,9	26,4	Público
Tatiana	14	4	22,5	49,75	Público
Keven	13	12	40,8	42,2	Privado
Ciro	16	35	20,4	36,8	Público
Sergio	15	1	0	0	Público
Samanta	13	10	36,8	64,6	Privado
Otávio	15	14	5,5	16,9	Privado
Nina	13	15	23	40,7	Privado
Enzo	13	3	43	80	Privado
Davi	15	20	8	306	Privado
Tereza	16	42	1,9	51,3	Público

* Intervalo médio de dias entre cada uma das 10 últimas publicações observadas durante a pesquisa.

** Intervalo médio de curtidas por publicação considerando as últimas 10 postagens.

Na observação dos perfis, nos dedicamos a analisar apenas a últimas 10 publicações, mas a plataforma do Instagram indica uma contagem do total de publicações no perfil ao lado do total de seguidores e pessoas que estão sendo seguidas dentro desta rede. Na Tabela 7 podemos observar que o volume de publicações é pequeno e com grandes intervalos entre elas para uma plataforma utilizada todos os dias, sem que possamos indicar alguma diferença explícita entre os tipos de configuração de privacidade dos perfis.

Em complemento às regras que definem para selecionar previamente as fotos que merecem ir ao perfil do Instagram, os adolescentes entrevistados utilizam também alguns critérios para manter ou não a foto nesta plataforma, dependendo do volume de aportes positivos recebidos através de curtidas e comentários.

Instagram eu pergunto pros meus amigos mais próximos se essa foto tá bonita ou não, mas Snapchat, sem critério. (...) No Instagram mesmo, várias vezes eu posto e apago, porque eu não achei, passando assim, eu vejo que eu não gostei da foto ou algum dos cinco amigos fala pra eu tirar porque não gostou, é isso, não muito. (Davi, 15)

No Instagram as pessoas levam mais, tipo, como um perfil sério. Vão te conhecer: vão no seu Insta. Minha média é 100 [curtidas]. Se um dia tiver 60, eu apago. Se tiver 80, eu deixo. Eu apago, todo mundo apaga na verdade. (Enzo, 13)

A exclusão de fotos do perfil é explicitada como uma das estratégias eficientes neste

manejo das impressões, sendo que as publicações são monitoradas para identificar as que não recebem um mínimo esperado de retornos em curtidas e comentários e são tidas como inadequadas. O adolescente *Enzo*, 13 anos, possuía apenas três fotos no seu Instagram e efetivamente a média de curtidas nas publicações era de 80 por publicação. A preocupação com o volume de curtidas nas fotos do Instagram envolve não apenas a seleção das fotos “bonitas”, mas também estratégias que possam disparar o envolvimento dos amigos na produção de mais curtidas. No caso do Instagram e do Facebook, o recurso da *marcação* é utilizado para este fim, permitindo incluir o nome de outros usuários nas publicações, fazendo com que o conteúdo seja automaticamente replicado nas redes de contatos destes que foram marcados, para além da lista de quem está publicando.

Ao serem indagados sobre o que é que ajuda a dar curtidas nas publicações, os adolescentes apontam algumas estratégias:

Normalmente é foto, quando você marca uma pessoa, aí você marca uma pessoa, aí além dos seus amigos, os amigos dessa pessoa vão ver, e aí geralmente curtem, por isso que tem gente que, apesar de postar uma foto só dela, dessa pessoa, marca os outros amigos pra que mais pessoas vejam essa foto e curtam, mas eu só marco os meus amigos quando eles estão na foto, porque né [risos]. (Dora, 15)

No Instagram também eu tenho foto com 30 e tenho foto com 12 curtidas, entendeu? Eu tinha uma que tinha 89, mas na verdade, depende da hora que você posta também. Porque até hora tem hora de postar, porque aí geralmente tem horas. No Instagram a gente usa a tal hora, no Facebook muita gente usa tal hora, que tipo, se eu postar uma foto de manhã, com certeza não vou ter tantas curtidas do que se eu postar uma foto de noite, ou então de tarde que é a hora que o povo usa. [e você tem hora para publicar?] Na verdade eu tento postar nas horas movimentados, mas se eu tivesse, tipo, em um lugar e tirar uma foto e quiser postar de manhã eu posto, não tem problema. Eu não espero de noite pra postar. Mas quando dá eu uso esse horário. (Otávio, 15)

Ao mesmo tempo em que há um monitoramento sobre os melhores horários do dia de acordo com a disponibilidade de copresença dos amigos para que as exposições sejam vistas e gerem os aportes esperados, há publicações que tem seu valor especial justamente por retratarem simultaneamente a experiência de um momento, o registro desta experiência, a publicação desta experiência e a possibilidade de receber aportes durante o período da própria experiência.

O monitoramento das publicações e dos aportes que geram é feito com algumas expectativas sobre as audiências que tem acesso aos perfis. O interesse em curtidas é explícito e nem sempre os resultados obtidos estão de acordo com as expectativas, um dos motivos que gera a exclusão das fotos com baixa performance neste aspecto.

Na verdade, satisfeito a gente nunca tá, mas a gente sempre quer mais [risos], mas tá bom, eu não reclamo não. Sei lá, porque tipo, 400 pessoas me seguem e 11 curtem minha foto entendeu, pelo menos umas 40, 50 pessoas podiam curtir né? (Otávio, 15)

É que eu me comparo muito com as minhas colegas. Aí eu tenho colegas que têm 100 curtidas 50, 60 curtidas, 70 curtidas, aí tipo, as vezes minha foto tem 25 é, hum. No Instagram só posta foto assim, foto pessoal mesmo, e eu acho que as curtidas são a partir dos seus seguidores, e as minhas amigas tem muitos seguidores, tipo elas conhecem bem mais gente que eu, e aí eu acho que é por isso. (Nina, 13)

Nesses dois últimos exemplos, podemos perceber uma conexão entre o reconhecimento social nestes contextos digitais e o reconhecimento pelos pares fora da rede. Assim como os adolescentes indicaram a necessidade de conhecer pessoalmente, “ver”, “falar alguma vez na vida” com as pessoas que podem ser aceitas como amigos na lista de contatos, eles esperam destas pessoas algum tipo de retorno e interesse em suas publicações. O interesse pelas curtidas reforça a importância da *validação social* e do *fortalecimento das relações* como funções das exposições de si (Derlega & Grzelak, 1979) também nestes contextos digitais. Todos, de alguma forma, sinalizam os aspectos positivos de ver o registro de elogios, curtidas e comentários amigáveis em suas publicações. Saber que as pessoas gostam do que é compartilhado e que estão sendo visualizados pelos amigos é a maior motivação para manter o uso. No entanto, parece haver uma preocupação com a dosagem desta visibilidade. Todos gostam de ter muitas curtidas e comentários, mas reconhecem que nem sempre é possível obter o reconhecimento desejado.

[receber curtidas] Gosto, mas assim tem gente que só usa isso, comentários e curtidas, meio que pra dizer que é popular, pra ganhar muita curtida, mas eu não, eu uso e ganho curtida porque as pessoas gostaram das minhas fotos e tal. (Sérgio, 13)

Se você posta foto, e aí tipo não tem quase nada de curtida, a gente se sente mal. Mas, tipo, isso é muito na verdade, isso não era pra existir, mas infelizmente existe, eu não sei porquê, tipo, a gente fica se importando tanto com o tanto de curtidas que a gente tem na foto, sei lá, você sente que você é, sei lá mais, popular ou, sei lá, se bem que eu não ligo muito pra isso. (Nina, 13)

Se por um lado temos uma cultura que estimula a exposição de aspectos de si em torno de uma “tirania da abertura” (Altman & Taylor, 1973), atualmente percebida nas redes digitais como “tirania da visibilidade” (Sibilia, 2008), tornar-se visível através das apresentações de si exige cautela e demanda um esforço para gerenciamento das exposições, evitando o risco da invisibilidade (Bucher, 2012) e o da superexposição, simultaneamente. Mesmo que as funcionalidades das plataformas digitais permitam a ampla exposição de aspectos de si, pensamentos, opiniões e rotinas, os adolescentes apontam cuidados e critérios para que a

superexposição não leve à expressão de aspectos que não gostariam de compartilhar, ou que prejudiquem a imagem de si que pretendem construir especialmente entre seus pares.

Publicar pouco é você ter rede social mas você é invisível, você não faz nada, você só olha o que as outras pessoas tão fazendo, eu faço bem isso em algumas redes sociais, tipo Facebook. (Nina, 13)

Não publicar não parece ser uma saída adequada quando os adolescentes consideram que o risco da invisibilidade é alto demais e pode custar o enfraquecimento das relações ou até exclusão de grupos e encontros sociais fora da rede. Quando a busca por popularidade torna-se o único motivo das publicações, os adolescentes reconhecem os perigos de um gerenciamento excessivo das impressões em detrimento de um suposto reconhecimento social mais espontâneo.

Ao serem indagados sobre as experiências nas quais ficaram algum período sem celular ou sem poder acessar às plataformas digitais, os adolescentes nos apontam de maneira objetiva os prejuízos da invisibilidade e do afastamento dos pares quando ausentes dos contextos digitais.

Porque, agora foi que eu senti isso, eu fiquei uma semana sem celular, tipo quebrado mesmo lá, fiquei um mês acho, aí você perde muita coisa, você perde muito. Você não sabe o que a galera tá falando, você não sabe dos grupos que tem, você não sabe se chamaram você para alguma coisa ou não. Perdi dois aniversários assim, porque a galera nem conversa, nem fala, ah vamos no aniversário ali, eles criam um grupo do WhatsApp e vão confirmando quem vai e quem não vai. É uma coisa que, tipo, hoje já facilitou as coisas, WhatsApp facilitou muito. Porque antes você ia lá, no Facebook, chamava seu amigo, aí você pegava um convitinho escrevia o nome e dava pra ele, agora você faz tudo pelo WhatsApp. (Keven, 13)

Habitados com a instantaneidade e disponibilidade constante dos amigos nestes contextos relacionais ampliados pelas tecnologias móveis, ficar sem poder usar o celular ou sem acesso à Internet produzem uma sensação de afastamento, ainda que os amigos sejam os mesmos com os quais os adolescentes encontram todos os dias na escola. Os adolescentes parecem tão familiarizados com a copresença mediada ao ponto de ela ser uma referência para avaliar os tipos de aproximação e afastamento dos relacionamentos interpessoais. Alguns minutos sem contato mediado ou não-mediado com os amigos pode rapidamente se transformar em uma ocasião entediante.

No colégio, hoje mesmo que minha mãe demorou, eu fiquei 40 minutos esperando. 10 minutos meus colegas estavam lá, aí fiquei conversando com eles. Aí eles foram embora, eu fiquei praticamente sozinha com gente que eu nem conheço lá do colégio sem poder fazer nada, aí tive que ficar parada

olhando pro chão do pátio. (Denize, 13)

Eu não fiquei sem celular, mas fiquei com um celularzinho pequeno que não pegava Internet, eu fiquei maluca [risos]. Porque eu não conseguia, não sabia como fazer para falar com meus amigos. Eu me aproximei mais a minha família, porque com essas redes sociais, eu fico mais nelas do que com meus familiares. E aí, sem meu telefone, eu acabei ficando mais próximo dos meus familiares. (Samanta, 13)

Muito provavelmente, estes relatos sobre a sensação de tédio dos adolescentes, quando longe dos amigos, são semelhantes ao que poderíamos observar em outras épocas sem qualquer mediação das tecnologias digitais. No entanto, nos parece que a diferença se encontra justamente na ampliação do espaço relacional e da expectativa de disponibilidade para estar com os pares a qualquer momento e em qualquer lugar. Os adolescentes contam com a instantaneidade tecnicamente possível nas plataformas digitais, especialmente de aplicativos como o WhatsApp, o que pode indicar uma percepção diferenciada das temporalidades dos relacionamentos interpessoais e dos tipos de percepção sobre as distâncias entre o *self* e o outro.

[ficar sem celular] Ah, prejudica, prejudica, porque às vezes você tá lá no WhatsApp e você acaba convidando mais aquela pessoa que tem o WhatsApp do que aquela pessoa que não, porque às vezes tem que ligar na casa dele, entendeu, ver se a mãe dele vai deixar, mas às vezes você nem sabe o telefone da casa. Porque eu não sei o telefone de nenhum amigo meu, só tá no WhatsApp lá, número eu não sei nem se começa com 9. (Keven, 13)

A necessidade de estar de alguma forma presente nos contextos digitais aparece inclusive na fala dos entrevistados que aparentemente usam menos ou usam de forma mais tímida em termos de publicação. Para marcar presença nestes espaços, eles adotam a estratégia de publicar conteúdos de instituições, de jogos ou de famosos para manter algum tipo de visibilidade. Compartilhar conteúdos temáticos é uma alternativa para evitar a exposição de si direta e pode ajudar a manter alguns relacionamentos interpessoais, especialmente no ambiente da escola.

Normalmente eu não gosto de me expor muito, então eu publico humor, brincadeiras, coisas relacionadas a séries, vídeos, essas coisas. Por exemplo, essas coisas de séries e animes normalmente meus amigos não curtem isso, poucos amigos curtem essas coisas, então fora da internet eu falo com eles sobre coisas normais, normalmente a gente brinca muito só isso. Nos grupos, normalmente eles me tiram do grupo porque eu fico muito inativo mas não tem nada demais. (Sérgio, 15)

A dosagem entre o que consideram apropriado expor nestes relacionamentos mediados parece variar conforme a idade, especialmente considerando a peculiaridade das mudanças

diante o desenvolvimento da adolescência. O interesse em ter mais visibilidade e as preocupações com o gerenciamento das impressões torna-se mais relevante conforme os adolescentes vão ampliando sua socialização e buscam mais autonomia nos relacionamentos interpessoais.

Na época do Facebook, a gente era menor né, a gente tinha 11 anos e a gente não tinha ainda muito desses assuntos pessoais. Eu tenho amigos que não usam, mas é aquela galera que não ainda não socializa muito né, aquela galera ainda meio criança, essas coisas assim. (Enzo, 13)

Ah, as vezes as pessoas podem formar uma opinião errada sobre o que você é, você pode ser uma coisa com uma opinião nada a ver com o que você é, as pessoas formam uma opinião, constroem uma coisa que você, que não tem nada a ver com a sua personalidade. (Ciro, 16)

A aproximação dos amigos avança com o gradativo afastamento dos familiares, o que precisa ser manejado com cautela pois os conteúdos compartilhados com os amigos nos contextos digitais podem chegar aos familiares e gerar turbulências nos limites. Outra possibilidade de turbulência surge quando os próprios familiares publicam sem respeitar os limites previstos pelos adolescentes.

Normalmente quando você coloca um meme ou alguma imagem que aí você marca diretamente sua amiga pra ela saber, aí vem aquela tia falar, normalmente assim, uma vez eu coloquei um negócio de leitura, que eu gostava muito de ler aí veio aquela tia falar: “muito bem, muito bom pelo seu aprendizado, muito bom”, aí você fica lá com aquele seu comentário da sua tia, assim, “beijos para a família toda” [risos] mas é só isso, nada que isso fosse uma indireta pra alguém, aí de repente outra pessoa se sentiu atingida, não. Postar indiretas não dá certo não. (Dora, 15)

Minha mãe que uma vez publicou uma foto minha ridícula no Instagram dela, e eu tenho um monte de gente que me conhece e segue ela, não gosto, mas ela posta. Isso é invasão de privacidade. Já falei e ela não liga, minha mãe, mas vai entender, ele não vai apagar mesmo. (Una, 13)

Uma vez visíveis e disponíveis para disparar interações nos contextos digitais, as exposições e os aportes recebidos precisam ser monitorados para evitar que gerem impressões indesejadas. Não apenas os familiares podem produzir estes ruídos, mas os adolescentes relatam incômodo com conteúdos que eles mesmos publicaram em um passado recente e que podem gerar impressões incompatíveis com o que esperam na atualidade. Os critérios que utilizam para balizar a seleção dos conteúdos de suas exposições mudam com rapidez ao longo dos anos. A visibilidade de aspectos que foram bem-vindos e celebrados antes pode gerar turbulências na forma como pretendem expressar a si mesmos no presente.

Quando eu criei o Instagram, eu publiquei algumas fotos ridículas, mas eu apaguei tudo mesmo. Eu era muito feia quando era pequena, mas só isso mesmo, eu posto fotos só que eu gosto. Porque eu crescia e aí eu via que essa foto tava ridícula e aí eu apaguei. (Una, 13)

Na verdade eu apago muito no Instagram, tipo, se a foto ficou muito velha muito tempo lá aí eu vou e apago, eu não gosto muito de deixar muitas fotos acumulando lá entendeu? Deixe eu ver, a mais velha que eu tenho é de um mês atrás praticamente. (Otávio, 15)

Quando eu era..., ah logo depois que eu criei, eu publiquei, aí não sei, era de madrugada eu devia tá em férias, sem nada pra fazer, daí eu fui lá e publiquei que eu não tinha nada pra fazer que era pra me chamarem pro Facebook pra conversar comigo, só. Daí depois eu apaguei aquela publicação e nunca mais publiquei nada [risos]. (Tatiana, 14)

Se a invisibilidade é um risco e pode trazer prejuízos, as mudanças nos critérios ao longo do tempo trazem uma dinâmica acelerada ao manejo das exposições, uma vez não se trata de simplesmente tornar-se transparente ou apenas ampliar a visibilidade de aspectos de si. É preciso monitorar quais aspectos expostos precisam continuar disponíveis nas plataformas digitais sem gerar arrependimentos ou prejuízos na manutenção das impressões desejadas. Assim como a invisibilidade é indesejada, a superexposição também pode gerar turbulências nas regras que os adolescentes usam para fazer este manejo de suas informações privadas. As turbulências ocorrem tanto por exposições praticadas pelos próprios adolescentes quanto por outros.

Há uma dosagem delicada na seleção dos conteúdos e volume das exposições. A exposição de informações privadas é reconhecida como fator de aproximação nos relacionamentos, mas ao mesmo tempo precisam ser protegidas e gerenciadas. Nem tudo é considerado necessário, e muita coisa é desnecessária. Usar pouco as vezes é visto como algo problemático por dificultar o contato e as interações. Publicar muito e com muita frequência pode atrapalhar a visualização de coisas interessantes e gerar impressões indesejadas. No entanto, notamos que ao comentarem sobre exemplos de superexposição, geralmente há o reconhecimento de que esta visibilidade pode gerar aportes positivos. Mesmo que não seja do interesse individual expor muitos detalhes sobre a vida amorosa, lugares onde frequenta, o que está comendo e comentários constantes sobre o dia a dia, os adolescentes assumem a necessidade de respeitar a liberdade dos outros para exporem o quanto quiserem.

Postar no Instagram toda semana, no Snapchat todo dia, vários na história, toda hora que eu vejo tá online lá no Whatsapp. Não tenho nenhuma opinião assim dessa pessoa, não acho nada. Só acho que ela usa bastante, e tem uma internet muito boa [risos]. (Davi, 15)

Ao serem indagados sobre a diferença entre as exposições de informações que fazem com relação ao uso que os adultos que conhecem, os adolescentes indicam que a superexposição está em todas as idades, mas sugerem que os adultos tendem a ter menor

preocupação com a qualidade e quantidade das exposições.

É, eu acho que os adultos tipo não ligam muito para qualidade da foto, se é adequado postar ou não. É, eles usam o Instagram como a gente usa o Snapchat, tipo qualquer coisa posta lá no Instagram, a gente tem o Snapchat pra isso. O Insta é aquele lugar que a gente só posta as fotos mais bonitas. (Enzo, 13)

Vejo diferença. Eu acho que pessoas da minha idade as vezes postam coisas que são direcionadas só para nós mesmos, tipo algum filme, algum jogo, até assuntos da própria sala de aula ou algo do tipo. Adulto já vejo falando sobre política, até a família mesmo, vários conteúdos ou publicações, eu já vi. (Luciano, 16)

Acho, por incrível que pareça eu acho que os adultos expõem mais a vida deles do que a gente, porque meu pai mesmo, meu tio, minha tia, todo lugar que elas vão, elas postam fotos, tipo tô em tal lugar com tal pessoa, tipo não vejo muito meus amigos fazerem isso. (Tereza, 106)

Em contraposição aos discursos que supõem que as novas gerações estariam banalizando a superexposição, os cuidados dos adolescentes no gerenciamento das impressões e das exposições nos indicam que este jogo da visibilidade é complexo e dinâmico com mutações nas diferentes etapas da vida.

Assim como a superexposição pode gerar alguns tipos de turbulência, as publicações feitas por outras pessoas também podem provocar conflitos importantes. Os adolescentes sinalizaram exemplos de turbulências associadas ao vazamento de conteúdos íntimos (*nudes*), provocações, xingamentos em conversas de grupos e exposição de telas de conversas privadas. O vazamento de conteúdo íntimo e a superexposição sexual das meninas foram situações mencionadas por 12 dos 14 entrevistados como exemplos de conflitos desencadeados nos contextos digitais.

Apesar de termos observado a reprodução de discursos machistas e misóginos na fala de dois meninos com relação às questões de gênero na definição do que são exposições inapropriados e exageradas, a replicação de *nudes* sem autorização gera uma desconfiança generalizada nos acordos e regras de coordenação das exposições. A fala do adolescente *Davi*, 15 anos, exemplifica um tipo de sanção possível aos que não fazem jus à expectativa de confiança nos limites acordados.

Tenho um amigo meu da escola que fez isso e a galera se afastou dele, porque é falta de confiança nos amigos assim, também porque pode acontecer alguma coisa desse tipo e tem falta de confiança entre nós, mas eu nunca, também não é muito que eu faço isso e quando me mandaram eu também nunca expus para todo mundo. (Davi, 15)

Mesmo as exposições nas plataformas com menor *persistência*, como o Snapchat, não

deixam de gerar, potencialmente, turbulências. Conteúdos disponíveis por 10 segundos para os alvos específicos podem sair do controle e gerar perturbações com implicações fora da rede, provocando reajustes das regras coletivas sobre o uso das informações sobre si e sobre os outros, já que é possível replicar os conteúdos em outras plataformas e dar escala no compartilhamento muito além da rede inicial do Snapchat.

Mesmo quando se trata de conteúdos menos sensíveis do que os *nudes*, o compartilhamento de fotos com informações sobre si com outros pode abalar os laços de intimidade. Ser exposto na presença de outros tem implicações importantes nas impressões que são geradas dentro dos grupos considerados mais íntimos e que possuem expectativas mais rigorosas sobre os marcadores de intimidade. Ainda que seja por 5 segundos no Snapchat, a *persistência* e a possível *replicabilidade* exigem uma atenção nas escolhas das plataformas e dos alvos para que efetivamente haja uma coordenação dos limites dentro das expectativas. A turbulência pode ocorrer inclusive quando uma publicação expõe a ausência de alguém em algum momento de encontro do grupo de amigos. Ao mesmo tempo em que a publicação dá visibilidade e marca a intimidade entre os que aparecem, registra publicamente a invisibilidade e afastamento de quem não estava no encontro publicado.

Eu postei uma foto no Snapchat com uma amiga minha, aí teve uma briga lá entre as minhas amigas e elas ficaram me xingando porque eu botei foto com ela. Elas estavam brigadas com as outras e eu botei uma foto com ela, aí elas começaram a perguntar se eu tava brigado com elas também. (Enzo, 13)

Quando ocorrem estas turbulências nos contextos digitais, as negociações para reorganizar os limites de copropriedade e as regras de coordenação seguem fora da rede, indicando forte conexão entre os espaços relacionais mediados e não mediados. As possíveis sanções e negociações neste tipo de turbulência podem ocasionar o afastamento nos relacionamentos interpessoais quando os envolvidos não conseguem fazer os reajustes para restabelecer os laços e a confiança.

Ah, têm amigo meu que, às vezes, tá em casa assim, passa e chama um amigo seu. A galera vai lá e publica uma foto meio que pensando em falar pro cara que não foi, entendeu. Aí é chato. Aí rola, discute e tudo. Né, porque, se bem que você tirou a foto, mas você vê que ele não tá lá, que não foi convidado, aí o cara meio que fica chateado e ainda quer descontar nos outro. Ele vai achar que a gente excluiu ele ali, sabe.

[como resolveram?]

A gente chamou ele, tipo, chamaram ele, conversamos com ele e tudo, pra mostrar né, a gente não convidou ele por causa disso e disso, aí ele, este cara começou a ficar chateado né, que é tipo um sentimento de ser excluído e tudo, mas aí a galera conversou com a pessoa, mas tipo, claro que não é a mesma coisa né, igual antes. Ah, porque a pessoa pensa: os caras fingiram que eram meu amigo

tudo. (Keven, 13)

Entre o risco da invisibilidade que pode produzir o afastamento e o perigo da abertura total que pode gerar excesso de aproximação ou imagens de si não desejadas, os adolescentes parecem regular o fluxo de compartilhamento de suas informações privadas a partir do gerenciamento das impressões. Para usufruir da gradativa autonomia que possuem nos relacionamentos interpessoais mediados, os adolescentes entrevistados apontam que a seleção dos conteúdos e o monitoramento dos aportes recebidos a partir das exposições são estratégias de controle sobre a publicização de suas informações pessoais.

O monitoramento dos aportes recebidos facilita a percepção sobre as impressões que os amigos estão construindo e, simultaneamente guia a construção reflexiva das imagens que os adolescentes tem de si mesmos. Regular a forma como tornam-se visíveis e monitorar os aportes que recebem desta visibilidade permite aos adolescentes refletir sobre os efeitos de suas escolhas no processo de construção reflexiva do *self* nas interações dentro e fora das redes.

O impulso por tornar-se mais visível, os estímulos para expor mais e para estar mais presente nas atualizações de conteúdos das redes e aplicativos sociais são forças dosadas pela preocupação com o excesso de visibilidade de aspectos de si que não condizem com a performance representacional desejada. Preocupados em manejar as impressões nos diferentes contextos digitais, os adolescentes regulam as exposições e definem critérios na dinâmica de abertura e fechamento, aproximação e afastamento do *self* em relação aos outros (Altman et al., 1981), controlando a permeabilidade dos limites e as regras associadas ao fluxo de suas informações privadas (Petronio, 2002), o que nos dá evidências sobre a complexidade deste processo de gerenciamento da privacidade nas interações mediadas pelas plataformas digitais.

Neste sentido, o manejo da privacidade é tanto visual quanto espacial, com o jogo de abertura e fechamento do *self* em termos de visibilidade e com a regulação das aproximações e afastamentos dos interlocutores copresentes em cada contexto digital. Nos espaços relacionais híbridos nos *networked publics*, a copresença nas interações não depende exclusivamente da presença dos corpos quando os mediadores são plurais e fluidos como as plataformas digitais. Todavia, resta observar o quanto este gerenciamento da privacidade também está sendo realizado pelos adolescentes no que diz respeito às informações sobre si

que são produzidas, registradas e utilizadas pelas próprias plataformas na “ausência” do usuário.

Para além das informações sobre si transmitidas, indagamos aos adolescentes o quanto suas performances de apresentação de si levam em consideração as informações expostas involuntariamente ou indiretamente e que também ficam sujeitas às condições de *persistência*, *replicabilidade*, *buscabilidade* e *escalabilidade* nos *networked publics* (Boyd, 2011). Analisamos as falas dos adolescentes em relação às formas como consideram ou não os rastros digitais, conjunto de dados e metadados de seus usos cotidianos dos dispositivos e contextos digitais, como aspecto que também precisa ser gerenciado no gerenciamento das impressões e na regulação do fluxo de suas informações privadas emitidas.

5.3 Exposições involuntárias e rastros digitais: desafios no manejo das informações privadas emitidas e do meta-self

Na análise dos dados sobre as exposições voluntárias, pudemos perceber que os adolescentes adotam estratégias de regulação dos conteúdos e dos alvos das exposições, negociando as regras entre os coproprietários que são assumidos como legítimos no fluxo de compartilhamento de informações pessoais. Se essas estratégias são empregadas como uma alternativa para gerenciamento das impressões entre pares, descolapsando alguns dos contextos nos *networked publics*, nem todos os entrevistados reconhecem ou se preocupam com a copropriedade de suas informações privadas com as empresas donas das plataformas.

Dentre os 14 participantes da pesquisa, 8 informaram saber que seus dados ficam salvos e podem persistir nos arquivos das empresas, mas não se mostram preocupados com este fato por terem certas expectativas sobre os usos destas informações, associando estes registros com questões de segurança e crimes e não com os compartilhamentos que fazem no cotidiano imediato. O reconhecimento desta copropriedade é percebido como elemento por vezes invasivo, mas que não muda os critérios para as exposições por considerarem que os conteúdos que publicam não fazem mal a ninguém e não tem nada que pudesse interessar às empresas, tampouco à polícia.

Eu acho uma invasão de privacidade as empresas salvarem tudo, mas eu tô livre, eu não posto nada de mais mesmo, aí eu nem me preocupo com essas coisas. (Tereza, 16)

Eu não ligo muito não, acho que só quem fez besteira, e que já fez besteira em algum lugar pode ligar, mas eu nunca fiz besteira, graças a Deus. (Otávio, 15)

Ah, é estranho sabe? porque... vai ficar lá e porque que aquela outra pessoa vai ter, pra que vai guardar? Eu entendo que deve ser por algum motivo de segurança, mas eu não entendo porque ela ia guardar os meus dados, não tem dado ali, o que fazer com isso [risos]. É de todo mundo, e fica lá só ocupando espaço. (Dora, 15)

No entanto, este processo de avaliação sobre os limites da copropriedade e das regras de regulação do fluxo destas informações depende não apenas do tipo de conteúdo, mas da expectativa sobre os usos das informações. Ter as empresas como coproprietárias de suas informações privadas não é um problema imediato, pois partem do princípio de que não haverá um uso destas informações no contexto de seus relacionamentos interpessoais. Se os conteúdos de suas exposições nas conversas e publicações é irrelevante para as empresas, alguns destes conteúdos são extremamente delicados quando associados ao fluxo de compartilhamentos com os pares ou familiares. Mais uma vez notamos o quanto a rigorosidade das regras de manejo do fluxo das informações privadas está relacionado ao contexto dos relacionamentos interpessoais.

Acho que tenho privacidade, tipo, no WhatsApp, assim, ninguém vai ficar sabendo o que você conversa. Claro que, tipo, as empresas às vezes vão ficar sabendo, ver a conversa, mas tá fazendo mal pra ninguém, acho que tá de boa, tem privacidade acho, até um ponto. (Keven, 13)

Assim se, para mim não tem nenhum problema, mas se tipo alguém fica toda hora vendo o que você está fazendo, pra mim já é uma invasão. (Samanta, 13)

Incomoda é saber que outra pessoa vai ver aquilo, mas dependendo do que se fala, acho que não tem muito problema. Acho que se ficar só entre o grupo de amigos que eu tenho no Facebook tá bom, mas acho que se eu colocasse alguma coisa e fosse exposto pra toda a rede mesmo que fosse uma coisa boa eu ia ficar meio desconfiado. (Sérgio, 15)

A expectativa é de que esta copropriedade não signifique mudanças nos tipos de permeabilidade dos limites que os adolescentes adotam para regular suas exposições entre as diferentes audiências nas diferentes plataformas. Espera-se que as empresas não irão interferir no árduo trabalho que realizam para manejar os alvos e os conteúdos das exposições em seus relacionamentos interpessoais, uma vez que o gerenciamento das impressões, que motiva a adoção de estratégias cuidadosas, pode ser violentamente prejudicado. A invasão de

privacidade por parte das empresas está associada ao uso fora dos contextos previstos e para além dos limites estabelecidos para cada tipo de publicação.

No Snap eu sei que, tipo, aquelas fotos que a gente posta não vão pra lugar nenhum, eles salvam, no iPhone mesmo eles salvam num lugar, numa pasta lá no iCloud eu nem sei qual é, eu nunca procurei saber direito, mas tudo que eu posto vai pra lá. Porque eu acho que tipo se a pessoa postou no particular pra uma pessoa, é porque ela não queria que todos soubessem entendeu, e aí eles [empresas] vão lá e salvam, é meio que eles tão querendo saber da vida de todo mundo eu acho. (Otávio, 15)

Dentre os oito adolescentes que afirmaram saber desta copropriedade das informações com as empresas, apenas dois mencionaram a necessidade técnica deste tipo de registro como justificativa plausível para a *persistência* de suas informações nas plataformas. Ainda assim, a admissibilidade do registro das conversas e publicações parte da expectativa de confiança de que as informações não serão usadas. A invasão de privacidade ocorreria nos usos indevidos e não apenas com o registro.

Eu acho que assim, de certa forma né, eu acho que não tem como não salvar, porque precisa de um servidor né, pra poder manter isso rolando. Então, pra poder aquilo continuar salvo ali, precisa de um servidor que tem aquilo salvo ali pra poder reproduzir pro seu celular. Então de certa forma eu não discordo, agora, se fosse para uma empresa dessas usar esses dados entendeu, ou então sair publicando, eu acho errado. (Denize, 13)

Tipo, você sempre tá botando informação, tipo até pra criar uma conta no Face, criar uma conta no jogo, sempre eles vão pedir alguma informação pessoal, telefone, qualquer coisa, sempre cê tá dando, aí, cê pensa que não tá mas... Tipo, vejo que alguns pedem telefone, pedem cep, essas coisa, várias contas pedem pra caso seja criada, aí passa alguma informação, as vezes eu fico pensando: Será que vale a pena? Botar alguma informação? É uma afronta né, porque é a privacidade de uma pessoa, aí não deve ser assim, passar dos limites também, é uma lei, não se deve fazer parte, se eu quiser conversar sobre algo deixa lá, não pode sabê. (Luciano, 16)

A invasão de privacidade é mencionada quando remete ao uso das informações privadas em contexto de relacionamentos interpessoais ou em ocasiões de rompimento dos limites das audiências previstas inicialmente no momento da exposição. Apenas um adolescente mencionou diretamente uma avaliação sobre os custos e os benefícios no compartilhamento de informações no âmbito dos cadastros obrigatórios para usufruir das plataformas. Esta importante dimensão dos dados pessoais, para além das exposições de si voluntárias, aparece pontualmente na fala deste adolescente, participante que usa com pouca intensidade os aplicativos sociais e possui poucos interlocutores em seus relacionamentos interpessoais mediados quando comparado aos demais entrevistados.

Dentre os demais entrevistados, os seis que indicaram não saber que suas informações

podem persistir enquanto copropriedade das empresas donas das plataformas, quatro relataram uma percepção semelhante no que diz respeito à irrelevância para suas práticas particulares, uma vez que não consideram suas informações como algo que poderia ser utilizado pelas empresas. Tanto os que não se incomodam quanto os que acham inadequado apontam as questões de segurança como uma justificativa plausível para este tipo de registro, como se fosse necessário guardar todas as informações para evitar situações de crimes.

Não sabia, não sei, acho que eu num ligo muito, é o modo deles se prevenirem né. (Tatiana, 14)

Eu acho errado. Na minha opinião eles estavam procurando alguma coisa governamental mesmo que influenciasse os Estados Unidos mas teve que procurar em todo mundo e não tem cabimento isso. Eu acho que não muda muito na realidade, por isso mesmo ninguém acha que vai acontecer alguma coisa com essa pessoa entendeu, sempre sabe do risco mas nunca pensa que vai ser com ele, acho que todo mundo sabe do risco. (Davi, 15)

Os adolescentes indicam que têm uma expectativa de que as informações que expõem nos contextos digitais devem seguir um fluxo de uso legítimo. Com foco sempre nas exposições voluntárias, saber que há *persistência* para além das audiências selecionadas como legítimas causa incômodo pela sensação de que as regras estabelecidas não são respeitadas.

Acho ruim salvar porque a gente conversa muita coisa, porque a gente tá ali conversando porque sabe que não vai ser salvo, então se os caras estão salvando... Acho ruim, porque elas dão a segurança pra gente que não vai ser salvo e, tipo, se a gente posta uma coisa no Facebook e se arrepende e a gente exclui, é porque a gente não quer mais que ninguém veja isso aí e os caras tem isso salvo. No Snapchat, que a gente faz aquelas coisas pra ninguém ver, pra ninguém ter, pra ninguém ver direito, só que aí os caras têm salvo. Acho ruim, mas não muda muito o comportamento, porque também o que a gente fala a maioria é bobagem, não tem muita coisa séria que pudesse nos prejudicar em relação a coisas mais sérias assim, só em relação à amizade essas coisas. (Enzo, 13)

Apesar de não considerar que suas informações sejam coisas "sérias", o incômodo manifesto está associado à ruptura de uma expectativa de regulação dos limites e na definição das regras de delimitação das audiências legítimas para receber as informações compartilhadas. O adolescente que reconhece e faz referência às notícias sobre espionagem e controle das informações por governos também admite uma expectativa quanto ao uso destas informações de forma que não prejudique suas relações interpessoais, ainda que o uso massivo dos dados de muitas pessoas possa causar problemas sérios entre os países.

Eu acho que é impossível eles usarem pra expor alguém, porque não tem porquê fazê isso, mas é perigoso, um país, só um país ter todas as informações, isso pode gerar uma briga entre vários outros países, porque é muita informação. (Ciro, 16)

Reconhecendo ou não esta dinâmica de copropriedade das informações expostas nos contextos digitais, notamos que os adolescentes estão preocupados com o fluxo destas informações em relação aos seus relacionamentos interpessoais mais diretos. Como pudemos observar, há preocupação em poder gerenciar individualmente a permeabilidade dos limites e esforços para negociar coletivamente os direitos de uso das informações privadas entre os coproprietários eleitos. No que diz respeito à copropriedade com as empresas donas das plataformas, em geral, assumem uma expectativa de que estas são atores secundários em relação a principal motivação apresentada para o gerenciamento da privacidade nos contextos digitais: o gerenciamento das impressões entre pares. Ainda que as empresas tenham atuação sobre a *persistência*, *replicabilidade*, *buscabilidade* e *escalabilidade* das informações expostas, a distância destes atores da dinâmica imediata de relacionamentos parece minimizar o risco potencial de causar danos.

Uma das adolescentes que não sabia que havia esta possibilidade de registro manifesta sua preocupação e ressalta a necessidade especificar os tipos de propriedade em jogo.

Horrível, não gente, oxê! Se é uma rede social pra você se comunicar com outra pessoa, elas não podem ter acesso a isso, tipo é pessoal. Acho que não é por elas serem donas da empresa que elas podem ver o que a gente tá fazendo o que a gente tá falando, eu não gosto não. (Nina, 13)

De toda forma, os adolescentes se mostram incomodados ao pensar na possibilidade de que haja algum tipo de exposição não autorizada ou de replicação fora de contexto, uma vez que não há a mesma disponibilidade de negociação com as empresas como há entre os pares. No âmbito das exposições voluntárias, as empresas donas das plataformas são tidas como coproprietárias secundárias e menos relevantes enquanto efetivamente correspondem à expectativa de confiança no arquivamento dos dados sem necessariamente utilizá-los. Ao pensar na possibilidade de pessoas tendo acesso às conversas ou às publicações excluídas, por exemplo, a sensação é de que esta copropriedade compulsória não legitimaria o uso das informações.

Porque, por exemplo, meu celular é como se fosse meu diário, porque, tipo assim, tem as minhas amigas que eu desabafo e hoje a gente não usa, quer dizer, algumas pessoas não usam mais diário, tipo falam com as amigas e eu falo por WhatsApp. Por isso eu acho que é invasão de privacidade, porque tem coisa que eu não acho que é necessário minha família saber, coisa minha, uma coisa que eu sinto que não quero que ninguém saiba. A diferença é que, por exemplo, meu pai tá comigo todo dia, vai ser difícil olhar pra cara dele se ele sabe tudo né, agora as empresas não vão mostrar pra mais ninguém, tipo sei lá. (Tereza, 16)

O esforço para gerenciar as exposições voluntárias aparece muito mais motivado pela busca de validação social, fortalecimento dos relacionamentos interpessoais e controle sobre as apresentações de si do que pelo interesse em regular a privacidade em relação aos tipos de acesso e visibilidade que o *self* pode ter para agentes públicos e privados. As implicações sociais e políticas associadas às novas dimensões da cidadania nos contextos digitais não foram mencionadas como fatores que participam na definição das regras orientadoras para coordenação dos limites da privacidade dos adolescentes entrevistados.

Percebemos que as exposições de si voluntárias são cuidadosamente ajustadas às qualidades e dinâmicas dos *networked publics*, mas com destaque para as implicações que estas exposições terão nos relacionamentos interpessoais correntes, correspondentes em grande parte aos interlocutores dos relacionamentos fora da rede. Se o controle das audiências mostrou-se rigoroso nas diferentes plataformas, o controle sobre as exposições de si para além dos relacionamentos entre pares e familiares não é exercido com a mesma dedicação e preocupação, ainda que uma inserção social ampliada seja relevante na gradativa conquista da autonomia na adolescência.

O menor grau de envolvimento com a regulação dos limites e regras de manejo das informações privadas também foi observado com relação às exposições involuntárias. Apesar de as práticas de edição das fotos, aplicação de filtros e exclusão de conteúdos antigos terem sido relatadas como estratégias comuns de manejo das exposições, nenhum dos adolescentes entrevistados indicou o uso de alguma estratégia para lidar com os rastros digitais de suas exposições indiretas ou involuntárias nas plataformas digitais pesquisadas.

Como pudemos observar nos perfis do Facebook e do Instagram, as manifestações diretas de *curtidas*, marcação de localização e participação em eventos geram rastros digitais que são agregados especialmente na área *Sobre* dos perfis do Facebook. Nesta área, ficam expostas não apenas as fotos e a lista de amigos, mas também os registros sobre filmes assistidos, livros lidos, músicas e esportes preferidos, lugares das publicações georeferenciadas e participação em grupos de interesse. Fruto das ações voluntárias dos adolescentes ao longo do tempo, esta área acumula informações sobre as preferências e interesses que poderiam de alguma ser conflitantes com a atual estratégia de apresentação de si. Talvez o fato de o Facebook estar perdendo a relevância para os entrevistados enquanto contexto prioritário para o gerenciamento das impressões, e para contato com novos amigos,

justifique a ausência de regulação destes rastros digitais disponíveis publicamente nos perfis.

Para além da capacidade que os adolescentes têm de editar, filtrar, apagar e selecionar os conteúdos que são expostos, não podemos deixar de considerar a importância deste conjunto de informações privadas emitidas para as quais a agência dos usuários é muito mais restrita, limitando as possibilidades de ajustar o cenário das performances e de gerenciar as impressões que os algoritmos produzem a partir do registro integrado das exposições voluntárias e involuntárias, transmitidas e emitidas. Estes dados que compõem o que chamamos de *meta-self*, permitem aos algoritmos uma participação personalizada na definição dos conteúdos e na seleção das audiências que terão acesso às exposições dos adolescentes. Os algoritmos podem regular parte dos limites e impor regras para o fluxo das informações privadas, possuindo certa agência na definição dos graus de permeabilidade dos limites de acesso ao *self* dos adolescentes.

Sem elementos para poder afirmar se as exposições involuntárias não são gerenciadas por não serem conhecidas ou por não serem consideradas relevantes, nos chama a atenção que os chamados "nativos digitais", que têm naturalizado a presença das tecnologias digitais como mediadores preciosos em seus relacionamentos interpessoais, não apontem estratégias para lidar com esta dimensão da *persistência* de suas informações privadas nos *networked publics*.

Como ilustrado na Figura 14, nos parece importante enfatizar que os graus de permeabilidade dos limites deste *meta-self* também precisam ser regulados nas interações mediadas, envolvendo os indivíduos, os coletivos, as instituições e os algoritmos como agentes. Os rastros digitais do conjunto de plataformas, aplicativos e objetos digitais usados como mediadores das interações sociais refletem aspectos do *self* para os próprios usuários, para os outros e para os algoritmos.

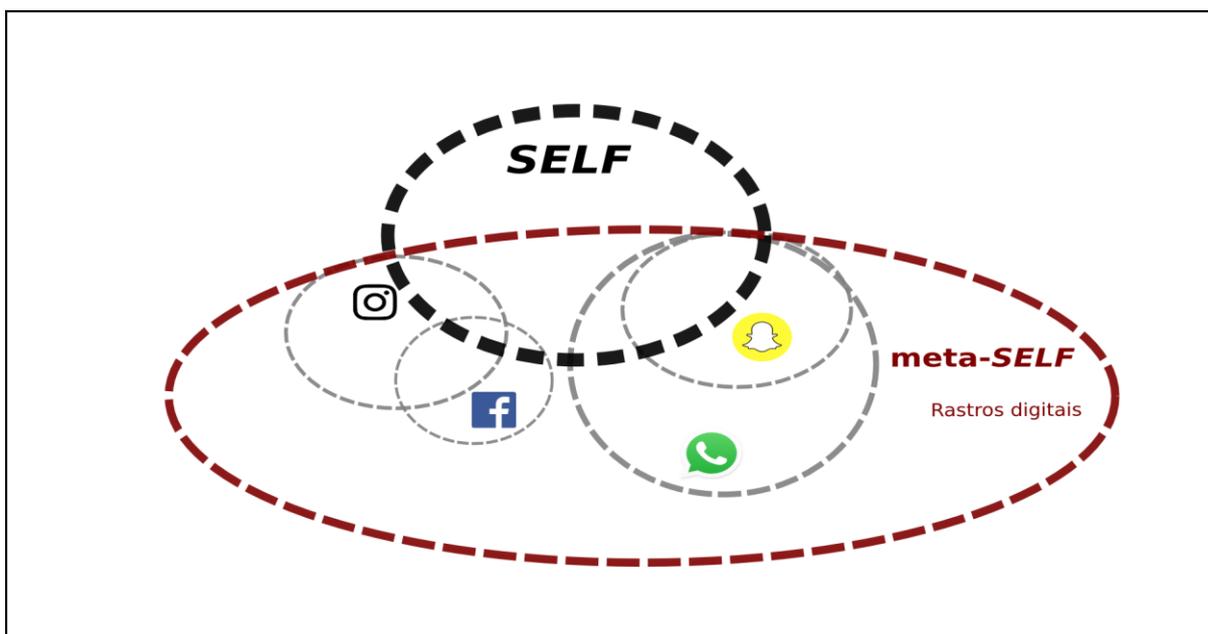


Figura 14. Rastros digitais das exposições voluntárias e involuntárias e o meta-self nos contextos digitais.

Nestes termos, a privacidade passa ser cada vez mais associada ao manejo desta copropriedade ampliada das informações privadas emitidas e não apenas à regulação dos conteúdos e dos alvos nas exposições de si voluntárias. Retomando a noção de privacidade como associada à regulação dos limites de abertura e fechamento, aproximação e afastamento do *self* nas relações sociais, participar da regulação dos fluxos dos rastros digitais e do meta-self nos parece uma demanda de grande relevância para o gerenciamento da privacidade nos contextos digitais, especialmente considerando suas implicações éticas, políticas e estéticas sobre as regras do jogo de tornar-se visível e acessível, com autonomia, nas sociedades contemporâneas nas quais cada vez menos aspectos da vida seguem sem mediação de algum dispositivo digital.

6 CONCLUSÃO

Como é de se esperar em pesquisas qualitativas exploratórias, reconhecemos os limites de nossas análises. O pequeno grupo de adolescentes participantes desta pesquisa nos permite uma reflexão restrita a estas experiências individuais e delimitadas em um cenário sociocultural específico. Outros adolescentes, de outras classes sociais e com outros estilos de uso das plataformas digitais poderiam nos indicar outras estratégias de regulação da privacidade nos contextos digitais. Acreditando que a privacidade é um aspecto universal da cultura, com manifestações que são definidas pelas especificidades culturais (Altman, 1977), buscamos explicitar algumas das especificidades nas formas como alguns adolescentes brasileiros gerenciam sua privacidade nos contextos digitais neste momento histórico. Defendemos que nossas considerações são válidas para enfatizar que, mesmo com variações socioculturais e mutações nas convenções sociais, há um esforço claro dos adolescentes para estabelecer regras para as exposições e limites em torno de sua privacidade.

Ao realizar entrevistas e observações dos perfis dos adolescentes, tivemos acesso a uma parte dos dados que as interações mediadas deixam registradas. Neste sentido, nossa pesquisa é mais um exemplo do rico potencial da aproximação das pesquisas em psicologia social com os dados empíricos dos registros das interações sociais mediadas pelas plataformas digitais. A disponibilidade gradativa de amplas bases de dados, somada ao potencial dos programas de análise computadorizada, pode abrir novos campos para as pesquisas em psicologia social dedicadas às questões relacionadas à privacidade e às formas de exposição e preservação do *self* nas interações. Ao mesmo tempo, novas vulnerabilidades se destacam nos debates sobre os limites éticos da pesquisa com base de dados tão personalizadas sobre as pessoas e as populações.

Se em nossa pesquisa ficou evidente que as plataformas digitais investigadas são usadas para manter e desenvolver relacionamentos interpessoais com pessoas já conhecidas de outros contextos de interação fora das redes digitais, a dinâmica de uso e as formas de regular a privacidade poderiam ser diferentes em outras plataformas, por exemplo, com anonimato nas comunicações ou com relacionamentos baseados em temas específicos com pessoas desconhecidas. Estas diferenças enfatizam a interrelação complexa entre as mutações nas práticas sociais e nas próprias plataformas digitais que as amparam.

Considerando esses aspectos, acreditamos que esta pesquisa se soma ao coro de alguns pesquisadores para alertar sobre a inconsistência de alguns discursos que generalizam o suposto fim da privacidade e supervalorizam qualidades inatas das novas gerações. Recusamos validar as prescrições de comportamentos para buscar descrever as singularidades e sutilezas das práticas cotidianas que indicam novas estratégias para regular a privacidade em tempos de Internet. Nossas considerações podem ainda ser válidas para os atores públicos e privados que se ocupam da regulamentação da Internet e, especialmente, da provisão de recursos, da proteção de direitos e da participação direta dos adolescentes neste mundo cada vez mais digital.

Na análise das entrevistas e dos perfis dos adolescentes, pudemos observar que a exposição de si voluntária nas plataformas digitais investigadas ocorre com base em estratégias definidas individual e coletivamente. Há regras para seleção dos alvos e dos conteúdos, bem como das plataformas, com reconhecimento de uma copropriedade das informações sobre si e sobre os outros que leva a negociações coletivas das exposições. No âmbito mais individual, há uma preocupação com o gerenciamento das impressões que são produzidas a partir das exposições, sinalizando a importância dos outros não apenas na escolha dos aspectos de si a serem expostos, mas sobretudo na dinâmica de construção reflexiva dos *selves* nestas interações.

Nossa análise nos leva a concluir que o controle sobre as exposições de si dos adolescentes está intensamente associado ao gerenciamento das impressões, com regras delimitadores dos graus de aproximação e de afastamento nos relacionamentos interpessoais, sendo este controle uma das formas de gerenciar a privacidade. Ao invés de sinalizar para uma evolução das exposições de conteúdos mais superficiais em direção aos mais íntimos, previstos na metáfora das camadas da cebola na Teoria da Penetração Social, visualizamos que as exposições oscilam não a partir de supostas camadas do *self*, mas a partir da singularidade das camadas dos ambientes relacionais ampliados com a mediação das plataformas digitais. Cada conjunto de audiências e de encontros, em cada plataforma, compõe um tipo de contexto no qual ocorrem as exposições. Os múltiplos aspectos do *self* são expostos de acordo com convenções e expectativas vinculadas a cada contexto, de forma pontual e situada, e não a partir de uma abertura gradativa conforme os relacionamentos mediados se desenvolvem.

Os contextos digitais se apresentam como ambientes relacionais híbridos ao permitirem múltiplas interações, simultaneamente, com diferentes tipos de copresença sobrepostos ao contexto imediato que é determinado pela posição geográfica dos corpos. Ao usar as plataformas digitais pelos dispositivos móveis, os adolescentes podem sobrepor as camadas dos ambientes relacionais mediados aos ambientes de copresença imediata nos lugares por onde passam. Presenciamos a ampliação das camadas que compõem os ambientes relacionais dos adolescentes contemporâneos, indicando que novas e velhas regras são ajustadas para definir os contextos multifacetados das interações. A mobilidade permite ainda uma expectativa de disponibilidade constante para interações que exige a regulação dos graus de envolvimento em cada camada.

Estas delimitações dos acessos ao *self* indicam que a privacidade não é um aspecto ignorado por estes usuários da Internet e que o manejo do fluxo das informações privadas é parte da rotina dos adolescentes entrevistados. Mesmo que as regras mudem com o tempo e sejam afetadas por situações de turbulência na coordenação dos limites, as exposições não são aleatórias nem ilimitadas. Ao elegerem o que expor, os adolescentes podem preservar os demais aspectos e manejar a permeabilidade das bordas que separam as diferentes audiências das exposições nas diferentes plataformas. O que é considerado informação privada em uma situação pode ser exposto em outra como uma das muitas informações que são usadas na apresentação de si, num processo cauteloso e refinado de gerenciamento das impressões nos relacionamentos em curso dentro e fora das redes digitais.

Se uma primeira consideração apressada sobre o fim da privacidade nas gerações mais jovens levaria a defender que os adolescentes ampliam a visibilidade de aspectos mais íntimos nos contextos digitais, nossa pesquisa indica que mesmo a exposição da intimidade é regulada com base em regras de performances contextualizadas em cada interação mediada.

A dinâmica dos contextos colapsados, das audiências invisíveis e de fluidez entre público e privado são manejadas nos diferentes usos de cada plataforma como parte da estratégia de manter algum controle sobre as exposições e sobre a delimitação dos contextos. As regras que os adolescentes apontam utilizar indicam que há interesse em reduzir a invisibilidade dos interlocutores, regular a publicidade das exposições, selecionar os aspectos de si expostos e “descolapsar” os contextos que ficavam mais embaralhados quando os usos estavam concentrados em uma única plataforma.

Os adolescentes indicam critérios e convenções sobre os tipos de conteúdos considerados apropriados em cada plataforma, seguindo expectativas que não se limitam às indicadas pelos criadores das plataformas em suas descrições e motivações iniciais. Ao mesmo tempo em que algumas potencialidades técnicas acabam favorecendo certas práticas dos adolescentes e inibindo outras, os próprios usuários criam alternativas criativas para ajustar a plataforma aos seus interesses imediatos nas interações, incluindo aí a regulação dos tipos de visibilidade que terão em cada contexto.

Se algumas das qualidades dos *networked publics* são reconhecidas e manejadas nas exposições voluntárias, observamos que a dinâmica de *persistência* e *replicabilidade* dos dados e metadados emitidos nos usos, bem como a parcela invisível da audiência composta pelas empresas e governos, não são fatores tão reconhecidos no processo de negociação das regras que delimitam os acessos ao *self* nos contextos digitais. Os rastros digitais que agregam as exposições voluntárias e involuntárias, bem como a dinâmica de funcionamento dos algoritmos que filtram parte dos conteúdos e contatos nas plataformas digitais, não aparecem como elementos tão relevantes nas estratégias de gerenciamento da privacidade dos adolescentes participantes da pesquisa.

Se, gradativamente, as plataformas digitais passam a mediar as mais variadas rotinas interacionais, incluindo os processos de aprendizagem, as práticas esportivas, a prevenção e tratamentos de doenças, as relações de consumo e a participação política, para além da mediação das relações entre pares, o gerenciamento das impressões produzidas nos algoritmos e a regulação do fluxo das informações privadas emitidas nos parecem dimensões imprescindíveis nas discussões sobre o processo de conquista de autonomia dos adolescentes no cenário social e político no qual se desenvolvem. A descrição dos comportamentos passados pode facilitar a prescrição de comportamentos futuros, tendo os algoritmos participação cada vez mais relevante na definição dos padrões de conduta e, conseqüentemente, nos critérios para avaliar os desvios.

Admitindo-se que presenciamos um momento histórico no qual é cada vez menor a quantidade de aspectos de si que não são expostos nos contextos digitais, o acúmulo destes rastros contempla as experiências dos *selves* em cada plataforma e compõe esta espécie de *meta-self* que é compartilhado entre as pessoas e os algoritmos que agregam estas informações. Reconhecendo que a memória humana não parece ainda capaz de registrar, analisar e processar estes rastros digitais, como subsídio para suas escolhas, na mesma

velocidade que os computadores, defendemos que o controle sobre os limites de copropriedade destes rastros dos *selves* é parte cada vez mais relevante do processo de gerenciamento da privacidade nos contextos digitais.

Se o pensamento liberal do capitalismo contemporâneo ainda supõe o *self* como uma das únicas propriedades privadas inalienáveis, a copropriedade dos rastros digitais e do meta-*self* traz um desafio decisivo à própria noção de privacidade. Não ter condições de regular a permeabilidade dos limites de copropriedade das exposições acumuladas nos rastros digitais é uma ameaça não apenas à privacidade, mas também à possibilidade de regular a presença nos contextos digitais. Se ao longo dos séculos as sociedades têm colocado em funcionamento uma variedade de instituições para regular a circulação dos corpos e das ideias através de prisões, hospitais, escolas, igrejas, universidades e corporações, a digitalização destas instituições nos remete a uma digitalização importante das dinâmicas de modulação dos *selves*. As estratégias de resistência e as linhas de fuga possíveis para estas modulações hegemônicas dos *selves* tendem a se aproximar cada vez mais das próprias tecnologias, apropriando, por exemplo, os recursos de criptografia para fortalecer os controles sobre os acessos ao *self* e ao meta-*self*, encriptando-os. As camadas de segurança e a linguagem cifrada já usada em moedas digitais poderiam ser aplicadas nestes cripto-*selves* para, eventualmente, recuperar maior agência dos sujeitos e trazer uma espécie de segurança ontológica no cenário de digitalização radical das sociedades.

Nos termos de Goffman (2010), nos parece que cada plataforma digital permite a formação de ajuntamentos privados nestes lugares públicos digitais, compondo arranjos comunicativos especiais. Resta seguir investigando como estes contextos digitais, enquanto novos ambientes relacionais híbridos, nos indicam um novo *ethos* no âmbito dos rituais de interações e de regulação dos limites socialmente estabelecidos para diferenciar os espaços e informações considerados privados em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abad, M. (2003). Crítica política das políticas de juventude. In; Freitas, M. V.; Papa, F.de C (Orgs.). *Políticas públicas: Juventude em pauta*. São Paulo: Cortez.
- Abeele, M. M. V. (2014). Mobile lifestyles: Conceptualizing heterogeneity in mobile youth culture. *New Media & Society*, 1-19. <http://doi.org/10.1177/1461444814551349>
- Aberastury, A. & Knobel, M. (1992). *Adolescência normal*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Acquisti, A., Brandimarte, L., & Loewenstein, G. (2015). Privacy and human behavior in the age of information. *Science*, 347(6221), 509–514. <http://doi.org/10.1126/science.aaa1465>
- Adams, G. R., & Berzonsky, M. D. (Orgs.). (2006). *Blackwell handbook of adolescence*. Malden: Blackwell.
- Agre, P., & Rotenberg, M. (Orgs.). (1998). *Technology and privacy: the new landscape*. Cambridge: MIT Press.
- Aharony, N. (2015). What's App: a social capital perspective. *Online Information Review*, 39(1), 26–42. <http://doi.org/10.1108/OIR-08-2014-0177>
- Algoritmo. (2016, Janeiro 21). In *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Recuperado de <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Algoritmo&oldid=45135348>
- Altman, I. (1975). *Environment and social behavior: Personal space, privacy, crowding and territory*. Monterey, CA: Brooks Cole.
- Altman, I. (1977). Privacy Regulation: Culturally Universal or Culturally Specific? *Journal of Social Issues*, 33(3), 66–84.
- Altman, I., & Taylor, D. A. (1973). *Social penetration: The development of interpersonal relationships*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Altman, I., Vinsel, A., & Brown, B. B. (1981). Dialectic Conceptions In Social Psychology: An Application To Social Penetration And Privacy Regulation. In *Advances in Experimental Social Psychology*, 14 (C), 107–160.
- Altman, I., & Wohlwill, J. F. (1978). *Children and the environment*. New York: Plenum Press.
- Angelini, P., & Sciandra, A. (2013). Pixel vs. Font. Facebook and Young People's Self-Presentation. *Italian Journal of Sociology of Education*, 5(1), 58–81.
- Arendt, H. (2014). *A Condição Humana* (12a ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Ariés, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar
- Assange, J., Appelbaum, J., Müller-Maguhn, A., & Zimmermann, J. (2012). *Cypherpunks: freedom and the future of the internet*. London: OR Books.
- Back, M. D., Stopfer, J. M., Vazire, S., Gaddis, S., Schmukle, S. C., Egloff, B., & Gosling, S. D. (2010). Facebook Profiles Reflect Actual Personality, Not Self-Idealization. *Psychological Science*, 21(3), 372–374.
- Bakardjieva, M. (2011). The Internet in Everyday Life: Exploring the Tenets and Contributions of Diverse Approaches. In M. Consalvo & C. Ess (Orgs.), *The Handbook of Internet Studies* (p. 59–82). Oxford: Wiley-Blackwell.

- Barash, V., Ducheneaut, N., Isaacs, E., & Bellotti, V. (2010). Faceplant: Impression (Mis)management in Facebook Status Updates. In *Fourth International AAAI Conference on Weblogs and Social Media*.
- Barbosa, A., O'Neill, B., Ponte, C., Simões, J. A., & Jereissati, T. (2013). *Risks and safety on the internet: comparing Brazilian and European children* (EU Kids Online). London. Recuperado de <http://www.lse.ac.uk/media@lse/research/EUKidsOnline/Home.aspx>
- Bargh, J. A., McKenna, K. Y. A., & Fitzsimons, G. M. (2002). Can You See the Real Me? Activation and Expression of the “True Self” on the Internet. *Journal of Social Issues*, 58(1), 33–48. <http://doi.org/10.1111/1540-4560.00247>
- Barnes, S. B. (2006). A privacy paradox: Social networking in the United States. *First Monday*, 11(9). Recuperado de <http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/1394>
- Baruh, L., & Popescu, M. (2015). Big data analytics and the limits of privacy self-management. *New Media & Society*, 1461444815614001. Recuperado de <http://doi.org/10.1177/1461444815614001>
- Bazarova, N. N., & Choi, Y. H. (2014). Self-Disclosure in Social Media: Extending the Functional Approach to Disclosure Motivations and Characteristics on Social Network Sites. *Journal of Communication*, 64(4), 635–657.
- Bazarova, N. N., Taft, J. G., Choi, Y. H., & Cosley, D. (2013). Managing Impressions and Relationships on Facebook Self-Presentational and Relational Concerns Revealed Through the Analysis of Language Style. *Journal of Language and Social Psychology*, 32(2), 121–141. <http://doi.org/10.1177/0261927X12456384>
- Bayer, J. B., Ellison, N. B., Schoenebeck, S. Y., & Falk, E. B. (2015). Sharing the small moments: ephemeral social interaction on Snapchat. *Information, Communication & Society*, 0(0), 1–22.
- Baym, N. K. (2009). A Call for Grounding in the Face of Blurred Boundaries. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 14(3), 720–723.
- Baym, N. K. (2011). Social Networks 2.0. In M. Consalvo & C. Ess (Orgs.), *The Handbook of Internet Studies* (p. 384–405). Wiley-Blackwell.
- Baym, N. K. (2010). *Personal connections in the digital age*. Cambridge: Polity Press.
- Baym, N. K. (2015). Social Media and the Struggle for Society. *Social Media + Society*, 1(1), 1–2.
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2012). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Baumeister, R. F. (Org.). (1986). *Public Self and Private Self*. New York: Springer.
- Beck, U. (2010). *Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34.
- Beer, D. D. (2008). Social network(ing) sites...revisiting the story so far: A response to danah boyd & Nicole Ellison. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(2), 516–529.
- Beer, D. (2012). The comfort of mobile media Uncovering personal attachments with everyday devices. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, 18(4), 361–367. <http://doi.org/10.1177/1354856512449571>
- Beer, D. & Burrows, R. (2007). Sociology and, of and in Web 2.0: Some initial

- considerations. *Sociological Research Online*, 12(5). Recuperado de <http://www.socresonline.org.uk/12/5/17.html>.
- Beer, D., & Burrows, R. (2010). Consumption, Prosumption and Participatory Web Cultures An introduction. *Journal of Consumer Culture*, 10(1), 3–12.
- Belloni, M. L. (2007). Infância, Mídias e Educação: Revisitando o conceito de socialização. *Revista Perspectiva*, 25(1), 57-82.
- Benkler, Y. (2006). *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*. New Haven: Yale University Press.
- Ben-Ze'ev, A. (2003). Privacy, emotional closeness, and openness in cyberspace. *Computers in Human Behavior*, 19(4), 451–467.
- Berg, J. H., & Clark, M. S. (1986). Differences in Social Exchange Between Intimate and Other Relationships: Gradually Evolving or Quickly Apparent? In V. J. Derlega & B. A. Winstead (Orgs.), *Friendship and Social Interaction* (p. 101–128). New York: Springer New York.
- Berndt, T. J., & Hanna, N. A. (1995). Intimacy and self-disclosure in friendships. In K. J., Rotenberg (Org.), *Disclosure processes in children and adolescents* (pp. 55–77). Cambridge: Cambridge University Press.
- Bevan, J. L., Cummings, M. B., Kubiniec, A., Mogannam, M., Price, M., & Todd, R. (2015). How Are Important Life Events Disclosed on Facebook? Relationships with Likelihood of Sharing and Privacy. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 18(1), 8–12.
- Binder J., Howes, A., Sutcliffe, A. (2009). The problem of conflicting social spheres: effects of network structure on experienced tension in social network sites. Paper presented at the CHI, Boston.
- Błachnio, A., Przepiorka, A., Boruch, W., & Bałakier, E. (2016). Self-presentation styles, privacy, and loneliness as predictors of Facebook use in young people. *Personality and Individual Differences*, 94, 26–31. Recuperado de <http://doi.org/10.1016/j.paid.2015.12.051>
- Bok, S. (1982). *Secrets: On the ethics of concealment and revelation*. New York: Pantheon.
- Boneva, B., Quinn, A., Kraut, R., Kiesler, S., & Shklovski, I. (2006). Teenage communication in the instant messaging era. In R. Kraut, M. Brynin, & S. Kiesler (Orgs.), *Computers, phones, and the Internet: Domesticating information technology* (p. 201–218). New York, NY, US: Oxford University Press.
- Boyd, D. (2008a). Facebook's Privacy Trainwreck Exposure, Invasion, and Social Convergence. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, 14(1), 13–20.
- Boyd, D. (2008b). *Taken out of context: American teen sociality in networked publics* (PhD thesis, University of California, Berkeley). Recuperado de <http://www.danah.org/papers/TakenOutOfContext.pdf>
- Boyd, D. (2008c). How Can Qualitative Internet Researchers Define the Boundaries of Their Projects: A Response to Christine Hine. In A. Markham, & N. Baym (Eds.), *Internet Inquiry: Conversations About Method* (pp. 26-32). Los Angeles: Sage.

- Boyd, D. (2011). Social Network Sites as Networked Publics: Affordances, Dynamics, and Implications. In Z. Papacharissi (Org.), *A networked self: identity, community and culture on social network sites* (p. 39–58). New York: Routledge.
- Boyd, D., & N. Ellison. (2008) Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication* 13(1), 210-230.
- Boyd, D, Marwick, A. (2011). Social Privacy in Networked Publics: Teens' Attitudes, Practices, and Strategies. Paper presented at the *Oxford Internet Institute Decade in Internet Time Symposium*, September 22.
- Boyd, D. (2014). *It's Complicated: The Social Lives of Networked Teens*. New Haven: Yale University Press.
- Brown, B. B. (2004). Adolescents' Relationships with Peers. In R. M. Lerner & L. Steinberg (Orgs.), *Handbook of Adolescent Psychology* (p. 363–394). Hoboken, N.J: John Wiley & Sons, Inc.
- Bruno, F. (2008, Agosto). Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. *Revista FAMECOS*, 36, 10-16.
- Bruno, F. (2009, Maio/Agosto). Mapas de crime: vigilância distribuída e participação na cibercultura. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação E-compós*, 12 (2), 1-16.
- Bruno, F., & Pedro, R. (2004). Entre Aparecer e Ser: tecnologia, espetáculo e subjetividade contemporânea. *Intexto*, 0(11), 128–144. Recuperado de <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/4080>
- Bucher, T. (2012). Want to be on the top? Algorithmic power and the threat of invisibility on Facebook. *New Media & Society*, 14(6), 1461-1488. <http://doi.org/10.1177/1461444812440159>
- Bucher, T. (2016). The algorithmic imaginary: exploring the ordinary affects of Facebook algorithms. *Information, Communication & Society*, 0(0), 1–15.
- Buckingham, D. (Org.). (2008). *Youth, identity, and digital media*. Cambridge, Mas: MIT Press.
- Buhrmester, D., & Prager, K. (1995). Patterns and functions of self-disclosure during childhood and adolescence. In K. J., Rotenberg (Org.), *Disclosure processes in children and adolescents* (p. 10–56). Cambridge: Cambridge University Press.
- Burgoon, J. K. (1982). Privacy and communication. In M. Burgoon (Ed.), *Communication Yearbook 6* (pp. 206-249). Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- Butsch, R. (Ed.) (2007). *Media and Public Sphere*. Houndmills: Palgrave Macmillan.
- Cancline, N. G. (2000). *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP.
- Cannataci, J. A. (2016). Report of the Special Rapporteur on the right to privacy. Advance Unedited Version 09 March A/HRC/31/64. Human Rights Council. Recuperado de http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Privacy/SRonprivacy_Statement_HRC_9March2016.pdf
- Cardon, D. (2008). Le design de la visibilité: Un essai de cartographie du web 2.0. *Réseaux*, 152(6), 93. <http://doi.org/10.3917/res.152.0093>

- Cardon, D. (2012). Montrer/Regarder: L'économie de la visibilité sur les réseaux sociaux d'internet. In J. Marquet & C. Janssen, *Lien social et internet dans l'espace privé* (p. 21–50). Louvain-la-Neuve: Academia L'Harmattan.
- Calhoun, C. (Org.). (1993). *Habermas and the Public Sphere* (Reprint edition). Cambridge: The MIT Press.
- Caron, A., & Caronia, L. (2007). *Moving cultures mobile communication in everyday life*. Montréal: McGill-Queen's University Press.
- Casilli, A. (2010). *Les liaisons numériques: Vers une nouvelle sociabilité?* Paris : Le Seuil.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Carver, A. (2006). Intrapersonal Communication and Post-Disclosure Dialectics: An Examination of the Dialectical Tensions Expelienced Following Self-Disclosure (*Masters Theses, College of Communication Studies, Liberty University*). Recuperado de <http://digitalcommons.liberty.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1105&context=masters>
- Chan, M. (2015). Mobile phones and the good life: Examining the relationships among mobile use, social capital and subjective well-being. *New Media & Society*, 17(1), 96–113. <http://doi.org/10.1177/1461444813516836>
- Chaikin, A. L., & Derlega, V. J. (1974). Variables affecting the appropriateness of self-disclosure. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 42(4), 588–593.
- Chelune, G. J. (1979). *Self-disclosure: origins, patterns, and implications of openness in interpersonal relationships*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Chen, H., Beaudoin, C. E., & Hong, T. (2015). Teen online information disclosure: Empirical testing of a protection motivation and social capital model. *Journal of the Association for Information Science and Technology*. Recuperado de <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.23567>
- Child, J. T.; Petronio, S; Agyeman-Budu, E. A.; Westermann, D. A. (2011). Blog scrubbing: Exploring triggers that change privacy rules. *Computers in Human Behavior*, 27(05), 2017-2027.
- Child, J. T., & Petronio, S. (2011). Unpacking the paradoxes of privacy in CMC relationships: The challenges of blogging and relational communication on the internet. In K. B. Wright & L. M. Webb (Eds.), *Computer-mediated communication in personal relationships* (pp. 21–40). New York: Peter Lang.
- Choi, Y. H., & Bazarova, N. N. (2015). Self-Disclosure Characteristics and Motivations in Social Media: Extending the Functional Model to Multiple Social Network Sites. *Human Communication Research*, 41(4), 480–500.
- Christofides, E., Muise, A., & Desmarais, S. (2009). Information Disclosure and Control on Facebook: Are They Two Sides of the Same Coin or Two Different Processes? *CyberPsychology & Behavior*, 12(3), 341–345.
- Christofides, E., Muise, A., & Desmarais, S. (2012). Risky Disclosures on Facebook The Effect of Having a Bad Experience on Online Behavior. *Journal of Adolescent Research*, 27(6), 714–731.
- Chua, T. H. H., & Chang, L. (2016). Follow me and like my beautiful selfies: Singapore

- teenage girls' engagement in self-presentation and peer comparison on social media. *Computers in Human Behavior*, 55, Part A, 190–197. <http://doi.org/10.1016/j.chb.2015.09.011>
- Cole, M., Cole, S. R., & Lopes, M. F. (2004). *O desenvolvimento da criança e do adolescente*. (4a Ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Collins, N. L., & Miller, L. C. (1994). Self-disclosure and liking: a meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 116(3), 457–475.
- Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br (2010). *Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil – TIC Crianças 2009*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet. Recuperado de <http://cetic.br>
- Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br (2013). *Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil 2012 – TIC Educação*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet. Recuperado de <http://cetic.br>
- Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br (2015a). *Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil 2014 – TIC Domicílios*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet. Recuperado de <http://www.cetic.br/pesquisa/domicilios/indicadores/> em 01/03/2016.
- Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br (2015b). *Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil 2014 – TIC Kids Online*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet. Recuperado de <http://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-da-internet-por-criancas-e-adolescentes-no-brasil-tic-kids-online-brasil-2014/> em 06/01/2016.
- Consalvo, M., & Ess, C. (Orgs.). (2011). *The handbook of internet studies*. Malden: Wiley-Blackwell.
- Cooley, C. H. (1992). *Human Nature and the Social Order*. New York: Transaction.
- Corsaro, W. A. (2011). *Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed.
- Couldry, N. (2015). Social Media: Human Life. *Social Media + Society*, 1(1), 1–2. <http://doi.org/10.1177/2056305115580336>
- Couto, E. S. (2015a). Educação e redes sociais digitais: privacidade, intimidade inventada e incitação à visibilidade. *Em Aberto*, 28(94). Recuperado de <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1668>
- Couto, E. S. (2015b). Vida privada na esfera pública: narrativas de corpos e sexualidades nas redes sociais digitais. *Revista entreideias: educação, cultura e sociedade*, 4(1). Recuperado de <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/8710>
- Cozby, P. C. (1972). Self-Disclosure, Reciprocity and Liking. *Sociometry*, 35(1), 151–160.
- Cozby, P. C. (1973). Self-disclosure: A literature review. *Psychological Bulletin*, 79, 73-91.
- Crary, J. (2012). *Técnicas do observador: visão e modernidade no século XIX*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.
- DeAndrea, D. C., & Walther, J. B. (2011). Attributions for Inconsistencies Between Online and Offline Self-Presentations. *Communication Research*, 38(6), 805–825.

- Derlega, V. J., & Berg, J. H. (1987). *Self-Disclosure: Theory, Research, and Therapy*. New York: Springer Science & Business Media.
- Derlega V. J., & Chaikin A. L. (1977) Privacy and self-disclosure in social relationships. *Journal of Social Issues*, Vol. 33(3), 102–115.
- Derlega, V. J., & Grzelak, J. (1979). Appropriateness of self-disclosure. In G. J. Chelune (Ed.), *Self-disclosure: Origins, patterns, and implications of openness in interpersonal relationships* (pp. 151-176). San Francisco: Jossey-Bass.
- Derlega, V. J., Metts, S., & Petronio, S. (Eds.). (1993). *Self-disclosure*. Newbury Park: Sage Publications.
- Derlega, V. J., Winstead, B. A., & Greene, K. (2008). Self-disclosure and starting a close relationship. In S. Sprecher, A. Wenzel, & J. Harvey (Eds.) *Handbook of relationship initiation* (pp. 153-174). New York: Psychology Press.
- Derlega, V. J., Winstead, B. A., Wong, P., & Greenspan, M. (1987). Self-disclosure and relationship development: An attributional analysis. In M. E. Roloff & G. R. Miller (Eds.), *Interpersonal processes: New directions in communication research* (pp. 172–187). Thousand Oaks: Sage.
- Deschavanne, E., & Tavoillot, P.-H. (2011). *Philosophie des âges de la vie: pourquoi grandir? Pourquoi vieillir?* Paris: Pluriel.
- Dias, A. C. G. (2003). *A revelação de si na Internet: um estudo com adolescentes*. Tese de Doutorado não publicada. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Dias, A. C. G.; Teixeira, M.A.P. (2008). Auto-revelação na internet: um estudo com estudantes universitários. *Aletheia (ULBRA)*, (27), 23-35, Recuperado de <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1150/Resumenes/115012525003>
- Dienlin, T., & Trepte, S. (2015). Is the privacy paradox a relic of the past? An in-depth analysis of privacy attitudes and privacy behaviors. *European Journal of Social Psychology*, 45(3), 285–297.
- Dindia, K., & Allen, M. (1992). Sex differences in self-disclosure: a meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 112(1), 106–124.
- Dolgin, K. G., & Minowa, N. (1997). Gender differences in self-presentation: A comparison of the roles of flatteringness and intimacy in self-disclosure to friends. *Sex Roles*, 36(5-6), 371–380. <http://doi.org/10.1007/BF02766653>
- Donath, J., & Boyd, D. (2004). Public Displays of Connection. *BT Technology Journal*, 22(4), 71–82.
- Doneda, D. (2006). *Da privacidade à proteção de dados pessoais*. Rio de Janeiro: Renovar.
- Doneda, D., & Almeida, V. A. F. (2015). Privacy Governance in Cyberspace. *IEEE Internet Computing*, 19(3), 50–53. <http://doi.org/10.1109/MIC.2015.66>
- Dutton, W. E. (1996). *Information and Communication Technologies: Visions and Realities*. Oxford: Oxford University Press.
- Elias, N., Jungmann, R., & Ribeiro, R. J. (1994). *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Elliott, A. (2014). *Concepts of the self* (3. ed.). Oxford: Polity Press.

- Ellison, N. B., & Boyd, D. M. (2013). Sociality Through Social Network Sites. In W. H. Dutton (Org.), *The Oxford Handbook of Internet Studies* (p. 151- 172). Oxford: Oxford University Press.
- Ellison, N., Heino, R., & Gibbs, J. (2006). Managing Impressions Online: Self-Presentation Processes in the Online Dating Environment. *Journal of Computer-Mediated Communication*, *11*(2), 415–441. <http://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2006.00020.x>
- Ellison, N. B., Steinfield, C., & Lampe, C. (2007). The Benefits of Facebook “Friends:” Social Capital and College Students’ Use of Online Social Network Sites. *Journal of Computer-Mediated Communication*, *12*(4), 1143–1168. <http://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00367.x>
- Ellison, N. B., Vitak, J., Gray, R., & Lampe, C. (2014). Cultivating Social Resources on Social Network Sites: Facebook Relationship Maintenance Behaviors and Their Role in Social Capital Processes. *Journal of Computer-Mediated Communication*, *19*(4), 855–870.
- Emanuel, L., Neil, G. J., Bevan, C., Fraser, D. S., Stevenage, S. V., Whitty, M. T., & Jamison-Powell, S. (2014). Who am I? Representing the self offline and in different online contexts. *Computers in Human Behavior*, *41*, 146–152.
- Erikson, E. (1976). *Identidade, Juventude e Crise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Erikson, . (1998) *O ciclo de vida completo*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ess C, AoIR EW Committee (2002). *Ethical decision-making and Internet research: Recommendations from the aoir ethics working committee*. Association of Internet Researchers. Recuperado de <http://aoir.org/reports/ethics.pdf>
- Ess, C. (2010). Internet research ethics. In: Joinson, A. (et Col). *The Oxford Handbook of Internet Psychology*. Oxford: Oxford Univerty Press.
- Ess, C., & Jones, S. (2012). *Ethical Decision-Making and Internet Research: Recommendations from the AoIR Ethics Working Committee* (Version 2.0). Recuperado de <http://aoir.org/reports/ethics2.pdf>
- Ess, C. and Consalvo, M. (2011). Introduction: What is “Internet Studies”?, In Consalvo, M., & Ess, C. (Orgs.) *The Handbook of Internet Studies* (pp.01-08). Malden: Wiley-Blackwell.
- Fischer, R. M. B. (1996). *Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS / FACED.
- Flick, U. (2012). Entrevista episódica. In M. W., Bauer, & Gaskell, G. (Eds.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 114-136). Petrópolis: Vozes.
- Foracchi, M. (1972). *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira.
- Foucault, M. (1999). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Fragoso, S., Recuero, R., & Amaral, A. (2011). *Métodos de Pesquisa para Internet*. Porto Alegre: Sulina.
- Galland, O. (2001). Adolescence, post-adolescence, jeunesse: retour sur quelques interprétations. *Revue Française de Sociologie*, *42*(4), 611. <http://doi.org/10.2307/3322734>
- Gauchet, M. (2004). La redéfinition des âges de la vie. *Le débat*, *132*. Recuperado de <http://le-debat.gallimard.fr/articles/2004-5-la-redefinition-des-ages-de-la-vie/>

- Georgalou, M. (2015). "I make the rules on my Wall": Privacy and identity management practices on Facebook. *Discourse & Communication*, 1–25.
- Gergen, K. J. (2000). *The saturated self: dilemmas of identity in contemporary life*. New York: Basic Books.
- Geser, H. (2006). Is the cell phone undermining the social order? Understanding mobile technology from a sociological perspective. *Knowledge, Technology & Policy*, 19(1), 8–18.
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP.
- Giddens, A. (2009). *A Constituição da sociedade*. São Paulo (SP): Martins Fontes.
- Giordano, P. C. (1995). The Wider Circle of Friends in Adolescence. *American Journal of Sociology*, 101(3), 661–697.
- Good, K. D. (2012). From scrapbook to Facebook: A history of personal media assemblage and archives. *New Media & Society*, 0(0), 01–17.
- Goffman, E. (2010). *Comportamento em Lugares Públicos. Notas Sobre a Organização Social dos Ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes.
- Goffman, E. (2011). *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes
- Goffman, E. (2014). *A Representação do Eu na Vida Cotidiana* (20ª Ed.). Petrópolis: Vozes.
- Goggin, G. (2013). Youth culture and mobiles. *Mobile Media & Communication I* (1), 83–88.
- Gondim, S. M. G. (2002). Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, 12(24), 149–161.
- Granjon, F. (2012). Intimité, extimité, visibilité: entre dévoilement de soi et besoin de reconnaissance. In J. Marquet & C. Janssen, *Lien social et internet dans l'espace privé* (p. 51–72). Louvain-la-Neuve: Academia L'Harmattan.
- Greene, K., Derlega, V. J., & Mathews, A. (2006). Self-disclosure in personal relationships. In A. Vangelisti & D. Perlman (Eds.), *Cambridge handbook of personal relationships* (pp. 409–427). Cambridge: Cambridge University Press.
- Greene, K., & Magsamen-Conrad, K. (2010). Disclosure decisions in existing relationships online: Exploring motivations for CMC channel choice. In J. R. Park & E. G. Abels (Eds.) *Interpersonal relations and social patterns in communication technologies: Discourse norms, language structures and cultural variables* (pp. 48–75). Hershey: IGI Publications.
- Greene, K., & Catona, D. (2014). Seeking a last first date: Strategic self-disclosure and self-presentation as persuasion in initial online dating interactions. In C. Liberman (Ed.), *Casing persuasive communication* (pp. 35–50). Dubuque: Kendall Hunt.
- Gunther, H. (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Série: textos de psicologia ambiental*, N°7. Brasília: Laboratório de Psicologia Ambiental da UNB. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>
- Habermas, J. (2014). *Mudança estrutural da esfera pública investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo, SP: Ed. Unesp.

- Haddon, L. (2013). Mobile media and children. *Mobile Media & Communication*, 1(1), 89–95.
- Haddon, L. (2015). Social Media and Youth. In *The International Encyclopedia of Digital Communication and Society*. John Wiley & Sons, Inc. Recuperado de <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9781118767771.wbiedcs088/abstract>
- Hall, E. T. (1959). *The silent language*. New York: Doubleday.
- Hall, E. T. (1966). *The hidden dimension*. New York: Doubleday.
- Hall, J. A., Baym, N. K., & Miltner, K. M. (2014). Put down that phone and talk to me: Understanding the roles of mobile phone norm adherence and similarity in relationships. *Mobile Media & Communication*, 2(2), 134–153. <http://doi.org/10.1177/2050157913517684>
- Harvey, D. (1993). *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Hatuka, T., & Toch, E. (2014). The emergence of portable private-personal territory: Smartphones, social conduct and public spaces. *Urban Studies Journal*, 1–17.
- Helsper, E. (2012). Which children are fully online? In S. Livingstone & L. Haddon (Orgs.), *Children, risk and safety on the internet* (pp. 45–58). Bristol: Policy Press.
- Hogan, B. (2010). *The Presentation of Self in the Age of Social Media: Distinguishing Performances and Exhibitions Online*. *Bulletin of Science Technology & Society* 30 (6), 377-386.
- Houda Sassi, & Gharbi, J.-E. (2015). Self-Presentation on Social Networking Sites. *Journal of Internet Social Networking and Virtual Communities*, 2015, 9–16.
- Inness, J. C. (1996). *Privacy, Intimacy, and Isolation*. Oxford: Oxford University Press.
- Ito, M. (2008). Introduction. In K. Vernelis (Org.), *Networked publics* (pp. 1–14). Cambridge, MA: MIT Press.
- Ito, M., & Okabe, D. (2005). Intimate Connections: Contextualizing Japanese youth and mobile messaging. In R. Harper, L. Palen, & A. Taylor (Orgs.), *The Inside Text: social, cultural and design perspectives on SMS* (pp. 127–145). Dordrecht: Springer Netherlands.
- Ito, M., Okabe, D., & Matsuda, M. (Orgs.). (2005). *Personal, portable, pedestrian: mobile phones in Japanese life*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- James, W. (1983). *The Principles of Psychology*. Cambridge: Harvard University.
- Jameson, F. (2002). *Pós-Modernismo - A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática, 2002.
- Jensen, K. B. (2011) New Media, Old Methods – Internet Methodologies and the Online/Offline Divide, In M. Consalvo, & C. Ess (Eds), *The Handbook of Internet Studies*. Oxford: Wiley-Blackwell. doi: 10.1002/9781444314861.ch3
- Jin, S-A. A. (2013). Peeling back the multiple layers of Twitter’s private disclosure onion: The roles of virtual identity discrepancy and personality traits in communication privacy management on Twitter. *New Media & Society*, 15(6) 813–833.
- Joinson, A. N. (2001). Self-disclosure in computer-mediated communication: The role of self-awareness and visual anonymity. *European Journal of Social Psychology*, 31, 177-192.

- Joinson, A. (et Col). (2010). *The Oxford Handbook of Internet Psychology*. Oxford: Oxford University Press.
- Joinson, A. N., & Paine, C. B. (2010). Self-disclosure, privacy and the Internet. In Joinson, A. N. *The Oxford Handbook of Internet Psychology* (pp. 237-252). Oxford: Oxford University Press.
- Joinson, A. N., Reips, U. D., Buchanan, T. , & Schofield, C. B. P. (2010). Privacy, Trust, and Self-Disclosure Online, *Human-Computer Interaction*, 25:1, 1-24.
- Joinson, A. N. (2011). Digital Crowding: Privacy, Self-Disclosure, and Technology. In S. Trepte, & L. Reinecke (Eds.), *Privacy online: Perspectives on privacy and self-disclosure in the social web* (pp 33-45). New York: Springer.
- Jones, J. M. (2015). The Looking Glass Lens: Self-concept Changes Due to Social Media Practices. *The Journal of Social Media in Society*, 4(1).
- Jourard, S. M. (1966). Some psychological aspects of privacy. *Law and Contemporary Problems*, 3J, 307-318.
- Jourard, S. M. (1971a). *The Transparent Self* (Revised edition). Van Nostrand Reinhold Inc., U.S.
- Jourard, S. M. (1971b). *Self-Disclosure: An Experimental Analysis of the Transparent Self*. John Wiley & Sons Ltd.
- Krämer, N. C., & Haferkamp, N. (2011). Online Self-Presentation: Balancing Privacy Concerns and Impression Construction on Social Networking Sites. In S. Trepte & L. Reinecke (Orgs.), *Privacy Online* (pp. 127-141). New York: Springer.
- Kraut, R., Brynin, M., & Kiesler, S. (2006). *Computers, Phones, and the Internet Domesticating Information Technology*. Oxford University Press.
- Kerbaux, M. T. M. (1997). Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? *Estudos de Sociologia*, 18/19, 193-203.
- Kroger, J. (2006). Identity Development During Adolescence. In G. R. Adams & M. D. Berzonsky (Orgs.), *Blackwell Handbook of Adolescence* (pp. 205-226). Malden: Blackwell Publishing Ltd.
- Lampe, C., Ellison, N., & Steinfield, C. (2006). A Face (book) in the crowd: Social searching vs. social browsing. In *Proceedings of the 2006 20th anniversary conference on Computer supported cooperative work* (pp. 167-170).
- Lampinen, A., Lehtinen, V., Lehmuskallio, A., & Tamminen, S. (2011). We'Re in It Together: Interpersonal Management of Disclosure in Social Network Services. In *Proceedings of the SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems* (p. 3217-3226). New York: ACM. <http://doi.org/10.1145/1978942.1979420>
- Lane, J., Stodden, V., Bender, S., & Nissenbaum, H. (2014). *Privacy, Big Data, and the Public Good: Frameworks for Engagement*. New York: Cambridge University Press.
- Leary, M. R. (1996). *Self-presentation: impression management and interpersonal behavior*. Boulder: Westview Press.
- Leary, M. R. (2003). The Self We Know and the Self We Show: Self-esteem, Self-presentation, and the Maintenance of Interpersonal Relationships. In G. J. O. Fletcher &

- rgaret S. Clark (Orgs.), *Blackwell Handbook of Social Psychology: Interpersonal Processes* (p. 457–477). Malden: Blackwell Publishers Ltd.
- Leary, M. R., & Kowalski, R. M. (1990). Impression management: A literature review and two-component model. *Psychological Bulletin*, 34–47.
- Lee, D.-H., Im, S. and Taylor, C. R. (2008), Voluntary self-disclosure of information on the Internet: A multimethod study of the motivations and consequences of disclosing information on blogs. *Psychol. Mark.*, 25:692–710.
- Lemos, A. (1999). Ciber-socialidade: Tecnologia e vida Social na cultura contemporânea. In Rubim, A., Bentz, I, Pinto, J.M. (Orgs.), *Práticas Discursivas na Cultura Contemporânea* (pp. 9-22). Porto Alegre: Edunisinos.
- Lemos, A. (2007). Mídias Locativas e Territórios Informacionais. In Santaella, L., Arantes, P. (ed). *Estéticas Tecnológicas. Novos Modos de Sentir*. São Paulo: EDUC, 207-230.
- Lemos, A. (2010). Post—Mass Media Functions, Locative Media, and Informational Territories: New Ways of Thinking About Territory, Place, and Mobility in Contemporary Society. *Space and Culture*, 13(4), 403–420. <http://doi.org/10.1177/1206331210374144>
- Lenhart, A. (2015). *Teen, Social Media and Technology Overview 2015*. Pew Research Center. Recuperado de http://www.pewinternet.org/files/2015/04/PI_TeensandTech_Update2015_0409151.pdf
- Lerner, R. M., & Steinberg, L. D. (Orgs.). (2004). *Handbook of adolescent psychology* (2a Ed.). Hoboken, N.J: Wiley.
- Lessig, L. (2006). *Code: And Other Laws of Cyberspace* (Version 2.0). New York: Basic Books.
- Levy, K. E. C. (2015). Intimate Surveillance. *Idaho Law Review*, 51(3), 679–692.
- Levy, P. (1993). *As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Levy, P. (1998). *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola.
- Levy, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.
- Lewin, K. (1935). *A dynamic theory of personality*. New York: McGraw-Hill.
- Lewin, K. (1936). *Principles of topological psychology*. New York: McGraw-Hill.
- Licoppe, C. (2004). “Connected” Presence: The Emergence of a New Repertoire for Managing Social Relationships in a Changing Communication Technoscape. *Environment and Planning D: Society and Space*, 22(1), 135–156.
- Lifton, R. J. (1999). *The protean self: human resilience in an age of fragmentation*. Chicago: Univ. of Chicago Press.
- Lim, S. S. (2013). On mobile communication and youth “deviance”: Beyond moral, media and mobile panics. *Mobile Media & Communication*, 1(1), 96–101. <http://doi.org/10.1177/2050157912459503>
- Linne, J. (2015). “Multimacy”: Performances of intimacy on Facebook by Buenos Aires

- adolescents. *The Electronic Journal of Information Systems in Developing Countries*, 71(4), 1–13.
- Litt, E. (2012). Knock, Knock. Who's There? The Imagined Audience. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 56(3), 330–345. <http://doi.org/10.1080/08838151.2012.705195>
- Litt, E., & Hargittai, E. (2014). A bumpy ride on the information superhighway: Exploring turbulence online. *Computers in Human Behavior*, 36, 520–529. <http://doi.org/10.1016/j.chb.2014.04.027>
- Litt, E., Spottswood, E., Birnholtz, J., Hancock, J. T., Smith, M. E., & Reynolds, L. (2014). Awkward Encounters of an “Other” Kind: Collective Self-presentation and Face Threat on Facebook. In *Proceedings of the 17th ACM Conference on Computer Supported Cooperative Work & Social Computing* (p. 449–460). New York, NY: ACM. <http://doi.org/10.1145/2531602.2531646>
- Livingstone, S. (2009). *Children and Internet: Great Expectations, Challenging Realities*. Cambridge: Polity.
- Livingstone, S., Haddon, L.(ed.) (2009). *Kids Online: Oportunities and risks for children*. Bristol: Policy.
- Livingstone, S., & Haddon, L. (Orgs.). (2012). *Children, risk and safety on the internet: Research and policy challenges in comparative perspective*. London: Policy Press.
- Livingstone, S., Haddon, L., Gorzig, A. & Olafsson, K.(Coords.) (2011). Risks and safety on the Internet: The perspective of European children. *Full findings and policy implications from the EU Kids Online survey of 9-16 years old and their parents in 25 countries*. London: LSE EU Kids Online.
- Liu, H. (2007). Social Network Profiles as Taste Performances. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(1), 252–275. <http://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00395.x>
- Lüders, M. (2011). Why and How Online Sociability Became Part and Parcel of Teenage Life. In M. Consalvo & C. Ess (Orgs.), *The Handbook of Internet Studies* (p. 452–469). Wiley-Blackwell.
- Lyman, S. M., & Scott, M. B. (1967). Territoriality: A Neglected Sociological Dimension. *Social Problems*, 15(2), 236–249. <http://doi.org/10.2307/799516>
- McKenna, K. Y. A. (2010). Through the Internet looking glass. In *Oxford Handbook of Internet Psychology* (p. 205–221). Oxford: Oxford University Press.
- Mackenzie, D. (2015). How Algorithms Interact: Goffman's 'Interaction Order' in Automated Trading. *Working Paper*. Recuperado de http://www.sociology.ed.ac.uk/__data/assets/pdf_file/0006/183939/IntOrder16_web.pdf
- Maffesoli, M. (1996). *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes.
- Maffesoli, M. (1998). *Tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Maffesoli, M. (2007). *O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva*. Porto Alegre: Sulina.

- Mannheim, K. (1999). *Diagnosis of our time: wartime essays of a sociologist*. London: Routledge.
- Mannheim, K. (1952). *Essays on the sociology of knowledge*. London: Routledge & K. Paul. Recuperado de <http://archive.org/details/essaysonsociolog00mann>
- Margulis, S. T. (1977). Conceptions of Privacy: Current Status and Next Steps. *Journal of Social Issues*, 33(3), 5–21. <http://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1977.tb01879.x>
- Margulis, S. T. (2003a). On the status and contribution of Westin's and Altman's theories of privacy. *Journal of Social Issues*, 59(2), 411–429.
- Margulis, S. T. (2003b). Privacy as a Social Issue and Behavioral Concept. *Journal of Social Issues*, 59(2), 243–261. <http://doi.org/10.1111/1540-4560.00063>
- Margulis, S. T. (2011). Three Theories of Privacy: An Overview. In Treote, S., Reinecke, L.(Eds.). *Privacy Online: Perspectives on Privacy and Self-Disclosure in the Social Web* (pp. 9-17). Berlin: Springer.
- Margulis, S. T., & Marx, G. T. (2012). Caveat Emptor: A Perspective on Consumer Privacy Online. *Surveillance & Society*, 10(3/4), 351–355.
- Markham, A., Buchanan, E. with contributions from the AOIR Ethics Working committee (2012). *Ethical decision-making and Internet research 2.0: Recommendations from the aoir ethics working committee*. Recuperado de www.aoir.org/reports/ethics2.pdf
- Marwick, A. E. (2013). *Status Update: celebrity, publicity, and branding in the social media age*. New Haven: Yale University Press.
- Marwick, A., & Boyd, D. (September 12, 2011). The Drama! Teen Conflict, Gossip, and Bullying in Networked Publics. *A Decade in Internet Time: Symposium on the Dynamics of the Internet and Society, September 2011*. Recuperado de <http://ssrn.com/abstract=1926349>
- Marwick, A & boyd, D. (2011b). "I Tweet Honestly, I Tweet Passionately: Twitter Users, Context Collapse, and the Imagined Audience." *New Media and Society*, 13, 96-113
- Marquet, J., & Janssen, C. (2012). *Lien social et internet dans l'espace privé*. Louvain-la-Neuve: Academia L'Harmattan.
- Martin-Borregon, D., Aiello, L. M., Grabowicz, P., Jaimes, A., & Baeza-Yates, R. (2014). Characterization of online groups along space, time, and social dimensions. *EPJ Data Science*, 3(1), 8. <http://doi.org/10.1140/epjds/s13688-014-0008-y>
- Mascheroni, G.(2015). Comunicação móvel: um caminho para a inclusão digital? In A. Barbosa, *Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil 2014 – TIC Kids Online* (pp. 93-100). São Paulo: Comitê Gestor da Internet. Recuperado de <http://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-da-internet-por-criancas-e-adolescentes-no-brasil-tic-kids-online-brasil-2014/> em 06/01/2016.
- Mascheroni, G., & Cuman, A. (2014). *Net Children Go Mobile: Final Report*. Milano: Educatti.
- Mascheroni, G., Murru, M. F., & Görzig, A. (2012). Varieties of access and use. In S. Livingstone, L. Haddon, & A. Görzig (Orgs.), *Children, risk and safety online: research*

- and policy challenges in comparative perspective* (p. 59–71). Bristol, UK: The Policy Press.
- Matsuda, M. (2006). Mobile Communication and Selective Sociality. In M. Ito, M. Matsuda, & D. Okabe (Orgs), *Personal, Portable, Pedestrian: Mobile Phones in Japanese Life* (pp. 123–142). MIT Press.
- Mazzarella, S. R. (org.). (2009). Por que todos estão sempre perseguindo os jovens? Pânico moral em relação aos jovens, à mídia e à cultura. In S. R. Mazzarella (Org.), *Os jovens e a mídia: 20 questões* (pp. 66-85). Porto Alegre: Artmed.
- Mead, G. H. (1972). *Works of George Herbert Mead. Vol. 1: Mind, self, and society: from the standpoint of a social behaviorist* (18. impr). Chicago: University of Chicago Press.
- Melo, E. R. (2008). Direito e norma no campo da sexualidade na infância e na adolescência. In Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores da Infância e Juventude- ABMP. *Criança e adolescente: direitos e sexualidades*. São Paulo: ABMP.
- Meyrowitz, J. (1985). *No Sense of Place*. New York: Oxford.
- Milan, S. (2015). When Algorithms Shape Collective Action: Social Media and the Dynamics of Cloud Protesting. *Social Media + Society*, 1(2), 1–10. <http://doi.org/10.1177/2056305115622481>
- Miles, M. B., & Huberman, A. M. (1994). *Qualitative data analysis: an expanded sourcebook*. California: Sage.
- Moshman, D. (2005). *Adolescent psychological development: rationality, morality, and identity* (2nd Ed.). Mahwah, N.J: L. Erlbaum.
- Moreira, M. I. C. (2000). Psicologia da adolescência: Contribuições para um estado da arte. *Interações*, 5(10):25-51, Jul.-Dez.
- Nejm, R. (2011). Desafios da educação para promoção do uso ético e seguro da Internet no Brasil. In A. F., Barbosa (Coord.), *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Educação 2010* (pp. 35-41). São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2011.
- Nejm, R. (2011). Programas de prevención y educación para el uso de las redes sociales: la experiencia de Brasil. In C. G. Gregorio, & L. Ornelas (Orgs.), *Protección de datos personales en las redes sociales digitales: en particular de niños y adolescentes* (pp. 245-261). México: IFAI & IJJ.
- Nissenbaum, H. (2010). *Privacy in context: technology, policy, and the integrity of social life*. Stanford: Stanford University Press.
- Nguyen, M., Bin, Y. S., & Campbell, A. (2012). Comparing Online and Offline Self-Disclosure: A Systematic Review. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 15), 2 , 103-111.
- Novais, F. A., & Sevcenko, N. (1998). *História da vida privada no Brasil* (Vol. 3). São Paulo: Companhia das Letras.
- Omarzu, J. (2000). A Disclosure Decision Model: Determining How and When Individuals Will Self-Disclose. *Personality and Social Psychology Review*, 4(2), 174–185.
- Ogara, S. O., Koh, C. E., & Prybutok, V. R. (2014). Investigating factors affecting social

- presence and user satisfaction with Mobile Instant Messaging. *Computers in Human Behavior*, 36, 453–459.
- Orsatti, J., & Riemer, K. (2015). Identity-making: A Multimodal Approach for Researching Identity in Social Media. *ECIS 2015 Completed Research Papers*. <http://doi.org/10.18151/7217439>
- O'Reilly, T. (2013). Open Data and Algorithmic Regulation. In B. Goldstein & L. Dyson (Orgs.), *Beyond transparency: open data and the future of civic innovation* (p. 289–300). San Francisco: Code for America Press.
- Palfrey, J. G., & Gasser, U. (2011). *Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais*. Porto Alegre: Artmed.
- Papacharissi, Z. (2002). The Presentation of Self in Virtual Life: Characteristics of Personal Home Pages. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 79(3), 643–660.
- Papacharissi, Z. (Org.). (2011). *A networked self: identity, community and culture on social network sites*. New York: Routledge.
- Papacharissi, Z. (2012). *A private sphere: democracy in a digital age*. Malden: Polity Press.
- Papacharissi, Z. (2015). We Have Always Been Social. *Social Media + Society*, 1(1),
- Papacharissi, Z. & Gibson, P. (2011). 15 minutes of privacy: Privacy, sociality and publicity on social network sites. In S. Trepte, & L. Reinecke (Eds.), *Privacy Online: Theoretical Approaches and Research Perspectives on the Role of Privacy in the Social Web* (pp. 75–89). New York: Springer.
- Park, N., Jin, B., & Annie Jin, S.-A. (2011). Effects of self-disclosure on relational intimacy in Facebook. *Computers in Human Behavior*, 27(5), 1974–1983.
- Pasquale, F. (2015). The Algorithmic Self. *The Hedgehog Review*, 17(1), Spring. Recuperado de http://www.iasc-culture.org/THR/THR_article_2015_Spring_Pasquale.php
- Pavalanathan, U., & Eisenstein, J. (2015). Audience-Modulated Variation in Online Social Media. *American Speech*, 90(2), 187–213.
- Paus-Hasebrink, I., Ponte, C., Dürager, A., & Bauwens, J. (2012). Understanding digital inequality: the interplay between parental socialisation and children's development. In S. Livingstone & L. Haddon (Orgs.), *Children, risk and safety on the internet* (p. 257–272). Policy Press.
- Petronio, S. S. (2002). *Boundaries of privacy: dialectics of disclosure*. Albany: State University of New York Press.
- Petronio, S. (2010). Communication Privacy Management Theory: What Do We Know About Family Privacy Regulation? *Journal of Family Theory & Review*, 2, 175–196.
- Petronio, S. (2013). Brief Status Report on Communication Privacy Management Theory. *Journal of Family Communication*, 13(1), 6–14. <http://doi.org/10.1080/15267431.2013.743426>
- Petronio, S., & Durham, W. T. (2008). Communication Privacy Management Theory: Significance for Interpersonal Communication. In L. Baxter & D. Braithwaite, *Engaging Theories in Interpersonal Communication: Multiple Perspectives* (p. 309–322). Los Angeles: SAGE Publications.

- Petronio, S., & Reiersen, J. (2009). Regulating the privacy of confidentiality: Grasping the complexities through communication privacy management theory. In T. Afifi & W. A. Afifi, *Uncertainty and information regulation: theories and applications* (p. 365–383). New York: Routledge.
- Piwek, L., & Joinson, A. (2016). “What do they snapchat about?” Patterns of use in time-limited instant messaging service. *Computers in Human Behavior*, *54*, 358–367.
- Ponte, C. (2011). Uma geração digital? A influência familiar na experiência mediática de adolescentes. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (65), 31–50.
- Prager, K. (1995). *The Psychology of intimacy*. New York: Guilford Press.
- Quan-Haase, A., & Young, A. L. (2010). Uses and Gratifications of Social Media: A Comparison of Facebook and Instant Messaging. *Bulletin of Science, Technology & Society*, *30*(5), 350–361.
- Rains, S. A., & Brunner, S. R. (2015). The Outcomes of Broadcasting Self-Disclosure Using New Communication Technologies Responses to Disclosure Vary Across One’s Social Network. *Communication Research*, 1–29.
- Rettie, R. (2009). Mobile Phone Communication: Extending Goffman to Mediated Interaction. *Sociology*, *43*(3), 421–438.
- Ribeiro, J. C. S. (2003a). *Um olhar sobre a sociabilidade no ciberespaço: aspectos sócio-comunicativos dos contatos interpessoais efetivados em uma plataforma interacional on-line* (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea - Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Ribeiro, J. C. S. (2003b). Considerações sobre o processo de gerenciamento de aparências e de informações no ambiente da plataforma interacional on-line dos web-chats. In: *Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação em Belo Horizonte MG*, 02 a 06 de Setembro. São Paulo: Intercom. Recuperado de: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP08_ribeiro.pdf
- Ribeiro, J. C. S. (2005). Múltiplas Identidades Virtuais: A Potencialização das Experiências Exploratórias do “Eu”. In: *Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj*, 05 a 09 de Setembro. São Paulo: Intercom.
- Ribeiro, J. C., Nejm, R., Miranda, T. B. (2014). Auto-revelação em ambientes digitais: reflexões sobre a privacidade de adolescentes em sites de redes sociais. In: Ribeiro, J.C., Miranda, T., Soares, A.T. (Orgs.). *Práticas Interacionais em Rede* (p. 159-177). Salvador: EDUFBA.
- Ribeiro, J. C., & Silva, T. (2013). Self, Self-Presentation, and the Use of Social Applications in Digital Environments. In R. Luppigini, *Handbook of Research on Technoself: Identity in a Technological Society* (pp 439-455). Hershey: IGI Global.
- Riesman, D. (1971). *A Multidão solitária*. São Paulo: Perspectiva.
- Rosenberg, J., & Egbert, N. (2011). Online Impression Management: Personality Traits and Concerns for Secondary Goals as Predictors of Self-Presentation Tactics on Facebook. *Journal of Computer-Mediated Communication*, *17*(1), 1–18
- Rotenberg, K. J. (Org.). (2006). *Disclosure processes in children and adolescents*. Cambridge: Cambridge University Press

- Ruckenstein, M., & Pantzar, M. (2015). Beyond the Quantified Self: Thematic exploration of a dataistic paradigm. *New Media & Society*, 1–18. <http://doi.org/10.1177/1461444815609081>
- Rui, J., & Stefanone, M. A. (2013). Strategic self-presentation online: A cross-cultural study. *Computers in Human Behavior*, 29(1), 110–118
- SaferNet Brasil (2011). Pesquisa Hábitos de navegação e vulnerabilidades online 2009. Recuperado de <http://www.safernet.org.br/site/prevencao/pesquisas>
- Schafer, A. (1980). Privacy: A Philosophical Overview. In D. Gibson (Ed.), *Aspects of Privacy Law*. Reprinted In *Reader on Legal Theory* (pp. 1-20) por Captus University Publications, 1993, Toronto: 1993)
- Schlenker, B. R. (2003). Self-presentation. In M. R. Leary, & J. P. Tanney (Eds.), *Handbook of Self and Identity* (pp. 492-518). New York: The Guilford Press.
- Schoenebeck, S. Y., Ellison, N., Blackwell, L., Bayer, J. B., & Falk, E. B. (2016). Playful Backstalking and Serious Impression Management: How Young Adults Reflect on their Past Identities on Facebook. Apresentado em *Computer-Supported Cooperative Work and Social Computing 2016*, San Francisco, CA.
- Schwartz, B. (1968). The social psychology of privacy. *AJS; American Journal of Sociology*, 73(6), 741–752.
- Sennett, R. (1999). *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Shah, S. K., Corley, K. G. (2006, December). Bulding better theory by bridging the quantitative-qualitative divide. *Journal os Management Studies*, 43(8), 1821-1835.
- Sheldon, P. (2009). “I’ll poke you. You’ll poke me!” self-disclosure, social attraction, predictability and trust as important predictors of Facebook relationships. *Cyberpsychology: Journal of Psychosocial Research on Cyberspace*, 3(2), article 1.
- Sheldon, P. (2013). Examining Gender Differences in Self-disclosure on Facebook Versus Face-to-Face. *The Journal of Social Media in Society*, 2(1), 88–105.
- Shklovski, I., Barkhuus, L., Borneo, N., & Kaye, J. J. (2015). Friendship Maintenance in the Digital Age: Applying a Relational Lens to Online Social Interaction. In *Proceedings of the 18th ACM Conference on Computer Supported Cooperative Work & Social Computing* (pp. 1477–1487).
- Shott, S. (1976). Society, self, and mind in moral philosophy: The scottish moralists as precursors of symbolic interactionism. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 12(1), 39–46. [http://doi.org/10.1002/1520-6696\(197601](http://doi.org/10.1002/1520-6696(197601)
- Sibilia, P. (2008). *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.
- Sibilia, P. (2012). *Redes ou paredes: A escola em tempos de dispersão*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto.
- Snyder, M. (1987). *Public appearances private realities: the psychology of self-monitoring; Tabellen*. New York: Freeman and Company.

- Snyder, M., & Smith, D. (1986). Personality and Friendship: The Friendship Worlds of Self-Monitoring. In V. J. Derlega & B. A. Winstead (Orgs.), *Friendship and Social Interaction* (p. 63–80). New York: Springer.
- Soares, A. T. T. (2011). A fixidez do corpo em ambientes digitais: espacialidade de uma presença híbrida e móbil. *Ciberlegenda* (25), 137-148.
- Solove, D. J. (2002). Conceptualizing Privacy. *California Law Review*, 90, 1087–1156.
- Solove, D. J. (2005). *A Taxonomy of Privacy* (SSRN Scholarly Paper No. ID 667622). Rochester, NY: Social Science Research Network.
- Solove, D. J. (2007). “I’ve Got Nothing to Hide’ and Other Misunderstandings of Privacy (SSRN Scholarly Paper No. ID 998565). Rochester, NY: Social Science Research Network.
- Solove, D. J. (2012). *Privacy Self-Management and the Consent Dilemma* (SSRN Scholarly Paper No. ID 2171018). Rochester, NY: Social Science Research Network.
- Solove, D. J. (2013). Five myths about privacy. *The Washington Post*. Recuperado de https://www.washingtonpost.com/opinions/five-myths-about-privacy/2013/06/13/098a5b5c-d370-11e2-b05f-3ea3f0e7bb5a_story.html
- Sommer, R. (2002). Personal Space in a Digital Age. In R. B. Bechtel & A. Churchman (Orgs.), *Handbook of environmental psychology* (p. 647–660). New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Sprecher, S., Treger, S., & Wondra, J. D. (2012). Effects of self-disclosure role on liking, closeness, and other impressions in get-acquainted interactions. *Journal of Social and Personal Relationships*, 1-18.
- Steele, J. R. & Brown, J. D. (1995). Adolescent Room culture: studying media in the context of everyday life. *Journal of Youth and Adolescence*, 24(5), 551-576.
- Steijn, W. M. P. (2014). A developmental perspective regarding the behaviour of adolescents, young adults, and adults on social network sites. *Cyberpsychology*, 8(2), 68–82. <http://doi.org/10.5817/CP2014-2-5R>
- Stern, S. R. (2003). Encountering Distressing Information in Online Research: A Consideration of Legal and Ethical Responsibilities. *New Media & Society*, 5(2):249–266.
- Stern, S. R. (2008). Producing Sites, Exploring Identities: Youth Online Authorship. In D. Buckingham (Ed.), *Youth, Identity, and Digital Media: John D. and Catherine T. MacArthur Foundation Series on Digital Media and Learning* (pp.95-118). Cambridge: The MIT Press.
- Stern, S. R., & Willis, T. J. (2009). O que os adolescentes estão querendo *on-line*? In S. R. Mazzarell (Org.), *Os jovens e a mídia: 20 questões* (pp.256-272). Porto Alegre: Artmed.
- Stokes, J., Fuehrer, A., & Childs, L. (1980). Gender differences in self-disclosure to various target persons. *Journal of Counseling Psychology*, 27(2), 192–198.
- Stokols, D., & Montero, M. (2002). Toward an Environmental Psychology of the Internet. In R. B. Bechtel & A. Churchman (Orgs.), *Handbook of environmental psychology* (p. 661–675). New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Sorokowski, P., Sorokowska, A., Oleszkiewicz, A., Frackowiak, T., Huk, A., & Pisanski, K. (2015). Selfie posting behaviors are associated with narcissism among men. *Personality*

- and Individual Differences*, 85, 123–127.
- Subrahmanyam, K., & Smahel, D. (2011). *Digital Youth*. New York, NY: Springer New York. Recuperado de <http://link.springer.com/10.1007/978-1-4419-6278-2>
- Subrahmanyam, K., & Šmahel, D. (2011). Connecting Online Behavior to Adolescent Development: A Theoretical Framework. In *Digital Youth* (p. 27–39). Springer New York. Recuperado de http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-4419-6278-2_2
- Suler, J. (2004). The online disinhibition effect. *Cyberpsychology & Behavior: The Impact of the Internet, Multimedia and Virtual Reality on Behavior and Society*, 7(3), 321–326. <http://doi.org/10.1089/1094931041291295>
- Taylor, C. (1989). *Sources of the self: the making of the modern identity*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Thompson, J. B. (2011). *A Mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes.
- Tisseron, S. (2002). *L'intimité surexposée*. Paris: Hachette littératures.
- Trepte, S., Reinecke, L.(Ed.) (2011). *Privacy Online: Perspectives on Privacy and Self-Disclosure in the Social Web*. New York: Springer.
- Trepte, S., & Reinecke, L. (2013). The reciprocal effects of social network site use and the disposition for self-disclosure: A longitudinal study. *Computers in Human Behavior*, 29(3), 1102–1112.
- Tubaro, P., Casilli, A. A., & Sarabi, Y. (2014). *Against the Hypothesis of the End of Privacy*. Cham: Springer International Publishing.
- Tufekci, Z. (2008). Can You See Me Now? Audience and Disclosure Regulation in Online Social Network Sites. *Bulletin of Science, Technology & Society*, 28(1), 20–36.
- Turkle, S. (1997). *A vida no ecrã: a identidade na era da internet*. Lisboa: Relógio D'água.
- Turkle, S. (1997). *Life on the screen: identity in the age of the Internet*. New York: Touchstone.
- Turner, F. (2008). *From counterculture to cyberculture: Stewart Brand, the Whole Earth Network, and the rise of digital utopianism*. Chicago: Univ. of Chicago Press.
- Unicef Brasil (2013). Uso da Internet por crianças e adolescentes. Pesquisa recuperada de: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_26460.htm em: 20/12/2013
- Uski, S., & Lampinen, A. (2016). Social norms and self-presentation on social network sites: Profile work in action. *New Media & Society*, 18(3), 447–464.
- Utz, S., & Krämer, N. (2009). The privacy paradox on social network sites revisited: The role of individual characteristics and group norms. *Cyberpsychology: Journal of Psychosocial Research on Cyberspace*, 3(2), article 2. Recuperado de <http://cyberpsychology.eu/view.php?cisloclanku=2009111001&article=2>
- Utz, S., Muscanell, N., & Khalid, C. (2015). Snapchat Elicits More Jealousy than Facebook: A Comparison of Snapchat and Facebook Use. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 18(3), 141–146.
- Van Der Heide, B., D'Angelo, J. D., & Schumaker, E. M. (2012). The Effects of Verbal Versus

- Photographic Self-Presentation on Impression Formation in Facebook. *Journal of Communication*, 62(1), 98–116.
- Varnelis, K., & Annenberg Center for Communication (University of Southern California) (Orgs.). (2008). *Networked publics*. Cambridge: MIT Press.
- Vedder, A. (2011). Privacy 3.0. In S. van der Hof & M. M. Groothuis (Orgs.), *Innovating Government* (p. 17–28). T. M. C. Asser Press.
- Veiga, L., Gondim, S. M. G. (2001). A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. *Opinião Pública*, 7 (1), 1-15.
- Vilarinho, M. A. S. (1988). *Disponibilidade para auto-revelar-se a estranhos: Um estudo em estudantes de psicologia*. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Vincent, J. (2015). *Mobile opportunities: exploring positive mobile opportunities for European children* (Monograph). London: POLIS, The London School of Economics and Political Science.
- Vitak, J. (2012). The Impact of Context Collapse and Privacy on Social Network Site Disclosures. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 56(4), 451–470.
- Vitak, J. (2015). Balancing Privacy Concerns and Impression Management Strategies on Facebook. 02In *Symposium on Usable Privacy and Security (SOUPS) 2015*. Ottawa, Canada.
- Vitak, J., Blasiola, S., Patil, S., & Litt, E. (2015). Balancing Audience and Privacy Tensions on Social Network Sites: Strategies of Highly Engaged Users. *International Journal of Communication*, 9(0), 1485–1504.
- Vitak, J., & Kim, J. (2014). “You Can’T Block People Offline”: Examining How Facebook’s Affordances Shape the Disclosure Process. In *Proceedings of the 17th ACM Conference on Computer Supported Cooperative Work & Social Computing* (p. 461–474). New York, NY, USA: ACM. <http://doi.org/10.1145/2531602.2531672>
- Wan, J., Wu, T., & Lu, Y. (2015). How Selfies Change the Effect of Product Endorsers in Social Media: The Role of Self-Disclosure and Social Interactivity. *PACIS 2015 Proceedings*. Recuperado de <http://aisel.aisnet.org/pacis2015/91>
- Warren, S., & Brandeis, L. D. (1890). The Right to Privacy. *Harvard Law Review*, IV, 193–220.
- Warshay, L. H., & Warshay, D. W. (1986). The Individualizing and Subjectivizing of George Herbert Mead: A Sociology of Knowledge Interpretation. *Sociological Focus*, 19(2), 177–188.
- Walther, J. B. (2011). Introduction to Privacy Online. In S. Trepte, & L. Reinecke (Eds.), *Privacy Online: Perspectives on Privacy and Self-Disclosure in the Social Web* (pp. 3-8). New York: Springer.
- Waterman, A. S. (1985). Identity in the context of adolescent psychology. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 1985(30), 5–24. <http://doi.org/10.1002/cd.23219853003>
- Waters, S. and Ackerman, J. (2011), Exploring Privacy Management on Facebook:

- Motivations and Perceived Consequences of Voluntary Disclosure. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 17: 101–115. doi: 10.1111/j.1083-6101.2011.01559.x
- Wellman, B. (2011). Studying the Internet Through the Ages. In C. Ess, & M. Consalvo (Eds.), *The Handbook of Internet Studies* (pp. 17-23). Oxford: Wiley-Blackwell.
- West, L. W., & Zingle, H. W. (1969). A self-disclosure inventory for adolescents. *Psychological reports*, 24, 439-445
- Westin, A. (1967). *Privacy and freedom*. New York: Athenaeum.
- Whyte, W. H. (1980). *The social life of small urban spaces*. New York: Project for Public Places.
- Wood, M. A., Bukowski, W. M., & Lis, E. (2015). The Digital Self: How Social Media Serves as a Setting that Shapes Youth's Emotional Experiences. *Adolescent Research Review*, 1–11. <http://doi.org/10.1007/s40894-015-0014-8>
- Xie, W., & Kang, C. (2015). See you, see me: Teenagers' self-disclosure and regret of posting on social network site. *Computers in Human Behavior*, 52, 398–407. <http://doi.org/10.1016/j.chb.2015.05.059>
- Youniss, J., & Smollar, J. (1985). *Adolescent relations with mothers, fathers, and friends*. Chicago: University of Chicago Press.
- Youniss, J., Yates, M. (2000). Adolescents public discussion and collective identity. In Budwig, N., Užgiris, I. Č., & Wertsch, J. V. (Orgs.). (2000). *Communication: An Arena of Development*. Stamford: Greenwood Publishing Group.
- Yum, Y., & Hara, K. (2005). Computer-Mediated Relationship Development: A Cross-Cultural Comparison. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 11(1), 133–152. <http://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2006.tb00307.x>
- Zhao, S. (2003). Toward a Taxonomy of Copresence. *Presence: Teleoperators and Virtual Environments*, 12(5), 445–455. <http://doi.org/10.1162/105474603322761261>
- Zhao, S. (2005). The Digital Self: Through the Looking Glass of Telecopresent Others. *Symbolic Interaction*, 28(3), 387–405.
- Ziewitz, M. (2016). Governing Algorithms Myth, Mess, and Methods. *Science, Technology & Human Values*, 41(1), 3–16. <http://doi.org/10.1177/0162243915608948>

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista individual

1 – Quais são os Sites de Redes Sociais que você mais usa na Internet para conversar com as pessoas?

() FB () Instagram () Snapchat () WhatsApp () Twitter () (Outras: _____)

2 – Você usa quantas vezes por dia ou semana estes sites/aplicativos?

Facebook _____ Instagram _____ Whatsapp _____ Snapchat _____ Twitter _____ Outras: _____

3 - Geralmente você acessa estas redes por qual aparelho? A aparelho é seu?

4 - Conteúdos

4a) O que você gosta de compartilhar nestas redes?

4b) Na sua opinião, há diferença no que você compartilha em cada uma?

4c) Como você diferencia o tipo de conteúdo em cada rede? Facebook / Instagram / WhatsApp / Snapchat

4d) O que mais gosta de compartilhar sobre sua vida, sobre você?

4e) Você acha que há alguma relação, sintonia, entre o que você publica nas diferentes redes ou são independentes?

5 – Alvos/Audiências

5a) E você acha que existe diferença entre as pessoas que estão em cada rede? Quais?

5b) Qual o critério (regra) usa para aceitar ou não as amizades nestas redes?

5c) Quantas pessoas (contatos) em cada uma destas redes?

5d) Como seleciona as pessoas que quer que vejam suas publicações?

5e) Quem geralmente curte suas postagens em cada rede? Quantas curtidas?

5f) Você tem relação fora da Internet com todas estas pessoas? O que você acha de estranhos terem acesso às suas publicações?

5g) Já desmarcou/excluiu alguém, por que?

5h) Seu perfil é aberto ou fechado? Como escolheu?

5i) É comum mostrar para outras pessoas coisas que recebeu no Whatsapp?

6 - Regras

6a) Como você faz para escolher o que publicar e o que não publicar sobre você, sua vida? Tem alguma regra?

6b) Há coisas que publica nas redes e que não costuma falar com as pessoas cara a cara?

6c) Entre seus amigos, existe algum acordo ou regra que vocês criaram sobre o que não publicar? Conversam sobre as coisas que publicam?

6d) Você gosta de compartilhar com pessoas que não conhece, receber curtidas de estranhos?

6e) Como você faz quando quer restringir que algumas pessoas vejam alguma publicação?

7 – Mudanças

7a) Por que não usa mais (por que saiu) do Facebook? Ou por que mantém o perfil, usando menos?

8 – Turbulências

8a) Você já publicou alguma coisa de que se arrependeu depois? Como aconteceu? O que te incomodou nesta situação?

8b) Já aconteceu de publicar pensando em algumas pessoas e receber comentários de pessoas que não queria? Relate uma situação desta que lembra agora.

8c) Já aconteceu alguma confusão entre seus amigos por conta de publicações que foram feitas no Facebook ou em outra rede? Como conseguiram resolver a situação?

9 – Noção de privacidade

9a) O que considera uma informação pessoal, da sua intimidade, privada, em geral, fora da Internet?

9b) E na Internet, você costuma compartilhar este tipo de informação? Como você diferencia uma informação pessoal, íntima, de uma informação que pode ser vista por qualquer pessoa na Internet?

9c) Já teve uma situação na qual acha que invadiram sua privacidade, alguém usando uma informação sua sem você autorizar? E fora da internet?

9d) O que você considera exposição exagerada na Internet? Dê alguns exemplos que de coisas que você considera exageradas e que você já viu alguns de seus amigos fazerem. (*Não precisar dar o nome das pessoas).

9e) Na sua opinião, o que é publicar pouco? E muito?

9f) Você gosta de publicar selfie?

10 – Relacionamentos / Aportes

10a) O que você acha mais legal em usar estas redes?

10b) Que tipo de retorno você recebe? Por que vale a pena usar?

10c) Você acha que tem algum prejuízo, algum ponto negativo em compartilhar suas informações nestas redes que você mais usa?

10d) Qual a importância destas redes nas suas relações de amizade em geral?

10e) Algum amigo seu não usa as redes sociais na Internet? O que acha disso? Acha que prejudica sua relação de amizade?

10f) Já ficou sem Internet e celular? Como se sentiu? O que mais sentiu mais falta?

10g) Que tipo de coisa você acha que só consegue fazer presencialmente, cara a cara, sem Internet?

11- Diferenças geracionais

11a) Você acha que há diferença entre as formas como os adultos expõem suas coisas na Internet em relação a pessoas da sua idade?

11b) Você conversa sobre seu uso da Internet com seus pais e outros adultos? E sobre cuidados online?

12 – Rastros digitais

12a) Há notícias de que algumas empresas salvam todos os conteúdos das conversas nos aplicativos e redes sociais. O que acha de seus dados ficarem gravados para sempre?

12b) Você acha que o fato de saber que tudo pode ficar registrado muda (mudaria) a forma como as pessoas compartilham suas coisas?

ENCERRAMENTO

Você tem alguma dúvida ou gostaria de acrescentar algo?

Gostaria de agradecer por sua participação.

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido com o(a) responsável pelo(a) adolescente

A(O) adolescente sob sua responsabilidade está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa que tem como título “Exposição de si nos ambientes digitais: gerenciamento da privacidade e os enlaces identitários de adolescentes nos sites de redes sociais”. Nesta pesquisa pretendemos investigar como os/as adolescentes controlam as informações pessoais que compartilham na Internet usando sites e aplicativos de redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter, Snapchat, Whatsapp) e o que dizem a respeito da sua privacidade nestes ambientes. O motivo que nos leva a pesquisar esse assunto é acreditar que o(a)s adolescentes são cidadãos que tem condições de opinar e refletir sobre suas apropriações das tecnologias digitais e comentar sobre como elas participam de seu cotidiano. Esta pesquisa está sendo desenvolvida por mim, Rodrigo Nejm, psicólogo, doutorando em Psicologia Social no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), localizada em Salvador/BA, como atividade do doutorado, sob a orientação do Prof. José Carlos Ribeiro, professor adjunto do Departamento de Psicologia da UFBA e dos Programas de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas e de Psicologia (POPSI) da Universidade Federal da Bahia.

A participação do(a) adolescente sob sua responsabilidade será importante, mas é voluntária e o(a) senhor(a) não deve autorizar a participação de seu (sua) filho(a) caso não tenha vontade, dessa maneira, ele(a) poderá participar ou não da pesquisa, bem como desistir em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo, penalidade ou modificação nos padrões profissionais de sigilo. Caso o(a) senhor(a) aceite, todas as informações coletadas sobre seu (sua) filho(a) serão estritamente confidenciais, sendo que sua identificação se dará por nome fictício, com o objetivo de garantir o sigilo, o anonimato e assegurar a privacidade do(a) adolescente em todas as etapas desta pesquisa. O pesquisador tratará a sua identidade e a do(a) adolescente que participará da pesquisa com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Para coletar as informações para a pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: o/a adolescente será convidado(a) a participar de um diálogo durante uma entrevista sobre as formas de uso de sites e aplicativos de redes sociais (como Facebook, Instagram, Twitter e Snapchat) para compartilhar informações pessoais. Na entrevista, iremos fazer algumas perguntas sobre como escolhem as pessoas com quem compartilham as informações na Internet, que tipo de situações consideram desagradáveis e como controlam o uso destas informações no dia a dia. Para tanto, solicitamos a sua autorização para gravar o diálogo para facilitar que as informações sejam escritas do modo que foram faladas. A entrevista será realizada de acordo com disponibilidade do(a) adolescente mediante a sua prévia autorização por escrito, em local o mais confortável e privativo possível, onde o(a) adolescente sob sua responsabilidade poderá falar livremente sobre o que pensa. Após a entrevista, convidaremos o/a adolescente a participar da etapa de observação: com sua autorização e a autorização do/a adolescentes, solicitaremos um pedido de amizade no perfil do Facebook e/ou do Instagram para observarmos por 10 dias os tipos de informações que são compartilhadas nestas redes, sendo observadas apenas aquelas que estão visíveis para todos da lista de “amigos”. O material da gravação e das observações serão por mim guardados por 5 (cinco) anos em sigilo.

A participação do(a) adolescente sob sua responsabilidade na pesquisa não trará riscos físicos, mas eventualmente ele(a) poderá se sentir desconfortável em recordar alguma situação desagradável que tenha vivido na Internet. Caso isso aconteça, ele(a) não será obrigada(o)a responder a alguma pergunta ou algum dado que considere ser muito desconfortante. Para evitar ou minimizar possíveis efeitos ou condições adversas, me comprometo de realizar a entrevista no máximo em uma hora, em ambiente reservado e confortável, providenciar uma água ou interromper a entrevista a qualquer momento caso o(a) adolescente preferir. No caso de algum problema relacionado à participação do(a) adolescente na pesquisa, o(a) senhor(a) terá direito à assistência gratuita, ficando também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da sua participação, mediante decisão judicial ou extrajudicial.

O(a) senhor(a), nem o(a) adolescente sob sua responsabilidade, não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como não serão remunerados(as) pela participação. Se a participação do(a) adolescente na pesquisa exigir gastos, assumirei as despesas ou o ressarcimento de despesas, exclusivamente para reembolso do custo de transporte para que o(a) adolescente se desloque ao local da realização da entrevista. Ele(a) será esclarecida em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar.

Sua participação na pesquisa também não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo possibilite maior compreensão sobre os usos que adolescentes brasileiros fazem da Internet e dos sites de redes sociais para que possamos entender como estas novas tecnologias mudam as noções de privacidade e participam do desenvolvimento social durante a adolescência, subsidiando ações em prol de um uso mais saudável e responsável. Os resultados deste estudo serão publicados na tese e no formato de artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais e divulgados em eventos técnico-científicos. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

Este Termo será assinado em duas vias, uma ficará de posse do pesquisador, e a outra do(a) senhor(a) para que possa solicitar esclarecimentos a qualquer momento da pesquisa. Como responsável pelo(a) adolescente, você poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação dele(a) a qualquer momento.

Caso o(a) senhor(a) tenha qualquer dúvida sobre a pesquisa, o(a) senhor(a) poderá entrar em contato comigo através do e-mail: @, ou dos telefones (71) 91XXXX ou ainda no endereço R. XXX, Salvador/BA.

O projeto desta pesquisa foi submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA), localizado no endereço: Av. Dr. Augusto Viana S/N. Campus Universitário do Canela. Bairro do Canela, na cidade de Salvador/Bahia. CEP:40.110-060. Telefone: (71)32837615. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELO(A)
ADOLESCENTE PARTICIPANTE DA PESQUISA

Eu, _____, profissão _____, escolaridade
e _____, responsável pelo(a)
adolescente _____, considero-me devidamente esclarecido para
autorizar a participação do(a) adolescente sob minha responsabilidade na pesquisa
“Exposição de si nos ambientes digitais: gerenciamento da privacidade e os enlaces
identitários de adolescentes nos sites de redes sociais”, e que entendi que o(a) adolescente sob
minha responsabilidade participará de uma entrevista, sendo informada(o) sobre os possíveis
desconfortos que podem ocorrer. Entendi que o(a) adolescente sob minha responsabilidade
está livre para interromper sua participação em qualquer momento da pesquisa. Sei que seu
nome não será divulgado, sendo mantido em sigilo, e será usado apenas de forma anônima em
trabalhos científicos, bem como reconheço que não terei despesas e nem receberei nenhum
pagamento pela participação da adolescente sob minha responsabilidade neste estudo.

Também tive conhecimento dos contatos do pesquisador, caso tenha necessidade de outros
esclarecimentos sobre a pesquisa. Tendo compreendido todas as informações acima descritas,
de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento e autorizo a participação do(a)
adolescente sob minha responsabilidade na pesquisa.

E-mail contato:

_____, ____ de _____ de 2015

Assinatura do(a) responsável

..... Doutorando em Psicologia Social

Rodrigo Nejm

Tel: (71) 91XX-XXX

APÊNDICE C - Termo de Assentimento Informado Livre e Esclarecido (para o/a adolescente)

O que significa assentimento?

O assentimento significa que você concorda em participar desta pesquisa e que seus direitos serão respeitados. Pode ser que este documento denominado TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO contenha palavras que você não entenda. Por favor, peça ao responsável pela pesquisa para explicar qualquer palavra ou informação que você não entenda claramente.

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa que tem como título “*Exposição de si nos ambientes digitais: gerenciamento da privacidade e os enlaces identitários de adolescentes nos sites de redes sociais*”. Nesta pesquisa pretendemos investigar como os/as adolescentes controlam as informações pessoais que compartilham na Internet usando sites e aplicativos de redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter, Snapchat, Whatsapp) e o que dizem a respeito da sua privacidade nestes ambientes. O motivo que nos leva a pesquisar esse assunto é acreditar que o(a)s adolescentes são cidadãos que tem condições de opinar e refletir sobre suas apropriações das tecnologias digitais e comentar sobre como elas participam de seu cotidiano.

Esta pesquisa está sendo desenvolvida por mim, Rodrigo Nejm, psicólogo, doutorando em Psicologia Social no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), localizada em Salvador/BA, como atividade do doutorado, sob a orientação do Prof. José Carlos Ribeiro, professor adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Bahia.

A sua participação será importante, mas é voluntária e você não precisa participar caso não tenha vontade, ou se seus pais/ responsáveis não autorizarem. Você poderá participar ou não da pesquisa, bem como desistir em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo, penalidade ou modificação nos padrões profissionais de sigilo. Caso aceite participar, todas as informações coletadas serão confidenciais, sendo que sua identificação se dará por nome fictício, com o objetivo de garantir o sigilo, o anonimato e assegurar a sua privacidade. O pesquisador tratará a sua identidade e tudo o que você falar com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Para coletar as informações para a pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: você será convidado(a) a participar de um diálogo durante uma entrevista sobre as formas de uso de sites e aplicativos de redes sociais (como Facebook, Instagram, Twitter e Snapchat) para compartilhar informações pessoais. Na entrevista, iremos fazer algumas perguntas sobre como escolhe as pessoas com quem compartilha informações na Internet, que tipo de situações considera desagradáveis e como controla o uso destas informações no dia a dia. Para tanto, solicitamos a sua autorização (e de seus responsáveis) para gravar o diálogo e facilitar que as informações sejam escritas do modo que foram faladas. A entrevista será realizada de acordo com sua disponibilidade, em local o mais confortável e privativo possível onde o poderá falar livremente sobre o que pensa sobre este assunto. Após a entrevista, convidaremos você para a participar da etapa de observação: com sua autorização e a de seus responsáveis, solicitaremos um pedido de amizade em seu perfil do Facebook e/ou do Instagram para observarmos por 10

dias os tipos de informações que são compartilhadas nestas redes, sendo observadas apenas aquelas que estão visíveis para todos da lista de “amigos”. O material da gravação e das observações serão por mim guardados com sigilo por 5 (cinco) anos e depois serão destruídos.

A sua participação na pesquisa não trará riscos físicos, mas eventualmente poderá se sentir desconfortável em recordar alguma situação desagradável que tenha vivido na Internet. Caso isso aconteça, você não será obrigada(o) a responder a alguma pergunta e pode interromper a entrevista a qualquer momento. Para evitar ou minimizar possíveis efeitos ou condições adversas, me comprometo de realizar a entrevista no máximo em uma hora, em ambiente reservado e confortável. No caso de algum problema relacionado à sua participação na pesquisa, você e o responsável que autorizou sua participação terão direito à assistência gratuita, ficando também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da sua participação, mediante decisão judicial ou extrajudicial.

Você não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como não serão remunerados(as) pela participação. Se sua participação exigir gastos, assumirei as despesas ou o ressarcimento de despesas, exclusivamente para reembolso do custo de transporte ao local da realização da entrevista. Sua participação na pesquisa também não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo possibilite maior compreensão sobre os usos que adolescentes brasileiros fazem da Internet e dos sites de redes sociais para que possamos entender como estas novas tecnologias mudam as noções de privacidade e participam do desenvolvimento social durante a adolescência, subsidiando ações em prol de um uso mais saudável e responsável.

Os resultados deste estudo serão publicados na tese e no formato de artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais e divulgados em eventos técnico-científicos. Este Termo será assinado em duas vias, uma ficará de posse do pesquisador, e a outra com você para que possa solicitar esclarecimentos a qualquer momento da pesquisa.

Caso você tenha qualquer dúvida sobre a pesquisa, poderá entrar em contato comigo através do e-mail: @, ou dos telefones (71) 91XX-XX ou ainda no endereço R. XXX, Salvador/BA.

O projeto desta pesquisa foi submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA), localizado no endereço: Av. Dr. Augusto Viana S/N. Campus Universitário do Canela. Bairro do Canela, na cidade de Salvador/Bahia. CEP:40.110-060. Telefone: (71)32837615. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu assentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

TERMO DE ASSENTIMENTO DO(A) ADOLESCENTE

Eu, _____, ____ anos de idade, considero-me devidamente esclarecido(a) para aceitar a participação na pesquisa “Exposição de si nos ambientes digitais: gerenciamento da privacidade e os enlaces identitários de adolescentes nos sites de redes sociais”, e entendi que participarei de uma entrevista, sendo informada(o) sobre os possíveis desconfortos que podem ocorrer. Entendi que estou livre para interromper minha participação em qualquer momento da pesquisa. Sei que meu nome não será divulgado, sendo mantido em sigilo, e será usado apenas de forma anônima em trabalhos científicos, bem como reconheço que não terei despesas e nem receberei nenhum pagamento pela participação neste estudo. Também tive conhecimento dos contatos do pesquisador, caso tenha necessidade de outros esclarecimentos sobre a pesquisa. Tendo compreendido todas as informações acima descritas, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento e aceito participar da pesquisa.

_____, ____ de _____ de 20__

Assinatura do(a) adolescente

Rodrigo Nejm
Doutorando em Psicologia Social
Tel: (71) XXX-XXXX

APÊNDICE D - Roteiro de procedimentos éticos em caso de situações de violência ou conteúdos ilegais na observação dos perfis dos adolescentes

Caso o pesquisador encontre situação ou conteúdo de violência com algum tipo de risco para os participantes da pesquisa, os seguintes procedimentos estão previstos:

- (1) analisar o contexto e o grau de publicidade do conteúdo encontrado/relatado;
- (2) identificar se há envolvimento de outros interlocutores que já sabem da situação;
- (3) enviar mensagem ou apresentar no final da entrevista uma indicação de serviços de ajuda que possa acolher a denúncia ou demanda de assistência;
- (4) em caso de situação de grave risco à integridade física e /ou psicológica que seja revelada ao pesquisador durante a pesquisa em caráter confidencial, respeitamos as diretrizes do Código de Ética do psicólogo, no que diz respeito à notificação às autoridades e aos pais/responsáveis;
- (5) Registro escrito da situação e dos desfechos para arquivamento junto com os materiais coletados e Termos de Assentimento e Consentimento pelo prazo previsto pelo Conselho de Ética em Pesquisa.